FACE em REVISTA

ISSN 1676-0573

FACE

v.6 2003

ARTIGOS

APLICAÇÃO WEB PARA GERAÇÃO DE MALHAS-2D: IMPLEMENTAÇÃO DA MÉTRICA DE QUALIDADE DENOMINADA "RELAÇÃO PERIMETRAL RP". *Alexandre Manoel dos Santos; Sérgio Scheer*

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE GESTORES PÚBLICOS. *Vagner Vieira*

CARACTERIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E IMPLICAÇÕES EM EMPRESA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. *Josiane Bendlin*

CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E TURISMO. *Sandra Aparecida de Paula e Souza*

CURVA DE A.W. PHILLIPS: SUA APLICAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA. *Suely Terezinha Martini; Jardel Eugênio da Silva*

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POLÍTICA PARA A FORMAÇÃO OU (DE) FORMAÇÃO DOCENTE? *Egeslaine de Nez*

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS: UM ESTUDO DAS BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS NO MERCADO EUROPEU. *Ariadne Lucielle Braun*

FEIJÃO ORGÂNICO: ESTRATÉGIA COMPETITIVA DE MANUFATURA DE UM GRUPO DE PEQUENOS PRODUTORES DO SUL DO PARANÁ. *Ronaldo Ozori*

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO DOCENTE QUE ATUA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO. *Deisi Oliveira Carvalho*

A FUNÇÃO GREGARIA NAS ORGANIZAÇÕES: UMA PROPOSTA PARA PROMOVER O PROGRESSO DA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA. *Leonel de Castro Filho*

GRAMMAR IN SECOND LANGUAGE ACQUISITION. *Luciane Barry Siebeneichler*

IMPINGEMENT SYNDROME – UMA BREVE REVISÃO LITERÁRIA. *Alysson Frantz; Carlos Eduardo Schadrack; Fernando Broering Pagliosa; Gabriel Osvaldo Oliveira; Guionardo Furlan; Sérgio Baumgartner Júnior*

A INFLUÊNCIA DO ESTADO NUTRICIONAL E DO CONSUMO DE FERRO DIETÉTICO NOS NÍVEIS DE HEMOGLOBINA DE IDOSOS ASSISTIDOS POR UMA UNIDADE DE SAÚDE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC. *Carla Andréa Ramos*

OS MULTIPLICADORES DE RENDA E DE EMPREGO DO TURISMO PARA O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ. *Maria Salette Rodrigues de Melo*

NÍVEIS DE APTIDÃO FÍSICA DOS ÁRBITROS DE ELITE DO PARANÁ CREDENCIADOS PELA CBF. *Alberto Inácio da Silva*

NOTÍCIAS. AGENDAMENTO E MERCADORIAS. *Delbrai Augusto Sá*

PROCEDIMENTOS DE ENSINO DA NATAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL MODERADA. *Simone Aparecida Paludo Ribas*

UM PASSEIO HISTÓRICO PELO ENSINO DE LÍNGUAS. *Simone Santos Junges*

TEORIA DA GESTÃO DA FUNÇÃO ORGANIZACIONAL POLÍTICA - ENFOQUE POLÍTICO NA IMPLANTAÇÃO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. *Tatiane Baniski Koçan*

O TEXTO DISSERTATIVO: UMA INTRODUÇÃO. *Maurício Silva*

O USO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL. *Sérgio Luis Guill; Elisângela Aparecida Pereima*

ENSAIO
ATUALIDADE DE SANTA JOANA D´ARC:MENSAGENS PARA A HUMANIDADE. *Emílio Bortolini Neto*

RESENHA
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO. *Kelen dos Santos Junges*

INTERCÂMBIO CULTURAL
RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Patrícia Luana Schwartz*

UNIPORTO
Formatações Gráficas Ltda

FACE em REVISTA v.6 2003

FACE

ISSN 1676-0573

FACE
em
REVISTA

v.6 2003

FUNDAÇÃO MUNICIPAL FACULDADE DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - FACE
Diretor - Prof. Jairo Vicente Clivatti
Vice-Diretor - Prof. José Pedro Ramos

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Fahena Porto Horbatiuk

SECRETÁRIA
Rita de Cássia Funaro Vieira

MEMBROS
Ana Inês Kienen Schreiner
Abel Zastawny
Cordovan F. de Melo Júnior
Edite Siqueira
Maria Genoveva B. Esteves
Odelir Dileto Cachoeira
Raulino Bortolini
Simone Santos Junges

FACE EM REVISTA é uma publicação anual, multidisciplinar, da Faculdade da Cidade de União da Vitória - FACE. Tem por finalidade divulgar artigos científicos, análises e resenhas, que possam contribuir para o conhecimento, o desenvolvimento e a discussão nos diversos ramos do saber. A exatidão das informações, os conceitos e as opiniões emitidos neste periódico são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Os trabalhos encaminhados para FACE EM REVISTA devem seguir as orientações constantes nas Normas de Publicação contidas neste volume. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Comissão Editorial, com base nas recomendações dos Membros do Conselho Científico e/ou árbitros.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

FACE EM REVISTA poderá ser obtida junto à Biblioteca "João Dissenha" - Setor de Publicações. Caixa Postal, 321 - 84.600-000 - União da Vitória - Paraná.

E-mail: faceemrevista@face.br

EDITOR
Fahena Porto Horbatiuk

REVISÃO METODOLÓGICA
Rita de Cássia Funaro Vieira

REVISÃO GRAMATICAL
Fahena Porto Horbatiuk

EDITORAÇÃO, CAPA E ARTE FINAL
Edite Siqueira

FACE EM REVISTA. União da vitória: Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória, v.1, n.1, out. 1998.

Semestral
v.1, n.2 de 1998, não foi publicado
A partir de v.3, 2000, a publicação passa a ter periodicidade anual.

ISSN 1676-0573

1. Ciências - Periódicos I. Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória - FACE.

SUMÁRIO

ARTIGOS

APLICAÇÃO WEB PARA GERAÇÃO DE MALHAS-2D: IMPLEMENTAÇÃO DA MÉTRICA DE QUALIDADE DENOMINADA "RELAÇÃO PERIMETRAL RP". *Alexandre Manoel dos Santos; Sérgio Scheer*. 9

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE GESTORES PÚBLICOS. *Vagner Vieira*. 25

CARACTERIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E IMPLICAÇÕES EM EMPRESA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. *Josiane Bendlin*. 49

CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E TURISMO. *Sandra Aparecida de Paula e Souza*. 81

CURVA DE A.W. PHILLIPS: SUA APLICAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA. *Suely Terezinha Martini; Jardel Eugênio da Silva* 91

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POLÍTICA PARA A FORMAÇÃO OU (DE) FORMAÇÃO DOCENTE? *Egeslaine de Nez* 105

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS: UM ESTUDO DAS BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS NO MERCADO EUROPEU. *Ariadne Lucielle Braun* 121

FEIJÃO ORGÂNICO: ESTRATÉGIA COMPETITIVA DE MANUFATURA DE UM GRUPO DE PEQUENOS PRODUTORES DO SUL DO PARANÁ. *Ronaldo Ozon*. 133

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO DOCENTE QUE ATUA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO. *Deisi Oliveira Carvalho*. 141

A FUNÇÃO GREGÁRIA NAS ORGANIZAÇÕES: UMA PROPOSTA PARA PROMOVER O PROGRESSO DA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA. *Leonel de Castro Filho*. 153

GRAMMAR IN SECOND LANGUAGE ACQUISITION. *Luciane Baby Siebeneicher*. 165

IMPINGEMENT SYNDROME – UMA BREVE REVISÃO LITERÁRIA. *Alysson Frantz; Carlos Eduardo Schadrack; Fernando Broering Pagliosa; Gabriel Osvaldo Oliveira; Guionardo Furlan; Sérgio Baumgartner Júnior* 179

A INFLUÊNCIA DO ESTADO NUTRICIONAL E DO CONSUMO DE FERRO DIETÉTICO NOS NÍVEIS DE HEMOGLOBINA DE IDOSOS ASSISTIDOS POR UMA UNIDADE DE SAÚDE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC. *Carla Andréa Ramos* 191

OS MULTIPLICADORES DE RENDA E DE EMPREGO DO TURISMO PARA O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ. *Maria Salette Rodrigues de Melo* 205

NÍVEIS DE APTIDÃO FÍSICA DOS ÁRBITROS DE ELITE DO PARANÁ CREDENCIADOS PELA CBF. *Alberto Inácio da Silva* 215

NOTÍCIAS, AGENDAMENTO E MERCADORIAS. *Delbrai Augusto Sá* . . 227

PROCEDIMENTOS DE ENSINO DA NATAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL MODERADA. *Simone Aparecida Paludo Ribas* 237

UM PASSEIO HISTÓRICO PELO ENSINO DE LÍNGUAS. *Simone Santos Junges* 251

TEORIA DA GESTÃO DA FUNÇÃO ORGANIZACIONAL POLÍTICA – ENFOQUE POLÍTICO NA IMPLANTAÇÃO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. *Tatiane Baniski Koçan* 271

O TEXTO DISSERTATIVO: UMA INTRODUÇÃO. *Maurício Silva* 287

O USO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL. *Sérgio Luís Guill; Elisângela Aparecida Pereima* 301

ENSAIO

ATUALIDADE DE SANTA JOANA D´ARC:MENSAGENS PARA A HUMANIDADE. *Emílio Bortolini Neto* 311

RESENHA

PEDAGOGIA DO OPRIMIDO. *Kelen dos Santos Junges* 341

INTERCÂMBIO CULTURAL

RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Patrícia Luana Schwartz* 345

v.6 2003

CONTENTS

ARTIGOS

WEB APLLICATION FOR THE GENERATION OF 2D MESH: IMPLEMENTATION OF QUALITTY METRICS NAMED "RP PERIMETER RELATION". *Alexandre Manoel dos Santos; Sérgio Scheer*. 9

CAPACITATING AND TRAINING PUBLIC MANAGERS *Vagner Vieira*. . 25

THE CHARACTERIZATION OF COMPETITIVE STRATEGIES AND ITS IMPLICATIONS IN A FOOD COMPANY. *Josiane Bendlin*. 49

ECOLOGICAL AWARENESS AND TOURISM. *Sandra Aparecida de Paula e Souza*. 81

A. W. PHILLIPS CURVE: ITS APLLICATION IN BRAZILIAN ECONOMY. *Suely Terezinha Martini; Jardel Eugênio da Silva*. 91

DISTANCE LEARNING: POLITY FOR TEACHER FORMATION OR (DE) FORMATION? *Egeslaine de Nez*. 105

BRAZILIAN EXPORTS OF FARM PRODUCTS: A STUDY OF NON-TARIFF BARRIERS IN THE EUROPEAN MARKET. *Ariadne Lucielle Braun*. . 121

ORGANIC BEARNS: COMPETITIVE MANUFACTURING STRATEGIES OF A GROUP OF SMALL PRODUCERS FRON THE SOUTH OF PARANÁ. *Ronaldo Ozon*. 133

PEDAGOFICAL BACHGROUND OF THE PROCESSORS OF THE MAJOR IN OFFICE ADMINISTRATION. *Deisi Oliveira Carvalho* 141

THE GREGARIOUS FUNCTION IN ORGANIZATIONS: A PROPOSAL TO PROMOTE THE PROGRESS OF PARTICIPATIVE ADMINISTRATION. *Leonel de Castro Filho*. 153

GRAMMAR IN SECOND LANGUAGE ACQUISITION. *Luciane Baby Siebeneicher*. 165

IMPINGEMENT SYNDROME - A BRIEF LITERARY REVIEW. *Alysson Frantz; Carlos Eduardo Schadrack; Fernando Broering Pagliosa; Gabriel Osvaldo Oliveira; Guionardo Furlan; Sérgio Baumgartner Júnior*. 179

THE INFLUENCE OF THE NUTRITIONAL STATE AND THE USE OF DIETARY IRON IN HEMOGLOBIN LEVELS OF AGED PEOPLE ASSITED BY A HELTH UNIT IN BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC. *Carla Andréa Ramos* 191

MULTIPLIERS OF INCOME AND JOBS IN TOURISM IN UNIÃO DA VITÓRIA - PR. *Maria Salette Rodrigues de Melo* 205

FITNESS LEVEL OF ELITE REFEREES CREDENTIALED BY CBF IN PARANÁ. *Alberto Inácio da Silva* 215

NEWS, AGENDA SETTING AND COMMODITIES. *Delbrai Augusto Sá* 227

PROCEDURES FOR TEACHING SWIMMING TO PEOPLE WITH MODETATE MENTAL DISABILITY. *Simone Aparecida Paludo Ribas* . . . 237

THE HISTORICAL BACKGROUND OF FOREINGN LANGUAGE TEACHING. *Simone Santos Junges* 251

THE THEORY OF POLITICAL ORGANIZATION FUNCTION MANAGEMENT - A POLITICAL FOCUS ON THE IMPLANTATION OF COMMUNICATIONS ADVISORY BODY.. *Tatiane Baniski Koçan* 271

THE DISSERTATIONAL TEXT: AN INTRODUCTION. *Maurício Silva* 287

THE USE OF EDUCATIONAL TECHNOLOGY. *Sérgio Luís Guill; Elisângela Aparecida Pereima* 301

ESSAY

SANTI JOAN OF ARC: MESSAGENS FOR HUMANITY. *Emílio Bortolini Neto* 311

REVIEW

PEDAGOGY OF THE OPPRESSED. *Kelen dos Santos Junges* 341

CULTURAL EXCHANGE

AN ACCOUNT OF EXPERIENCE. *Patrícia Luana Schwartz* 345

EDITORIAL

A FACE em REVISTA 2003, em seu sexto volume, traz uma variedade de temas, pelos quais mestres e especialistas deixaram-se levar, na teoria e na prática.

A pesquisa científica renova o professor, aproxima-o do estudante e amplia a cultura. Esse trabalho exigente faz com que a universidade abra suas janelas e portas para o mundo, procurando torná-lo melhor.

Esta revista apresenta artigos nas áreas de Educação, Economia, Administração, Saúde, História, Informática, Turismo, Lingüística e Esportes. Por meio deles, seus autores, os pesquisadores, revelam-se perante os leitores, como diz Helena Kolody*, a poetisa paranaense:

Linguagem cifrada
guarda o código genético
os signos da vida.
A vida conjuga os seres
e transmite sua mensagem.

Fahena Porto Horbatiuk
Presidente do Conselho Editorial

* KOLODY, Helena. **Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos**. Curitiba,PR: Criar, 2001.

APLICAÇÃO *WEB* PARA GERAÇÃO DE MALHAS-2D: IMPLEMENTAÇÃO DA MÉTRICA DE QUALIDADE DENOMINADA "RELAÇÃO PERIMETRAL - RP"

ALEXANDRE MANOEL DOS SANTOS
Graduado em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Especialista em Desenvolvimento de Sistemas pela FURB. Mestrando em Mecânica Computacional na Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor da FACE e COLTEC.
E-mail: salex@cni.unc.br

SÉRGIO SCHEER
Graduado em Engenharia Civil, pela UFPR. Mestre em Engenharia de Estruturas, pela UFRS. Doutor em Informática – Computação, pela PUC-Rio. Professor da UFPR e Diretor do CESEC/UFPR.

RESUMO

Malhas podem ser definidas como o resultado obtido com a realização de um processo de quebra de um determinado domínio físico, em um conjunto de elementos menores, com o objetivo de facilitar a obtenção de uma solução numérica para uma determinada Equação Diferencial Parcial (PDE). Esse processo de discretização de domínio tem sido automatizado pela utilização de vários tipos de algoritmos, implementados em diversos sistemas computacionais, com o objetivo de atender à crescente demanda por *Meshing Tecnology*. Uma das principais facilidades oferecidas por tais tecnologias está voltada para a busca de solução de problemas de engenharia, em que as técnicas de FEM são aplicáveis. De fato, humanos especialistas nestas técnicas desejam discretizar domínios geométricos bastante complexos, freqüentemente constituídos de milhares ou até mesmo de bilhões de elementos, com o menor número de interações possível. O propósito deste artigo é fornecer uma *web application* , simples e didática, geradora de malhas não-estruturadas em duas dimensões, que permite a avaliação de uma dada malha, no que diz respeito à sua qualidade global, por meio de operações de definição e de manipulação sobre um conjunto específico de propriedades dos seus elementos. Espera-se, também, contribuir tanto para o entendimento do processo de geração de malhas como para justificar a sua relevância na solução numérica de problemas de engenharia.

Palavras-chave: meshing, mesh quality e aplicação web.

ABSTRACT

Meshing can be defined as the result obtained from the elaboration of a process that breaks a certain physical domain in a group of smaller elements, with the aim of making the acquirement of a numerical solution for a certain Partial Differential Equation (PDE) easier. This process of domain discretion has been automated by the use of several kinds of algorithms, implemented in several computational systems, aiming at answering the growing demand for Meshing Technology. One of the main easiness offered by such technologies is the engineering problem solution, in which the FEM techniques are applied. Actually, humans who specialized in these techniques wish to **discrete** very complex geometrical domains, frequently constituted of millions, or even billions of elements, with the smallest possible number of interactions. This paper aims at providing a web application, simple and didactic, generator of non-structured mesh in two dimensions that allow the evaluation of a certain mesh, as far as its global quality is concerned, by means of operations of definition and manipulation over a specific group of properties of its elements. We also expect to contribute to the *understanding of* the meshing generation process as well as to the explanation of its relevance in the numerical solution of engineering problems.

Key-words: meshing, mesh quality, web application

1 INTRODUÇÃO

A despeito dos benefícios auferidos pela aplicação destas tecnologias, dados pelo alto nível de transparência, um importante aspecto é levantado: como desenvolver a sensibilidade necessária para analisar o relacionamento existente entre a qualidade de uma malha, num senso global, e a qualidade do elemento, em um senso local, com um mínimo de interações? O processo de geração de malhas consiste na discretização de um dado domínio geométrico em pequenos e simples elementos. Esses elementos podem assumir formas triangulares ou quadrilaterais, no caso de malhas em duas dimensões, ou ainda, no caso de malhas em três dimensões, formas tetraédricas ou hexaédricas. As malhas, em 2D ou em 3D, podem ser tanto do tipo Estruturadas como do tipo Não-Estruturadas. Tipicamente, malhas estruturadas em duas dimensões utilizam elementos quadrilaterais, enquanto malhas não-estruturadas utilizam elementos triangulares. Alguns autores, como Bern e Eppstein (1995) apresentam ainda malhas do tipo Híbridas, que são derivadas dos dois tipos mencionados anteriormente. Obviamente, a multiplicidade de tipos de malhas e de elementos induz uma quantidade ainda maior de processos e técnicas de geração. Cada qual possui um conjunto de aspectos positivos e negativos, em relação à sua aplicabilidade a um determinado tipo de problema ou de domínio geométrico.

Tanto a descrição dos vários tipos de malhas existentes, como das técnicas para a sua geração, não fazem parte do escopo deste artigo. Também está fora desta discussão o processo de construção e de modelagem dos domínios geométricos aqui apresentados. Simplesmente será assumido que esses domínios se apresentam mediante uma nuvem de pontos, cuja estrutura de dados poderia ser importada ou obtida por uma interface específica da aplicação *web*.

2 MESHING

O processo de geração de malhas é realizado no contexto da aplicação web, cuja principal funcionalidade é permitir operações de definição e de manipulação das propriedades dos elementos triangulares de uma malha 2D, nela descrita e representada. Assim, busca-se o refinamento automático dessa malha, de modo que sua qualidade seja observada durante cada fase de refinamento.

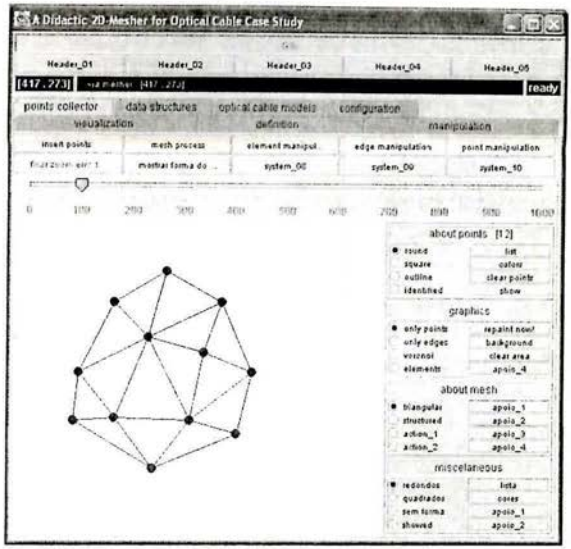

Figura 1 – A interface da Aplicação *Web*

2.1 O PROCESSO DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA MALHA

Se todo sistema malhador gerasse, automaticamente, malhas de boa qualidade, teríamos como *input* desse sistema apenas a especificação do domínio geométrico a ser discretizado; como *output*, uma malha de qualidade garantida. Obviamente, essa situação é pouco freqüente e mais rara, ainda, para o caso da geração automatizada de malhas não-estruturadas. Dessa forma, a introdução de uma fase de análise da qualidade global da malha, por um humano especialista, durante o processo de refinamento sucessivo, é fundamental para garantir a convergência para uma qualidade final aceitável. Além disso, sob o ponto de vista do analista, é sempre interessante ter à disposição a oportunidade de realização de um novo refinamento.

A *web application* também fornece um conjunto de medidas de qualidade para serem usadas no processo de análise. Essas medidas podem ser capturadas e observadas pelo analista, em tempo de execução, por uma interface específica. A figura 2 descreve o modelo do processo de análise de qualidade de uma malha gerada por esse aplicativo.

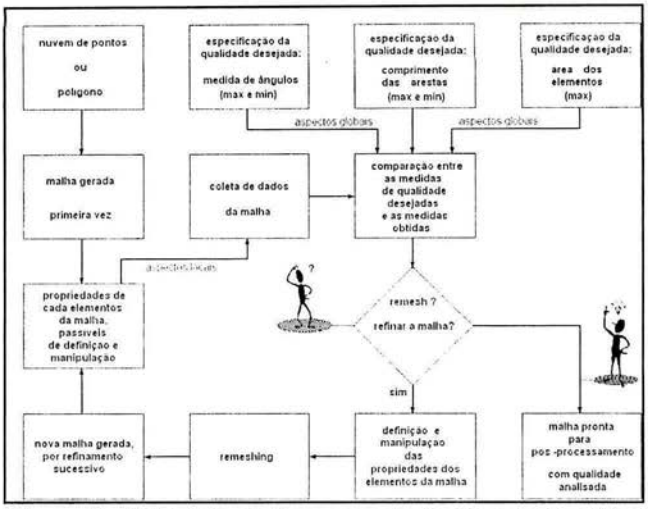

Figura 2 – O Modelo do Processo de Análise de Qualidade

Uma vez medida a qualidade local dos elementos da malha, pela observação dos valores de suas propriedades, é possível compará-la às medidas desejadas, de qualidade global. Essas medidas globais também podem ser especificadas em tempo de execução, dando maior flexibilidade ao processo de refinamento. Assim, o analista tem a oportunidade de refinar sucessivamente a malha, até que ela seja considerada adequada para o pós-processamento.

Existem diversos critérios de qualidade, que podem ser utilizados no processo de análise de uma malha. No caso de malhas não-estruturadas, citamos, por exemplo, o critério de suavidade na transição entre elementos de tamanhos distintos, da restrição sobre os valores do raio das circunferências que circunscrevem os elementos triangulares, dos valores máximos e mínimos do comprimento das arestas, dos ângulos internos, entre outros (BERN, 1995; CHEW, 1989).

2.2 A MÉTRICA DE QUALIDADE DA MALHA UTILIZADA

Especificamente, a *web application* apresentada aqui utiliza uma métrica própria, baseada no conceito denominado "Relação Perimetral – *RP*". Esse conceito, formado por um conjunto de proposições adequadas, estabelece que a qualidade de um elemento da malha pode ser medida por meio do conhecimento antecipado de sua área, pela qual um mapeamento específico determina a relação entre o perímetro desse elemento e o perímetro de um elemento "virtual", de comparação, denominado "Triângulo Ideal Equivalente – TIE". A variação perimetral "IRP" fornece um índice capaz de descrever o quanto um dado elemento triangular

está distante de seu próprio "TIE" ideal, em termos de pontos por mil. Dessa forma, é possível construir um histograma, denominado "Espectro de Qualidade", onde se apresentam os valores dos IRP's de todos os elementos da malha. Por conseqüência, obtém-se a descrição completa da freqüência de ocorrência daqueles valores, no espectro de qualidade. A figura 3 descreve a definição de "TIE", que representa o núcleo da métrica de qualidade da aplicação *web*.

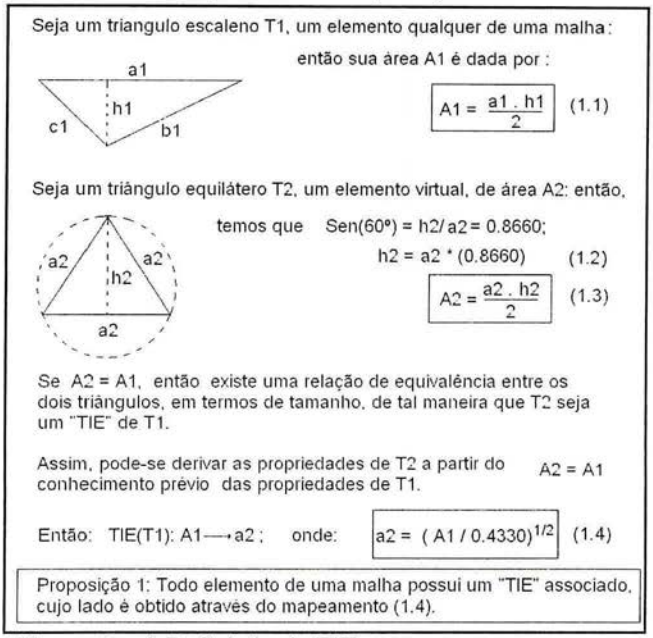

Figura 3 – A Definição de TIE

O ponto forte desta abordagem é que o processo de refinamento da malha e da análise de sua qualidade ocorre de forma didática, de tal maneira que o analista perceba o impacto de suas manipulações locais sobre os aspectos globais da malha, após o devido refinamento. O impacto global na malha é medido pela variação da qualidade global da malha, calculada por meio do "irp_global", dado pela média aritmética dos "IRP_Local" pertencentes a cada elemento da malha, no momento da medição.

Essa é a razão pela qual se imputa ao referido sistema computacional a qualidade de contribuir para o desenvolvimento da sensibilidade do humano analista, necessária para a análise do relacionamento existente entre a qualidade da malha, num senso global, e a qualidade dos seus elementos, num senso local.

2.3 REFINAMENTOS SUCESSIVOS DA MALHA

Ainda com relação à aplicação *web*, um conjunto de interfaces adequa-

das permite que um humano analista realize o processo de alteração das propriedades de uma malha, buscando o seu refinamento. Por exemplo, podemos apresentar o seguinte cenário: Suponhamos que um analista deseje alterar a área máxima dos elementos existentes na coleção de elementos de uma dada malha. De acordo com a figura 4, o analista estaria interessado em disparar a execução da atividade número 13, que conseqüentemente, iria repercutir na cardinalidade da coleção de pontos, arestas e elementos (pois exigiria a inserção de novos elementos). Para escolher um tamanho máximo ideal, ele poderia chamar o serviço computacional para apresentar a área de um dado elemento que considera adequado. Além da área, poderia observar também outras propriedades desse elemento, de forma que essas informações o auxiliem na identificação daquele parâmetro e ainda na escolha de outros parâmetros que sejam úteis na definição das condições e das restrições necessárias ao refinamento da malha.

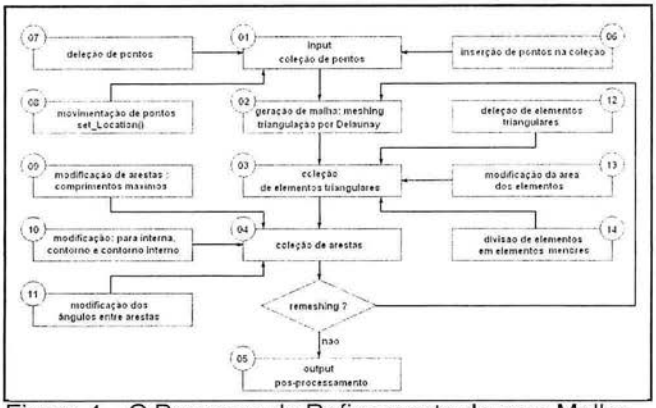

Figura 4 – O Processo de Refinamento de uma Malha

Analogamente, em um outro cenário, o analista poderia estar interessado em especificar contornos internos ao domínio geométrico, com o objetivo de caracterizar buracos e furos nele existentes. Para tanto, seria necessária a realização das atividades 10, 11 e 12, no mínimo. O fato de especificar um contorno interno impõe algumas restrições importantes, que o sistema computacional deve considerar, antes do processo de refinamento.

Um exemplo clássico é dado quando um determinado ponto, pertencente ao contorno interno do domínio geométrico, é solicitado para ser excluído da coleção. Nesse caso, o sistema deveria emitir um aviso sobre a impossibilidade de realização dessa atividade, uma vez que poderia descaracterizar completamente a representação geométrica daquele domínio.

Assim, espera-se que a utilização do sistema computacional pelo analista permita a convergência para um refinamento mais adequado da malha, com um menor número de interações.

3 ESTRUTURA DE DADOS DA APLICAÇÃO *WEB*

O objetivo desta seção é apresentar, de forma bastante simplificada, as estruturas de dados que são utilizadas para a implementação dos algoritmos que estabelecem o correto funcionamento das facilidades fornecidas pela *web application*. Essas estruturas estão representadas por meio de cinco classes informacionais exclusivas que, com seus métodos e atributos, trocam entre si mensagens, em tempo de execução, de modo a manter o controle de todas as operações que são realizadas pelo sistema computacional.

Essas classes foram implementadas na Linguagem Java, utilizando o J2SDK-1.4.1. Assim, o funcionamento do sistema pode ser observado, utilizando-se um *browser* qualquer. Entretanto, devido ao fato de que algumas funcionalidades do *applet* foram implementadas, utilizando-se a biblioteca *javax.swing*, convém utilizar versões equivalentes (ou superiores) a 4.0 dos sistemas Explorer e Netscape. A figura 5 descreve as classes utilizadas pela aplicação.

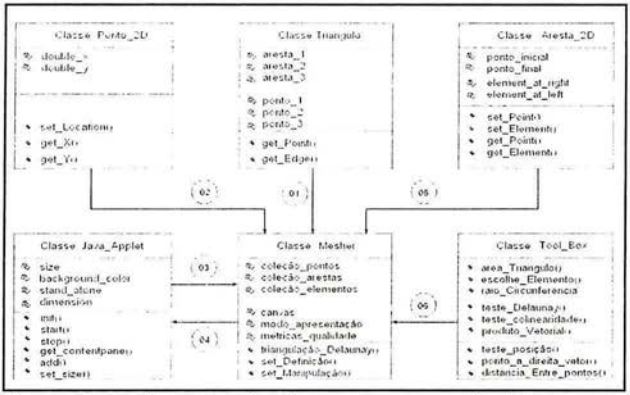

Figura 5 – Diagrama de classes e seus relacionamentos

Os relacionamentos existentes entre esta classe e a classe "Mesher", denominados "03" e "04", representam as trocas de mensagens necessárias, para que todas as interfaces do sistema possam oferecer as funcionalidades aos usuários.

Com relação à classe denominada "Mesher", temos que ela praticamente centraliza todo o controle sobre o processo de coleta de pontos, de geração da primeira malha, sobre o processo de análise da qualidade da malha e, principalmente, sobre o processo de definição e de manipulação das propriedades da malha. Conforme pode ser observado pelos relacionamentos "01", "02" e "05", percebemos que essa classe troca mensagens com as classes "Ponto_2D", "Triângulo" e "Aresta_2D". Com a primeira, troca mensagens no sentido de controlar a coleção de pontos e todas as atividades que permitem a definição e manipulação deles, dentro da coleção. Com a classe "Triângulo" a troca de mensagens se dá com o

objetivo de garantir com que os seus atributos atuem corretamente, como ponteiros para as posições deles, nas devidas coleções. Em outras palavras, espera-se que um triângulo esteja corretamente especificado em termos de suas triplas de pontos e de arestas. Cada ponto da classe "Triângulo" aponta para uma posição na coleção de pontos da classe "Mesher". Da mesma forma, cada aresta da classe "Triângulo" aponta para uma posição específica na coleção de arestas da classe "Mesher". Além dessa correspondência, a classe "Mesher" garante com que todo processo de definição e manipulação desses atributos ocorra conforme os princípios de consistência e de representatividade da malha. Por último, a classe "Mesher" troca ainda mensagens com a classe "Aresta_2D". Desse relacionamento, percebe-se a maneira pela qual uma aresta aponta para uma posição da coleção de pontos. Assim, uma instância da classe "Aresta_2D" possui dois atributos para descrever dois pontos, um inicial e o outro final, e ainda dois ponteiros para descrever os elementos que estão posicionados à esquerda e à direita dessa aresta. De posse dessa base de conhecimento, e dos métodos estáticos disponibilizados pela classe "Tool_Box", é possível realizar todas as atividades dos processos descritos neste artigo. Somente para exemplificar, esses métodos seriam convenientemente utilizados para verificar que ponto da malha encontra-se mais proximamente localizado à esquerda de uma determinada aresta. Essa heurística seria utilizada na atividade de refinamento da malha, em que a triangulação de uma determinada região do domínio geométrico fosse necessária. Ainda com relação à classe "Mesher", temos que ela também controla uma coleção de coleções, de modo a permitir com que refinamentos distintos, portanto malhas distintas, sejam comparadas entre si, quando ambos são derivados de uma mesma nuvem de pontos inicial. Para tantos controles, essa classe utiliza um grande conjunto de estruturas de dados, todas encapsuladas. Por motivos de simplificação, estamos admitindo que essas estruturas estão representadas pelos atributos, métodos e relacionamentos das classes descritas no diagrama da figura 5.

4 ESTUDO DE CASO: UM CADEADO

Para demonstrar tanto o funcionamento da aplicação *web* como a utilização da métrica de qualidade por ela implementada, utilizamos um domínio geométrico de uma chapa de aço, cuja malha deverá descrever uma geometria parecida com a de um cadeado. Nela, pode-se perceber a existência de buracos, orelhas e contornos internos. Esses elementos representam aspectos importantes, que todo sistema malhador deve considerar. A figura 6 descreve a nuvem de 80 pontos desse "cadeado", já triangulada pela primeira vez. É importante aqui salientar que a nuvem inicial de pontos sempre representa o menor conjunto possível de pontos, que são suficientes para descrever a geometria da peça em estudo. Assim, a medida de qualidade da primeira malha é geralmente ruim. Nessa

abordagem, veremos que, de fato, ela é péssima, com valor de "irp_global" igual a 137 pontos por mil. Um conjunto de três refinamentos é realizado com o objetivo de melhorar a qualidade global dessa malha, de modo que após o terceiro refinamento, obteve-se um valor de "irp_global" igual à 37 pontos por mil. Esse novo valor, de acordo com o espectro de qualidade, representa uma malha de qualidade denominada "boa". A figura 6 descreve a malha gerada pela primeira vez.

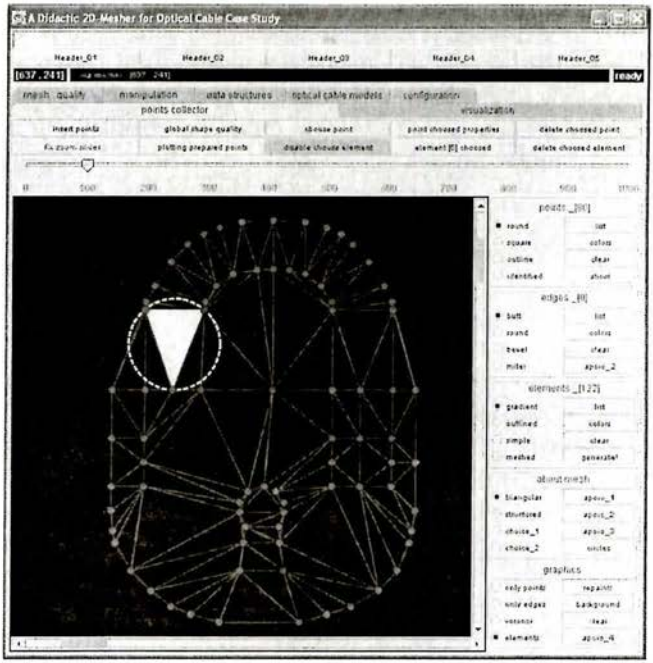

Figura 6 – Malha inicial, cujo "irp_global" vale 137 pontos

Abaixo, temos uma interface descrevendo, na figura 7, as avaliações de qualidade global para três refinamentos. Nela podemos observar como o histograma de freqüência de ocorrência varia com os refinamentos, demonstrando que a quantidade de elementos considerados "ruins" , "muito ruins" e "péssimos" , aproximadamente 60% de todos os elementos da malha, caem para menos de 3%. É importante salientar aqui que, no terceiro refinamento, levou-se a zero a quantidade de elementos péssimos.

Figura 7 – Qualidade Global da Malha em três refinamentos

No segundo refinamento houve a inserção de novos pontos, fazendo com que a coleção de 80 pontos iniciais mudasse para 243 pontos finais. Já o terceiro refinamento, descrito na figura 8, representa as atividades de deleção de elementos que não fazem parte do domínio geométrico da peça: orelhas, buracos e contornos internos. Essa fase elevou o número de elementos de 122 iniciais para 342 elementos finais na coleção.

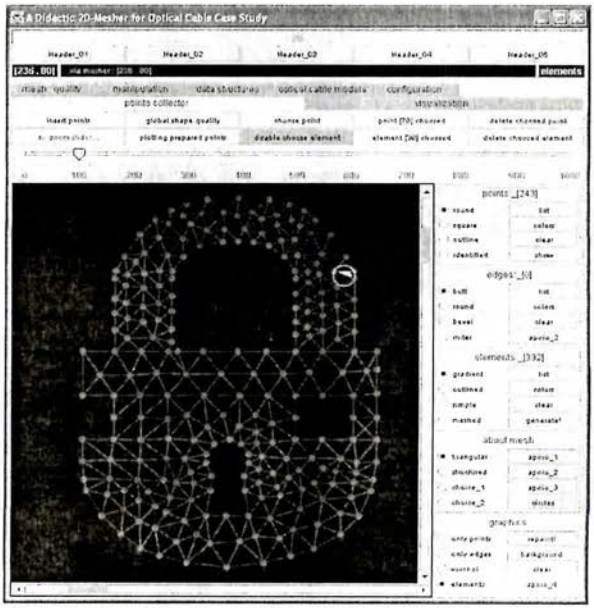

Figura 8 – A Malha, após o terceiro refinamento

É importante destacar que a aplicação *web* fornece um conjunto de interfaces adequadas para a investigação dos elementos que possuem qualidade inferior. Dessa forma, é sempre possível refinar novamente a malha, buscando-se uma maximização da sua qualidade global. Por exemplo, poder-se-ia realizar análise visual, sobre a topologia da malha, e ainda visualizar, individualmente, cada um de seus elementos, observando sua qualidade local. A operação inversa também é possível: a partir do conhecimento de um dado elemento "ruim", é possível observar onde ele se encontra na malha. Assim, o processo de refinamento e o processo de acompanhamento da variação da qualidade global da malha são realizados de forma interativa, resultando na ampliação da sensibilidade do humano analista e ainda desenvolvendo a sua percepção sobre o impacto causado na qualidade global da malha com a realização de operações de definição e de manipulação de seus elementos constitutivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema computacional apresentado aqui foi desenvolvido nos moldes da Orientação a Objetos e implementado utilizando-se a linguagem Java, versão J2SDK_1.4.1. Por meio da sua interação, objetiva-se aumentar o acesso e facilitar a habilidade para a análise de malhas e a sua construção automatizada. A principal característica da abordagem utilizada na construção desse aplicativo é que ele implementa um modelo de processo de análise de qualidade, um modelo de processo de *meshing* previamente estabelecido. e ainda utiliza uma métrica própria, desenvolvida pelos autores, descrita por Santos e Scheer (2002). Um estudo de caso é apresentado para demonstrar a validade da referida abordagem. Futuramente, pretende-se verificar a utilização de malhas refinadas por esse aplicativo em pós-processadores comerciais.

A *web application* descrita neste artigo também está sendo utilizada para a modelagem geométrica de um cabo de fibra ótica. Como essa funcionalidade é totalmente nova, outras estruturas de dados deverão fazer parte de sua implementação, de modo que malhas estruturadas também sejam geradas e analisadas por esse sistema computacional. O objetivo deste estudo de caso é apresentar a *web application* como um pré-processador, em muito, simplificado, de modo que seja possível realizar o processo de modelagem geométrica da seção transversal de um cabo de fibra ótica, atendendo parte dos trabalhos desenvolvidos em Vasconcelos, Tormena (1999) e Santos e Scheer (2002). Posteriormente, o seu pré-processador poderia exportar os dados do domínio geométrico em um formato utilizável por sistemas pós-processadores, utilizados na solução de problemas complexos de engenharia. Pretende-se, futuramente, construir uma interface de exportação, no padrão ANSYS 5.3, entre outros.

REFERÊNCIAS

BERN, M ; EPPSTEIN, D.. Mesh generation and optimal triangulation, In: DU, D.Z.;HWANG, F. K.(Ed.) **Computing and euclidean geometry**. 2.ed. Singapure: World Scientific, 1995.

CHEW, P. L. **Garanteed-quality triangular meshes**. New York: Cornell University, 1989. TR 89-983

CRAIG, L. **Utilizando UNL e padrões**: uma introdução à análise e ao projeto orientados à objetos. Porto Alegre: Bookman, 2000.

DELAUNAY, B. N. **Sur la sphère vide**. Izvestia Akademia Nauk SSSR, 7- Seria, Otdelenie Matematicheskii i Estestvennyka Nauk. 1934. v. 7 p.793-800.

GEORGE, P.L. **Automatic mesh generation**. New York: Wiley, 1991.

HSUAN-CHENG L. J. **A two dimensional triangular mesh generator for finite elements**. Degree (Master of Science in Civil Engineering). Pittsburg: University of Pittsburg, 1997.

OWEN, S. J. **Meshing research corner**. Disponível em: <http:www.andrew.cmu.edu/user /sowen/softsurv.html>. Acesso em: 19 out.2002.

SANTOS, A. M. dos; SCHEER, S. **A didactic 2D-Mesher for definition and manipulation of mesh properties: na optical cable case study**. Santa Fé,PR/ Argentina : S.R. Idelsohm, V.E. Sonzogoni & A. Cardona Editores, 2002. (Mecânica Computacional,21)

VASCONCELOS, C. ; TORMENA, F. et al. **Modelagem do comportamento mecânico de cabos de fibras óticas sujeitos à compressão diametral**: relatório técnico. Curitiba: PPGMNE / CESEC / UFPR-BR, 1999.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE GESTORES PÚBLICOS

VAGNER VIEIRA
Bacharel em Administração de Empresas–FACE-UVA,PR. Especialista em Administração Empresarial –UFPR. Especialista em Gestão Fazendária – UFSC. Fiscal de Mercadoria em Trânsito da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.
E-mail: vagner-vieira@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, sobre as formas de capacitação administrativa e formação de gestores no âmbito público. O trabalho faz um paralelo entre os programas de reforma do Setor Público e as estratégias criadas para se adequarem de maneira clara e concisa, as formas de gerenciamento das empresas privadas para o Setor Público. Com base nesse paralelo, tem-se a nítida conclusão de que o treinamento, não só dos altos cargos, mas também dos subordinados, está intimamente ligado ao sucesso da reforma pretendida. Traça-se o perfil do gestor para a administração pública e é apresentada sua postura diante das mudanças sugeridas.

Palavras-chave: formação de gestores governamentais, administração pública, capacitação administrativa

ABSTRACT

This paper presents a bibliographical research on the forms of administrative training and the formation of managers in the public sector. This study makes a parallel between the reform programs of the Public Sector and the were created to adjust in a clear and concise way the management structures of private enterprises for the high positions, as well as the training for the subordinates is deeply connected to the success of the intended reform. The profile of the manager for public administration is outlined and their attitudes towards the suggested changes are presented.

Key-word: public manager development, public administration, administrative qualification

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu da necessidade de se saber mais sobre as atividades do gestor na administração pública. O tema tem-se convertido claramente em uma das questões mais abordadas nos novos tempos. Um gestor qualificado é um dos recursos mais cobiçados no mundo organizacional. Trata-se de um recurso estratégico e, por outro lado, escasso, e precioso. Não pretendemos, neste trabalho, tratar o assunto de modo exaustivo, mas apenas indicando os vários problemas diferentes dos tradicionalmente enfrentados pelas empresas privadas, tendo sido feita uma revisão do referencial bibliográfico existente.

Não há nenhuma atividade significativa da vida das sociedades modernas que não se desenvolva mediante organizações. Gerenciar é tratar de alcançar as metas previstas mediante este que é o modo de aglutinação de esforços característicos das sociedades humanas. Gerenciar, nos dias de hoje, implica interrogantes muito diferentes daqueles que implicavam há pouco tempo, pois a idéia fundamental em gerência atualmente é que o passado não serve de parâmetro, porque, devido às mudanças aceleradas, o presente difere do passado e o futuro diferirá ainda mais do presente. Assim, faz-se necessário que as organizações públicas sofistiquem seus mecanismos de interpretação da realidade e sua capacidade de ajuste adaptativo a ela.

Gerenciar, no setor público, implica provavelmente maiores esforços que nas empresas privadas, devido suas características e objetivos. As mudanças recentes no cotidiano das organizações, afeta os parâmetros nos quais se move qualquer tipo de gerência. Os avanços tecnológicos causam as transformações nos campos econômico e político, com a globalização e a inter-relação entre países no âmbito do sistema econômico mundial e do sistema político mundial. Onde os impactos significativos têm repercussões da maior significação em todo o mundo e, além disso, as têm em tempo real, transladam-se imediatamente, afetando aspectos fundamentais das atividades sociais mais distantes. Mostramos, ainda, que a gerência pública conduzida pelo paradigma tradicional será necessariamente impotente para contestar, com eficiência, as novas demandas antes expostas: gerentes qualificados, complexidade, qualidade dos serviços, desenvolvimento humano, demonstramos ainda que não há nenhuma razão para se pensar que no setor público não pode haver gerência da melhor qualidade. Em suma, por meio da gerência, implementar-se-ão ou se frustrarão as políticas mais bem desenhadas, os objetivos mais interessantes, tanto no campo da política econômica como no campo da política social.

Com a formação de gestores governamentais, a vocação ao serviço público, com instrumental moderno adaptado às especificidades da gerência pública,

será o caminho para se solucionar os graves problemas na Administração Pública.

2 HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES PUBLICAS

O Estado brasileiro, como ente representativo da sociedade e de seus anseios, estruturou-se nos últimos anos mediante organizações burocráticas públicas regulamentadas e organizadas por padrões e concepções diferentes, segundo cada época específica. Nas décadas de 30 a 60, o Estado brasileiro organizou sua ação predominantemente com entidades da administração direta com um alto grau de controle burocrático dos processos de execução, o chamado modelo clássico.

Já nas décadas de 60 a 80, houve uma ênfase na criação da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas etc). O nível de controle dessas novas organizações era pequeno, compatível com a época, que apresentava excedente de recursos financeiros, internos e externos. Esse novo modelo descentralizado pôde propiciar uma expansão acelerada da ação do Estado brasileiro, mas a custos elevados.

Diante das crises econômica, social e política da América Latina, nos anos 80, podemos citar os problemas da administração pública, principalmente quanto à má qualidade dos serviços prestados à população, evidenciando o descontentamento da sociedade, diante da deficiência da capacidade administrativa do aparato estatal. Diante desse cenário, houve tentativas de mudanças no sistema administrativo e adoção de novas técnicas gerenciais como estratégia de reforma do Estado.

Nos países da América Latina, principalmente no Brasil, com o intuito de criar uma infra-estrutura institucional para a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos especializados para o sistema administrativo, foi considerada fundamental a capacitação de servidores de alto nível, essencialmente para o provimento de funções de gestão e assessoramento. Servidores voltados para analisar os problemas socioeconômicos, com competência para buscar soluções, passaram a ser vista pelos governos como uma estratégia de transformação do Estado, colocando-o efetivamente a serviço da sociedade.

Em 1985, o governo Sarney trouxe a proposta de uma reforma administrativa da chamada Nova República, na tentativa de atender às demandas por reestruturação do Estado. Segundo Souza (1996, p.34), "a máquina burocrática estava desarticulada, desestimulada e sem condições de dar respostas às necessidades sociais, em um período complexo e difícil, rumo a um regime democrático". Surgem, assim, novas diretrizes, como a racionalização e contenção de gastos públicos, a formulação de novas políticas de recursos humanos e a racionalização da estrutura da administração pública.

A partir dessas diretrizes, o governo tomou medidas para a valorização

da função pública, renovação dos quadros, planos de avaliação de desempenho do servidor, plano de carreira, abrangendo recrutamento e seleção por mérito e a execução permanente de programas de capacitação de recursos humanos.

A formação e o treinamento de gestores governamentais acontece no Brasil, desde 1945, sempre com a finalidade de acompanhar, avaliar e promover a execução de atividades referentes a cursos de formação, treinamento, recrutamento e seleção de recursos humanos. Nos anos 60 e 70, criaram-se várias escolas destinadas à formação de quadros que conduzissem o processo de desenvolvimento nacional. O período foi caracterizado pela ideologia da competência e da racionalidade. A máquina estatal deveria adequar-se às propostas modernizantes, vinculadas ao desenvolvimento e ao conceito de administração pública, sendo criadas escolas voltadas para a capacitação de administradores públicos.

Estudos têm sido realizados no sentido de identificar modelos para uma nova administração pública. As características desses modelos são: a eficiência, tentando tornar as organizações públicas parecidas com a iniciativa privada; o downsizing e a descentralização, trazendo como pontos característicos o "enxugamento" organizacional, uma busca por maior flexibilidade, abandono do alto grau de padronização, o aumento da descentralização da responsabilidade estratégica orçamentária, o aumento da terceirização e a divisão dos quadros entre um pequeno grupo estratégico e uma grande periferia operacional; a busca de excelência, dando ênfase ao desenvolvimento organizacional, à aprendizagem, à cultura organizacional, ao desempenho julgado com base nos resultados, à função de gestão de recursos humanos mais firme e estratégica; a orientação para o serviço público, representando o delineamento de um novo setor público, no qual o processo de gestão surge da fusão de idéias de gestão dos setores público e privado, buscando a revitalização dos administradores, a qualidade dos serviços e uma abordagem voltada para o valor, baseada na missão de alcançar a excelência dos serviços públicos.

No Brasil, os programas de formação de servidores públicos surgiram dos processos das reformas estatais, dando um perfil dos servidores, conforme as tendências mundiais, pelo contexto político-econômico e pelo modelo do Estado.

Os esforços de modernização empreendidos pela administração pública brasileira vêm desde o governo Vargas (1938), com o objetivo de prestar assessoramento ao presidente da República em assuntos de administração geral.

3 CULTURA ORGANIZACIONAL

Tylor, em 1871, em seu livro Primitive culture (apud SIQUEIRA, 1996), conceituou cultura como "aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade".

Porém, o fato de um sistema de significados, produzindo algum tipo de identidade, ser compartilhado por um grupo não implica consenso e, tampouco, que os membros do grupo estejam de acordo sobre questões específicas. Compartilhar um sistema de significados quer apenas dizer que um grupo de pessoas consegue entender-se mutuamente e possui uma compreensão similar sobre como o mundo funciona, mesmo que haja desacordo entre elas sobre muitos de seus significados.

"Cultura organizacional é o conjunto de fenômenos resultantes da ação humana..." (KNECHTEL, 2000).

Para uma pessoa, pertencer a uma mesma cultura, seja nacional, política, organizacional ou profissional, significa, portanto, ter algum tipo de identidade compartilhada, funcionar segundo um certo registro simbólico, que a diferencia de um outro.

A liderança e a cultura andam juntas, pois o líder deve ter um comportamento de papel funcional, que estimule os subordinados a se identificarem com eles, e seguirem suas crenças, valores e premissas que devem estar de acordo com a cultura da organização.

O desenvolvimento gerencial é uma função tipicamente muito frágil, se a organização estiver em fase de mudanças, à medida que a taxa de mudança aumenta nos ambientes tecnológico, econômico, político e sociocultural, o líder tem de pensar como agente de mudança, pois terá que desaprender tudo que tinha como certo e imutável, tendo, no processo, uma série de conflitos, como ansiedade, atitude defensiva e uma certa resistência à mudança.

O conjunto de valores, normas e padrões sociais influenciam o ambiente organizacional, delimitando o que se conceitua como cultura organizacional. Segundo Kanaane (1999, p.28), para que ocorra efetivo desenvolvimento organizacional, deve-se buscar, além do aprimoramento estritamente técnico, desenvolver a competência pessoal e interpessoal, facilitando dessa forma o dinamismo organizacional, como tocante à revisão de sua estrutura, seu funcionamento e seu relacionamento com o ambiente externo à organização.

Na dinâmica cultural, o fato de os dirigentes não poderem arbitrariamente mudar a cultura, no sentido de eliminar elementos disfuncionais, pode, no entanto, promover sua evolução, com base em seus pontos fortes, deixando os pontos fracos atrofiarem com o tempo. A cultura não pode ser manipulada por meio do anúncio de mudanças ou da instituição de programas. Tais mudanças só ocorrem a partir de uma mudança legítima no comportamento dos líderes e pela incorporação de novas definições nos processos e rotinas organizacionais.

Peter Drucker (2000, p.87) afirma que:

> o líder precisa agir de acordo com o que diz e isto, é claro, implica que ele também se submeta à uma transformação pessoal como parte do processo de mudança total [...], se a organização estiver em dificuldades maiores e sua cultura estiver realmente inibindo o tipo de crescimento e mudanças

> necessários, o líder, enquanto agente de mudança, precisa às vezes aceitar com coragem coisas desagradáveis e destruir algumas figuras centrais portadoras da cultura na organização, [...] o dirigente pode criar uma nova organização com novos procedimentos, mas o desenvolvimento da cultura requer um aprendizado coletivo e repetidas experiências de sucesso ou fracasso.

A partir do comportamento das pessoas, passível de observação e mensuração, os estudos nessa linha, sistematizam características básicas de um grupo ou organização e, então, identificam indivíduos desajustados, sugerindo medidas adaptativas nas relações humanas. A cultura, assim, seria gerenciável e fundamental ao desenvolvimento de processos de mudança.

Quanto às organizações públicas, parece consensual que o fato de serem financiadas pelos contribuintes faz com que o interesse a respeito de seu funcionamento e resultados seja mais amplo. Embora a sociedade tenha uma imagem negativa do funcionário público, segundo Veneu (apud SIQUEIRA, 1996, p.125), pesquisas têm revelado valores compartilhados de orgulho e idealismo. As imagens e valores predominantes na sociedade sobre as organizações públicas e sobre o funcionário público parecem ser marcadas por duas éticas componentes da cultura brasileira: a ética burocrática e a ética pessoal, condicionando as representações sociais da administração pública brasileira.

4 RENOVAÇÃO DOS PARADIGMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os novos paradigmas da administração pública apontam para uma nova filosofia de gestão, baseada na competitividade, organizações públicas empreendedoras, que aprendem, inovam e se aperfeiçoam constantemente, isso é não apenas seguir regras, mas obter resultados. Definindo missões e objetivos; dirigir mais e disputar menos, expor os serviços públicos à competição, procurando soluções de mercado e não-administrativas, medindo o sucesso pela satisfação do usuário dos serviços, introduzindo novos conceitos de responsabilidade e de avaliação de desempenho na administração pública, muito diferente da que se apresenta desde Weber, em que a burocracia teve seus momentos de glória.

O alemão Max Weber (citado por TRAGTENBERG, 1985) desenvolveu alguns princípios para desenhar a hierarquia, de forma a alocar, efetivamente, a autoridade de tomada de decisão e controle sobre os recursos. Seu trabalho teve grande influência no desenho organizacional.

Burocracia é uma forma de estrutura organizacional, em que as pessoas podem ser supervisionadas por suas ações, pois elas devem agir de acordo com regras e procedimentos operacionais padronizados. O princípio burocrático de Weber oferece uma receita para criação e diferenciação da estrutura organizacional, em que a autoridade e responsabilidade por tarefas estão distribuídas de forma a

maximizar a efetividade organizacional:

a) a burocracia está fundamentada no conceito de autoridade racional-legal:
¨ Autoridade racional-legal é aquela que a pessoa possui em função de sua posição na organização. A obediência não se dá por qualidades pessoais, mas por nível de autoridade e responsabilidade pessoais, mas por nível de autoridade e responsabilidade pessoais associados à posição ocupada. Esse princípio indica que as escolhas que afetam o desenho da hierarquia organizacional devem estar baseadas na necessidade de tarefas, não de pessoas. Os subordinados devem obedecer aos gerentes pelo poder e autoridade da posição. Para a burocracia ser efetiva, a distinção entre posição e pessoas que as ocupam deve ser clara.

b) os papéis organizacionais são baseados em competências técnicas, não por causa de status social ou hereditariedade:
¨ Numa hierarquia bem desenhada, os papéis são ocupados por pessoas capazes de realizar o trabalho e não por indicações ou contatos pessoais. Esses dois primeiros princípios estabelecem o papel organizacional, e não as pessoas, como o componente básico da estrutura burocrática.

c) a responsabilidade das tarefas de um papel e a autoridade para a tomada de decisão, e suas relações com outros papéis na organização, devem estar claramente especificados:
¨ Diferenciação vertical e horizontal clara e consistente são as bases da efetividade organizacional. Quando os limites de autoridade e controle são bem especificados, assim como as tarefas dos vários papéis, cria-se um sistema estável, em que cada pessoa tem uma compreensão clara de seus direitos e responsabilidades, associados aos papéis organizacionais. Especificação clara de papéis, tarefas e autoridade evita muitos problemas de interação entre pessoas, conflitos e ambigüidades.

d) numa burocracia, a organização de papéis é tal que cada departamento na hierarquia está sob o controle e supervisão de um mais alto:
¨ Para controlar os relacionamentos de controle vertical, a organização deve ser desenhada de forma que cada pessoa reconheça a cadeia de comando. A organização deve delegar para cada pessoa que assume um papel, a autoridade necessária para tomar decisões e utilizar recursos.

e) regras, procedimentos operacionais padrão e normas devem ser usados para controlar o comportamento e relacionamento entre os papéis na organização:
¨ Regras (incluindo procedimentos operacionais) são instruções escritas e formais; normas são padrões não escritos de estilos de comportamento. Regras e normas fornecem o guia de comportamento que pode aumentar a efetividade, pois descreve a melhor maneira de realizar uma tarefa. Podem também aumentar a integração e coordenação entre os papéis organizacionais de níveis e funções diferentes.

f) os atos administrativos, decisões e regras devem ser formulados e escritos:

" Dessa forma, tornam-se guias oficiais de como a organização opera. Uma estrutura burocrática fornece para a organização uma memória de sua história, sendo responsabilidade das pessoas treinar seus sucessores e garantir que haja continuidade na hierarquia.

A burocracia possui vantagens, como fornecer as regras básicas para o desenho da hierarquia organizacional, que controla as interações entre seus membros; a especificação clara do relacionamento entre seus membros; a especificação clara do relacionamento entre a autoridade vertical e a tarefa horizontal, eliminando o questionamento sobre os papéis das pessoas, reduz os custos de transação, que surgem quando as pessoas precisam negociar e definir suas tarefas. Da mesma forma, o uso de regras e normas reduz o custo associado ao monitoramento das atividades dos subordinados e aumenta a integração. Regras escritas sobre recompensa reduzem o custo com avaliação de desempenho dos empregados.

A burocracia também fornece condições de estabilidade para os membros da organização terem uma visão de longo prazo e analisarem as relações com o ambiente. Mas, então, podemos nos perguntar: o que há de errado com a burocracia? Um dos problemas é que os gerentes falham no controle do desenvolvimento da hierarquia organizacional, resultando numa estrutura alta e centralizada, que prejudica a tomada de decisão. Outro problema é a dependência muito grande de regras e normas para a realização do trabalho, impedindo que as empresas enfrentem adequadamente o mundo globalizado, muito mais dinâmico, imprevisível e exigente. Quando uma organização se torna muito burocrática, a maior falha é de seus administradores, que preferem manter seu poder e proteger suas carreiras a buscar a eficiência organizacional. A organização informal é como se dá o desenvolvimento da rede de relacionamentos pessoais. Em todos os níveis de uma organização, a coordenação e as decisões freqüentemente acontecem fora dos canais formais, pois as pessoas interagem informalmente, criando inclusive regras e normas. Os gerentes, enquanto estão estabelecendo uma estrutura formal de papéis inter-relacionados, estão também criando uma estrutura social informal, que afeta comportamentos de maneira diferente das planejadas. Quando ocorre uma mudança, os gerentes devem considerar o efeito da organização informal no comportamento dos indivíduos e grupos.

Os gerentes devem aproveitar o poder da organização informal para atingir os objetivos da empresa e considerar as implicações das interações entre a hierarquia formal e informal, quando mudarem a forma de motivar e coordenar os empregados. A organização informal é sempre estabelecida e todos os funcionários a conhecem. A estrutura hierárquica formal é o mecanismo de controle principal, mas a estrutura informal também deve ser usada para permitir que as pessoas encontrem melhores soluções.

A idéia de que o setor público é menos produtivo do que outros setores da economia provém principalmente do fato de que não é possível transferir os conceitos vigentes no setor privado para o setor público, pois as organizações públicas têm uma complexa vida interna, alimentada por diversos fatores que defi-

nem, em conjunto, sua dinâmica efetiva. A ineficiência pública tem sido atribuída ao fato de que ela se distancia e muito, da maneira privada de administrar. Devemos, porém, levar em conta que há características burocráticas positivas, como o processo seletivo público, um sistema universal de remuneração, carreiras formalmente estruturadas e um sistema de treinamento que devem ser aperfeiçoados, com a preocupação com a flexibilidade, de maneira a não entrar em conflito com os novos princípios da administração pública. A idéia é a transformação de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, em uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. Nesse tipo de administração conservam-se alguns princípios da administração burocrática, como a admissão segundo critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado de remuneração, a organização em carreira, a avaliação de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental seria que deixaria de ser formal e passaria a ser de resultados, em que as instituições públicas estariam cumprindo adequadamente o seu papel.
Quando uma inovação gerencial é implementada em determinada organização, seu sucesso depende não só de seu desenho técnico, das normas instituídas ou da vontade dos dirigentes, mas das condições que eles adquirem para conduzir processos produzidos pelas interações entre pessoas concretas, os membros das organizações. Entender os caminhos e descaminhos desses processos implica, ao mesmo tempo, entender como essas pessoas concretas pensam e agem, seus valores, representações e práticas. Só assim chega-se à produção dos indicadores de eficiência, eficácia e qualidade.

> Na administração burocrática - alega-se - o interesse público muitas vezes se confunde com o interesse do próprio aparelhamento administrativo, de tal forma que os recursos públicos são utilizados e as atividades são exercidas prioritariamente em benefício do próprio aparelhamento e de seus servidores. Já a administração gerencial deve ser voltada para o cidadão. Daí a preocupação com o controle de resultados. Não interessa se os **meios** ou procedimentos são os melhores; os fins é que são importantes. (DI PIETRO, 1999, p.41, grifo do autor).

O que necessitamos é de uma reforma que, ao fazer um uso melhor e mais eficiente dos recursos limitados disponíveis, contribuirá para o desenvolvimento do país e tornará viável uma garantia mais efetiva dos direitos sociais por parte do Estado. Essa é a reforma gerencial, porque busca inspiração na administração das empresas privadas e porque visa a dar ao administrador público profissional condições efetivas de gerenciar com eficiência. É democrática, porque pressupõe a existência de um regime democrático, porque deixa claro o caráter específico, político, da administração pública e, principalmente, porque nela os mecanismos de controle, de caráter democrático, são essenciais para que possa haver delegação de autoridade e controle dos resultados. É social-democrática porque

afirma o papel do Estado, de garantir os direitos sociais e lhe fornece os instrumentos gerenciais para fazê-lo, de forma não apenas mais democrática, mas também mais eficiente do que faria o setor privado. É social-liberal, porque acredita no mercado como um ótimo, embora imperfeito alocador de recursos, buscando limitar a ação do Estado às áreas em que o mercado está ausente ou realiza mal sua tarefa coordenadora.

Enfim, a democratização da gestão pública requer uma forma de gestão distinta da forma tradicional.

> Para que a gestão seja de fato democrática, os setores implicados precisam ser organizados, fortes e representativos, para que possam participar das decisões e avaliações, de modo a interferirem na gestão da política, e para que as demandas dos vários setores sejam atendidas e seus interesses representados. A identificação das idéias, valores, recursos que os atores mobilizam na fase de implementação e sua ação permitem explicitar sua posição em relação à política e ao poder dos recursos por eles mobilizados. A negociação entre os atores é uma variável - chave para o estudo da democratização da gestão pública (BLOCH, 2000, p.153).

A administração pública não tem que ser um fator de bloqueio e nem se deve exigir dela que seja o motor da economia, mas entre a hostilidade à mudança e a adesão errada a todos os movimentos, há um largo espaço para a administração e a sua cultura se ajustarem e contribuírem ativamente para promover um ritmo rápido de crescimento econômico e social.

Para Campos (1999, p.189) :

> Não será com os anátemas triviais - preparação, lentidão, desperdício, desleixo, corrupção - que a administração se moderniza.[...] a sua oportunidade depende sempre dos governos. Um bom governo não põe a administração entre parêntesis, não a considera um mal necessário. Um bom governo aprende a conhecê-la intimamente, a ler os seus códigos internos, a conhecer a motivação dos seus agentes, para sobre eles moldar os comportamentos desejados. [...] os interesses corporativos só capturam a administração quando acima dela tal foi consentido, tolerado ou até incentivado. [...] todos os governos têm a tentação dos aprendizes de feiticeiro, de brincarem com o fogo que outros controlam. Com a habitual inexperiência e ignorância, em ciclo curto ou em alternância.

Portanto, eficiência, democratização, responsabilidade, resultados efetivamente produzidos e gestores voltados para o interesse público e para o cidadão são os componentes fundamentais para a renovação dos paradigmas das administrações públicas, pois o objetivo único é o da satisfação coletiva. Todos os serviços devem ser prestados em função da coletividade, do usuário final, que é o Cidadão.

4.1 REVALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO NO SETOR PÚBLICO

A cultura organizacional regida por uma lógica burocrática de organização, guiada por regras formais, diante da impessoalidade das normas, em geral termina por transformar um padrão descritivo de critérios e relações em padrões prescritivo, sem espaço para a informalidade e o desenvolvimento de noções mais flexíveis de gerenciamento, desconsiderando o elemento humano na organização.

> Diante da ausência de uma dinâmica intra-organizacional ficam a mercê da norma, tendendo a um processo de acomodação de interesses. Como conseqüência surgem os sentimentos de desestímulos, de estabilidade e de resistência as mudanças, que, aliados à isonomia salarial e à falta de preocupação com os resultados, são algumas das características que permeiam a maior parte das organizações, em particular as organizações públicas (MEDICI; SILVA, 1993, p.34).

Na organização produtiva o treinamento é permanente, faz parte do dia-a-dia do indivíduo, incluindo a assimilação das tarefas do cargo, o linguajar próprio da organização, seus rituais, seus valores e sua racionalidade, cabendo aos organismos formais de treinamento apenas uma parte do processo, que, por sua vez, relaciona-se com a instrução mais formalizada, com a reciclagem de conhecimentos e com o desenvolvimento de habilidades,,isto é, com o treinamento, elemento essencial da administração de recursos humanos em uma organização.

Na administração pública os recursos humanos são, em regra, incompreensíveis e inexpansíveis. Os recrutamentos estão fortemente condicionados. São limitados pela dinâmica das carreiras profissionais, por promoções quase automáticas, em que a incompetência e a preguiça são tratadas da mesma forma que a capacidade e a diligência.

> As chefias podem ser e são, em muitos casos, recrutadas sem constrangimento pelo governo. Em muitos casos, este princípio de livre escolha, embora acelere a rapidez da decisão, pode significar uma retribuição de favores, uma canção de fidelidade a políticas ou as pessoas, ou, pior ainda, a proteção ilegítima de um grupo ou até de uma casta. Daí que a tendência moderna do exercício do princípio da livre escolha das chefias seja temperada, em algumas administrações modernas, como no Reino Unido, pelo recrutamento por projetos definidos em programas de ação, com metas quantificadas e tempo limitado, mais realista, para a sua execução. O que pressupõe que a remuneração dos lugares tenha que ser tão competitiva como o foi o respectivo recrutamento. [...] No fim do mandato (três anos em muitos casos), o balanço é feito comparando o programado com o realizado. Se o responsável cumpriu as metas, será recompensado com novo mandato; se não cumpriu, será despedido sem apelo nem agravo. (CAMPOS, 1999, p. 173).

As evidências de toda ordem indicam que, nesse mundo de complexida-

de e incerteza, sem as pessoas, nenhuma organização irá longe. A chave está, mais que nunca, no capital humano, em sua motivação, em sua capacidade de entender a realidade, de adaptar, de criar, de inovar.

Deve haver uma perspectiva de crescimento e valorização no funcionalismo, pois a estagnação leva a um forte desestímulo do servidor, treinamento é importante para o progresso e renovação do atendimento, pois o funcionário trabalha com um público de todos os segmentos sociais, econômicos ou profissionais, e deve estar preparado para prestar um bom atendimento a esse público, mudando radicalmente o atendimento a que estamos acostumados a receber: viciado, obtuso, desrespeitoso e preconceituoso.

A maneira pela qual a burocracia pública dispõe e aloca seus recursos influencia tanto seu desempenho quanto a sua peculiar cultura. Por um lado, podemos ver funcionários conscientes do que a sociedade espera deles como membros da máquina pública, comprometidos com a qualidade na prestação de serviços à população, por outro, encontra-se uma "mão-de-obra" politizada e, em geral, desmotivada com as sucessivas ações do governo, no sentido de desestruturar a imagem do servidor público, não apenas em termos institucionais, mas principalmente no que se refere à base de sustentação sindical, política e econômica, esta última, mediante congelamento de salários e estímulos ao desligamento em massa.

O relacionamento entre funcionário e organização é de natureza complexa, de um lado o governo, que não representa o de que o funcionário gostaria e de outro o funcionário demonstrando um temor generalizado do novo. A idéia de burocracia é tão enraizada, que remete à idéia de imobilidade, rejeitando formas alternativas de organização, ou aceitando até a fase de implementação de mudanças, tal a força dos preceitos reguladores vigentes. O setor público necessita rever seus valores, principalmente a cultura organizacional, que leve em consideração o ambiente e as demandas peculiares do setor. A burocracia é o fundamental fator de racionalidade, predominante nas organizações públicas, o que acarreta toda uma série de atitudes voltadas à eternização dos processos existentes, isso é um sistema fechado. Os próprios funcionários sentem a necessidade de mudanças, com maior aproximação do mercado, e maior agilidade na resposta às mudanças ambientais, porém ainda se mostram "avessos" às mudanças, deixando claro que mudar é preciso, mas não de forma radical.

A lógica burocrática do serviço público é tão forte, que está assentada sobre a ignorância dos funcionários a respeito de seu próprio potencial de desenvolvimento e sobre o receio de trabalhar em um contexto flexível e sem a presença do manual, que tudo prevê e tudo regula. Dessa forma, conclui-se, então, que a falha maior está no sistema de treinamento.

Segundo Chiavenato (1997, p.289), os principais objetivos do treinamento são:

> a) preparar o pessoal para a execução imediata das diversas tarefas peculiares à organização;

b)proporcionar oportunidades para o contínuo desenvolvimento pessoal, não apenas em seus cargos atuais, mas também para outras funções, para as quais a pessoa pode ser considerada;
c)mudar a atitude das pessoas, com várias finalidades, entre as quais criar um clima mais satisfatório entre empregados, aumentar-lhes a motivação e torná-los mais receptivos às mudanças. (grifo nosso).

O treinamento é hoje uma atividade que busca absorver conceitos modernos de gestão da qualidade, conforme enfatiza Rabelo (1995, p.14): "O treinamento é provavelmente a função de gestão de pessoal mais destacada na literatura teórica e prática sobre melhoria da qualidade. Uma hipótese básica é que a organização sistemática do treinamento é um fator importante para o sucesso de um programa de melhoria da qualidade". Segundo Bonganhi (1994, p.443), para que as empresas realizem corretamente suas tarefas e produzam produtos com qualidade, é necessário que disponham de pessoal bem preparado. Ele considera que isso é possível pela adoção de uma política de recursos humanos adequada, coordenada por uma área de treinamento especializada e competente, fundamentada nas seguintes premissas básicas:

a) manter estável o quadro pessoal, especialmente nas atividades-chave;
b) controlar profissionais aptos para os cargos disponíveis, mas que possuam escolaridade suficiente, para um aprendizado rápido e com potencial de desenvolvimento;
c) treinar, sistematicamente, nas atribuições do cargo e nos procedimentos de operações;
d) retreinar todas as vezes que ocorrerem mudanças nas operações, processos e procedimentos;
e) treinar nas promoções, transferências de atividades e admissões de pessoal;
f) reciclar na política de qualidade da empresa e conscientizar nas novas metodologias implantadas.

Portanto, a busca da qualificação de recursos humanos e prestação de serviços requer treinamento contínuo, para manter padrões e índices de qualidade que satisfaçam e atendam às necessidades da clientela-alvo.

Assim, a justificativa para a realização de treinamentos respalda-se na concepção de que treinar recursos humanos, conforme a filosofia da qualidade operacional, assegura a cada um a realização de suas atividades de maneira mais correta e eficaz e também estimula e motiva a produtividade e o desempenho, uma vez que não basta recrutar recursos humanos preparados para suas funções; a implantação de novas tecnologias e o avanço do conhecimento requerem que, continuamente, as pessoas tenham a oportunidade de aprender novas idéias e novas habilidades, sendo criadas, permanentemente, oportunidades diversificadas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para a implantação da

gestão da qualidade.

Discorrendo sobre recursos humanos e a ISO 9000, Garcia (1994, p.189) ainda complementa: "A contribuição da área de recursos humanos para a obtenção da certificação ISO 9000 é decisiva e direta, uma vez que treinamento é um dos itens auditados em todas as versões da Norma". Dessa forma, ao investir no treinamento contínuo de seus funcionários, o setor público cria condições para a melhoria, estabelecendo as bases para realizar sua missão, de acordo com os propósitos do Estado.

Existem muitos meios para se realizar o levantamento das necessidades de treinamento (LNT), descritos na literatura; porém, não é possível definir qual é o melhor ou o mais recomendado. O ideal é combiná-los.

> É imprescindível que os órgãos dirigentes percebam com clareza que uma organização capaz de responder, com agilidade, às mudanças nas demandas, à implantação de novas tecnologias e que tenha na qualidade o objetivo de sua atividade, deve dispor de um sistema de treinamento que participe e conheça as tendências para responder com rapidez e, inclusive, preveja as necessidades de novas capacitações ou habilidades que venham a ser requeridas (GARCIA, 1993, P.75).

Bastos (1994, p.148) lista os meios utilizados com mais freqüência, recomendando que se façam comparações de vantagens e desvantagens. São eles: entrevistas com pessoal de linha, entrevistas com supervisores/gerente, entrevistas de saída, questionários, listagens, avaliação de desempenho, observação, pesquisas de atitude, discussão em grupo, reuniões interdepartamentais, exames de conhecimento, exame dos índices de RH, cursos gerenciais e solicitação de supervisores/gerentes. O autor considera que os problemas podem ser indicadores de necessidades de treinamento e que é possível separá-los em dois grupos: os que deixam clara a necessidade de treinamento e os que requerem estudo mais aprofundado para identificá-los:

a)[...] clara necessidade de treinamento:
- alterações no quadro (admissão de novos empregados, reduções, etc);
- mudanças nos programas de trabalho ou de produção (mudanças de métodos, de maquinário, aumento de produção);
- produção e comercialização de novos produtos ou serviços.

b) outros problemas:
- problemas ligados à produção (qualidade inadequada, baixa produtividade, quebras e acidentes freqüentes, excesso de erros e desperdícios, etc);
- problemas ligados às pessoas, ao clima da empresa (número excessivo de queixas, desinteresse, falta de cooperação, absenteísmo, relações e comunicações deficientes, etc).

Com esse diagnóstico, é possível verificar-se, em que medida existem problemas e se são possíveis soluções via treinamento. Eventualmente, o diagnóstico pode conter outras informações, outras sugestões de solução ou outras medidas. As sugestões apresentadas dependerão da cultura da empresa e da política do órgão responsável pela análise.

O objetivo principal do treinamento deve consistir na atualização, abrangendo questões gerais e específicas de todas as seções e subseções, administrativas e de relacionamento pessoal. O treinamento deve ser direcionado a todos os funcionários, não ficando restrita aos gerentes, e o mesmo deve atingir os objetivos instrucionais.

Só é possível pensar em qualidade numa organização burocraticamente estruturada, em que os recursos humanos sejam vistos como parceiros de fato, que compartilhem não só a estrutura de rotinas e procedimentos, mas também a estipulação de objetivos e a própria definição de estrutura.

Com medidas sólidas para a revalorização do capital humano nas organizações públicas, podemos vislumbrar um quadro de melhorias, podemos dizer que se faz emergencial a criação de um corpo gerencial qualificado, preparado para delegar com eficiência, pois são os gerentes que têm o desafio de obter resultados por meio de pessoas.

5 PERFIL DO GESTOR PARA A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No atual cenário mundial, o trabalho tem sofrido transformações tanto nas áreas socioeconômicas como com o impacto das novas tecnologias, influenciando tanto na diminuição da oferta de empregos pela eliminação de postos de trabalho como, de forma mais específica, na necessidade de qualificação e requalificação dos trabalhadores, visando atender às novas exigências. Assim, têm sido inevitáveis as mudanças no âmbito das organizações e seus gestores, os quais têm um perfil muito diferente ao que geria há uma década. Não há dúvida de que o gerente para atuar em um ambiente de permanente mudança, assume uma importância muito grande nas empresas que buscam a permanência em um mercado que se torna cada vez mais competitivo. Perguntamo-nos, então: E na área pública, como se coloca a questão gerencial?

A gerência tradicional enfatiza o compromisso com a eficiência, ao descrever a função da gerência, como a maximização dos recursos organizacionais, para realização de objetivos predeterminados. O papel do gerente é o de conseguir agir certo, garantindo o menor desperdício de tempo, energia e recursos. Espera-se que ele seja capaz de comandar e controlar os subordinados, para que as

metas da organização sejam alcançadas, sendo seu papel fundamental, de controlador. Sua missão é garantir que as pessoas, comparadas às máquinas, maximizem seu desempenho na realização das tarefas, em que o homem é visto como um recurso de produção.

Com o desenvolvimento das ciências sociais, houve uma revolução no pensamento administrativo, levando à substituição do modelo mecanicista pelo modelo humanista. A partir disso, começa-se a ter uma visão do homem como um ser social, com aspirações, interesses e necessidades, a chamada "teoria gerencial". Com isso, o papel do gerente passou a ser o de integrar as pessoas à tarefa e à organização por meio de mecanismos que levem à satisfação das necessidades do empregado.

A adoção de estilos de gestão mais democráticos e participativos reflete os pressupostos do novo modelo. A gestão organizacional estratégica fundamenta-se na orientação para resultados e implica a utilização dos recursos organizacionais disponíveis para a realização dos objetivos e metas da organização. Embora as pessoas possam ser consideradas como um recurso organizacional, são diferentes dos demais recursos, porque têm capacidade de pensar, criar e de comprometer-se.

A eficácia das organizações depende cada vez mais de estratégias que orientam e direcionam suas opções. Estratégias inadequadas podem levar a resultados organizacionais indesejados, comprometendo a excelência das organizações.

O papel do gerente é redirecionado e seu desempenho é aferido a partir de sua capacidade de exercer liderança sobre sua equipe. A nova visão do papel gerencial enfatiza a capacidade de liderança, negociação e comunicação e a habilidade de conseguir resultados, a partir do trabalho dos outros. O gerente passa a ser responsável pela identificação e desenvolvimento do talento das pessoas que com ele trabalham. Suas habilidades sociais passam a ter o mesmo valor que as técnicas. Que o gerente tenha, ao lidar com pessoas, a clara compreensão de sua natureza humana e social e seja capaz de obter seu compromisso com a tarefa e a organização, transmitindo à sua equipe, confiança e credibilidade. O gerente compartilha com sua equipe o poder, delegando responsabilidades, assim como o talento e a energia das pessoas podem expressar-se, contribuindo para a redução do peso da hierarquia, e a ditadura dos procedimentos burocráticos, tornando a organização mais ágil e flexível, capaz de responder, de forma criativa, aos desafios impostos.

Como líder de grupos e pessoas, o gerente tem que desenvolver sua capacidade de interação e de liderança.

Senge (2000) enfatiza que nenhuma organização poderá manter-se em uma posição de grandeza, sem que tenha objetivos, valores e compromissos compartilhados por toda a equipe.

O gerente atual necessita desenvolver competências para desempenhar seu papel, como: técnica administrativa, interpessoal e política. Porém tais com-

petências não esgotam os programas de desenvolvimento gerencial. O gerente tem que estar apto a ensinar as pessoas a terem uma visão da realidade.

O desenvolvimento de habilidades começa a ser incorporado às propostas do desenvolvimento gerencial. O desenvolvimento das habilidades perceptivas fará com que o gerente se torne cada vez mais sensível aos sinais do ambiente, identificando tendências, capaz de tomar decisões mais efetivas, em um ambiente de risco e incerteza. O desenvolvimento do senso crítico permitirá que ele possa interpretar dados e informações, confrontar idéias e opiniões, exercitar à auto-reflexão, e assim, fazer opções estratégicas acertadas. A flexibilidade fará com que o gerente se torne apto a experimentar novas idéias, abandonando o pensamento linear e tornando-se aberto às diferenças, valorizando a informação e os dados de pesquisa. O gerente terá que ser aberto, capitalizando as opiniões dos outros, para entender melhor a realidade, melhorando sua capacidade de decisão.

Afirma Champy (1995) que, como ocorre em todos os processos, a capacitação gerencial demanda um aprendizado constante de valores e que a educação gerencial exigirá, muitas vezes, todos os recursos de desenvolvimento que a empresa poderá suportar. Além do ensino formal, a ajuda dos pares e a crítica construtiva dos subordinados podem contribuir para o desenvolvimento gerencial [...] as mudanças no papel gerencial, farão dos gerentes não mais controladores, para assumirem o papel de instrutores, deixarão de ser supervisores, para serem apoiadores; de ser administradores para serem capacitadores.

A problemática da gestão do setor público, identifica os entraves e desafios adicionais prevalentes nessa ambiência e busca compreender o que fazem os gerentes bem-sucedidos, para compensar a deficiência das estruturas formais sob sua responsabilidade e induzir seus subordinados a adotarem comportamentos funcionais.

Conclui-se que nenhum processo de reforma, nenhum sistema gerencial, pode prosperar sem o desenvolvimento de pessoas por meio da formação de alta qualidade. Para que um programa de formação de gestores para o setor público dê certo, é necessário ter claro e resolvido o tipo de sociedade e Estado que se quer, o melhor modelo de gestão, que atenda a todos os setores, levando em conta a cultura político-institucional.

A nova administração pública sugerida por BRASIL...(1995) demanda capacitação administrativa, o que requer um formação e a mudança do perfil do gestor público. É de extrema relevância que, na nova administração pública, os gestores divulguem suas ações e decisões com transparência. O gestor deve estar voltado, nesse modelo de gestão, ao enfoques nos resultados e nos serviços voltados para o cidadão-usuário e na democratização do setor público. O novo perfil do gestor público foi muito bem delineado por Motta (1994):

a) iniciativa - a capacidade de imaginação e de invenção, ação para modificar o existente, introduzir o novo, criar;

b) responsabilidade - aceitar e assumir a responsabilidade e, portanto ser avaliado e julgado com base em seu desempenho, nos resultados de

suas ações e nos impactos por elas causados; a responsabilidade é o contraponto da autonomia e da descentralização da tomada de decisão;

c) capacidade de apreender a situação, posicionar-se em relação a ela e determinar ações para enfrentá-la, visto que não se pode preestabelecer esse comportamento, pois o gestor é, intrinsecamente, parte da situação;

d) inteligência prática, ou seja, voltada para a ação, que possibilita a intervenção pertinente em situações reais de trabalho, apoiando-se em conhecimentos adquiridos, transformando-os na tentativa de suplantar a diversidade e a complexidade situacional;

e) conhecimentos - desenvolvimento de conhecimentos e aquisição de novos, buscando uma formação permanente, aberta a novas aprendizagens, fazendo com que a competência não se transforme em simples rotina; esses conhecimentos devem privilegiar o domínio dos procedimentos administrativos, tornando-se o gestor um especialista generalista, ou seja, alguém que compreende o particular, por meio do conhecimento geral;

f) habilidades envolvendo técnicas e aptidões gerenciais que, conforme Motta, têm a ver com a capacidade de decisão e a inovação - "capacidade de compreender processos organizacionais de decisão, de forma a facilitar a arte do julgamento e a ação na solução de problemas";

g) atitudes comportamentos - atitudes que possibilitem o uso do poder e da autoridade para obter comportamentos administrativos desejáveis; nessa dimensão pode-se, além de muitos outros fatores, considerar o empreendedorismo que, visto como a capacidade de inovação, leva ao desenvolvimento de atributos pessoais, tais como a criatividade, a perseverança, a capacidade de assumir riscos, a motivação para a realização, a responsabilidade pelos resultados, habilidades no relacionamento pessoal, liderança e visão de futuro;

h) liderança e habilidades interpessoais, permitindo mobilizar os esforços dos atores institucionais, em torno de situações do cotidiano organizacional, assumindo o domínio da co-responsabilidade;

i) bom senso - para o qual é necessário ter visão do senso comum e experiência em sua área de trabalho;

j) capacidade técnica, envolvendo áreas do conhecimento como estratégia, racionalidade administrativa, "conhecimentos de planejamento, formulação, análise e avaliação de políticas, bem como técnicas de programação, de sistemas de informação, de organização e de apoio gerencial.

Investir na formação do gestor público, embora não resolva todos os problemas, é fundamental para a reforma do Estado. Os resultados certamente virão a longo prazo, mas virão. É necessário crer em uma formação de excelência associada à estratégia de mudança, à pesquisa de alto nível, em matéria de políticas públicas e as novas experiências de preparação e avaliação das decisões públi-

cas. Uma formação baseada em ações concretas, que busquem compreender o homem na sociedade, abrangendo a complexidade dos sistemas humanos e, ao mesmo tempo, a liberdade do homem.

Carvalho (1995, p.77) afirma que:

> Nunca é demais lembrar que o gerente é uma fonte de poder e que, como tal, deve estar preparado para usá-la em benefício das pessoas, das organizações e da sociedade.

Pela forte correlação encontrada entre perfil do gestor e inovação na gestão, é interessante pensar nos gestores como agentes de desenvolvimento, criativos, com capacidade estratégica nas tarefas inerentes à gestão do desenvolvimento, preparados para os novos desafios

6 CONCLUSÃO

Em qualquer segmento e setor da economia, o ser humano deveria ser o centro das atenções, e no serviço público ainda mais, não apenas por se tratar de serviço, como também por ser uma instituição que trata com segmentos sociais que promovem a questão socioeconômica.

Nos dias de hoje, em que temos cada vez mais exigências relacionadas ao trabalhos e também entre instituições, estados, países do mundo globalizado e neoliberal, em sua maior parte, precisa estar muito atento para se perceber as mudanças e responder, com agilidade, eficiência e eficácia, sempre promovendo mais treinamentos, para que todos participem e sejam envolvidos no clima de busca de novas tendências para podermos, se possível, prever e antecipar as novas mudanças.

O treinamento e capacitação não são os únicos fatores que proporcionaram o desenvolvimento contínuo de melhora, mas o compromisso constante dos dirigentes, com a realização de novos e contínuos treinamentos, como compromisso na busca da capacitação dos recursos humanos, pois proporcionar treinamento às pessoas e depois esquecê-las pode resultar em sérios prejuízos.

A formação de gestores, para essa nova realidade que nosso país atravessa, tem sido crítica e não tem sido privilegiada de maneira efetiva pelas políticas do setor, nem pelas Universidades, formadoras desses profissionais. As soluções propostas inserem-se, principalmente, em programas de formação de nível de pós-graduação ou, como programa de qualificação de recursos humanos. O perfil do profissional de gestão pública é orientado para uma "especialização" em qualquer segmento do setor público, porque fica muito difícil orientar para cada

setor público uma determinada especialização. Como resultado, evidencia-se a fragilidade das ações e da formação, reflexo, também, de interesses econômicos e políticos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, O. P. M. Diagnóstico e avaliação de T&D: processo de T&D. In: BOOG, G.G. (coord.) **Manual de treinamento e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1994. p.137-163.

BLOCH, R. A.; BALASSIANO, M. A democratização da gestão pública: as relações entre gestor, inovação... **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n.1, p.145-164, jan./fev. 2000.

BONGANHI, P.S. **Treinamento técnico operacional.** In:BOOG, G. G. (coord.) **Manual de treinamento e desenvolvimento.** São Paulo: Makron Books, 1994. p.137-163.

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. **Elementos de comportamento organizacional.** São Paulo: Pioneira, 2000.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília,DF: Imprensa do Estado, 1995.

CAMPOS, A. C. Administração pública: bloqueio e desenvolvimento. **Revista de Administração Publica,** Rio de Janeiro, v.33, n.6, p.171-189, nov./dez. 1999.

CARBONE, P. P. Os heróis do setor público: a teia cultural engolindo o empreendedor. **Revista de Administração Pública**, v.30, n.3, p.93-102. maio/jun. 1996.

CARVALHO, M. S. M. V. Gestão organizacional estratégica: questão dos recursos humanos e do desenvolvimento gerencial. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.70-77, jan./mar. 1995.

CHAMPY, J. **Reengenharia da gerência:** o mandato da nova liderança. Rio de Janeiro, Campus, 1995.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 1997.

COHEN, D. **A empresa do novo milênio.** São Paulo: Abril, 1999.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública**: conclusão,... 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DRUCKER, P. F. **O líder do futuro**: visões, estratégias e práticas para uma nova era. São Paulo, Futura, 2000.

GARCIA, J.C.N. A administração pública para a democracia: alguns aspectos técnicos III. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.35, n.6, p.74-83, 1994.

KANAANE, R. **Comportamento humano nas organizações**: o homem rumo ao século XXI. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KNECHTEL, M. R. **Apostila de antropologia e aprendizagem organizacional**. Curitiba: UFPR, 2000.

KOTLER, J. P. **A cultura corporativa e o desempenho empresarial.** São Paulo: Makron Books, 1994.

MEDICI, A. C. ; SILVA, P. L. B. A administração flexível: uma introdução... **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, p.26-36. jul./set. 1993.

MOTTA, P. R. **Gestão contemporânea:** a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1994.

RABELO, F. M., et al. **Treinamento e gestão da qualidade.** São Paulo: Pioneira, 1995.

SANTOS, O.B. **Orientação e desenvolvimento do potencial humano.** São Paulo: Pioneira, 1978. cap.9, p.137-145.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização da aprendizagem. 6.ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

SIQUEIRA, M. M. de. Cultura e organizações públicas. **Revista do Serviço Público**, v.120, n.2, maio/ago. 1996.

SOUZA, E. C. L. **Escolas de Governo do Cone Sul**. Brasília: UnB, 1996.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, 1985.

VIEIRA, R. C. F. ; SIQUEIRA, E. **Metodologia 2002.** União da Vitória, PR: Rita de Cássia Funaro Vieira & Edite Siqeira, 2002. (Apostila)

CARACTERIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E IMPLICAÇÕES EM EMPRESA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

JOSIANE BENDLIN
Graduada em Ciências Contábeis, pela FACE - União da Vitória. Especialista em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, pela UFSC. Mestre em Economia, área de concentração, Economia Industrial, pela UFSC. Professora da FACE.
E-mail: josianeb@zipmail.com.br

RESUMO

O presente artigo trata, principalmente, de uma discussão acerca da importância e caracterização das estratégias utilizadas pelas empresas para inserir-se de forma competitiva em mercados concorrenciais. Na elaboração e consecução das estratégias competitivas, as empresas deparam-se com limites internos e externos influenciados tanto pelo ambiente interno (atividades de valor desenvolvidas no interior da empresa), como pelo ambiente concorrencial (ameaças, oportunidades e expectativas da sociedade). Assim, para obter uma posição favorável nas indústrias onde estão inseridas, as empresas buscam alcançar vantagens competitivas, dentre as quais, ressaltam-se a liderança em custo ou a vantagem da diferenciação, por meio da execução de atividades de valor. Desse modo, com o estudo de caso na empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios, identifica-se algumas destas atividades de valor que proporcionaram-lhe uma posição de destaque na indústria de produtos alimentícios.

Palavras-chave: estratégias, competitividade, atividades de valor, indústria de produtos alimentícios

ABSTRACT

The present paper deals, at first, with a discussion about the importance and the characterization of the strategies that are used by the companies to get in the market in a competitive way. When elaborating and running competitive strategies, companies faced internal and external limits, influenced both by the internal environment (value activities, developed inside the companies, and the competitive environment (threats, *opportunities* and society expectations). Thus, to obtain a favorable position in the industries where they are inserted, the companies try to gain competitive advantage, among which leadership in costs or the differentiation advantage stand out, by means of value activities. This way, with the case study at the company Isabela S/A Produtos Alimentícios, some of these value activities were found, which provided a prominent position in the food products industry.

Key-words: strategies, competitiveness, value activities, food products industry

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário empresarial, a palavra de ordem que renova as empresas e instiga os empresários é a competitividade.

Empresas de todo o mundo enfrentam a competição crescente, tanto nacional quanto internacional, à medida que as barreiras ao comércio caem e a interferência do governo se retrai.

Cada vez mais há necessidade das empresas desenvolverem planos de ação bem fundamentados, que lhes permitam competir nesse ambiente, bem como alcançar uma vantagem competitiva sustentável com uma maior agilidade e eficiência que a concorrência.

Esses planos de ação compreendem as estratégias utilizadas pelas empresas para competirem na indústria onde atuam, de modo que as estratégias são elaboradas com vistas a garantir a rentabilidade da empresa e sua continuidade no mercado.

Dessa forma, as estratégias são as ferramentas pelas quais a empresa busca alcançar sua vantagem competitiva bem como torná-la sustentável diante da concorrência.

Nesse contexto, o presente artigo objetiva fazer uma apresentação da estratégia competitiva, evidenciando sua conceituação, aspectos básicos e ambientes nas quais são elaboradas e operacionalizadas.

Pretende-se realizar uma introdução ao estudo da estratégia, compreendendo sua estrutura e abrangência tanto na empresa quanto na indústria como um todo e o modo como interfere na busca da vantagem competitiva.

Para elucidar, o ambiente empresarial em que ocorre a operacionalização das estratégias utiliza-se de um estudo de caso, na empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios, a qual possui uma posição de destaque no setor em que atua.

Desse modo, na próxima seção deste artigo, evidenciar-se-á fundamentação teórica baseada no método de revisão bibliográfica acerca da estratégia empresarial. Já a terceira seção compreende o estudo de caso, com informações obtidas por meio de questionários aplicados na empresa e informações secundárias, baseadas em artigos de meios eletrônicos.

2 CONTEXTO TEÓRICO DE ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Para melhor entender a dimensão da estratégia, bem como avaliar seus efeitos e suas contribuições nas empresas, selecionaram-se alguns conceitos

formulados por estudiosos da área e que se fazem pertinentes ao iniciar este artigo. Entre esses conceitos é relevante mencionar:

Oxford Pocket Dictionary (apud CRAIG ; GRANT, 1999) define estratégia como: "a arte da guerra, principalmente o planejamento dos movimentos de tropas e navios etc., para posições favoráveis; plano de ação em comércio ou política etc."

Para Oliveira (1995,p.27), "estratégia é um conjunto de decisões formuladas com o objetivo de orientar o posicionamento da empresa no ambiente" [...] é a diretriz e regra formuladas com o objetivo de orientar o posicionamento da empresa em seu ambiente ".

Segundo Chandler (1962, apud OLIVEIRA, 1995, p.27), "estratégia é a determinação de metas básicas a longo prazo e dos objetivos de uma empresa e a adoção das linhas de ação e aplicação dos recursos necessários para alcançar essas metas".

De acordo com Tilles (1963, apud OLIVEIRA, 1995, p.27) "estratégia é o conjunto de objetivos da empresa e a forma de alcançá-los".

Simon (1971, apud OLIVEIRA, 1995, p.27) conceitua estratégia como: "o conjunto de decisões que determinam o comportamento a ser exigido em determinado período de tempo".

"Estratégia é o conjunto de objetivos, finalidades, metas, diretrizes fundamentais e os planos para atingir esses objetivos, postulados de forma a definir em que atividades se encontra a empresa, que tipo de empresa ela é ou deseja ser (ANDREWS, 1971, apud OLIVEIRA, 1995, p.27)

"Estratégia é um movimento ou uma série específica de movimentos feitos por uma empresa (NEUMMANN ; MORGENSTERN, 1974, apud OLIVEIRA, 1995)

Oliveira (1995, p.28) ainda define estratégia como: "a situação em que existe uma identificada, analisada e efetiva interligação entre os fatores externos e internos da empresa, visando otimizar o processo de usufruir oportunidades ou de evitar as ameaças ambientais perante os pontos fortes e fracos da empresa".

Já Porter (1991) insere na concepção de estratégia um elemento fundamental, que interfere fortemente na formulação e consecução de uma estratégia - a competição. Segundo ele, o desenvolvimento de uma estratégia é, em essência, o desenvolvimento de uma fórmula ampla para o modo como uma empresa irá competir, quais deveriam ser suas metas e quais as políticas necessárias para levar a cabo essas metas.

Para evidenciar ainda mais essa definição, cita-se o conceito de estratégia apresentado por Porter (1999, p.63), que afirma:

> "estratégia é criar uma posição exclusiva e valiosa, envolvendo um diferente conjunto de atividades. Se houvesse apenas uma única posição ideal, não haveria necessidade de estratégia. As empresas enfrentariam um imperativo simples - ganhar a corrida para descobrir e se apropriar da posição única."

Dessa forma, percebe-se que a formulação de uma estratégia está fortemente relacionada ao contexto concorrencial da indústria em que a empresa compete, e a partir dessa constatação permitir-se-á denominar as estratégias de uma empresa de estratégias competitivas.

Além da concorrência é importante verificar na conceituação supra mencionada de Porter (1999, p.63), a grande importância de um "diferente conjunto de atividades" que são essenciais à formulação das estratégias, que nos importa conceituar como "atividades de valor", pois agregam valor aos produtos da empresa, é por meio delas que as estratégias são concretizadas. Quanto à essas atividades de valor, far-se-á menção mais específica, posteriormente.

2.2 ASPECTOS BÁSICOS DA ESTRATÉGIA COMPETITIVA

Ao iniciar a caracterização das estratégias competitivas é pertinente evidenciá-las como uma combinação dos fins (metas) que a empresa busca para competir na indústria e dos meios (políticas) pelos quais ela atinge determinados fins (PORTER, 1991, p.15-16).

Essa terminologia - fins, meios - não é universal ou aplicada por todas as unidades industriais. Por exemplo, algumas empresas empregam termos como missão ou objetivo em vez de metas, e outras empregam tática, em lugar de políticas funcionais ou operacionais.

Quanto a essa questão terminológica, convém referenciar o estudo de Contador (1995) que define: campos e armas da competição. Da concepção de Contador entende-se que os campos da competição estão relacionados aos fins que a empresa busca para competir na indústria e que as armas da competição estão relacionadas aos meios pelos quais ela utiliza para alcançar determinados fins.

Contudo, noção essencial de estratégia é captada na distinção entre fins e meios, o que significa que tanto os campos e as armas quanto os fins e os meios encontram-se articulados para consecução das estratégias competitivas. No centro dessa articulação, encontram-se as metas da empresa, que são as que norteiam o planejamento estratégico da empresa. As metas são a definição geral do modo como a empresa vai competir e seus objetivos econômicos e não econômicos. A partir das metas, são definidas as políticas operacionais básicas para atingi-las. O grau de especificação dessas políticas operacionais depende da natureza do negócio da empresa, ou seja, elas podem ser mais ou menos específicas e, por conseguinte, influenciar, mais ou menos, o comportamento global da empresa (PORTER, 1991, p.16).

É importante salientar ainda os quatro fatores básicos citados por Porter (1991, p.17) que determinam os limites para a formulação de estratégias de suces-

so. Esses quatro fatores devem ser considerados antes de uma empresa desenvolver um conjunto realista e exeqüível de metas e políticas:

a) Os pontos fortes e os pontos fracos da companhia são o seu perfil de ativos e as qualificações em relação à concorrência, incluindo os recursos financeiros, postura tecnológica, identificação da marca, e assim por diante;

b) Valores pessoais dos principais implementadores são as motivações e as necessidades dos seus principais executivos e de outras pessoas responsáveis pela implementação da estratégia escolhida.

Esses dois primeiros fatores, ou seja, os pontos fortes e fracos combinados com os valores determinam os limites internos (à companhia) da estratégia competitiva que uma companhia pode adotar com pleno êxito. Esses limites internos estão ligados as atividades de valor que são desenvolvidas no interior da empresa e das quais se tratará mais adiante.

Existem ainda os limites externos, ou seja, aquelas limitações externas à empresa que podem restringir ou ampliar a formulação e consecução de uma estratégia. Os limites externos são determinados pela indústria e por seu meio ambiente mais amplo, e se traduzem nos seguintes fatores:

- Ameaças e Oportunidades da Indústria (Econômicas e Técnicas), que definem o meio competitivo, com seus riscos conseqüentes e recompensas potenciais;
- Expectativas mais amplas da sociedade, que refletem o impacto, sobre a empresa, de fatores como a política governamental, os interesses sociais, e muitos outros.

Ao observar os limites internos e externos que definem a elaboração e consecução das estratégias, ressalta-se novamente a influência direta, tanto do ambiente interno como do ambiente externo das empresas.

Para efeito deste artigo considerar-se-ão como ambiente interno os recursos e as capacidades da empresa utilizados na busca da vantagem competitiva. Ou seja, compreendem as atividades de valor, por meio dos quais as estratégias são executadas.

Contudo, ao enfocar o ambiente externo, considerar-se-á somente o contexto setorial e concorrencial em que as empresas estão inseridas e que afetam, de maneira mais imediata na estratégia competitiva. Isso não significa que as estratégias não sofram influência de outros fatores ambientais, ao contrário, é evidente que, se fôssemos considerar todo o ambiente externo que influencia nas estratégias das empresas, abrangeria um contexto muito mais amplo, envolvendo tendências sociais, mudanças políticas, avanços tecnológicos, economias nacionais e internacionais etc. Entretanto todas essas macromudanças se refletem direta ou indiretamente no ambiente setorial e concorrencial, permitindo-nos esta limitação para fins do presente artigo.

Ainda considerando alguns aspectos básicos para o estudo da estraté-

gia compete-nos citar Craig ; Grant (1999, p.7-8), que verificam que as estratégias bem sucedidas combinam quatro características principais:

a) metas simples de longo prazo - a base para a estratégia de qualquer organização deve ser a clareza das metas;

b) análise do ambiente competitivo - para implementar qualquer estratégia é necessário um profundo conhecimento das necessidades e preferências do consumidor do setor de atuação da empresa;

c) avaliação objetiva dos recursos - para a implementação eficaz de uma estratégia é necessário reconhecer os recursos básicos e as capacidades da empresa;

d) implementação eficaz - a mais brilhante das estratégias será inútil se não for implementada de maneira eficaz. Para executar a estratégia, a implementação eficaz exige o estabelecimento de liderança, uma estrutura organizacional e sistemas de gerenciamento que induzam ao comprometimento e coordenação de todos os empregados e à mobilização de recursos.

Craig ; Grant (1999) afirmam ainda que a estratégia é prevista para ficar na interface entre a empresa e o meio ambiente do seu setor. A empresa compreende três elementos principais representados na figura 1:

a) as metas e valores que determinam o que a estratégia precisa alcançar e as restrições sobre os meios de se atingirem as metas;

b) os recursos e capacidades aos quais a empresa tem acesso;

c) a estrutura da organização, os sistemas de gerenciamento e o estilo de liderança por meio dos quais se implementa a estratégia.

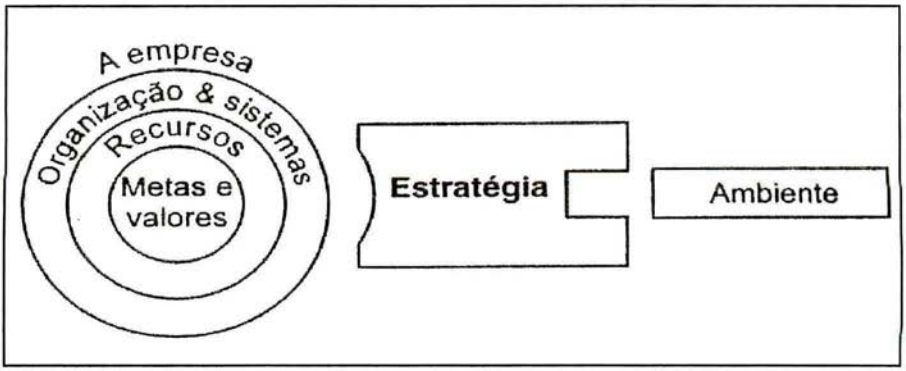

Figura 1 - Estratégia: o elo entre a empresa e seu ambiente, (CRAIG; GRANT,1999).

Comparando-se os estudos de Porter e Craig ; Grant verifica-se uma coerência quando observam que a estratégia competitiva parte da análise do ambiente setorial em que a empresa está inserida (concorrência, compradores, forne-

cedores etc) para uma análise do ambiente interno (operacional) em que a empresa desenvolve suas atividades. Na seqüência, essa constatação será identificada mediante estudo das implicações desses dois ambientes na formulação e consecução das estratégias.

2.3 AMBIENTE EXTERNO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS

Da análise dos aspectos básicos da estratégia competitiva percebe-se a relevância dada ao contexto competitivo, em que a empresa está inserida como fator importante para a formulação e consecução das estratégias.

Nesse sentido é pertinente referenciar novamente o estudo de Porter (1991, p. 22-47) quando de sua análise estrutural de indústrias, constatando-se que a essência da formulação de uma estratégia é relacionar uma companhia ao seu meio ambiente. Nessa análise, o autor afirma que embora o meio ambiente relevante seja muito amplo, abrangendo tanto forças sociais como econômicas, o aspecto principal do meio ambiente da empresa é a indústria ou as indústrias com que ela compete.

Nesse ambiente competitivo, verifica-se que o grau de concorrência em uma indústria depende de cinco forças competitivas básicas, representadas na figura 2:

a) ameaça de novos entrantes;
b) poder de negociação dos fornecedores;
c) poder de negociação dos compradores;
d) ameaça de produtos substitutos; e
e) rivalidade entre as empresas existentes.

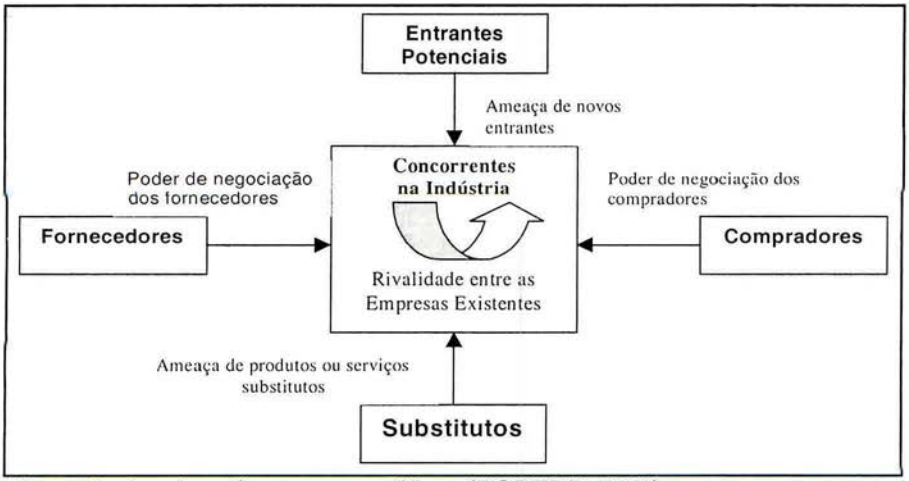

Figura 2 - A s cinco forças competitivas (PORTER,1991).

Assim como a competitividade de uma indústria está relacionada ao grau de influência dessas cinco forças competitivas, a competitividade de uma empresa é diretamente influenciada pelo seu posicionamento perante essas forças.

Dessa forma, uma ou mais forças competitivas que se destacam, determinam a rentabilidade de um setor e, portanto, são de maior importância na formulação estratégica. Porter (1979, apud MONTGOMERY ; PORTER, 1998, p.13) cita como exemplo uma empresa com forte posição em um setor não ameaçado por entrantes em potencial que usufruirá de retornos baixos, se ela enfrentar um produto substituto superior ou de baixo custo. Nessa situação, lidar com o produto substituto torna-se a prioridade número um de estratégia.

Nesse sentido convém ressaltar ainda a posição de Porter (1991, p.22-23) quando da afirmação:

> A meta da estratégia competitiva para uma unidade empresarial em uma indústria é encontrar uma posição dentro dela em que a companhia possa melhor se defender contra estas forças competitivas ou influenciá-las em seu favor. Dado que o conjunto das forças pode estar exageradamente aparente para todos os concorrentes, a chave para o desenvolvimento de uma estratégia é pesquisar em maior profundidade e analisar as fontes de cada força. O conhecimento destas fontes subjacentes da pressão competitiva põe em destaque os pontos fortes e os pontos fracos críticos da companhia, anima o seu posicionamento em sua indústria, esclarece as áreas em que mudanças estratégicas podem resultar no retorno máximo e põe em destaque as áreas em que as tendências da indústria são da maior importância, quer como oportunidades, quer como ameaça.

Portanto, diante das cinco forças competitivas que moldam o grau de concorrência de uma indústria, compete às empresas, utilizarem fontes dessas forças, que possam fazer pressão sobre a estrutura industrial do setor em que atuam, seja para se defender da forças competitivas ou para influenciá-las a seu favor.

Assim, é necessário que as empresas identifiquem e explorem essas fontes de forças competitivas por meio da elaboração das estratégias.

Nesta análise das estratégias que visam explorar as fontes de força competitiva para a empresa competir em sua indústria é pertinente introduzir os dois níveis de estratégia apresentados por Craig ; Grant (1999, p.11). Segundo os autores, a estratégia competitiva pode se configurar como corporativa e empresarial.

> A estratégia corporativa refere-se às decisões relativas aos negócios em que a empresa deve entrar e sair, e como deve distribuir os recursos entre os diferentes negócios em que está envolvida. A estratégia empresarial refere-se aos meios pelos quais a empresa busca vantagem competitiva em cada um de seus negócios mais importantes. [....] os dois principais níveis de estratégia também correspondem à estrutura organizacional da corporação

> multiempresarial típica. A estratégia corporativa é de responsabilidade da matriz. A responsabilidade primária pela elaboração da estratégia empresarial fica com cada uma das divisões. Finalmente, as estratégias empresariais são articuladas em detalhes e implementadas por meio de estratégias em nível funcional (CRAIG ; GRANT, 1999, p.11).

Essa diferenciação é importante, porque muitas vezes as estratégias corporativas geram fontes que permitem enfrentar ou, ainda, beneficiar-se de uma ou mais forças competitivas, mais eficientemente do que com estratégias empresariais. Como, por exemplo, uma estratégia corporativa que se refere à fusão ou aquisição de empresas de uma mesma indústria ou de indústrias correlatas pode permitir à empresa:

a) a criação de fatores que dificultem a entrada de novos concorrentes;
b) maior poder de negociação junto aos fornecedores;
c) maior diferenciação de produtos/serviços;
d) maior poder de negociação junto aos compradores; e, por conseguinte;
e) maior competitividade perante as concorrentes.

Além disso, estratégias corporativas bem implementadas podem otimizar as estratégias empresariais que, por sua vez, podem gerar fontes de competitividade. Por exemplo, a partir de uma eficiente aplicação de recursos nas empresas, estratégia corporativa, podem ser geradas inovações tecnológicas, estratégia empresarial que permitem à empresa otimizar seus processos produtivos ou gerenciais, de modo que possa refletir numa melhora da posição da empresa perante uma ou mais forças competitivas, e, por conseqüência, melhorar sua posição na indústria com que compete.

Assim, tanto a estratégia corporativa quanto a empresarial podem ser fontes de força competitiva. Entretanto, neste artigo, enfoca-se a estratégia empresarial, visto que parte de uma análise setorial e concorrencial, considerando portanto, um único setor de atuação em que se insere a empresa, bem como, as atividades de valor que são desenvolvidas no interior da empresa, e não de toda a corporação.

Isto implica numa análise, deste ponto em diante, das estratégias competitivas que permitem à empresa adquirir ou manter uma posição vantajosa no ambiente concorrencial em que está inserida. Nesse sentido é que, na seqüência deste artigo, dar-se-á enfoque as estratégias genéricas para obtenção das vantagens competitivas para posterirmente adentrar-se nas atividades de valor, realizadas na empresa, nas quais são executadas as estratégias empresariais.

2.4 ESTRATÉGIA E A BUSCA DA VANTAGEM COMPETITIVA

Ao relacionar os limites externos para a formulação de estratégias à pressão exercida pelas cinco forças competitivas que se configuram numa indústria, verifica-se a importância de um posicionamento favorável das empresas na da

indústria em que competem. Segundo Porter (1989, p.9):

> [...] o posicionamento determina se a rentabilidade de uma empresa está abaixo ou acima da média da indústria. Uma empresa que pode posicionar-se bem é capaz de obter altas taxas de retornos, mesmo que a indústria seja desfavorável e a rentabilidade média da indústria seja, portanto, modesta.

Da mesma forma, o autor explica que a base fundamental do desempenho acima da média, a longo prazo, é a vantagem competitiva sustentável.

Porter (1989, p.9) afirma ainda, que embora uma empresa possa ter inúmeros pontos fortes e fracos em comparação com seus concorrentes, existem dois tipos básicos de vantagem competitiva que uma empresa pode possuir: baixo custo ou diferenciação. Assim, todos os pontos fortes e pontos fracos que a empresa possui convergem para uma vantagem de custo ou diferenciação. Essas vantagens de custo e diferenciação originam-se da estrutura industrial e resultam da habilidade de uma empresa em lidar com as cinco forças competitivas melhor que suas rivais.

A posição de Porter também pode ser evidenciada pela afirmação de Craig e Grant (1999, p.52) que verificam que as vantagens de custo e diferenciação definem a abordagem da estratégia empresarial constituída de duas partes. A primeira parte indica que a meta da vantagem de custo é ser a líder de custo no setor, ou seja, se uma empresa pode estabelecer uma posição de liderança de custos, então é possível usar sua vantagem de custos para vender mais barato que seus rivais, com base no preço. Já a vantagem de diferenciação pode ser atingida numa infinidade de maneiras diferentes, desde a massificação da marca, às práticas de diferenciação orientadas a um nicho de mercado específico.

Esses dois tipos básicos de vantagem competitiva combinados com o escopo competitivo, ou seja, o campo de ação onde a empresa atua, levam a três estratégias genéricas distinguidas por Porter (1989, p.10) e representadas na figura 3. A estratégia do enfoque tem duas variantes: enfoque no custo e enfoque na diferenciação.

		VANTAGEM COMPETITIVA	
		Custo mais baixo	Diferenciação
ESCOPO COMPETITIVO	Alvo amplo	1. Liderança de custo	2. Direrenciação
	Alvo estreito	3A. Enfoque no custo	3B. Enfoque na diferenciação

Figura 3 - Três Estratégias Genéricas, (PORTER 1989, p.10).

As estratégias genéricas são muito úteis, por representarem as alternativas de posição estratégica em um setor, caracterizando em níveis mais simples e amplos. Embora a seleção e a implementação de uma estratégia genérica esteja longe de ser simples, elas, são, contudo, os caminhos lógicos para a vantagem competitiva, que devem ser investigados em qualquer indústria (PORTER,1999, p.63).

É pertinente salientar ainda que o modelo das estratégias competitivas genéricas é aplicado para uma análise do posicionamento da empresa em sua indústria, ou seja, transmite a forma como uma empresa concorre na indústria em que está inserida. Nesse sentido, ressalta-se novamente a posição de Porter (1989, p.10):

> A noção que fundamenta o conceito de estratégias genéricas é que a vantagem competitiva está no âmago de qualquer estratégia, é para obtê-la é preciso que uma empresa faça uma escolha - se uma empresa deseja obter uma vantagem competitiva, ela deve fazer uma escolha sobre o tipo de vantagem competitiva que busca obter e sobre o escopo dentro do qual irá alcançá-la. Ser 'tudo para todos' é uma receita para a mediocridade estratégica e para um desempenho abaixo da média, pois normalmente significa que uma empresa não tem absolutamente qualquer vantagem competitiva.

A primeira estratégica que as empresas podem adotar para alcançar vantagem competitiva consiste na liderança em custo. Essa estratégia ocorre em empresas com amplo escopo competitivo, atendendo a muitos segmentos industriais ou, até mesmo, operando em indústrias correlatas. As fontes de vantagem de custo variam e dependem da estrutura da indústria, podendo incluir a busca de economias de escala, tecnologia patenteada, acesso a matérias primas, entre outros.

Dessa forma, um produtor de baixo custo deve procurar e descobrir o máximo de fontes de vantagem de custo possível mas sem ignorar as bases da diferenciação. Isso implica dizer que existe um padrão mínimo de diferenciação que não pode ser ignorado, caso contrário, o produto terá que ter um custo muito abaixo da concorrência para fomentar as vendas, o que pode vir a anular as vantagens de um custo favorável.

Também a liderança em custo só ocorre em indústrias, em que a rivalidade em custos não é muito grande, ou melhor, onde existe apenas uma empresa líder em custo, caso contrário, a intensa rivalidade pode forçar um custo abaixo do mínimo para se obter alguma vantagem.

A segunda estratégia genérica é a diferenciação. A diferenciação reside no fato de uma empresa procurar ser única em sua indústria, ao longo de algumas dimensões amplamente valorizadas pelos compradores (PORTER, 1989, p.12) As empresas que adotam essa estratégia definem alguns atributos essenciais que as diferenciam de todas as demais concorrentes. Esses atributos agregam tal valor

aos produtos, de modo que os consumidores possam obter algum excedente baseando-se num produto diferenciado que possa lhe proporcionar maior utilidade que o valor monetário que ele desembolsa.

Os meios para se diferenciar da concorrência podem ser os mais diversos e são peculiares a cada indústria. Isto implica dizer que uma empresa pode possuir mais de um atributo que a diferencie das demais.

Tal como na estratégia da liderança em custo, na diferenciação as empresas não podem ignorar totalmente sua posição de custo. "Um diferenciador visa, assim, a uma paridade ou a uma proximidade de custos em relação a seus concorrentes, reduzindo o custo em todas as áreas que não afetam a diferenciação"(PORTER, 1989, p.12).

A última estratégia genérica consiste em enfocar um determinado grupo comprador, um segmento da linha de produtos, ou um mercado geográfico, o que implica dizer que a estratégia do enfoque se baseia na escolha de um escopo competitivo estreito na indústria. Embora as estratégias do baixo custo e de diferenciação tenham o intuito de atingir seus objetivos no âmbito de toda a indústria, toda a estratégia de enfoque visa atender muito bem ao alvo determinado, e cada política funcional é desenvolvida levando isso em conta.

A estratégia do enfoque repousa na premissa de que a empresa é capaz de atender seu alvo estratégico estreito mais efetiva ou eficientemente do que os concorrentes que estão competindo de forma mais ampla.

A estratégia do enfoque tem duas variantes. No enfoque do custo, uma empresa procura uma vantagem de custo em seu segmento alvo, enquanto no enfoque na diferenciação uma empresa busca a diferenciação em seu segmento alvo.

Assim como na estratégia da diferenciação são muitos os meios para se obter vantagens de enfoque, dependendo da indústria onde a empresa compete.

Desse modo, a escolha da melhor estratégia está necessariamente baseada nas capacidades e limitações das empresas. A execução bem-sucedida de cada estratégia genérica requer recursos diferentes, diferentes virtudes, disposições organizacionais e estilo administrativo. Por esse motivo, raramente uma empresa está ajustada para todas as três.

O que pode ocorrer é uma empresa posicionada no meio-termo, em que a empresa se enquadra em cada estratégia genérica. Nesse caso, normalmente, a empresa não possui qualquer vantagem competitiva. Segundo Porter (1989, p.14), ficar no meio-termo, é normalmente manifestação da relutância de uma empresa em fazer escolhas sobre como competir. Ela aspira a uma vantagem competitiva por todos os meios e não consegue nenhuma, pois para conseguir tipos diferentes de vantagem competitiva geralmente são necessárias ações inconsistentes.

Porter (1989, p.16) menciona ainda que existem três condições sob as quais uma empresa pode conseguir simultaneamente liderança no custo e diferenciação:

a) quando os concorrentes estão no meio-termo, ninguém está bem posicionado para forçar uma empresa para o ponto em que o custo e a diferenciação se tornam inconsistentes. Essa situação é normalmente temporária e a empresa que se enquadra nessa posição corre o risco de ser alvo fácil de um concorrente com forte estratégia genérica;

b) a liderança no custo e diferenciação também pode ser alcançada simultaneamente quando a posição do custo é determinada em grande parte pela parcela de mercado e não pelo projeto do produto, pelo nível de tecnologia, pelo serviço oferecido e por outros fatores. Não obstante, a busca simultânea da liderança no custo e na diferenciação está sempre vulnerável a concorrentes capazes que fazem uma escolha e investem agressivamente para implementá-la, equiparando a parcela de mercado;

c) a introdução de uma inovação tecnológica importante pode permitir que uma empresa reduza o custo e intensifique a diferenciação simultaneamente, e, talvez alcance ambas estratégias. Essa possibilidade é, contudo, uma função de ser a única empresa com a recente inovação. Nesse caso, a empresa necessita fazer a escolha e investir pesadamente em uma das estratégias pois, se não o fizer, corre o risco de que o concorrente com a mesma inovação o faça e anule sua posição tanto de baixo custo como de diferenciação.

Cada uma das estratégias genéricas não pode trazer vantagens competitivas se não for sustentável frente aos concorrentes. A sustentabilidade das três estratégias genéricas exige que a vantagem competitiva de uma empresa resista a toda a mudança comportamental da concorrência e da indústria em que compete. De acordo com Porter (1989, p.18) cada estratégia genérica envolve riscos diferentes que são apresentados na Figura 4.

RISCOS DA LIDERANÇA NO CUSTO	RISCOS DA DIFERENCIAÇÃO	RISCOS DO ENFOQUE
Liderança no custo não é sustentada - concorrentes imitam - tecnologia muda - outras bases para liderança no custo se desgastam	Diferenciação é sustentada - concorrentes imitam - bases para diferenciação passam a ser menos importantes para os compradores	A estratégia do enfoque é imitada O segmento-alvo torna-se sem atrativos em termos estruturais - estrutura erode - demanda desaparece
Proximidade na diferenciação é perdida	Proximidade do custo é perdida	Concorrentes com alvos amplos dominam o segmento. - as diferenças do segmento em relação a outros segmentos estreitam-se - as vantagens de uma linha ampla aumentam
Enfocadores no custo obtêm custo ainda mais baixo em segmentos	Enfocadores na diferenciação obtêm diferenciação ainda maior em segmentos	Novos enfocadores subsegmentam a indústria.

Figura 4 - Riscos das estratégias genéricas, (PORTER, 1989, p.18).

Da Figura 4 observa-se que uma empresa não compete somente com aquelas que concorrem com a mesma estratégia competitiva, ao contrário, cada empresa deve observar atentamente os movimentos de todos seus concorrentes. Para garantir a sustentabilidade de uma vantagem competitiva, a empresa deve procurar dificultar ao máximo a imitação da estratégia. Para isso faz-se necessário que a empresa invista continuamente na manutenção de sua vantagem competitiva, de modo a procurar sempre a criação de barreiras à imitação.

Em algumas indústrias, a estrutura industrial ou as estratégias da concorrência eliminam a possibilidade de obtenção de uma ou mais das estratégias genéricas, fazendo com que a combinação de estratégias genéricas variem de uma indústria à outra.

Dessa forma, dado o papel fundamental da vantagem competitiva no desempenho superior, a peça fundamental do plano estratégico de uma empresa deveria ser sua estratégia genérica. A estratégia genérica especifica o método fundamental para a vantagem competitiva que uma empresa está buscando, e fornece o contexto para a tomada de ações em cada área funcional.

Dessa forma, conforme já observado anteriormente, constatou-se que as estratégias são articulações dos fins que a empresa busca para competir na indústria, com os meios pelos quais ela atinge esses fins, daí verifica-se que as estratégias genéricas comportam-se como fins visto que enfocam a vantagem competitiva que a empresa pretende alcançar.

É necessário, agora, compreender os meios pelos quais uma empresa pode conseguir uma vantagem de custo ou diferenciação, ou melhor, o que a empresa deve fazer para que possa alcançar essas vantagens competitivas.

Para melhor compreensão desses meios, utiliza-se, neste artigo, o conceito de cadeia de valor. Na cadeia de valor encontram-se as atividades de valor da empresa que se comportam como "meio" de obtenção das vantagens competitivas. Isto significa que, por meio da cadeia de valor, as estratégias genéricas e específicas são executadas para alcançar as vantagens de custo e diferenciação conforme se visualizara a seguir.

2.5 AMBIENTE INTERNO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRATÉGIA COMPETITIVA

Nesta seção, analisar-se-á a influência do ambiente interno das empresas na consecução das estratégias competitivas.

Por ambiente interno compreende-se todo o ambiente operacional das empresas, desde a aquisição das matérias-primas até a venda e assistência do produto no mercado consumidor. O ambiente interno está relacionado às atividades desenvolvidas no interior das empresas, seus recursos e suas capacidades para moldar sua estrutura, de modo a atingir a vantagem competitiva.

De acordo com Craig e Grant (1999, p.33) , "embora a estrutura do setor determine o grau de benignidade ou hostilidade do ambiente imediato da empresa,

o principal determinante do desempenho de lucro de uma empresa é a capacidade que essa empresa tem de atingir uma vantagem competitiva."

Dessa forma, a vantagem competitiva não pode ser analisada somente observando a empresa como um todo ou o setor em que ela atua. Ao contrário, a vantagem competitiva tem origem nas inúmeras atividades distintas que a empresa executa no projeto, na produção, no marketing, na entrega e no suporte de seu produto. Cada uma dessas atividades pode contribuir para que a empresa alcance uma vantagem de custo ou diferenciação (Porter, 1989, p.31). Por exemplo, uma vantagem de custo pode-se originar da aquisição de uma nova máquina que otimize a produção gerando economias de escala, ou, uma vantagem de diferenciação pode-se originar por meio de um ágil e eficiente serviço de entrega do produto ao consumidor, de modo que possa atender a uma necessidade eminente.

Para analisar as atividades executadas no interior das empresas e o modo como elas interagem para proporcionar vantagem competitiva, Porter (1989) introduz o conceito de cadeia de valor.

A cadeia de valor desagrega a empresa nas suas atividades de relevância estratégica, para que se possa compreender o comportamento dos custos e as fontes existentes de diferenciação. Dessa forma, a empresa ganha vantagem competitiva, executando essas atividades estrategicamente importantes, de uma forma mais barata, ou melhor que a concorrência [...] a cadeia de valores de uma empresa está situada num contexto mais amplo, o qual denomina de sistema de valores. O sistema de valores compreende não somente a cadeia de valor da empresa, mas está conectado por meio de elos verticais à cadeia de valor do fornecedor, do canal (através dos quais o produto da empresa passa) e do comprador. Esses elos entre as cadeias de valores fazem com que as atividades desenvolvidas em cada cadeia de valor interfiram diretamente nas atividades das demais, o que implica dizer que a obtenção e sustentação de uma vantagem competitiva, bem como as estratégias competitivas elaboradas para tal fim, dependem das atividades desenvolvidas em todo o sistema de valores(PORTER, 1989).

Além dos elos verticais entre cadeias de valor de um mesmo sistema de valores é de suma importância, para a identificação das fontes de vantagem competitiva, a percepção dos elos em uma mesma cadeia de valores. Isso significa que cada atividade desenvolvida numa mesma cadeia de valor está articulada às outras atividades da empresa, ou seja, qualquer mudança que ocorra em qualquer das atividades irá interferir na consecução e desempenho das demais.

Desse modo, pode-se perceber que a cadeia de valor é a representação de todas as atividades da empresa, que, por sua vez, são um reflexo de sua história, de sua estratégia, de seu método de implementação de sua estratégia, etc.

Por esse motivo é que a cadeia de valor é um instrumento eficaz para a análise de uma unidade empresarial e não de um setor ou de toda uma indústria, pois cada empresa possui suas particularidades e uma maneira própria de operacionalizar suas atividades. Por mais imitativas que sejam as estratégias das empresas, é impossível que uma seja exatamente igual à outra. Neste sentido, a

cadeia de valor analisa o modo como cada empresa individual busca sua vantagem competitiva, ou seja, analisa as estratégias empresariais utilizadas pela empresa, para alcançar uma vantagem de custo ou diferenciar-se das demais. Portanto, uma cadeia de valores em níveis setoriais ou industriais seria demasiadamente ampla e poderia encobrir fontes importantes de vantagem competitiva utilizadas pelas empresas.

Pode-se perceber, também, que a cadeia de valor, como diz a própria denominação, demonstra as atividades que geram valor à empresa, ou, que agregam valor aos produtos e/ou serviços colocados à venda para o mercado consumidor. Nesse sentido, nota-se a amplitude do conceito de valor. Isso porque, na maioria das vezes, o valor dado pelos compradores a um determinado produto é diferente do valor dado pela empresa em seus demonstrativos contábeis (custo). Essa situação ocorre em virtude de outros ativos intangíveis que influenciam no valor dos produtos no mercado e, por conseguinte, no valor da empresa como um todo. Esses ativos intangíveis que correspondem ao capital intelectual da empresa, são acumulados mediante as atividades de valor, evidenciadas na cadeia de valor que, por sua vez, são influenciadas pelos elos entre as diversas atividades de uma mesma cadeia de valor e os elos verticais, os quais compreendem as atividades de valor desenvolvidas no âmbito da cadeia de valor do fornecedor, do canal e do comprador.

Porter, em sua definição de cadeia de valor, divide o valor total fornecido pela cadeia de valor em margem e atividades de valor conforme observa-se na Figura 5. Segundo ele, as atividades de valor são as atividades físicas e tecnologicamente distintas, através das quais uma empresa cria um produto valioso para os seus compradores. A margem é a diferença entre o valor total e o custo coletivo da execução das atividades de valor. [...] o conceito de margem relaciona-se portanto com o excedente do produtor gerado através dos ativos intangíveis os quais são adquiridos através das atividades de valor. [...] ele, ainda divide as atividades de valor em atividades primárias e atividades de apoio. As atividades primárias, são as atividades envolvidas na criação física do produto e na sua venda e transferência para o comprador, bem como na assistência pós-venda. Em qualquer empresa, as atividades primárias podem ser divididas em cinco categorias genéricas que são: logística interna, operações, logística externa, marketing , vendas e serviço. Por sua vez, as atividades de apoio sustentam as atividades primárias e a si mesmas e podem ser divididas em quatro categorias genéricas: infra-estrutura da empresa, gerência de recursos humanos, desenvolvimento de tecnologia, aquisição de insumos(PORTER, 1989, p.34-37)

As atividades de valor são portanto, os meios pelos quais se alcança as vantagens competitivas evidenciadas nas subseções anteriores. Baseadas nas atividades de valor da empresa e de seus elos, é que são desenvolvidas e operacionalizadas as estratégias empresariais.

Figura 5 - Cadeia de valores genérica

De acordo com Porter (1989, p.36), as cinco categorias genéricas de atividades primárias que formam a cadeia de valor de uma empresa podem ser:

a) logística interna: atividades associadas ao recebimento, armazenamento e distribuição de insumos no produto;

b) operações: atividades associadas à transformação dos insumos no produto final;

c) logística externa: atividades associadas à coleta, armazenamento e distribuição física do produto para compradores;

d) marketing e vendas: atividades associadas a oferecer um meio pelo qual compradores possam comprar o produto e a induzí-los a fazer isto;

e) serviço: atividades associadas ao fornecimento de serviço para intensificar ou manter o valor do produto.

Essas categorias estão presentes em qualquer empresa e são subdivididas em diversas atividades distintas porém nem sempre com o mesmo grau de importância. Dependendo da indústria ou setor em que a empresa opera, uma determinada categoria pode ser fundamental enquanto que outra pode não ter tanta importância.

As atividades de apoio também são peculiares de acordo com a indústria onde a empresa atua e podem ser subdivididas em diversas outras atividades. De acordo com Porter (1989, p.37-39) correspondem a:

a) aquisição: refere-se à função de compra de insumos empregados na cadeia de valor da empresa, e não aos próprios insumos adquiridos;

b) desenvolvimento de tecnologia: cada atividade de valor engloba tecnologia, seja ela know-how, procedimentos ou a tecnologia envolvida no equipamento do processo;

c) gerência de recursos humanos: consiste em atividades envolvidas no recrutamento, na contratação, no treinamento, no desenvolvimento e na

compensação de todos os tipos de pessoal. A gerência de recursos humanos apoia atividades primárias e de apoio e a cadeia de valores inteira;

d) infra-estrutura da empresa: consiste em uma série de atividades, incluindo gerência ge-ral, planejamento, finanças, contabilidade, problemas jurídicos, questões governamentais e gerência de qualidade. Geralmente dá apoio à cadeia inteira, e não a atividades individuais.

Assim, observa-se que a empresa, para conseguir vantagem competitiva e se sobressair na indústria onde atua, formula estratégias corporativas e empresariais que visem atingir um menor custo ou diferenciar-se da concorrência. Essas estratégias e suas mudanças refletem-se diretamente nas atividades primárias e atividades de apoio, que moldam a cadeia de valor.

Portanto, a cadeia de valor é o reflexo da estratégia utilizada pela empresa para adquirir uma vantagem de custo e/ou diferenciação. A cadeia de valor é também instrumento importante para diagnosticar a posição da empresa em sua indústria. Pela cadeia de valor é possível realizar comparações entre empresas de uma mesma indústria, bem como avaliar os pontos fortes e pontos fracos de cada unidade empresarial.

3 ESTUDO DE CASO NA INDÚSTRIA ISABELA S/A PRODUTOS ALIMENTÍCOS

Nesta seção será feita a análise das estratégias competitivas, dando enfoque às atividades de valor, realizadas pela empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios, de forma a aplicar alguns conceitos relacionados no contexto teórico exposto anteriormente.

A Isabela S/A Produtos Alimentícios é uma empresa pioneira na industrialização de massas e biscoitos no Rio Grande do Sul, sediada em Bento Gonçalves. Atuando no mercado desde 1954, a empresa vêm-se modernizando constantemente, contando com um grande complexo de produção de massas e biscoitos.

No ano de 1998, a empresa foi adquirida pela Canale do Brasil S/A subsidiária brasileira do Grupo Socma (Sociedade Macri), que atua em vários países com diversificadas atividades industriais como: alimentos, informática, comunicações, infra-estrutura, serviços e automotor.

É relevante mencionar que além da empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios a Canale do Brasil S/A também é detentora de outras empresas do ramo de massas (Basilar e Adria) e biscoitos (Zabet) e, em março de 2001 ocorreu a fusão desses quatro negócios do setor de alimentos estando, à partir de então, todas essas empresas subordinadas e sob a denominação de Adria Alimentos do Brasil S/A.

Para fins deste artigo será referida a empresa como Isabela S/A Produtos Alimentícios, em virtude de que muitos dos dados foram obtidos enquanto a empresa ainda tinha essa denominação e o objeto desta análise é a unidade empresarial que se refere à antiga Isabela S/A, e não, toda a corporação.

No ano 2001, a Isabela contava com um efetivo de 810 funcionários ativos e 25 mil metros quadrados de área construída, produzindo uma variada linha de massas alimentícias de todo tipo, que são comercializadas com a marca Isabela, e com as marcas Bom Gosto, Seival. Quanto à linha de biscoitos, esta é composta por biscoitos de todo tipo que vem se renovando de forma acelerada, apresentando produtos diferenciados e também com marcas próprias.

A empresa tem participação marcante nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde comercializa toda sua linha de produtos constituindo-se na marca líder de todo o mercado do sul do Brasil conforme se observa na tabela 1. Os produtos também são comercializados para os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Brasília-DF, Goiás, Triângulo Mineiro e Mato Grosso e exportados para os países do Mercosul, Chile e Bolívia.

Tabela 2 - Participação e Posicionamento da Empresa Isabela S/A - Produtos Alimentícios no Mercado de Massas e Biscoitos - 2000

	Rio Grande do Sul (%)	Posição de mercado RS	Santa Catarina (%)	Posição de Mercado SC	Paraná (%)	Posição de Mercado PR	Região Sul (%)	Posição de Mercado Região Sul
MASSAS	22,4	Líder	14,7	Líder	2,7	7º	Líder	Líder
BISCOITOS	16,9	Líder	17,8	Líder	6,3	5º	Líder	Líder

Fonte: questionário aplicado à funcionário da empresa.

Quanto ao mercado nacional, a Isabela detinha, em 1998, 2% de participação tanto no mercado interno de massas como de biscoitos[1].

Em abril de 1996, foi a primeira empresa no Brasil, do ramo de massas e biscoitos, a receber a certificação ISO 9002, o que garante uma padronização e um controle de qualidade reconhecido no mercado nacional e internacional.

De acordo com dados de 1998 fornecidos pela Associação Brasileira de Massas Alimentícias (Abima)[2], o mercado de massas alimentícias é pulverizado e não apresenta grandes obstáculos à entrada de novos concorrentes, uma vez que a produção se dá desde a forma artesanal até uma grande indústria com alto nível tecnológico. Verifica-se também que as marcas comerciais existentes no mercado não apresentam um nível elevado de barreira à entrada, já que existe

[1] Disponível em: http://www.mj.gov.br/cade/jur_a141.htm>. Acesso em 08/05/2001

[2] Disponível em: http://www.mj.gov.br/cade/jur_a141.htm>. Acesso em 08/05/2001

espaço no mercado para produtos fabricados por empresas de pequeno porte e até artesanais. Além disso, não existem barreiras tecnológicas, visto que os equipamentos empregados são de fácil acesso.

A Abima esclarece ainda que, no setor de massas alimentícias, existe uma capacidade industrial ociosa, em torno de 19%, sabendo-se que para uma capacidade instalada de 1.100.00 ton/ano, a produção de 1996 foi de 890.00 ton./ano.

Segundo dados do ano de 1998[3] , as principais empresas do mercado de massas alimentícias são: Adria (Quaker), com 8,0% ; Selmi, com 7,4% ; Basilar (Canale), com 7,3% ; Santa Amalia, com 6,9% ; e Barilla Santista com 6,4%.

Quanto ao segmento de biscoitos, verifica-se que o mercado nacional para esses produtos é de aproximadamente 1.000.000 ton./ano, e que a produção nacional abastece quase a totalidade do mercado.

Segundo Martins et.al. (1998), as empresas líderes internacionais do mercado de biscoitos aumentaram a agressividade de entrada no mercado brasileiro, mediante um processo de aquisições, incorporando empresas nacionais e cooperativas, tanto dos setores de laticínios ,como massas, biscoitos e chocolates.

Ainda é pertinente salientar que o mercado nacional de produtos alimentícios é liderado pela marca Nestlé; a marca Danone detém 15% do mercado. (MARTINS et.al.,1998).

Verificou-se acima, de maneira sucinta, o ambiente externo, no qual está inserida a empresa Isabela S/A. De acordo com a base teórica exposta anteriormente, qualquer estratégia formulada pela empresa deverá levar em conta esse contexto competitivo.

Em consonância com esse ambiente competitivo, identifica-se que empresa é pressionada por duas forças competitivas que atuam na indústria alimentícia, mais especificamente, no setor de massas e biscoitos. Pode-se verificar que a competitividade das empresas atuantes na indústria de massas e biscoitos é influenciada pelas baixas barreiras a novos concorrentes, o que gera uma imensa quantidade de empresas no mercado e que, por sua vez, refletem uma maior rivalidade entre os concorrentes na indústria.

Outro aspecto importante a ser observado são as baixas barreiras tecnológicas, permitindo que a indústria possua desde produtores artesanais até de alta concentração tecnológica, facilitando, também, a entrada de novos concorrentes e influenciando na rivalidade da indústria como um todo.

Para fazer face a esse contexto, a empresa Isabela S/A elabora estratégias mantenedoras de sua vantagem competitiva bem como ampliadoras de sua participação no mercado.

Uma estratégia corporativa, conforme a definição fundamentada anterior-

[3] Disponível em: http://www.mj.gov.br/cade/jur_a141.htm>. Acesso em 08/05/2001

mente, e que deve ser evidenciada no presente estudo de caso pelo seu grau de importância tanto na empresa comó em toda a indústria em que se insere, foi a fusão da empresa com outras quatro empresas do setor de alimentos e pertencentes ao mesmo grupo que possui o controle acionário da Isabela (Grupo Socma).

Segundo declarações do presidente da nova companhia, ora denominada Adria Alimentos do Brasil S/A, a estratégia foi a solução para reduzir custos e melhorar o desempenho das marcas. Mencionou ainda que a fusão foi viabilizada pela possibilidade de fazer várias sinergias operacionais, em todos os negócios, e os investimentos serão amplificados nos próximos cinco anos, o que proporcionará maiores ganhos a toda a corporação. Segundo o presidente, em algumas áreas como a logística, os ganhos pós-fusão devem chegar a 15% ao ano. Além disso essa operação deverá receber R$50 milhões, que serão investidos nas unidades empresariais.

Com essa estratégia corporativa implementada pela controladora acionária da Isabela, percebe-se uma substancial ampliação das fontes de vantagem competitiva, para a empresa concorrer na indústria de produtos alimentícios e, posteriormente, alcançar um posicionamento ainda melhor, no setor em que atua.

Entre essas fontes que proporcionam maior vantagem competitiva por meio da estratégia corporativa da fusão realizada na Isabela, destacam-se algumas, baseadas na obra de Porter (1991):

a) maior força quanto à ameaça de novos concorrentes, devido à maximização das seguintes fontes:

· economias de escala - em decorrência da fusão das marcas permitir-se-á uma redução nos custos e um aumento no volume de vendas, proporcionando maiores economias de escala na fabricação, nas compras, na pesquisa e desenvolvimento, no marketing, nas vendas, entre outras funções da empresa. Atualmente, as economias de escala também são proporcionadas em virtude dos custos conjuntos, em que uma máquina tem capacidade de produzir produtos diferentes. Essa tendência também tende a ser maximizada em virtude da fusão;

· diferenciação do produto - a diferenciação do produto é proporcionada em virtude da maior força que a marca adquire no mercado combinada com os fatores relacionados às economias de escala, conforme se mencionou-se acima;

· necessidades de capital - por mais que a indústria de produtos alimentícios tenha uma grande heterogeneidade quanto ao porte das empresas, os maiores investimentos viabilizados pela fusão auxiliam no aumento das barreiras a entrantes potenciais, que possam competir no mesmo nível da empresa;

· acesso aos canais de distribuição - devido à maior participação dos produtos no mercado, a fusão entre as empresas proporciona maior acesso aos canais de distribuição, gerando, desse modo, economias

de escala, na distribuição do produto. Por exemplo, os supermercados serão persuadidos a ceder maior espaço nas prateleiras, aumentando as barreiras a entrantes, que terão maior dificuldade para se infiltrarem no mercado;

· vantagens de custo independentes de escala - as vantagens de custo proporcionadas, independentemente das economias de escala obtidas pelas entrantes, podem ser proporcionadas devido ao acúmulo de maior conhecimento, know-how, decorrente da integração com as outras empresas do mesmo setor, que se submeteram à fusão, além de um maior acesso às matérias primas decorrentes do aumento do porte da empresa.

b) maior força competitiva proporcionada pelo melhor posicionamento da empresa perante as concorrentes, em virtude do aumento das fontes de força, já mencionadas no item anterior;

c) maior poder de negociação com os fornecedores, proporcionado em virtude das fontes já mencionadas como ampliadoras das barreiras a entrantes;

d) maior poder de negociação com os compradores - todas as fontes citadas anteriormente proporcionam à empresa a capacidade de oferecer um produto com menor preço e maior valor agregado, facilitando sua entrada no mercado consumidor.

No que se refere às estratégias competitivas genéricas observa-se que a Isabela concorre na indústria via diminuição dos preços. Ou seja, a vantagem competitiva da empresa está relacionada à busca do melhor preço do mercado, mas com um considerável grau de diferenciação em seus produtos.

Essa tendência é evidenciada quando da observação da posição da empresa no mercado em nível de preço. Segundo informações fornecidas pela própria empresa, a Isabela é líder de preço entre os concorrentes regionais, ficando um pouco abaixo do preço médio das concorrentes nacionais.

Essa posição é obtida em decorrência das atividades realizadas na empresa que, ao mesmo tempo que otimizam um menor custo possível, agregam valor aos produtos oferecidos pela empresa.

Essas atividades de valor fazem parte do ambiente interno da empresa e moldam a formulação das estratégias e a busca da vantagem competitiva, conforme se fundamentou anteriormente.

Assim, de acordo com a definição de Porter, de cadeia de valor, far-se-á uma identificação das atividades de valor, operacionalizadas na empresa Isabela S/A que permitem que ela se mantenha numa posição favorável em seu setor, bem como sustentem sua vantagem competitiva de menor preço do mercado.

Entre as atividades desenvolvidas na Isabela, é pertinente elucidar que os dados obtidos são enfocados principalmente nas atividades relacionadas ex-post à produção, ou seja, a maioria dos dados obtidos para a realização deste trabalho referem-se ao processo produtivo a partir da produção, sem enfocar a

aquisição de matéria-prima, nem as operações relacionadas à transformação dos insumos e à logística interna. Essa limitação dos dados impede a realização de uma cadeia de valor completa, seja em relação à empresa ou em relação ao comprador, fornecedor e canal.

Pelo motivo elucidado acima, é pertinente salientar que, neste estudo de caso, apenas identificar-se-ão algumas das atividades de valor realizadas na empresa, para alcançar sua vantagem competitiva. Isso não significa que as atividades abaixo relacionadas são mais ou menos fundamentais na análise da cadeia de valor da empresa, mas, apenas que foram as atividades que puderam ser identificadas, de acordo com os dados disponíveis.

Dessa forma, conforme os fundamentos teóricos relacionados na seção anterior, dividem-se as atividades de valor que compreendem a cadeia de valor em primárias e de apoio.

Entre as categorias de atividades primárias desenvolvidas na empresa Isabela S/A podem-se citar as seguintes:

a) *logística interna e operações*: quanto à logística interna dos produtos a Isabela procura manter seu padrão, adquirindo insumos de máxima qualidade, que possam gerar um produto diferenciado e com um preço menor. Já no tocante às operações realizadas no processo produtivo é pertinente mencionar que a empresa possui um laboratório de pesquisa altamente equipado, onde inspeciona a qualidade de seus produtos, mediante um rigoroso controle, desde as matérias-primas até amostras de produtos acabados e embalagens. Além disso, todo o processo produtivo envolve um constante treinamento dos funcionários do setor quanto à operacionalização dos equipamentos, enfocando-se principalmente a manutenção preventiva dos equipamentos, com fins de minimizar os custos da produção;

b) *logística externa*: quanto às atividades relacionadas à logística externa dos produtos a empresa desenvolve um sistema de estoques, em que é priorizada a visão de produzir o que se vende e não vender o que é produzido. Para isso a Isabela otimiza o armazenamento e distribuição de seus produtos, de forma a manter um mínimo de estoque, que possibilite o máximo atendimento da produção, mas que também não signifique capital estacionado. Além disso, a empresa possui um sistema de trabalho em que obtem total controle sobre a produção e material existentes no estoque, bem como há uma completa integração entre a logística e outros setores, como o faturamento, a expedição e até mesmo a parte de roteirização das cargas. Segundo o Supervisor de Logística da empresa, este setor funciona seguindo Cinco Acertos:

- como fornecer ao consumidor o produto certo;
- no lugar certo;
- no momento certo;
- nas condições certas; e

· pelo custo certo.

Para poder cumprir os prazos de entrega dos produtos solicitados, a empresa utiliza-se principalmente de uma frota própria (com exceção da cidade de Porto Alegre, onde é utilizado o serviço de operador logístico terceirizado) para poder entregar seus produtos no prazo de 24 horas, em toda a região sul, que comporta 90% das vendas totais. No transporte e entrega dos produtos, o cuidado com a movimentação e despacho da mercadoria é essencial. Assim como a penetração nos estados da região Sul é ampla, as entregas são otimizadas, objetivando agregar valor aos produtos e permitindo que o mercado esteja sempre abastecido;

c) *marketing e vendas* - No tocante ao processo de vendas e distribuição dos produtos verifica-se que a empresa utiliza-se de venda direta, por meio de gerentes regionais de vendas, vendedores ou coordenadores de contas, funcionários não comissionados, além de representantes, que possuem firma própria, recebendo comissão pela venda, e via distribuidores, que revendem os produtos Isabela. A venda direta e representação são direcionadas a redes de supermercados e grandes cadeias varejistas, e os distribuidores, os quais não podem comercializar outra marca de massa e/ou biscoito além da Isabela, revendem para pequenos varejos, dos quais a empresa não possui condições de atender. Para vendas em estados além da região Sul do Brasil, como as regiões Sudeste, Centro-oeste, Pará e Maranhão, a empresa utiliza-se de distribuidores.

Ainda para agregar maior valor a venda e distribuição de seus produtos a Isabela utiliza-se de uma busca de pedidos totalmente informatizada, de forma que todos os representantes e a maior parte dos distribuidores possuem notebooks e computadores transmitindo os dados de seus pedidos via sistema Embratel ou Internet. Dessa forma, evita-se a perda de tempo e reduz-se o custo de pessoal disponível para digitação de pedidos de compra, sendo raros os pedidos via fax. Essa evidência pode ser comprovada, observando o número de funcionários do setor administrativo de vendas, de hoje, e de cinco anos atrás, hoje possui apenas três funcionários, quando, em 1996, havia sete.

Há ainda uma equipe de aproximadamente 100 repositores, entre próprios e terceirizados, que dispõem os produtos nas prateleiras dos supermercados, de maneira eficaz, em termos de merchandising e comercialização.

Para fomentar as vendas a empresa desenvolve ainda promoção de produtos que pode ocorrer em virtude de alguns fatores ou necessidades prementes da empresa, tais como:

· redução de estoque;
· maximização da utilização de embalagens;
· ampliação da utilização de sua capacidade instalada;
· promoção de um produto específico;
· aproveitamento de datas e períodos especiais;
· busca de maior faturamento;

· busca de maior penetração de mercado;
· negociação de espaços com as redes de supermercados, com a compra de pontos extras, publicação de encartes, pontas de gôndola, degustações, etc.

Além disso, a empresa promove seus produtos, utilizando-se de materiais de merchandising: cartazes; faixas; réguas de gôndola; plásticos de forração; displays de papelão (caixas utilizadas como "ilhas" com os produtos dentro); e de uma equipe de promotores de vendas, repositores e degustadores próprios ou terceirizados através de agências, buscando sempre a melhor apresentação e demonstração dos produtos nos pontos de venda.

Quanto às negociações de prazo e preços dos produtos, participam os gerentes regionais: para varejo; grandes contas; principais clientes de venda direta; distribuição; e, se necessário, o gerente nacional de vendas em parceria com os representantes e distribuidores. Na negociação, a empresa busca, acima de tudo, consolidar relacionamentos com os clientes, visão a longo prazo, proporcionando serviços de qualidade e produtos diferenciados, em qualidade das matérias primas e embalagens atrativas. São oferecidas ainda bonificações em produto ou redução dos preços, buscando sempre conciliar a rentabilidade da empresa com a satisfação do cliente.

Quanto à política de fixação dos preços, há a definição de faixas de rentabilidade para alguns segmentos: os preços mais altos são aplicados para os supermercados, já os distribuidores recebem um preço intermediário, para sustentar a sua estrutura administrativa e comercial, e poder chegar a um preço semelhante a redes de varejos maiores, e, os preços menores são utilizados na venda institucional - concorrências públicas.

Quanto às condições de pagamento, o prazo médio gira em torno de 30 dias e a inadimplência em torno de 7%. Para sua segurança, a empresa não fatura pedidos de clientes que estão inadimplentes, acima de 7 dias, e não renegociaram suas dívidas. Segundo dados da empresa, essa política é permitida principalmente porque tanto a empresa quanto os clientes estão cientes de que a presença da marca Isabela nas gondôlas dos supermercados é indispensável.

Com relação ao marketing, a empresa investe permanentemente em publicidade na mídia, em jornais e revistas do segmento supermercadista, buscando firmar a imagem da marca por meio de produtos inovadores e de uma qualidade superior.

A empresa também oferece, quando do lançamento dos produtos, um kit de lançamento para os clientes, em que há um suporte de merchandising e são realizadas promoções nos supermercados. Há também a divulgação dos produtos por meio da participação em feiras, e, ainda quando do lançamento dos produtos, o marketing é realizado por meio de propagandas veiculadas em comerciais de televisão.

d) *Serviço* - nessa categoria de atividade primária é pertinente mencionar a qualidade dos serviços pós-venda, realizados pela empresa. Qualquer

consumidor ou revendedor que identifiquem produtos com problemas ou que, porventura estejam fora dos padrões internos da empresa e dos procedimentos da ISO 9002, da qual a empresa é certificada, são ressarcidos. Dessa forma, quando ocorre essa situação, a empresa encaminha uma sacola de produtos, de forma a agradecer a comunicação do problema e, ao mesmo tempo, incentiva que os eventuais problemas sejam comunicados, para que se possa avaliar sua origem e solução. Além disso, procura dar uma satisfação ao cliente a respeito do problema ocorrido. Tudo isso ocorre, para que a imagem da empresa e da marca Isabela não se desgaste e mantenha-se uma reputação e garantia de qualidade no mercado.Na categoria de serviços, pode-se incluir também o fato de a empresa disponibilizar uma central de atendimento ao consumidor, em que as mensagens podem ser enviadas por e-mail, via correio, fax, telefone, pela qual o consumidor pode solicitar receitas, dar opiniões, fazer reclamações ou sugestões, etc. Além disto, a Isabela realiza cursos de culinária, em diversas cidades com a finalidade de demonstrar a qualidade e utilidade de seus produtos.Outra atividade relevante a ser citada é o fato de a Isabela possuir um completo site na Internet com diversas informações sobre a empresa e seus produtos.

Entre as atividades de apoio, pode-se citar que foram obtidos dados para evidenciaras seguintes, desenvolvidas na empresa Isabela S/A:

a) **Desenvolvimento da Tecnologia** - o desenvolvimento de tecnologia na empresa Isabela ocorre pela estimulação ao acúmulo de conhecimento que ocorre em todo o âmbito da empresa. Isso significa que constantemente ocorrem inovações tecnológicas, decorrentes do envolvimento dos funcionários com a empresa e com a função que executam. Essa evidência pode ser claramente comprovada no setor de produção da empresa, em que, além de estar constantemente renovando seu maquinário e aumentando sua capacidade produtiva para melhor atender a seus clientes, a Isabela implanta constantes inovações tecnológicas, decorrentes de melhorias sugeridas pelos próprios funcionários. A empresa possui uma equipe especial denominada, Equipe de Solução de Problemas (E.S.P.), formada pelo diretor industrial, supervisores da área industrial e responsáveis pelo processo, que se reúnem semanalmente, a fim de solucionar problemas levantados pelos funcionários. A Isabela também desenvolve programas de treinamento dos funcionários, relacionados à produção no tocante à manutenção dos equipamentos, enfatizando a importância de uma manutenção preventiva no maquinário da empresa. É pertinente ressaltar, ainda que a Isabela possui um equipado laboratório de pesquisa em que seus produtos são rigidamente inspecionados, desde as matérias primas utilizadas até amostras do produto final, por

profissionais altamente qualificados. No tocante ao projeto de novos produtos, a empresa possui um comitê interno, uma área, que estuda e desenvolve novos produtos por meio da análise e viabilização pelos equipamentos disponíveis. Nesse caso, cumpre ressaltar a utilização de custos conjuntos para a fabricação de seus produtos, por exemplo, a máquina que produz o biscoito Mousse produz também o biscoito Tortinhas. Além disso, o comitê analisa o tipo dos produtos que se pretende lançar; a possibilidade de mercado; a viabilidade industrial para a fabricação desse novo produto, e o tipo de estampa-padrão, adequado para à máquina que o produz. É pertinente salientar que a Isabela é pioneira em inovar produtos, pois está constantemente buscando lançar produtos sem similares no mercado de massas e biscoitos, baseados em pesquisas realizadas junto aos consumidores;

b) **Gerência de Recursos Humanos** - quanto às atividades relacionadas à gerência de recursos humanos, evidencia-se que na empresa Isabela S/A é desenvolvida uma gestão participativa, em que a empresa dispõe de programas que estimulam o funcionário a participar da gestão do processo e solução dos problemas. Além disso, todos os cargos possuem a necessidade de treinamento levantada. Assim, quando um funcionário chega a uma nova função, automaticamente são gerados os treinamentos a serem realizados. Além desses treinamentos que são mais voltados para funções operacionais, a empresa realiza uma programação semestral quando se realizam cursos que complementam a qualificação do funcionário, de um modo geral. A empresa também incentiva a educação continuada, oferecendo uma bolsa-auxílio de 50% para estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, desde que relacionados à atividade desenvolvida na empresa. A remuneração dos funcionários da empresa é baseada na média do mercado local, e oferece oportunidades de crescimento para os funcionários na empresa, tendo como princípio de acesso a promoções, pelo desempenho. Da observação das atividades de valor realizadas na Isabela S/A confirma-se ainda a existência de elos entre as diversas atividades. Esses elos ocorrem à medida que a consecução de uma atividade interfere diretamente no desempenho da outra. Esses elos podem ser facilmente identificados na empresa, em virtude da otimização e coordenação que ocorre em todo o processo produtivo e visa alcançar um produto final com um menor custo e de máxima qualidade. Observa-se que muito da otimização desses elos existentes na empresa decorrem da implantação da ISO 9002, pois, para a obtenção dessa certificação é necessária uma profunda revisão e reorganização de todos os processos da empresa, permitindo, assim, a identificação dos elos para que sejam administrados de maneira eficaz. Além disso, a certificação ISO 9002 exige um constante processo de inspeção e controle de qualidade, o qual mantém a empresa sempre atenta

tanto às atividades operacionalizadas, em cada setor, como no desempenho dessas atividades no tocante às demais.

4 CONCLUSÃO

No presente trabalho tratou-se de dar fundamentação teórica juntamente com uma aplicabilidade prática a um tema que adquire cada vez maior importância no desenvolvimento das empresas modernas: as estratégias competitivas.

Mais especificamente, buscou-se realizar uma apresentação ao estudo das estratégias, de forma a compreender seu conceito e abrangência nas empresas de vanguarda.

Percebeu-se, assim, que o desenvolvimento de estratégias competitivas eficazmente implementadas é fundamental para que a empresa alcance sua vantagem competitiva de modo a garantir sua rentabilidade e continuidade. Mas esse processo é ainda mais complexo que pode parecer, pois sofre influência de diversos fatores internos e externos à empresa.

Por essa razão é que o estudo das estratégias competitivas é fundamental para a compreensão do contexto competitivo atual e desperta interesse, tanto no meio empresarial, como no meio acadêmico.

Entretanto, reconhece-se a necessidade de pesquisas mais aprofundadas, por meio de estudos de casos que envolvam toda a cadeia de valores da empresa, seus elos, juntamente com os elos verticais entre as cadeias de valores do comprador, do fornecedor e do canal.

REFERÊNCIAS

CRAIG, James; GRANT, Robert. **Gerenciamento estratégico**. São Paulo: Littera Mundi, 1999.

ISABELA S/A Produtos Alimentícios. Apresenta textos com dados da empresa. Disponível em: <http://www.isabela.com.br>. Acesso em: 7 maio 2001.

MARTINS, G. M., et. al. Estratégia competitiva no setor de alimentos: o caso de uma empresa de Canela/RS. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1998, Canela,RS. **Anais...** Canela,RS, 1998.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Apresenta ato de concentração nº 141/97. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/cade/jur_a141.htm>. Acesso em: 8 maio 2001.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. de. **Excelência na administração estratégica:** a competitividade para administrar o futuro das empresas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PORTER, Michael E. **Competição – On competition:** estratégias competitivas essenciais. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

____. **Estratégia competitiva:** técnicas para análise de indústria e da concorrência. 8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

____. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. 15.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E TURISMO

SANDRA APARECIDA DE PAULA E SOUZA
Graduada em História e Geografia pela FAFI/UVA-Pr, Especialista em Geografia Física pela UFPR e História Social, pela FAFI/UVA. Mestre em Turismo Internacional, pela UNICENP/Curitiba, em convênio com a Universidade de Las Palmas de Gran Canária. Professora do Ensino Fundamental na Rede Pública Estadual de UVA-Pr. Coordenadora e Professora do Curso de Turismo da FACE/UVA; Professora do COLTEC/UVA.
E-mail: sandrasouza@twin-net.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o estudo da importância que a ecologia assume na atualidade, como um dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do turismo. Ressalta-se, que o ser humano é o único agente que possui um papel de relevância para a conquista da manutenção da vida neste planeta. Dessa forma, evidencia-se o turismo como um dos principais agentes que pode viabilizar a perpetuação dos recursos naturais, responsáveis pela promoção, bem como pelo desenvolvimento de comunidades detentoras de potenciais naturais. Sendo assim, é necessário despertar na comunidade, e nos demais interessados pelo turismo que todos somos responsáveis pelo meio que ocupamos.

Palavras-chave: Ser humano, ecologia, desenvolvimento, comunidade, turismo.

ABSTRACT

This paper aims at presenting a study of the importance of ecology at present, as one of the elements that is responsible for the sustainable development of tourism. It emphasizes the fact that the human being is the only agent that has a relevant role in the conquest of life conservation on this planet. Thus, it is evident that tourism is one of the main agents that can provide the perpetuation of natural resources, responsible by the promotion as well as by the development of societies with natural resources. In such case, it is necessary to make people aware that we are responsible for our environment.

Key-words: Human being, ecology, development, society, tourism.

1 INTRODUÇÃO

Ao se propor o estudo da Ecologia vinculada ao turismo, existe a preocupação de fazer o leitor entender que a Ecologia, segundo Cleffi (1994, p. 3) refere-se à "esfera viva deste planeta". Pensar no planeta Terra faz pensar na forma com que o ser humano vem-se apropriando dos recursos naturais, formados ao longo dos séculos.

É de vital importância que toda a humanidade perceba a co-responsabilidade que todos temos com o meio ambiente que nos rodeia, independente da posição social, religião ou ideologia partidária. Sendo assim, cabe ressaltar a importância que o setor educacional de todas as nações do mundo assume diante do atual cenário que envolve a sociedade humana.

Acredita-se, sobretudo, na capacidade dos homens, os únicos responsáveis pela atual circunstância, em que está inclusa a sobrevivência das espécies. Constatou-se, no decorrer da evolução da espécie humana, a evolução da capacidade de transformar os recursos naturais, para sua manutenção. Hoje, essa relação está ameaçada, o que evidencia a necessidade da adoção de ações e postura nova no contexto social.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Retrocedendo ao ano de 1962, um nome é lembrado, em todas as referências ambientais: Raquel Carson, jornalista e bióloga norte-americana que, no inicio da década de 60, chamou a atenção dos habitantes do planeta, com sua obra "Primavera Silenciosa".

Carson (1962, p.11) afirma que "houve outrora uma cidade, [...] onde a vida toda parecia viver em harmonia com o ambiente circunstante". Frente a essa referência, pode-se salientar que a Cidade de União da Vitória é uma dessas cidades, dotada de recursos, tanto naturais quanto culturais, e cabe à sociedade civil, educadores e demais setores organizados, acreditar na atividade turística no município e fomentá-la, para que não se torne, também, uma situação distante, de outrora.

Acredita-se que se torna imprescindível o entendimento do meio ambiente como espaço geográfico constituído por elementos da natureza (vegetação, hidrografia, relevo, etc.), modificado pela interferência do homem, independente de sua descendência (alemã, ucraniana, polonesa, sírio-libanesa, etc.), e que, a estreita relação existente entre a cidade e o ambiente não deve ser entendida separadamente, posto que essa relação foi estabelecida pelo homem.

> O homem mal consegue reconhecer até mesmo os males de sua própria criação. Foram necessários centenas de milhões de anos para se produzir a vida que agora habita a terra; idades de tempo para que essa vida, desenvolvendo-se, evoluindo e diversificando-se, alcançasse um estado de ajustamento e de equilíbrio com seu ambiente (CARSON, 1962, p.16).

O ser humano, no decorrer da evolução, foi estabelecendo laços de convivência em todos os lugares do planeta. Inúmeras foram as descobertas, do fogo aos meios de comunicação tecnológica, as quais foram se transformando e possibilitaram a apropriação de recursos que a natureza criou. Entretanto Carson (1962) chama a atenção para a necessidade de que a pessoa se ajuste, de forma equilibrada, ao meio em que está inserida. Evidenciar essa tomada de consciência é mostrar a preocupação, com a rápida evolução da sociedade contemporânea.

Nesse novo modelo de sociedade, entra em evidência uma atividade que, a cada ano, está-se projetando, e ganhando adeptos das mais diversas camadas sociais. É a atividade turística, que necessita de recursos naturais, culturais e humanos para sua promoção.

Contudo, Carson (1962, p. 18) descreveu a relação Homem - futuro: "juntamente com a possibilidade da extinção da humanidade, por meio da guerra nuclear, o problema central da nossa Idade se tornou, portanto, o da contaminação do meio ambiente total do Homem [...] e de que depende a forma do futuro". As observações quanto às palavras de Carson são prudentes, tendo em vista o fato de se estar vivendo, hoje, em uma sociedade plenamente conflitante.

3 CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Torna-se necessário conscientizar toda a sociedade humana de que se pode estabelecer um vínculo harmonioso com o meio, o que depende exclusivamente de vontade. É responsabilidade de cada um, individualmente, e de todos, defender o meio ambiente, pois, ao contrário, segundo Carson (1962, p. 23), as gerações futuras não perdoarão, com toda probabilidade, a falta de prudente preocupação a respeito da integridade do mundo natural que sustenta a vida toda.

Ainda há pouca consciência - uma consciência muito limitada, mas como diz Rostand (apud CARSON, 1962, p. 23): "A obrigação de tolerar, de suportar, dá-nos o direito de saber".

Não há duvida de que cabe, a cada município, conservar e manter os recursos, a fim de que possa promover, efetivamente, o desenvolvimento e o crescimento da atividade turística, que é um dos requisitos da economia mundial.

As sociedades humanas vivenciam um período de extremo consumo de

todos os recursos essenciais para a sobrevivência e, esses mesmos recursos poderão incrementar o turismo. No entanto, a falta de reflexão sobre a interdependência entre homem e natureza é bastante percebida: Constata-se que o ser humano "se esqueceu de suas origens, e se mostra cego até mesmo para com as suas necessidades essenciais à sobrevivência, a água, juntamente com outros recursos, foi reduzida à condição de vítima de sua indiferença" (CARSON, 1962, p. 49).

Por isso há que se conscientizar a comunidade para a manutenção e conservação de todos os recursos, para que, em um futuro próximo, possa-se usufruir os benefícios da atividade turística. Hoje a questão mais debatida é a da água, mas além da água, outros recursos podem tanto sustentar o desenvolvimento como possibilitar o incremento da atividade turística.

> A vida não somente formou o solo, mais outras coisas vivas, de incrível abundância [...]. Por sua presença e por sua atividade, os milhões de milhões de organismos do solo o tornam capaz de sustentar o manto verde que reveste a terra toda (CARSON, 1962, p. 65).

Lemos (1992, p. 49), em sua reportagem "A crise da água", deixa registrada a possível deficiência que pode surgir em todos os países desenvolvidos, haja vista que a população nacional irá dobrar, no decorrer dos últimos anos do século XXI. Para ele, a falta de água poderá ocorrer devido ao crescimento populacional, à melhoria do nível de vida de parte da população, ao aumento da área irrigada e às atividades industriais.

Segundo esse estudioso, a escassez de água, que já foi motivo para muitas guerras no passado, pode, cada vez mais, agir como catalisador do conjunto de causas ligadas a qualquer conflito futuro.

Ficou registrado nos anais do "I Fórum mundial sobre Água", em Marraquesh, Marrocos, nos dias 21 e 22 de março de 1997 que, devido a uma diminuição dos recursos hídricos, e devido a um aumento excessivo no consumo de água potável, poderá haver uma questão geopolítica, tendo em vista que aproximadamente 200 bacias hidrográficas estão localizadas como limites de fronteiras de inúmeros países. Inúmeros especialistas afirmam que as possíveis guerras do próximo século estarão estritamente vinculadas à falta e posse da água.

Lemos (1992, p. 49) afirma que "o conceito do desenvolvimento sustentável prevê que os recursos naturais renováveis sejam utilizados de forma tal que não limitem sua disponibilidade para as futuras gerações".

Reafirma-se a importância deste estudo, sendo imprescindível uma tomada de consciência da comunidade, a fim de que se conservem os recursos naturais. Partindo da comunidade local, é necessário chamar a atenção da sociedade global, para que a possível falta de água seja um dos assuntos prioritários da agenda política internacional.

Considerando o que já se discorreu sobre a consciência Ecológica, proposta por Carson, no início da década de 60, parte-se para o estudo das tendências ao gerenciamento, com suporte na consciência ecológica proposta por Callenbach (1993).

Durante as décadas de 1970 e 1980, percebeu-se, em todo o continente europeu, uma preocupação com a consciência ambiental, tendo em vista alguns desastres ambientais ocorridos em Chernobyl, na Ucrânia, em 24 de abril de 1987, causando a morte de 30 pessoas e deixando 200 feridas. Contudo, no início da década de 1980, foi difundida na Europa, uma probabilidade de redução dos danos ambientais, desde que fossem adotadas novas práticas em relação ao meio circundante. Exemplifica-se o exposto, com as decisões tomadas pela comunidade da Alemanha Ocidental:

> · Rápido aumento da conscientização ambiental entre a população em geral, o que teve um efeito significativo sobre as preferências do consumidor, juntamente com a ascensão de um vigoroso movimento ecológico;
> · Surgimento do protesto tecnológico, dirigido principalmente contra a energia nuclear e outras megatecnologias, como nova forma de protesto político;
> · A ascensão do Partido Verde e seu êxito em introduzir temas ecológicos críticos no diálogo político e no processo legislativo (CALLENBACH, 1993, p. 25).

Antes da década de 80, na Alemanha, qualquer iniciativa referente à proteção do meio ambiente era entendida como um assunto meramente marginal. Depois de 80, houve a percepção pelas empresas de que todo e qualquer gasto com o assunto de proteção ao meio ambiente seria entendido como investimento. Essa nova forma de pensar e agir em relação a questões referentes ao meio ambiente provoca algumas mudanças de posturas e de administração entre os alemães.

> A atitude passou de defensiva e reativa para ativa e criativa. [...] Administrar com consciência ecológica passou a ser o lema dos empresários voltados para o futuro [...] formou-se uma insólita aliança entre algumas empresas alemãs e o movimento ecológico daquele país (CALLENBACH, 1993, p. 250).

A mudança de percepção entre os inúmeros líderes europeus demonstra que poderá haver a propagação da consciência da necessidade de se conservar o meio ambiente, por meio da emergente consciência ecológica.

Mandel (apud SINICCO, 2000, p. 96) deduz que o conhecimento de um problema ambiental é condição necessária, mas não suficiente, para a mudança de valores que levem ao surgimento de atitudes positivas, desencadeando a criação de uma consciência ecológica. A consciência ecológica acaba sendo inserida nas comunidades, quando esse ser pensante e racional - o homem, reconhece que sua vida é parte de um sistema ecológico:

> Quando o cidadão tem consciência de que não é uma ilha isolada, ele nem precisa estar ligado ao discurso ecológico. À medida que ele se sente parte de um conjunto, de que ele sabe que a ação dele tem conseqüências, ele passa a ser ecologicamente responsável (CRESPO, 1992, p. 116).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade deverá estar incutida em toda mente humana, pois em uma sociedade capitalista, não se pode esquecer de que todos são merecedores de momentos de lazer, férias ou descanso e há necessidade de lugares que possam oferecer momentos de reflexão e distração, locais que tenham ambientes não-degradados. Para esses ambientes estarem em total sintonia com seus recursos naturais e culturais, dependerá de como seus representantes estão estabelecendo o vínculo de convivência com seu respectivo meio.

Não se pode deixar de evidenciar que o Município de União da Vitória detém recursos exuberantes e que, certamente, dependerá de um trabalho conjunto, incrementar sua economia: Ensino Fundamental e Médio, Universidade, unidos podem promover iniciativas nesse sentido. É o que se espera dos cidadãos, em qualquer lugar que ainda mantenha suas riquezas e belezas naturais.

REFERÊNCIAS

CALLENBACH, Ernest, et al. **Gerenciamento ecológico.** São Paulo: Cultrix, 1993.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa.** São Paulo: Melhoramentos, [1962?].

CLEFFI, Norma Maria. **Curso de biologia:** ecologia. São Paulo: Harbra, 1994.

CRESPO, Samyra; LEITÃO, Pedro. **O que o brasileiro pensa da ecologia:** o Brasil na era verde. [s.l.: s.n.], [1992?].

LEMOS, Haroldo Mattos de. A crise da água. **Senac e Educação Ambiental,** Rio de Janeiro, n.8, p. 49, set.-nov. 1998.

TAMAIO, Irineu; SINICCO, Sandra. **Educador ambiental:** 6 anos de experiências e debates. São Paulo: WWF, 2000.

A CURVA DE A. W. PHILLIPS: SUA APLICAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

SUELY TEREZINHA MARTINI
Graduada em Ciências Econômicas, pela FACE; Licenciada em Letras/Inglês, pela FAFI; Especialista em Marketing Empresarial, pela UFPR; Mestre em Economia Industrial pela UFSC/FACE; Consultora de Empresas; Instrutora e Consultora terceirizada SEBRAE; Coordenadora e Professora do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da FACE.
E-mail: suelymartini@brturbo.com

JARDEL EUGÊNIO DA SILVA
Acadêmico do 5º ano do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória-FACE.
E-mail: jardel_eugenio@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo das relações existentes entre taxas de inflação e o nível do emprego constitui-se em um dos aspectos mais importantes da teoria macroeconômica. Isso porque os objetivos básicos da manutenção do pleno emprego e de controle das pressões inflacionárias revelam-se conciliáveis, em situações especiais e transitórias. A procura persistente do pleno emprego sempre acaba por conduzir a aumentos apenas nominais da renda, sem a elevação do quantum da produção, pois as tentativas de estabilização dos preços, em curto prazo, conflitam com objetivos de manutenção da economia a níveis operacionais próximos ao pleno emprego, reforçando a teoria de A. W. Phillips, que estabelece uma relação inversa entre inflação e desemprego; procura resolver a dicotomia entre uma economia a pleno emprego e uma economia abaixo do pleno emprego.

Palavras-chave: inflação, demanda, custos, emprego, crescimento. curva de Phillips.

ABSTRACT

The study of the existing relations between inflation rates and employment rates constitute one of the most important aspects of the macroeconomics theory. The reason for this is that the basic objectives of the maintenance of full employment and control of inflationary pressure can combine in special and transitory situations. The persistent search for a job always ends up in just nominal increase of income without a rise in the production quantum, because the attempts to even out the prices at a short term cause conflict of the aims of maintenance of economy at operational levels near full employment, reinforcing A. W. Phillips' theory, which states an inverse relation between inflation and unemployment; it tries to solve the dichotomy between a full employment economy and an economy below the level of full employment.

Key-words: Inflation, demand, costs, employment, growth, Phillips' curve.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho relatam-se as principais teorias desenvolvidas pelos economistas, para explicar as causas básicas dos processos inflacionários, as relações existentes entre taxas de inflação e o nível de emprego, as relações históricas entre as taxas de desemprego e as variações no nível geral de preços, a desaceleração no crescimento do Produto Interno Bruto(PIB) nominal, e variação do PIB real. Nessa perspectiva, utiliza-se a curva de A. W. Phillips, para visualizar o comportamento da economia brasileira nas décadas de oitenta e noventa.

Apresenta-se a política de restrição monetária, as altas taxas de desemprego nesse período, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o renascimento da inflação durante a fase de expansão, assim como as soluções para o combate à inflação.

2 AS PRINCIPAIS TEORIAS DA INFLAÇÃO

Segundo Lopes e Rosseti (1980, p.211), as teorias desenvolvidas pelos economistas para explicar as causas básicas dos processos inflacionários são numerosas. Embora não sejam mutuamente eliminàveis, as teorias da inflação geralmente se superpõem e se inter-relacionam. Dificilmente a aceitação de uma conduz à eliminação da outra.

Shapiro (citado por LOPES ; ROSSETI, 1980, p.211), completa que não há uma única teoria que seja capaz de explicar todos os tipos de inflação que ocorrem nos vários países ao longo da história, pois as fontes da inflação diferiram, *em* decorrência dos mais variados fatores como:

a. grau de desenvolvimento;

b. organização e poder dos sindicatos dos trabalhadores;

c. estruturas predominantes do mercado;

d. graus de abertura da economia quanto às suas relações com outras nações.

As demais diferenças estruturais e institucionais que existem entre os países, em uma mesma época, podem ser encontradas, se forem examinadas em épocas diferentes. Com o passar do tempo, surgem novas estruturas e instituições, influindo nos tipos de inflação que possam ocorrer.

As teorias de inflação apontam duas principais causas, que dão origem aos processos inflacionários:

a) excesso de demanda agregada, em relação à oferta agregada;

b) expansão de custos componentes da oferta agregada.

As pressões resultantes dessas causas dão origem a dois tipos de inflação: inflação de demanda e inflação de custos. Além desses tipos puros de inflação, pode ainda ocorrer inflações mistas, impulsionadas tanto por excesso de demanda quanto por custos em expansão.

Conforme Lopes e Rosseti (1980, p.213), há ainda outras teorias não alinhadas com as exposições convencionais da demanda e dos custos. Entre estas, destacam-se teorias estruturais da inflação, as quais provocam as pressões inflacionárias, geralmente, por causas estruturais relacionadas a estados de subdesenvolvimento econômico ou a desequilíbrios associados ao crescimento acelerado.

2.1 INFLAÇÃO DE DEMANDA

Gordan (2000, p.178) diz que, a inflação de demanda é um aumento sustentado dos preços, proveniente de uma aceleração permanente do crescimento do PIB nacional.

Uma das principais explicações teóricas da inflação sustenta que as altas generalizadas dos preços resultam, basicamente, de um excesso de demanda agregada, em relação à capacidade de oferta agregada da economia, ou seja, a inflação de demanda é uma elevação das quantidades de bens e serviços adquiridos em um nível de preços existente, e se essa elevação não corresponder a uma expansão equivalente, na oferta global, os preços tendem a ser pressionados para cima, a taxas consideradas inflacionárias. Ou seja, existe um excesso de moeda em relação aos bens e serviços disponíveis (ROSSETI, 1980, p.212).

2.2 INFLAÇÃO DE CUSTOS

Os modelos decorrentes da teoria quantitativa e das explicações no estilo Keynesiano são mais antigos que os baseados em argumentos relacionados à expansão dos variados custos, componentes da oferta agregada (ROSSETI, 1980, p.219).

Bronfenbrenner (citado por LOPES ; ROSSETI, 1980, p.219), diz que:

> A inflação de custo tem constituído uma explicação instintiva para aumentos gerais de preços, desde a aurora do sistema monetário; para o leigo, não há movimento inflacionário que não seja atribuível a aproveitadores, especuladores e açambarcadores ou ainda a operários e camponeses que pressionam para obter ganhos acima da produtividade de seu trabalho e viver acima de suas reais possibilidades sociais.

Lopes e Rosseti (1980, p.219), complementam que o tratamento teórico da inflação de custos depende, em última instância, da expansão do suprimento monetário, e que as causas iniciais do processo encontram-se no âmbito da oferta agregada, cujos deslocamentos resultam de mudanças nos salários, nos custos de matéria-prima ou da tentativa de aumentar os lucros.

2.3 A INTERAÇÃO: DEMANDA-CUSTOS

Ao situar claramente as questões relacionadas à causa dos processos inflacionários, procura-se diferenciar, quanto às suas formas puras, os tipos fundamentais de inflação, dando a impressão de que se excluem do debate teórico quaisquer formas impuras, resultantes da interação das forças que elevam os níveis nominais da demanda agregada e das pressões sindicais ou ações deliberadas de produtores, que provocam movimentos para cima da função da oferta agregada.

Na realidade, entretanto, é muito difícil dissociar as pressões inflacionárias provocadas pela expansão excessiva da demanda, induzidas por custos de produção expandidos. Os processos verdadeiramente inflacionários, caracterizados por elevações consideráveis e persistentes do nível geral de preços, contêm elementos causais dos dois ramos até aqui considerados, ou seja, a demanda e os custos.

Tanto assim, que no decurso prolongado de uma inflação verdadeira, embora a diferenciação demanda-custos seja útil para a orientação da política econômica, é bastante difícil, do ponto de vista da economia positiva, separar esses dois conjuntos de causas ou dimensionar o peso com que cada um influencia o processo inflacionário (LOPES; ROSSETI,1980, p.225).

A atribuição dos processos inflacionários persistentes apenas à expansão da oferta monetária é considerada como meia verdade, pois a moeda em si mesma não pode ser a força motriz dos processos inflacionários, e, sim, o combustível da inflação, mas não é o veículo.

A oferta interna da moeda baseia-se nas emissões primárias de moeda manual, cujos aumentos ou diminuições não podem ocorrer dissociadamente de outros fatores. Nessas condições, as causas de uma inflação continuada estão por trás dos aumentos na oferta monetária e na demanda nominal. Descobrir o que se esconde atrás desse fator é descobrir as forças que, na realidade, provocaram um aumento geral do nível de preços. O controle da oferta de moeda é um caminho óbvio para sustar um processo inflacionário, ou seja, para sustar, mas não para curar. A cura implica também a eliminação da causa verdadeira do processo, que pode estar situada no campo dos custos componentes da oferta agregada ou no campo da demanda, ou, o que é mais provável, em ambos os campos (LOPES; ROSSETI,1980,p.225).

2.4 ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

Em sua formulação original, os estruturalistas consideraram que a inflação se apóia em fatores estruturais básicos, de raízes mais profundas que as de fatores meramente circunstanciais ou casuais. Os fatores estruturais relacionam-se essencialmente com a alegada inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, com o desequilíbrio crônico no comércio exterior, com a distribuição desigual da renda e com rigidez dos orçamentos públicos (LOPES; ROSSETTI, 1980, p.227).

Grunwald (citado por LOPES ; ROSSETI, 1980, p.227), mostra que esses fatores estruturais estão como que amarrados à inelastica oferta de bens e serviços, típica dos países que adotam deliberadas políticas de aceleração do desenvolvimento e da urbanização. A explicação estruturalista da inflação apresenta-se em termos menos convencionais, dando maior ênfase à estrutura da oferta do que à demanda agregada.

3 A INFLAÇÃO, O EMPREGO E O CRESCIMENTO

Em complemento às teorias da inflação, verificaremos agora as possíveis relações entre a inflação, o nível de emprego e o crescimento econômico.

Lopes e Rosseti (1980, p.231) assinalam que:

> O estudo das relações existentes entre taxas de inflação e o nível do emprego sempre se constituem em um dos aspectos mais importantes da teoria macroeconômica. Isto porque os objetivos básicos da manutenção do pleno emprego e de controle das pressões inflacionárias se revelam conciliáveis em situações especiais e transitórias. Em geral, a procura persistente do pleno emprego sempre acaba por conduzir a aumentos apenas nominais da renda, sem a elevação do quantum da produção; inversamente, as tentativas de estabilização dos preços em curto prazo conflitam com objetivos de manutenção da economia a níveis operacionais próximos a pleno emprego. Essa relação originalmente descoberta entre as taxas de emprego e inflação passou a ser teoricamente descrita pelas chamadas curvas de Phillips, onde a taxa de emprego é marcada no eixo horizontal e a inflação na vertical. A curva corta o eixo horizontal no ponto correspondente ao desemprego natural da economia, conceitualmente semelhante ao desemprego friccional da terminologia clássica. O ramo superior da curva, à esquerda, é geralmente dado como menos elástico que o ramo inferior. Tal característica decorre de que as tentativas de redução do desemprego para níveis inferiores provocam acentuadas elevações da taxa de inflação, dada a rigidez cada vez mais acentuada da capacidade de produção da economia, essa rigidez pode tornar-se tão acentuada que quaisquer medidas que tencionem reduzir ainda mais as taxas já insignificantes de desemprego somente terão o efeito de expandir os níveis de preços, em seu ramo inferior, à

direita, a curva é relativamente mais elástica, mostrando que os níveis de preços não são facilmente flexíveis para baixo, em resposta a deliberadas reduções provocadas no nível geral de emprego da economia, Essas relações não lineares são tipicamente observáveis a curto prazo. Antes que se verifiquem ajustamentos nas expectativas de emprego e de preços, uma redução de emprego será obtida ao custo de uma elevação da taxa de inflação. De outro lado, uma redução da taxa de inflação (deflação) terá como custo social uma ampliação da taxa de desemprego.

De acordo com Blanchard (1999, p.315) deve-se ao economista inglês A.W. Phillips o exame das relações históricas entre as taxas de desemprego e as variações observadas no nível geral de preços. O trabalho original de Phillips, baseado em dados que cobriram um período de quase um século, examinou as relações entre a alteração nominal dos salários e o nível do desemprego no Reino Unido, ano a ano, entre 1861 e 1957. Ele descobriu provas claras de uma correlação negativa entre inflação e desemprego: quando o desemprego caía, a inflação subia e quando o desemprego subia, a inflação baixava, chegando até, com freqüência, a tornar-se negativa. Posteriormente, surgiram novas versões em torno desse trabalho. Mas a maior parte delas confirmou a conclusão fundamental da investigação pioneira quanto à existência de uma relação inversa não linear entre os níveis de emprego e as taxas de inflação.

Lopes e Vasconcellos (2000, p.230) complementam que a curva de Philips estabelece uma relação inversa entre inflação e desemprego; ou seja, pretende-se diminuir o desemprego, disso resultará mais inflação e vice versa.

De acordo com Rosseti (1980, p.232), a prazos mais dilatados, as relações entre as taxas de inflação e de desemprego são passíveis de reajustamento ou acomodações, decorrentes da modificação das expectativas criadas por medidas que visem reduzir as pressões inflacionárias ou elevar os níveis globais de emprego.

3.1 INFLAÇÃO, E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Rosseti (1980, p.235), assinala que a inflação acentuada, geralmente, é acompanhada de múltiplas conseqüências nocivas, entre as quais destaca-se a adscrição da hierarquia salarial, o desinteresse por aplicações produtivas e, sobretudo, a crescente subversão da ordem econômica, esta última devida ao afrouxamento do grau de correlação entre o esforço produtivo e o enriquecimento de novas classes que se apropriam de riquezas acumuladas por meio de atividades meramente especulativas. No entanto, enquanto as taxas de inflação não são suficientemente altas para produzir esses e outros efeitos perniciosos, parece haver suficientes razões para admitir que, em economias ainda não desenvolvidas as taxas

moderadas de inflação podem conciliar-se com taxas apreciáveis de crescimento econômico.

Gordan (citado por ROSSETTI, 1980, p.236), sugere que, havendo condições para que a oferta global se expanda efetivamente, com o aumento dos investimentos produtivos, combinados com melhoria da produtividade, resultante da absorção de tecnologia mais eficiente, e com a mobilização de força de trabalho até então subempregada em atividades de subsistência. Os acréscimos levemente inflacionários da demanda agregada (em geral decorrentes de aumento da oferta monetária) podem ser compatíveis com taxas reais de crescimento econômico. Nesse quadro, particularmente, em seus momentos iniciais, as injeções monetárias, não obstante elevem moderadamente a taxa nominal de juros, podem induzir o rebaixamento da taxa real, provocando aumentos sucessivos das despesas de investimento, devido à viabilização de maior número de projetos de implantação de novas empresas ou de expansão das existentes, além disso, é provável que a inflação moderada faça com que grande parte dos agentes privados transformem sua disponibilidade financeira ou monetária em capital produtivo, estimulando a taxa de crescimento da economia. Evidentemente, esse tipo de movimento ascensional real poderá ser interrompido quando já estiverem efetivamente esgotadas as possibilidades ociosas que a economia apresentava no início do processo. A partir daí, quando a oferta se tornar inelástica e a taxa de desemprego aproximar-se de seu nível natural, os aumentos dos preços passarão a ser mais acentuados, instalando-se na economia uma onda inflacionária típica, que exercerá fortes pressões de alta dos preços, já então desestimulando as aplicações produtivas e modificando inteiramente o quadro anteriormente estabelecido.

4 A QUEDA DA INFLAÇÃO NOS ANOS 80 E 90

Segundo Gordan (2000, p.173), nos anos 80 e 90 houve uma desaceleração acentuada no crescimento do PIB nominal, conseguida por meio de uma política de restrição monetária e um aumento acentuado sem procedentes nas taxas de juros de curto prazo, provocando um deslocamento da economia, por causa do produto em declínio e uma inflação também em queda, conseqüentemente, a taxa de desemprego aumentou, apresentando uma das mais altas taxas de desemprego, desde a Grande Depressão dos anos 30.

4.1 A DESINFLAÇÃO E O RENASCIMENTO DA INFLAÇÃO DURANTE A EXPANSÃO DE 1982-1990

Gordan (2000, p.174), aponta que o ajuste teórico foi baseado numa desaceleração permanente do crescimento do PIB nominal, de 10% para 4%, mas

que no mundo real o crescimento do PIB nominal não ficou permanentemente mais baixo, em vez disso, o crescimento do PIB nominal acelerou-se acentuadamente em 1983-1984, fazendo com que a razão de produto se recuperasse mais rapidamente do que no diagrama teórico, colocando também um fim à queda da taxa de inflação. Outra diferença é que a inflação, em 1986, caiu temporariamente no percurso, caso contrário, teria percorrido como reação a uma queda acentuada nos preços do petróleo.

Quanto as flutuações da inflação e do produto, Gordan(2000, p.182) assinala que:

> [...] a aceleração da inflação pode ser provocada por um crescimento excessivo do PIB nominal e pelos choques de oferta. As inflações da oferta e da demanda estão inter-relacionadas porque a extensão e duração da aceleração da inflação após um choque de oferta dependem da reação do crescimento do PIB nominal, que é parcialmente controlado pelos formuladores de política.

Como solução para a inflação, Gordan (2000, p.183) ressalta que, nas causas fundamentais da inflação que têm origem no crescimento do PIB nominal, e em choques adversos de ofertas excessivas a solução básica é revertê-las. O inverso do rápido crescimento do PIB nominal é logicamente um lento crescimento do PIB nominal. Uma decisão para reduzir a taxa de inflação, limitando a taxa de crescimento do PIB nominal pode ser eficaz e dispendiosa, como em 1981-1982 ou, em menor grau, em 1990-1992. A inflação pode ser acentuadamente reduzida, mas às custas de uma considerável e prolongada queda de preços na razão do produto e um aumento considerável na quantidade de trabalhadores desempregados.

5 COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1981 A 2001

Percebe-se, na figura abaixo, que no Brasil, até o ano de 1994, devido à indexação da economia, predominaram os pressupostos da teoria de Keynes, que afirma que, com a inflação alta, os empresários investem no mercado monetário, diminuindo os investimentos no mercado de bens, conseqüentemente, diminuindo o nível de emprego.

Após 1994, houve uma queda na inflação, devido à desindexação da economia, prevalecendo a teoria de Phillips, a qual estabelece uma relação inversa entre inflação e desemprego, ou seja, se se pretende diminuir o desemprego, disso resultará mais inflação e vice-versa.

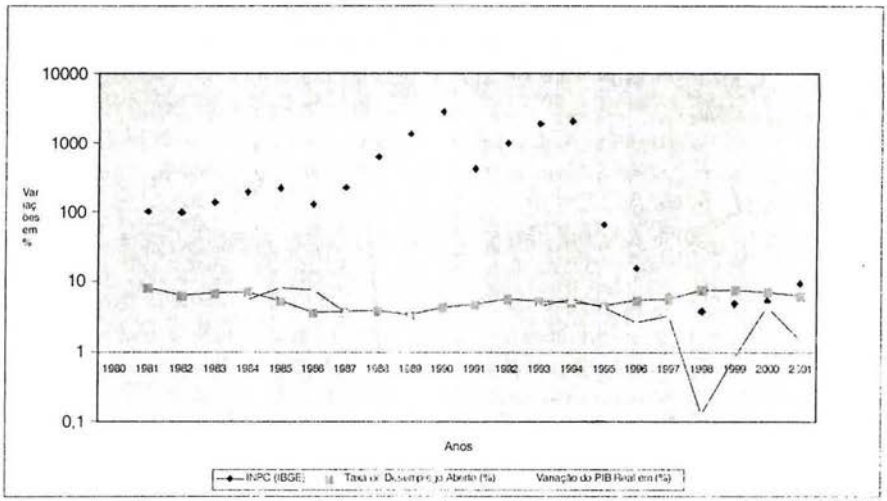

Figura 1 – Economia brasileira período de 1981 A 2001. Fonte: FGV/IBRE, IBGE (2002, p.159), adaptada pelo autor.

6 CONCLUSÃO

A Curva de Phillips fornece um guia sobre o que se deve buscar em termos de oferta agregada. Para ganhar mais produto ou reduzir o desemprego, em troca, haverá preços mais elevados, mais inflação.

No Brasil até o ano de 1994, devido à indexação da economia, predominaram os pressupostos da teoria de Keynes, que afirmou que com a inflação alta os empresários investem no mercado monetário, diminuindo os investimentos no mercado de bens e, conseqüentemente, houve diminuição no nível de emprego.

Após 1994, houve uma queda na inflação, devido à desindexação da economia, prevalecendo a teoria de Phillips. Esta estabelece uma relação inversa entre inflação e desemprego, ou seja, pretende-se diminuir o desemprego, isto resultará em mais inflação e vice-versa.

Conclui-se, então, que não há uma única teoria que seja capaz de explicar todos os tipos de inflação que ocorrem nos vários países, ao longo de sua história, pois as fontes da inflação diferem com os fatores.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CONJUNTURA estatística. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, n.8, p.159, ago., 2002.

GORDAN, Roberto J. **Macroeconomia**. Rio Grande do Sul: Bookman, 2000, p.163-183.

LOPES, João Carmo; ROSSETI, José Paschoal. **Moeda bancos uma introdução**.São Paulo: Atlas, 1980, p.210-241.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de macroeconomia**: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas, 2000, p.230.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Economia**: micro e macro. São Paulo: Atlas, 2001, p. 189, 337.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POLÍTICA PARA A FORMAÇÃO OU (DE) FORMAÇÃO DOCENTE?[1]

EGESLAINE DE NEZ
Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Graduada em Pedagogia e especialista em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel-Pr. Professora Titular da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu – VIZIVALI, Dois Vizinhos-Pr. e Professora Titular da Faculdade de Cascavel – FADEC, Cascavel-Pr.
E-mail: edenez@certto.com.br.

[1] Trabalho vinculado à monografia do curso de Especialização em Fundamentos da Educação, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel-Pr.

RESUMO

O elevado grau de competitividade no mundo de hoje faz da educação a alavanca para a sociedade do conhecimento e da informação, que se oferece como alternativa à sociedade industrial, marcada por relações de produção. Esse processo repercute na definição das políticas públicas educacionais, que constituem, hoje em dia, um dos campos multidisciplinares que mais têm desencadeado o interesse de intelectuais e políticos. Ao longo da década de 90, a Educação à Distância, no Brasil, tem sido alvo das mais variadas discussões, sobretudo no que diz respeito à sua inserção no modelo educacional do país. Um grande número de educadores e instituições de ensino vêm promovendo a educação à distância, valendo-se de métodos e técnicas que são, na sua grande maioria, questionáveis no modelo sócio-econômico-cultural do país. Assim, o que se evidencia é a ausência de uma política governamental, para a educação e, principalmente, para a formação de professores. O presente trabalho tem por objetivo analisar a educação à distância, buscando estabelecer os nexos teóricos e práticos entre duas dimensões essenciais da questão: as injunções que determinam algumas práticas de políticas e programas educacionais para a formação de professores e as questões econômicas que se revelam nas tecnologias utilizadas e nas formas como elas se articulam com as condições reais de implementação.

Palavras-chave: educação à distância, política educacional, formação de professores, tecnologia educacional.

ABSTRACT

The high degree of competitiveness in the world today does the lever of the education for the society of the knowledge and the one of the information, that you/they offer as alternative the industrial society marked by production relationships. That process rebounds in the definition of the educational public politics that they constitute, nowadays, one of the fields multidisciplinary that more they have been unchaining the intellectuals' interest and political. Along the decade of 90, the Education the Distance in Brazil has been objective of the most varied discussions, above all in what he/she concerns your insert in the educational model of the country. A great number of educators and teaching institutions are promoting the education at the distance, being been worth of methods and techniques that are, in your great majority, questionable in the partner-economical-cultural model of the country. Like this, which she evidence it is the absence of a government politics for the education and mainly for the teachers' formation. The present work has for objective to analyze the education at the distance, looking for to establish the theoretical and practical connections among two essential dimensions of the subject: the injunctions that determine some practices of politics and educational programs for the teachers' formation and the economical subjects that are revealed in the used technologies and in the forms as these they pronounce with the real conditions of implementação.

Key-words: education at the distance, educational politics, formation of teachers, educational technology.

1 INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica está vinculada a uma nova ordem econômica e social nos mais variados campos da ação humana. Na área da educação, o desenvolvimento científico e tecnológico vêm criando nos educadores a necessidade de adotar modelos de ensino que atendam às profundas modificações que a sociedade do início do novo século passa a exigir, em que a crescente perspectiva de diversificar os espaços educacionais vem revelando um "aprendizado sem fronteiras".

Nas últimas décadas, devido ao surgimento de novas tecnologias, a Educação à Distância (EAD) retomou fôlego[1], podendo a sua crescente presença ser notada nas diversas áreas de formação e atualização profissional. Entre os cursos dessa modalidade, aumenta o número daqueles que se utilizam de redes de computadores[2] , o que impõe a necessidade de capacitação de profissionais de educação, também para lidar com essa realidade (NUNES, 1992).

Educar à distância poderia ser uma das formas de democratizar o saber, pois poderia permitir que algumas pessoas que não tiveram acesso à educação presencial, estejam tendo a possibilidade de acesso ao saber (talvez em função da distância entre escola e aluno ou mesmo aqueles que, por um motivo ou outro, não estejam sendo atendidos satisfatoriamente pelos meios tradicionais de ensino - isto se explica, de fato, pela grande extensão territorial do Brasil).

Aqui é importante destacar dois elementos a serem discutidos:

1º Não quer dizer que o acesso à escola já garanta a continuidade na nela e muito menos a qualidade do ensino. Podemos perceber que alguns cursos à distância também têm índices de evasão, tanto quanto na educação presencial e que a qualidade é questionável em muitos cursos de formação. Então resta saber de que tipo de qualidade estamos falando: qualidade tecnológica, qualidade no ensino, entre outras formas de qualidade.

2º O não-atendimento satisfatório de uma parcela da população pelos meios tradicionais de ensino. A ênfase é no sentido de que a escola está num

1O retomar fôlego quer dizer que a Educação à Distância teve seu início na década de 1970, com as teleaulas ofertadas à população. Esse momento foi importante para o crescimento educacional na época, mas é claro que não inspira o ideal necessário para a Educação. E agora temos, então, uma nova forma de Educação à Distância, pela utilização das tecnologias disponíveis.

2Leia-se também as apostilas via correio, via e-mail, rádio, televisão, vídeo, teleconferências, cd's, vídeo conferências e outros instrumentos utilizados para o desenvolvimento da Educação à Distância. É óbvio que, todos esses aparelhos e equipamentos estimulam e auxiliam o comércio e seu desenvolvimento capitalista de consumo.

momento de crise (crise que é gerencial[3], segundo alguns autores). Essa crise que afeta o atendimento escolar é provocada por um sistema cada vez mais excludente, por uma sociedade de classes em que está inserida, por isso uma crise fundada nos determinantes sóciopolíticos e econômicos.

Em períodos de globalização e competitividade, o tempo, infelizmente, tornou-se uma das ferramentas importantes para a sobrevivência do homem moderno, tornando-o seu escravo e levando-o a realizar suas atividades de trabalho, de estudo, de alimentação, de sono, e até de seus momentos de lazer em função dele. Isso pode desencadear um processo de escolha pelo mais rápido, pelo mais fácil e que nem sempre seria o mais adequado e o melhor. Seria um aligeiramento das tarefas, sem nenhuma reflexão sobre a sua importância (PRETI, 2000).

Hoje a permanência em bancos escolares já não se torna possível para muitas pessoas, pois suas vidas atribuladas de afazeres os impedem de irem até uma instituição de ensino. Outros fatores que tem se tornado dificultadores do acesso ao ensino são: à distância das faculdades e universidades e os custos elevados gerados pelo deslocamento e permanência fora do domicílio do graduando na forma presencial.

É justamente para essas pessoas que não dispõem de tempo que o ensino à distância pode tornar-se utilizável, pois mediante essa metodologia terão a oportunidade de buscar uma formação, uma especialização ou aperfeiçoamento que pode ser profissional e/ou acadêmica. De acordo com essa perspectiva, há conseqüências graves no que se refere ao mercado de trabalho, que vai se alterando. As previsões, apesar de muitas vezes desencontradas, ou mesmo contraditórias, permitem a conclusão de que a concepção de trabalho, até então em vigor, está em pleno processo de transformação. Conseqüentemente, fala-se da educação necessária à formação desse novo cidadão. Até então, no treinamento do indivíduo em determinada função, enfatizava-se seu domínio em alguma atividade prática. Hoje é necessário o domínio do conhecimento para diferentes aplicações, em situações variadas, e muitas vezes de forma imprevisível. Isto se aplicaria à

3 O fato é que a escola que conhecemos, sobretudo a escola pública, vive uma profunda crise, que a torna ineficiente na sua função de oferecer a mercadoria que é o conhecimento das pessoas interessadas. Essa crise, na leitura neoliberal, é fundamentalmente uma crise gerencial, necessitando a escola ser submetida a uma reforma administrativa para se tornar competitiva, devendo, portanto, abandonar o campo da política, para adentrar na esfera do mercado. Conforme Gentili (1996a, p.17) expõe: "Em primeiro lugar, é necessário destacar que na perspectiva neoliberal, os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de *eficiência, eficácia e produtividade*, mais do que uma crise de *quantidade, universalização e extensão.* (...) A crise das instituições escolares é produto, segundo este enfoque, da expansão desordenada e 'anárquica' que o sistema educacional vem sofrendo nos últimos anos. Trata-se, fundamentalmente, de uma crise de *qualidade* decorrente da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares. (...) Os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise de *democratização,* mas uma crise *gerencial. Essa crise promove*, em determinados contextos, certos mecanismos de 'iniqüidade' escolar, tais como a evasão, a repetência, o analfabetismo funcional etc".

necessidade de uma especialização ou aperfeiçoamento profissional. A função da educação vai, aos poucos, sendo mudada. Já não se enfatiza a obrigação do Estado na promoção do desenvolvimento individual por meio da educação. Ao contrário, a questão é devolvida para o indivíduo. É ele o responsável pela sua contínua formação, de modo a atender as expectativas de um mercado que se modifica constantemente. Nesse movimento, as classes menos favorecidas se vêem novamente em ampla desvantagem.

Tais limitações levam o educador das escolas tanto públicas quanto privadas à necessidade urgente de se buscar na Educação à Distância (EAD) uma das possibilidades de sua formação. Infelizmente, a prerrogativa que se evidencia é que as pessoas que mais precisam estudar têm uma formação inadequada. Como não dispõem de tempo, acabam por estudar em cursos à distância, que podem ser considerados como um ensino "frouxo", de pouca qualidade e de forma aligeirada.

Aqui se começa a perceber que a Educação à Distância é vista (para o mercado capitalista e neoliberal) como possível, interessante e barata para o processo de formação de professores. Possível, porque já está acontecendo em várias localidades e em Universidades (públicas e/ou privadas). Interessante, porque é uma forma de estudar que agrada a amplo segmento da população (em função da distância e do tempo) e assim torna-se viável. E barata, porque quanto ao aspecto financeiro, os autores Straub e Scala (2000, p.10) destacam:

> Há um aspecto em concordância com o esperado em Educação à distância é a tendência de estabilizar (ou até diminuir) os custos fixos com o decorrer do tempo. É uma modalidade de ensino que exige altos investimentos fixos e baixos custos variáveis no início do programa. A situação se inverte com o decorrer do tempo e com o ingresso de novos aprendizes. E é isto o que se observa como tendência no nosso curso.

Nunes (1992, p.24) concorda quando diz:

> Tanto o desenvolvimento de novas tecnologias comunicativas, como o barateamento de acesso e a necessidade crescente de formação e educação da cidadania, contribuem para um melhor desenvolvimento da Educação à Distância no Brasil [...]

No Estado do Paraná, alguns políticos também concordam com a idéia dos baixos custos financeiros na instalação das Universidades Eletrônicas, Wahrhaftig, Ferrazza e Raupp (2001, p.109) informam que:

> Um dos desafios da Universidade Eletrônica foi ter de enfrentar o problema de organizar recursos e capital de modo a produzir bons resultados com custos os mais baixos possíveis. [...]a Universidade Eletrônica assume uma

posição intermediária, ao entender que a tecnologia usada para a oferta de cursos e programas é cara. Entretanto, ela tem uma relação custo-benefício equilibrada, ao possibilitar uma educação de alta qualidade, especialmente em áreas que de outra forma não poderiam ter essa oferta de ensino. O custo-benefício aumenta quando utilizado, intensiva e extensivamente, para um grande número de alunos.

A discussão vai no sentido de se perguntar se essa formação não será efetuada de forma rápida demais e também insuficiente (sem reflexão e sem qualidade) em função da falta de tempo e da impossibilidade de deslocamento físico. Apenas para o cumprimento de uma legislação vigente[4] e para atender necessidades e demandas particulares.

3 DESENVOLVIMENTO

É fundamental compreender que a questão sobre educação, hoje, está profundamente relacionada às novas condições de empregabilidade propostas pelo momento vivido e motivadas pelas mudanças na produção e na difusão de bens e informações por meio dos avanços científico-tecnológicos em nossa sociedade.

Isso não é uma defesa dos rumos da educação, é uma constatação do contexto atual que, em contraposição a outros períodos, estabelecia um divisor de águas entre a educação, como formação integral do cidadão, e a formação profissional, ambas complementares e funções da nossa sociedade. Hoje, essa relação se transforma, oferecendo um novo paradigma, ainda não muito claro sobre os seus valores éticos e morais e as conseqüências de sua prática. Fato é que o modelo pedagógico tradicional, às vezes, não dá conta dessas demandas e a Educação à Distância é conclamada como um veículo para responder a alguns desses desafios, se integrar uma proposta transformadora da realidade, adotando novos paradigmas sobre conhecimento e aprendizagem (NUNES, 1992).

Infelizmente, acredita-se que a Educação à Distância, aproveitando as vantagens das novas tecnologias de comunicação, faça parte da agenda estratégi-

4 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9394/96) promulgada em 20 de dezembro de 1996, prevê a implantação gradativa da Educação à Distância no Sistema Nacional de Ensino. O Artigo 80 da Lei estabelece que a União incentivará o desenvolvimento de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e regulamentará os requisitos básicos necessários para a realização de exames e registro de diploma relativos aos cursos à distância. O Decreto Nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, veio regulamentar o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases, definindo no seu Artigo 1º a compreensão dessa modalidade de Educação, quando diz: "Art. 1º Educação à Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação".(p. 73)

ca do Brasil, para aumentar o acesso a oportunidades educativas em todo o território nacional, distribuindo igualitariamente os recursos educativos e, assim, aumentando o potencial para diversificação e auto-sustentação de comunidades menores e mais isoladas. As rápidas mudanças tecnológicas na sociedade, tanto nas formas de trabalhar quanto na vida doméstica de todos os cidadãos, exigem o uso de novas tecnologias educacionais, que permitam aos habitantes do país alcançarem o seu potencial pleno. Como se elas fossem auto-sustentáveis e resolvessem todos os problemas existentes na Educação e, mais, seriam uma nova forma de "redenção" da educação.

A Educação à Distância utiliza a justificativa de que poderia atender a todos os profissionais que estão em necessidade constante de oportunidades de treinamento, para poderem acompanhar as mudanças rápidas nos seus trabalhos. Acabaria, dessa forma, com o sentimento de isolamento do aluno, separado pela distância, da esfera de educação formal em todos os seus níveis. Esses professores sentem-se amparados por esse sistema de ensino.

Essa pode ser uma das estratégias a ser utilizada pelo capitalismo e pela globalização, para o aligeiramento de formação de professores, possibilidade de subir pontos na alfabetização e escolarização brasileira, diminuir a evasão escolar, visto que é facilitado o espaço físico escolar, entre outras suposições e alternativas a serem aplicadas no âmbito educacional.

Está em questão a pertinência dessa modalidade de ensino, sua importância, que para muitos parece ser oportuna e válida no mundo de hoje. A questão vai no sentido de verificar se a EAD não serve como uma possibilidade de aligeirar a formação dos professores, alijando-os de um processo mais participativo e integrado. Percebe-se, então, que nem sempre é possível ter claro como é realizado o processo da formação docente na educação à distância. Essa lacuna abre enormes perspectivas.

No contexto da luta atualmente travada pelo capitalismo para sua perpetuação, a educação desempenha um importante papel, que pode ser caracterizado por dois pontos: um seria a preparação de um trabalhador mais adequado aos novos padrões de exploração; o outro seria o de que o discurso sobre a educação ocupa um lugar cada vez mais destacado no plano ideológico (KUENZER, 1997).

Quanto ao primeiro ponto, podemos assinalar que as mudanças no padrão de exploração do trabalhador passaram a exigir dele novas habilidades, o que explicaria, ao menos em parte, o fato de a educação passar a ser objeto de maior atenção por parte das classes dominantes e também levando ao acirramento da contradição, existente no capitalismo.

O segundo ponto caracterizaria a importância do papel da educação para o capitalismo contemporâneo, qual seja o fato de o discurso sobre a educação ocupar atualmente um lugar de destaque no plano ideológico. Para a reprodução do capital, torna-se hoje necessária uma educação que forme os trabalhadores segundo os novos padrões de exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, há ne-

cessidade, no plano ideológico, de limitar as expectativas dos trabalhadores, em termos de socialização do conhecimento pela escola, difundindo a idéia de que o mais importante a ser adquirido por meio da educação não é o conhecimento, mas a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo (KUENZER, 1997).

O discurso sobre a educação possui a importante tarefa de esconder as contradições do projeto neoliberal de sociedade, isto é, as contradições do capitalismo contemporâneo, transformando a superação de problemas sociais em uma questão de mentalidade individual, que resultaria, em última instância, da educação (GENTILI, 1996). A importância desse papel ideológico do discurso sobre a educação reflete-se até no aumento de status político do Ministério da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso e no aumento de espaço da questão educacional na mídia.

O texto "Os quatro pilares da Educação" é uma das evidências do papel ideológico do discurso sobre a educação, presente neste projeto neoliberal. Foi publicado pela Unesco, em 1996, sendo parte do relatório da comissão internacional presidida por Jacques Delors, que durante o período de 1993 a 1996 trabalhou na elaboração de diretrizes para a educação mundial.

Esse relatório foi publicado no Brasil em 1998, com apoio do Ministério da Educação e com apresentação assinada pelo Ministro Paulo Renato de Souza. Por certo que tal detalhe está longe de ser secundário, o que pode ser notado pelo objetivo expresso pelo próprio ministro:

> Assim, estou seguro de que a edição brasileira do Relatório coordenado por Jacques Delors contribuirá para o processo em que, de modo especial, se empenha o Ministério da Educação, qual seja, o de repensar a educação brasileira" (DELORS, 1998, p. 10).

O prefácio é escrito pelo próprio Jacques Delors e, nele, é explicitada a visão da comissão sobre as relações entre as políticas educativas e o contexto mundial que, no próximo século, deveria, na ótica da comissão, enfrentar três grandes desafios: o do desenvolvimento humano sustentável, o da compreensão mútua entre os povos e o da renovação de uma vivência concreta da democracia (DELORS, 1998).

Considerando a competição indispensável ao progresso (impossível deixar de ver aqui o tão propalado lema neoliberal da necessidade de desregulamentação do mercado, com vistas ao estímulo da competitividade e do aumento de produtividade), a comissão mostra-se, entretanto, preocupada com a "*igualdade* de oportunidades", tanto para a formação inicial e continuada dos professores quanto para outros tipos de formação.

As desigualdades econômico-sociais refletem-se na desigualdade de acesso ao conhecimento. Mas tal desigualdade é vista pela comissão como decorrência da tensão entre o crescimento do conhecimento e a limitada capacidade

de sua absorção pelos indivíduos. A saída passa a ser a de atribuir à escola a tarefa de preparar os indivíduos para estarem sempre aptos a aprender em aquilo que for necessário em determinado contexto e momento de sua vida. A saída é o "aprender a aprender" (DELORS, 1998).

Esse lema é desdobrado, nos quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e, finalmente, aprender a ser. A proposição desses quatro pilares para a educação do próximo milênio assenta-se na defesa de uma concepção da educação como um processo permanente e/ou formação continuada, seja dos professores ou de outros segmentos:

> O conceito de educação ao longo de toda a vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Vem dar resposta ao desafio de um mundo em rápida transformação, mas não constitui uma conclusão inovadora, uma vez que já anteriores relatórios sobre a educação chamaram a atenção para esta necessidade de um retorno à escola, a fim de se estar preparado para acompanhar a inovação, tanto na vida privada, como na vida profissional. É uma exigência que continua válida e que adquiriu, até, mais razão de ser. E só ficará satisfeita quando todos aprendermos a aprender (DELORS, 1998, p. 19).

A noção de constante adaptação a um mundo que passa por rápidas e intensas mudanças é central na maioria dos ideários pedagógicos contemporâneos, está na própria base de sustentação do lema "aprender a aprender" e vem sendo desenvolvida desde o início do século pelo ideário escolanovista. "Aprender a aprender" é aprender a adaptar-se. Nessa perspectiva, entende a comissão que caberia à educação oferecer as condições necessárias à instrumentalização do indivíduo, voltada para esse contínuo processo de adaptação:

> Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança. Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento:
> Aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que essas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de

permuta. (DELORS, 1998, p. 89-90).

A finalidade que se coloca, quando se trata da EAD é atender a essa crescente suposta democratização do ensino, proposta pelo documento como "igualdade de oportunidades" (DELORS, 1998), criando possibilidades de acesso e escolarização a um contingente de pessoas que não têm ou não teriam condições de freqüentar a educação escolar presencial.

Os motivos são diversos, dir-se-ia como estes: atraso no processo de escolarização, impossibilidade física e/ou geográfica de freqüentar a escola, mesmo à noite, pela necessidade de sobrevivência, de trabalho em horários alternados, pela necessidade de qualificação profissional em serviço, por estar desempregado e assim por diante.

Assim, a formação de professores não pode ser deixada em segundo plano (ou melhor, em primeiro plano na proposta neoliberal a ser proporcionada pela EAD que é barata e feita sem qualidade nenhuma), deve-se problematizar esses locais de formação, bem como a referência utilizada pelos instrutores ou professores da EAD.

Só dessa forma, pode-se verificar que a EAD é uma política de contenção de despesas financeiras para a formação de professores, em que eles ficam a mercê do processo, sem conhecimento, apenas com informações parciais, muitas vezes, e com um ensino de pouca ou nenhuma qualidade.

4 CONCLUSÃO

A contemporaneidade oferece a uma parte da humanidade a possibilidade de usufruir de todos os avanços que a ciência e a tecnologia criados até o ano de 2003 oferecem. As inovações tecnológicas, a possibilidade de circulação da informação, a um grupo restrito, ocorre em tempo real, facilitando assim a esse grupo tomadas de decisões.

Essa sociedade que se globalizou, que tem a ciência como um meio de produção, que usa a técnica e a tecnologia para benefício de parte da humanidade, é uma sociedade altamente excludente e a educação tem sido utilizada como um dos meios para a manutenção desse status quo.

Nesse contexto é que surge, como uma força propulsora e surpreendente a Educação à Distância, como a panacéia universal, como algo que vai propiciar, sem problemas, um aprendizado mais fácil, rápido e objetivo. Além de diminuir, num tempo recorde, o número de professores leigos existentes hoje, principalmente nos municípios longe das capitais, inadequadamente posta como a resolução do problema da formação de professores e demais áreas de conhecimento.

Na história da educação à distância há uma ilustração da crescente

popularidade e uso comum de modernas tecnologias, mas o futuro da educação à distância depende da maneira como essas tecnologias forem usadas para fornecer uma educação e capacitação de qualidade e com sucesso para mais pessoas, a um custo razoável. Fica evidente a discussão feita sobre qualidade proposta pela concepção do neoliberalismo, qualidade evidenciada na Gestão da Qualidade Total. Não é da qualidade para o acesso e a permanência dos indivíduos nos bancos escolares para uma graduação, em condições de render bons frutos para seu exercício, mas sim da desqualificação pela suposta "qualificação profissional".

Embora parcial a visão apresentada permite ter uma idéia das questões mais gerais da educação à distância Pode-se apontar conclusões, dizendo que os problemas relacionados ao tempo são fundamentais em EAD, não apenas em suas dimensões física, institucional e imaginária, que formam a base das relações temporais concebidas por cada indivíduo e estabelecidas na sociedade, mas também em sua dimensão econômica, de medida do tempo de trabalho, definidora das condições de trabalho e de formação dos trabalhadores.

Do ponto de vista sociológico, a questão pode ser assim resumida: políticas públicas tecnocráticas geram propostas educacionais centradas nos processos de ensino (estrutura organizacional, planejamento, concepção, produção e distribuição de materiais entre outros), que correspondem mais a interesses políticos e econômicos do que a demandas e necessidades, e não nos processos de aprendizagem (características e necessidades dos estudantes, modos e condições de estudo, níveis de motivação, e outros), o que, em educação à distância, é fatal.

Ou seja, os modelos de educação à distância vigentes no país, especialmente os de formação de professores em nível de graduação, referem-se muito mais aos sistemas que ensinam algo do que aos sistemas que aprendem algo. São apenas uma das formas encontradas pelo discurso de banalizar o conhecimento e favorecer o desmonte das universidades e faculdades, no que diz respeito à formação de professores. Aponta-se assim, como uma forma de aligeiramento da formação destes, sem qualidade e muito menos com coerência.

Infelizmente, a educação à distância surge nesse quadro de mudanças, como mais um modo regular de oferta de ensino e/ou uma modalidade de ensino, perdendo seu caráter supletivo, paliativo ou emergencial, e assumindo funções de crescente importância, principalmente na formação inicial dos professores e na continuada também.

É enfatizado que a educação à distância podem contribuir na expansão significativa e diversificada da oferta de formação inicial, para atender à demanda decorrente da legislação em vigor. Tudo isso sem perder de vista os ideais humanistas de formação do cidadão crítico e criativo, capaz de pensar e de mudar o mundo. Não são e com certeza, não serão esses cursos capazes de tudo isso.

A consideração possível de ser feita, é que o uso das inovações tecnológicas, no sentido de subalternidade ao projeto societário do capital, pode

ser revertido para um uso que desmonte o discurso hegemônico e que trabalhe no acesso a um universo de informações contra-hegemônicas, situando o debate sobre as novas tecnologias educacionais nos marcos mais amplos da política educacional brasileira, e que objetive, enfim, a construção de um projeto para além do que está colocado como o "fim da história".

Diante disso, as instituições de ensino superior, além de oferecerem cursos de qualidade para um maior número de alunos, se têm o papel de socializar o conhecimento e restabelecer os verdadeiros princípios éticos que norteiam a identidade social das instituições, devem permitir melhores condições de educação, de formação ética e profissional à sociedade e ao cidadão.

A realidade encontrada permite concluir que a EAD está sendo utilizada como recurso precário de formação de professores, providenciado por uma política educacional, em que não se vê a necessidade de um professor consciente, crítico e ativo. Apenas um mero transmissor de informações, que não são conhecimentos construídos pelo homem em transformação. Dessa forma, é mais fácil dominar uma massa de professores, pois eles não terão consciência do mundo em que estão vivendo, muito menos do que fazem dentro da escola e qual a ligação de sua atuação com a sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

DELORS, J. (Org.) **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 3. ed. Brasília: MEC, UNESCO e Cortez, 1998.

GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996a.

_____. **Escola S. A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996b.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NUNES, I. B. **Pequena introdução à educação a distância**. n.1. Brasília: INED, junho/92

PRETI, O. (Org.) **Educação à distância:** início e indícios de um percurso. Cuiabá,

NEAD/UFMT, 2000.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

STRAUB, I.; SCALA, S.B.N. **Educação à distância**: quanto custa o estudante à distância? Disponível em: <http: //www.edutecnet.com.br/tecnologia%20e%20educacao/edconc.htm>. Acesso em: 17 fev. 2002.

WAHRHARTIG, R.; FERRAZZA, A. M. E.; RAUPP, M. **Portas abertas para a educação superior.** Curitiba: Fundação Universidades Eletrônica do Paraná, 2001.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS: UM ESTUDO DAS BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS NO MERCADO EUROPEU

ARIADNE LUCIELLE BRAUN
Graduada em Administração, pela FACE, União da Vitória. Especialista em Comércio Exterior, pela UNC- Mafra. Assistente de Comércio Exterior da empresa PORMADE- Portas de Madeiras Decorativas Ltda. Professora da FACE.
E-mail: ariadne@pormade.com.br

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar os principais obstáculos enfrentados pelos produtores agrícolas brasileiros no exterior e pelos formuladores de nossa política comercial. Estes entraves, criados sobre o nobre pretexto de proteger a renda dos agricultores europeus, deixou o Brasil refém das políticas agrícolas dos países desenvolvidos. As diversas formas de proteção inerentes às vantagens oferecidas aos produtores da União Européia, definidas como barreiras não-tarifárias vêm dificultando sobremaneira a participação mais dinâmica das exportações brasileiras de produtos agropecuários para o mercado europeu, privando os produtores brasileiros das inquestionáveis vantagens comparativas auferidas no comércio internacional.

Palavras-chave: barreiras não-tarifárias, produtos agropecuários brasileiros e mercado europeu

ABSTRACT

This work objectifies to identify the main obstacles faced by the Brazilian agricultural producers in the exterior and for the creatores of our commercial politics. These impediments, servants on the nobleman pretext of protecting the European farmers' income, left Brazil hostage of the agricultural politics of the developed countries. The several inherent protection forms to the advantages offered to the producing of the European Union, defined as no-tariff barriers come more dinamic excessively participation of the Brazilian exports of agricultural products for the European market, depriving the producers Brazilians of the unquestionable advantages comparative aproved in the international trade.

Key-word: no-tariff barriers, brazilian agricultural products and european market

1 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA UNIÃO EUROPÉIA[1]

Inicialmente apresentam-se os aspectos históricos da União Européia, desde a constituição e integração dos países membros à introdução da moeda única, concluindo essas negociações com a origem do Mercado Comum Europeu.

A União Européia, nascida a partir da entrada em vigor do Tratado de Maastricht, é o resultado de décadas de evolução no caminho da integração européia. Os ideais de Jean Monnet e Robert Schuman visavam à constituição de um modelo federativo que permitisse a integração das economias limitadas e complementares dos Estados europeus do pós-guerra, a fim de assegurar-lhes prosperidade e desenvolvimento social crescentes. Em 1951, criou-se a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), composta pela França, Alemanha Federal, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Em 1957, o Tratado de Roma criou a Comunidade Econômica Européia, reunindo os mesmos seis países.

De 1957 a 1995, a "Europa dos Seis" transformou-se em "Europa dos Quinze", com a incorporação da Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca (1973); Grécia (1981); Portugal e Espanha (1986); Áustria, Finlândia e Suécia (1995) (COMO...2002).

Outra evolução importante da União Européia foi a entrada em vigor, em 1987, do Ato Único Europeu, que estabeleceu as bases para a criação, em 1992, do mercado único europeu. Em primeiro de janeiro de 1993, a Europa comunitária passou a permitir, entre seus associados, a livre circulação de mercadorias, serviços, mão-de-obra e capitais (CARVALHO, 2000, p.225).

Em primeiro de novembro de 1993, entrou em vigor o Tratado de Maastricht. Os mais importantes objetivos do tratado foram, em primeiro lugar, a união econômica e monetária dos Estados-membros da União Européia. Em seguida, buscou a definição e a execução de uma política externa e de segurança comuns. Em terceiro lugar, a cooperação em assuntos jurídicos, a criação de uma "cidadania européia".

A terceira fase da União Monetária Européia (UME) foi iniciada em primeiro de janeiro de 1999, com a introdução da moeda única, o euro, em onze países participantes (Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Irlanda, Áustria e Finlândia). O Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia optaram por não participar, pelo menos inicialmente, da "zona euro". A

1 A abordagem desses acordos baseou-se no relatório União Européia – Acesso ao Mercado Comunitário, do Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Promoção Comercial, (CONFEDERAÇÃO...2001).

Grécia, por sua vez, foi excluída da primeira leva de participantes, por não atender aos critérios fixados pelo Tratado de Maastricht para adesão ao euro. Em junho de 2000, entretanto, a adesão da Grécia foi aprovada pelo Conselho, sendo concretizada a partir de janeiro de 2001 (MUNDO..., 2001).

A introdução do euro no mercado europeu começou em primeiro de janeiro de 1999, passando por um período de transição até janeiro de 2002 e, podendo estender-se até julho do corrente ano. Na etapa inicial, o euro conviveu com as moedas nacionais dos países participantes, em caráter escritural, ou seja, esteve restrito às transações bancárias e em bolsas de valores. As notas e moedas em euro começaram a circular apenas em primeiro de janeiro de 2002. Nessa data, valores expressos nas moedas nacionais, como em contratos e contas bancárias, foram transformados em euro. Ademais, as cédulas e moedas do euro foram introduzidas e as moedas nacionais começaram a ser velozmente recolhidas. Até julho de 2002, termina completamente o valor legal das moedas nacionais, embora ainda possam ser trocadas notas e moedas por euro, na rede bancária. Ao fim dessa transição, todos os ativos financeiros dos países participantes estarão convertidos para o euro, com a extinção definitiva de sua respectiva moeda (COMO..., 2002).

O Tratado de Amsterdã, assinado em outubro de 1997 e, em vigor desde maio de 1999, consolidou os avanços obtidos no Tratado de Maastricht, dando especial atenção à temática social (emprego, direitos fundamentais no âmbito da UE, saúde, imigração, etc), além de consolidar a política ambiental comunitária. Também foram criadas as bases para o fortalecimento da Política Externa e de Segurança Comum, instaurada pelo Tratado de Maastricht, lançando o primeiro passo para a implementação progressiva de uma política de defesa comum (COMO..., 2002).

O Parlamento Europeu teve seu papel reforçado pelo novo tratado, com a extensão do número de domínios em que as decisões são tomadas conjuntamente com o Conselho de Ministros (poder de co-decisão). A dimensão econômica e a estrutura institucional da União Européia, contudo, permaneceram praticamente inalteradas.

Com a abertura, em 1998, de uma nova etapa na ampliação da UE fez-se necessário lançar, no início de 2000, uma Conferência Intergovernamental sobre a reforma das instituições comunitárias, com o objetivo de permitir o funcionamento futuro da UE ampliada. Atualmente, uma série de países, a maioria do Leste Europeu, está negociando sua adesão ao grupo. A conclusão dessas negociações deverá dar origem a um novo tratado da União Européia (COMO..., 2002).

1.1 ACORDOS PREFERENCIAIS COM TERCEIROS PAÍSES [2]

A União Européia vem concedendo isenções ou reduções tarifárias a produtos originários, quer de países com os quais celebrou acordos preferenciais, quer de países em desenvolvimento, no âmbito do Sistema Geral de Preferências. Entre os acordos preferenciais, sobressaiu a Convenção de Lomé IV, em vigor desde 1990, pela qual, entre outras vantagens, a Comunidade concedeu isenção tarifária a produtos agrícolas e industriais, exportados por 70 países da África, do Caribe e do Pacífico, denominados países ACP. A Convenção de Lomé foi substituída pelo acordo de parceria ACP-UE, chamado Acordo de Cotonou, assinado em 23 de junho de 2000, que buscou a extinção gradual do regime de preferências comerciais unilaterais, concedidas pela UE aos países ACP, com a implantação de acordos regionais ou individuais, de livre comércio, e a inserção desses no sistema multilateral de comércio.

O tratamento preferencial vem beneficiando, desde julho de 1977, a maior parte dos produtos industriais dos Países Membros da Associação Européia de Livre Comércio - EFTA, que contemplam (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein). Suécia, Áustria e Finlândia, membros originais da EFTA, aderiram à União Européia em 1994. Os países da EFTA, exceto a Suíça, formaram, com a União Européia, desde 1992, o Espaço Econômico Europeu, que prevê o livre movimento de bens (com exceção do setor agrícola), serviços e pessoas (COMO...,2002).

A União Européia vem mantendo, ainda, uma série de acordos preferenciais com países mediterrâneos, no âmbito da Associação Euro-Mediterrânea.

Desde 1995, foram concluídos acordos de liberalização comercial com Israel, Marrocos e Tunísia. Em 1999, foram concluídas as negociações de acordo similar com o Egito.

A partir de 1990, a Comunidade Européia firmou "Acordos de Associação", com praticamente todos os países do ex-bloco socialista da Europa Oriental. Esses instrumentos estabelecem a isenção de tarifas incidentes sobre o comércio recíproco de produtos industriais e concedem condições preferenciais de acesso a muitos produtos agrícolas originários dos países da Europa do Leste ao mercado comunitário.

Em março de 1998, teve início um processo de ampliação sem precedentes da União Européia, com a abertura de negociações para o ingresso de seis novos países: Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslovênia, Estônia e Chipre. Em dezembro de 1999, juntaram-se a esses países seis novos candidatos: Romênia, Bulgária, Eslováquia, Letônia, Lituânia e Malta, os quais também já es-

2 A abordagem desses acordos baseou-se no relatório União Européia - Acesso ao Mercado Comunitário, do Ministério das Relações Exteriores - Departamento de Promoção Comercial, (CONFEDERAÇÃO...2001).

tão negociando sua adesão à UE. A Turquia teve, nessa mesma ocasião, reconhecido seu "status" de candidato, mas as negociações com este país ainda não se iniciaram. O princípio de base das negociações, que deverão estender-se por vários anos, é a incorporação e implementação pelos países candidatos da legislação comunitária em vigor na UE, inclusive a regulamentação e as restrições incidentes sobre o comércio com terceiros países (EURO PAR, 2002).

Em 2000, entraram em vigor acordos de liberalização comercial entre a União Européia e a África do Sul e entre a UE e o México. O Acordo com a África do Sul representou o primeiro acordo dessa natureza, assinado pela União Européia com um país em desenvolvimento, contendo um capítulo agrícola. O acordo de liberalização com o México cobre bens e serviços e entrou parcialmente em vigor, no mês de julho de 2000.

2.2 RESULTADOS DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPÉIA

Entre as que envolveram o Brasil e a União Européia, pode-se destacar o Acordo de Terceira Geração, assinado em 1992. Apesar de vigorar só a partir de 1995, trazia disposições mais completas do que as previstas no antigo Acordo-Quadro de Cooperação, assinado em 1980. O principal escopo do novo acordo foi ampliar a cooperação nos campos comercial, econômico, científico e tecnológico. Embora o Acordo de Terceira Geração não estabelecesse preferências comerciais, ele previa a possibilidade de consultas sobre questões de natureza comercial, de interesse das partes.

As consultas têm lugar no quadro das reuniões da Comissão Mista Brasil-União Européia, realizadas normalmente a cada dois anos. Por ocasião da VII Comissão Mista Brasil-União Européia, realizada em Bruxelas, em maio de 2000, foram tratados diversos temas comerciais de interesse de ambas as partes (UNIÃO..., 2002).

O canal aberto de negociações entre os dois parceiros deve-se ao fato de um fluxo comercial mais dinâmico entre as partes, nos últimos anos, ilustrado na figura 1.

Discriminação	EXPORTAÇÃO				IMPORTAÇÃO			
	2001	%	2000	%	2001	%	2000	%
Produtos Básico	7.322.018.432	47,73%	6.277.104.219	49,97%	171.932.803	2,53%	199.756.927	2,74%
Produtos Semi Faturados	2.169.946.837	26,32%	2.551.738.965	30,02%	348.813.071	18,39%	334.255.880	15,91%
Produtos Manufaturados	5.085.071.465	15,46%	5.897.173.293	18,13%	14.300.760.01887	30,50%	13.530.534.113	29,13%
TOTAIS	14.577.036.734	89,51%	14.726.016.477	98,12%	143.528.346.761	51,42%	14.064.546.920	47,78%

Figura 1– Quadro dos Resultados das Negociações entre o Brasil e a União Européia Exportações Brasileiras - Fator Agregado. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, Departamento de Operações de Comércio Exterior (MINISTÉRIO...,2002), adaptado pela autora.

As exportações brasileiras para a União Européia somaram, em 1999, US$ 13,7 milhões, montante que classifica o País como 15º maior fornecedor mundial. Desse montante, 62,1% em produtos primários e 37,1% em produtos manufaturados. Por outro lado, o Brasil importou, em 1999, cerca de US$ 15 milhões de produtos originários da União Européia, dos quais 88,2% em produtos manufaturados e 6,9% em produtos primários, condição que classificou o País como o 13º principal destino mundial das exportações comunitárias (COMO..., 2002).

Em 2000, a participação das exportações brasileiras para a União Européia somaram US$ 14,78 milhões, registrando um incremento de cerca de 8% em relação ao fluxo do ano anterior. Desse total foram exportados US$ 6,27 milhões (42,4%), em produtos básicos; US$ 2,55 milhões (17,25%) em produtos semimanufaturados; e US$ 5,89 milhões (39,85%) em produtos manufaturados, considerando o total de US$ 14,78,, milhões anteriormente referenciados (MINISTÉRIO...,2001,).

Na análise do acumulado anual de 2001, pode-se verificar um crescimento, tanto no segmento dos produtos básicos quanto dos industrializados, considerando todos os mercados compradores. Embora a União Européia continue sendo o principal mercado de destino dos produtos básicos brasileiros, respondendo por 47,7% (US$ 7,32 milhões, de um total de US$ 14,86 milhões da pauta de exportações para a Europa), a participação das exportações de industrializados, dos produtos semimanufaturados brasileiros, no mercado europeu, caiu para 14,5%, com vendas no total de US$ 2,16 milhões. Esse movimento também se deu na exportação dos produtos manufaturados, que decresceu para US$ 5,08 milhões, com participação de 34,2 % em relação ao total exportado para a União Européia em 2001(MINISTÉRIO...,2001).

Sob o ponto de vista das importações, o Brasil reduziu suas compras na União Européia para US$ 14,064 milhões, em 2000, registrando uma ligeira recuperação em 2001, quando realizou US$ 14, 82 milhões em transações, o equivalente ao ano de 1999.

Vale considerar que a União Européia representa o principal destino dos produtos brasileiros, relativamente aos demais destinos das exportações domésticas, com participação de cerca de 26%, como ilustra a Figura 2.

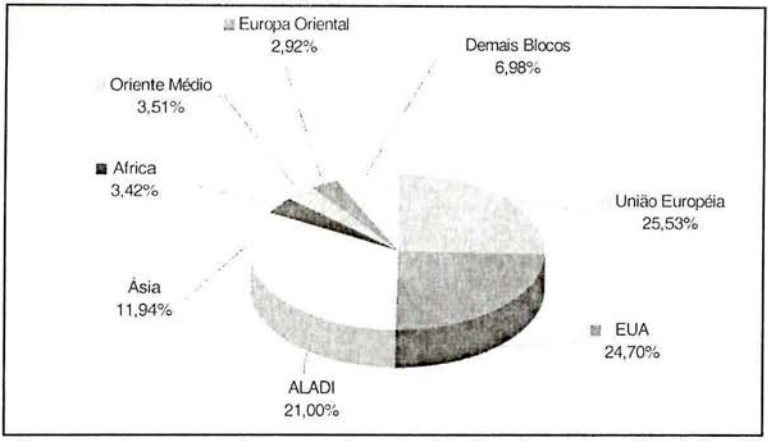

Figura 2– Negociações entre Brasil e União Européia –Exportações Brasileiras – União Européia por Fator Agregado

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Auxiliadora de e SILVA, César Roberto Leite da. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000. (OK)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDUSTRIAS. Barreiras Externas às Exportações Brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia. Disponível em <http://www.cni.org.br/f-ps-barreiras2000.htm>. Acesso em: 11 jan. 2002.

____. ____. Disponível em <http://www.cni.org.br/f-ps-barreiras1999.htm>. Acesso em: 17 set. 2001.

COMO exportar para a União Européia. Disponível em: <http://www.braziltradenet.com.br>. Acesso em: 29 jan. 2002.

RELATÓRIO Decom n.4 – 2000. Relatório de Defesa Comercial. Disponível em: <http:www.mdic.gov.br/comext/secex/decom/doc/relatorio2000.pdf> . Acesso em: 1 mar. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO. Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio – GATT. Disponível em: <http:www.mdic.gov.br.htlm>. Acesso em: 11 jan. 2002.

MUNDO - Países da Organização dos Blocos Econômicos. Disponível em: <http://www.portalnet.com.br/arthurbruno/pesquisa/mundo/pesqmun07.htm>. Acesso em: 14 jan. 2001.

OS PAÍSES da Europa Central e Oriental. Disponível em: <http://www.europa.eu.in/factsheets/6_3_3_pt.htm> . Acesso em: 16 jan. 2002.

PARLAMENTO EUROPEU. A reforma da PAC de 1999 (Agenda 2000). Disponível em <http://www.europal.eu.int/factsheets/4_1_2_pt.htm>. Acesso em: 1 mar. 2002.

UNIÃO EUROPÉIA. Disponível em: <http://europa.eu.int>. Acesso em: 16 jan. 2002.

FEIJÃO ORGÂNICO: ESTRATÉGIA COMPETITIVA DE MANUFATURA DE UM GRUPO DE PEQUENOS PRODUTORES DO SUL DO PARANÁ

RONALDO TEIXEIRA OZON
Professor do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade da Cidade de União da Vitória – FACE; Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Especialista em Marketing Empresarial pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Economista pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro.
E-mail: ozon@twin-net.com.br

1 INTRODUÇÃO

O cenário de intensa competitividade pelo qual vêm passando as empresas do mundo inteiro, reflexo do rápido processo de desenvolvimento tecnológico de produtos e processos aliado à integração dos mercados mundiais, vem ocasionando profundas modificações nos sistemas de manufatura das agroindústrias, em particular.

O desenvolvimento do setor rural brasileiro, neste início de século, em especial no Paraná, vem sofrendo fortes influências do processo de modernização do setor industrial urbano, principalmente no que se refere à comercialização e ao uso de tecnologias. Assim, a economia globalizada passou a exigir mais poder de competição e eficiência no processo transformação. Entretanto, as questões ambientais também se transformaram em fator determinante, para a valorização do produto final e garantia de qualidade de vida, obrigando o setor rural a repensar seus sistemas de produção, procurando incorporar ganhos, ao mesmo tempo que reduz a pressão sobre os recursos naturais.

A questão ambiental é da maior relevância, quando se trata de *agribusiness*[1] , não podendo mais ser ignorada nas relações de dependência entre indústrias de insumos, produção agrícola, indústria de processamento e o sistema de distribuição. Portanto não basta apenas a preocupação com os processos produtivos na busca de custos mais reduzidos ou de maior produtividade, torna-se imperioso manter a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos processos produtivos, de forma a garantir condições ambientais, para a sobrevivência das futuras gerações.

Em função disso, vislumbra-se a necessidade de se estudar a melhor forma de estratégia competitiva do segmento primário, importante elo componente da cadeia produtiva do feijão, no Paraná, no sentido de possibilitar a eficiente inserção dos agricultores paranaenses, no mercado de especialidades ou diferenciados, a fim de mantê-los no meio rural, evitando que se marginalizem nos grandes centros urbanos, somando-se ao batalhão de desempregados e despreparados para enfrentarem os desafios das cidades.

Este artigo procura destacar os principais aspectos que norteiam a estratégia competitiva de manufatura, visando a clientes específicos, adaptando-os à realidade de um grupo de vinte e um pequenos produtores de feijão do Sul do

1 Os trabalhos de Davis e Goldberg (1957) e Goldberg (1968) enunciaram o conceito de agribusiness como sendo "a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles".

Paraná. As informações para o trabalho foram obtidas mediante entrevistas, com agentes intencionalmente selecionados e dados secundários.

O trabalho está estruturado em mais três partes. O primeiro apresenta uma revisão teórica sobre estratégias competitivas. No seguinte, é realizado um breve relato do caso dos produtores de feijão orgânico do Sul do Paraná. Por último, é apresentada a conclusão desse estudo.

2 RECORTES TEÓRICOS SOBRE ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS GENÉRICAS

A taxionomia de estratégias competitivas genéricas, desenvolvida por Porter (1980), vem sendo bastante utilizada e estudada por diversos autores. São três os tipos de estratégias genéricas propostas por esse autor, a saber :

a) Liderar no custo é, talvez, a mais cristalina das três estratégias genéricas. Nela a empresa procura obter os menores custos, perante as demais empresas de seu setor, para competir via preço.

b) Liderar via diferenciação é um tipo de estratégia em que a empresa visa criar algo que é amplamente percebido e valorizado pelos compradores, como sendo único. A diferenciação pode se dar de várias formas: tecnologia, no produto, nos serviços, nos processos, na entrega, etc. Posicionando-se singularmente para satisfazer os anseios e necessidades dos compradores, a empresa é recompensada pela sua singularidade com um preço-prêmio.

c) Enfoque é bem diferente das outras. Visa a uma vantagem competitiva em um ambiente competitivo estreito, dentro do setor em que atua a empresa. Refere-se, portanto, à escolha de um "alvo", pressupondo que a empresa é capaz de atender melhor a um determinado "alvo" do que seus concorrentes diretos. Esse "alvo" pode estar ligado ao tipo de cliente, linha de produto, variedade do canal de distribuição, área geográfica, etc.

O quadro1 mostra como uma empresa deve decidir o campo de ação, para adquirir uma vantagem competitiva.

		Fontes de Vantagem Competitiva	
		Custo	Diferenciação
Campos de Ação	Âmbito do Setor	Estratégia da Lidernaça de Custo	Estratégia da Diferenciação
	Apenas Segmento	Estratégia do Enfoque	

Quadro 1 - Estratégias Genéricas de Porter. Fonte: Craig e Grant , 1999, p.53

Esse campo pode estar relacionado ao âmbito do setor ou apenas a um segmento em particular. Em relação ao âmbito do setor, a empresa pode obter vantagem competitiva pela diferenciação ou pela liderança no custo. Se decidir pela diferenciação, sua vantagem estará assegurada, quando a diferença é percebida pelo comprador. Se a decisão estratégica for pela liderança no custo, sua vantagem estará garantida quando a empresa assumir uma posição de menor custo em relação aos concorrentes. No entanto, caso a decisão recaia em apenas um segmento particular, poderá gerar uma vantagem estratégica por enfoque, que deve ser nos clientes, nos produtos, nos processos, nos canais de distribuição, etc.

Entre as estratégias competitivas genéricas de Porter (1980), é importante salientar a estratégia de enfoque no cliente, denominada pelo autor de target buyers, que:

> Surge quando existem grupos de clientes com diferentes necessidades e quando um grupo de atividades específicas pode melhor servir estas necessidades. Alguns grupos são mais sensíveis aos preços do que outros, alguns demandam diferentes características nos produtos, precisam de maiores variedades de informações, assistência e serviços (PORTER, 1996).

Ao enfoque no cliente associa-se o conceito de estratégia competitiva com enfoque na manufatura, enfatizado pela literatura, que surge da necessidade em integrar o processo operacional de uma unidade produtiva ao seu processo decisório global. Corrêa e Gianesi (1997, p.310), citam três principais razões para explicar esse fato:

a) crescente pressão por competitividade que o mercado mundial tem demandado das empresas;

b) potencial competitivo que representa o crescente desenvolvimento de novas tecnologias de manufatura e de gestão de manufatura, como os sistemas de manufatura integrados por computador e os sistemas flexíveis de manufatura;

c) recente desenvolvimento de um melhor entendimento do papel estratégico que a produção pode e deve ter no atendimento dos objetivos estratégicos da organização.

Segundo Pires e Agostinho (1994, p.24), a estratégia de manufatura vem sendo colocada como "o uso efetivo dos pontos fortes da produção como uma arma competitiva para alcançar os objetivos da empresa". Por sua vez, esses objetivos só serão alcançados após a definição de quais dimensões competitivas a empresa deve adotar, ou seja, onde as empresas deverão concentrar suas forças para diferenciar seus produtos em relação aos concorrentes.

3 O CASO DOS PRODUTORES DE FEIJÃO PRETO ORGÂNICO

Vinte e um pequenos agricultores de União da Vitória, Cruz Machado e Bituruna juntaram seus esforços para dar um destino pouco comum ao feijão preto por eles produzidos: a exportação. No início de abril de 2003, mais de 27 (vinte e sete) toneladas de feijão preto orgânico foram comercializadas com a empresa The Organic Company S.A., situada em Ponta Grossa, que vem estreitando laços com produtores da região sul paranaense e adquirindo feijão preto e soja orgânicos para serem posteriormente exportados.

Nos municípios citados, a Organic Co., com apoio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Prefeituras Municipais, vem incentivando a produção orgânica de grãos e cereais. Os preços praticados pela empresa, segundo relato, veiculado num jornal de circulação regional, da agrônoma Ana Simone Richter, da EMATER - PR de União da Vitória, podem ainda não ser considerados ideais, mas têm sido superiores ao do mercado convencional. O feijão preto orgânico recebe um preço-prêmio de 25% sobre o normal, correspondendo aproximadamente a R$84,00 por saco de 60 kg.

Revelaram os produtores orgânicos que, apesar de a safra 2002/2003 de feijão ter sofrido uma queda acentuada, em volume produzido, estão satisfeitos com a qualidade do produto colhido, bem como com a margem líquida da atividade, uma vez que verificaram que os custos da produção orgânica são inferiores aos do feijão dito convencional. Isto, segundo disseram, servirá de estímulo ao cultivo do feijão orgânico em novas áreas e o aumento do número de produtores com essa especialização para a próxima safra.

Segundo os entrevistados, o principal ponto para a continuidade dos negócios reside na cadeia de responsabilidade da produção orgânica, com relação à honestidade e ao grau de consciência dos agricultores envolvidos. Em segundo lugar, porém não de menor importância, faz-se necessário dar ao consumidor final do feijão orgânico a garantia de qué os produtos comercializados são realmente produzidos conforme as técnicas ecologicamente corretas, não agressivas ao meio ambiente e à vida humana.

No caso dos produtos orgânicos comprados, e posteriormente comercializados, pela The Organic Company, todas as propriedades cadastradas são inspecionadas pela Imo, empresa certificadora reconhecida pelos países importadores. Como os custos dessa certificação são arcados pela empresa compradora, os produtores de feijão vêem ruir uma das principais barreiras, para ingressar no sistema orgânico e, enfim, comercializar sua produção, com melhor rentabilidade para o mercado externo.

4 CONCLUSÃO

Até bem pouco tempo, poucos acreditavam que os produtores orgânicos pudessem sobreviver, sob o aspecto econômico. No entanto, a disposição dos consumidores em pagar por novas dimensões de qualidade dos produtos vem promovendo mudanças nas instituições de mercado, para refletir de modo mais adequado às alterações do padrão de consumo. Para Hall, et al.(1989), há oportunidades de crescimento do agribusiness orgânico, pois se trata de um mercado reduzido, com evidência de um mercado em desequilíbrio, devido a: oferta descontínua de produtos; demanda latente, detectada por pesquisas mercadológicas; entrada ou saída de indústrias; flutuações no preço e volume produzido.

Observou-se que o grupo de produtores analisado desenvolveu capacidades competitivas, utilizando uma combinação da estratégia de enfoque na manufatura do feijão preto orgânico e a estratégia de target buyers, de acordo com o recorte teórico explicado neste trabalho. Nesse sentido, este pequeno grupo de produtores pode ser caracterizado como inovador e de sucesso, por ter-se destacado em um mercado tradicional, bastante disputado, especialmente via preço.

Dessa maneira, é possível afirmar, de uma forma geral, que para alcançar sucesso no agribusiness moderno, não basta ser competitivo em preço, é necessário desenvolver outras estratégias, como a de manufatura de tecnologia limpa e a estratégia de "clientes alvo".

Como sugestão para outros estudos, seria interessante verificar a utilização dessas estratégias por produtores rurais e empresas paranaenses envolvidos no agribusiness contemporâneo, com o objetivo de fazer um estudo comparativo de mercado dos produtos tidos como convencionais e os orgânicos, para uma melhor aferição de seu impacto sobre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Henrique; GIANESI, Irineu. Estratégias de operações. In: CONTADOR, José Celso, (coord.). **Gestão de operações.** São Paulo: Edgard Blücher/Fundação Vanzolini, 1997, p.309-316.

CRAIG, James C.; GRANT, Robert M. Estratégias para vantagem de custo e vantagem de diferenciação. In: ____. **Gerenciamento estratégico**. São Paulo: Littera Mundi, 1999. p. 47-63.

HALL, Darwin C.; BAKER, Brian P.; FRANCO, Jacques; JOLLY, Desmond A. **Organic food and sustainable agriculture**. [S.l.: s.n.], 1989. p.47-72. Contemporary Policy Issues,7.

JORNAL FOLHA DO CONTESTADO. União da Vitória, ano 2, n.99, abr. 2003. Caderno agricultura, p.16.

PIRES, Silvio R.I., AGOSTINHO, Oswaldo L. Estratégias competitivas e prioridades competitivas da manufatura: um estudo exploratório. **Revista Produção**, Minas Gerais, v. 4, n.1, p-23-32, jul.,1994.

PORTER, Michael E. **Competitve strategy**. New York, Free Press, 1980.

_____. Diferenciação. In: ____. **Vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.111-129.

_____. Estratégias competitivas genéricas. In: ____. **Estratégia competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p.49-54.

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO DOCENTE QUE ATUA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

DEISI OLIVEIRA CARVALHO
Graduada em Secretariado Executivo e especialista em Formação Pedagógica do Professor Universitário, pela PUCPR. Secretária Executiva do Hospital Nossa Senhora das Graças, Curitiba-PR. Professora do Curso de Secretariado Executivo da FACE.
E-mail: face@face.br

RESUMO

O objetivo do estudo é discutir a formação do profissional docente que atua no curso de Secretariado Executivo, bem como sua interação na função secretarial. A partir da descrição da evolução histórica do Secretariado Executivo, discute-se o perfil profissional desejável e sua imbricação com a formação do docente que é o formador desse profissional. Foram analisados dados obtidos no catálogo geral da instituição pesquisada, dando conta de que a maioria dos docentes ou não tem formação pedagógica adequada ou não possui formação profissional específica, o que acarreta a fragmentação no trabalho curricular e afasta o egresso das características exigidas pela sociedade globalizada. Propõe-se uma ação docente baseada no ensino com pesquisa, comprometida com a qualidade dos secretários executivos, aptos a promover e a participar do processo de gestão e desenvolvimento nas empresas públicas e privadas.

Palavras-chave: formação docente, secretariado, ensino com pesquisa.

ABSTRACT

The aim of this study is to discuss the professional development of the professors who work in Office Administration courses, as well as their interaction with the secretarial position. From the description of the historical evolution of this major, the desirable professional profile and its imbrications with the formation of the professor that educates this professional are discussed. The data obtained in the general catalogue of the institution was analyzed, noticing that most of the professors either do not have an adequate pedagogical background or do not have a graduation in this major, what causes the fragmentation of the curricular work and moves the student away from the characteristics required by the globalized society. An action based on teaching and *researching*, committed with the quality of office administrators, apt to promote and take part in the management and development process in public and private companies is proposed.

Key-words: teacher development, office administration, teaching and research

1 HISTÓRICO

Nos remotos dias de Alexandre Magno, um secretário era "realmente" um secretário. Para levar a cabo esSe encargo, em 300 a.C., ele passaria a noite em claro, entalhando uma tabuinha de cera com a espátula e todo o dia seguinte retalhando o inimigo com uma espada. Essa era uma posição de prestígio - porém perigosa - e, Alexandre Magno, unicamente em sua campanha da Ásia, perdeu 43 secretários.

Quando o Império Romano atingiu o seu ápice, os secretários trocaram as suas espadas pelos deveres de simples escribas. Eram eles, porém, em sua maioria, escravos, e suas condições de trabalho estavam longe de ser as ideais. Na Idade Média, viram-se os secretários novamente obrigados a lidar tanto com a espada como com a pena. No entanto, um grupo de escribas começou a combater astuciosamente esse sistema, adotando o hábito de monges. Assim sendo, em meados do século XIV, 70% da classe secretarial originava-se dos monastérios, fato nada surpreendente, pois naquela época os secretários eram todos homens.

As mulheres só surgiram no cenário, como secretárias, quando Napoleão Bonaparte levou uma a fim de registrar os detalhes das batalhas, a cada uma de suas campanhas. Contudo, Josefina, mais do que depressa, objetou e, finalmente, Napoleão contratou um homem, quando de sua fatal invasão à Rússia.

Foi o comércio americano que admitiu, em 1877, a primeira secretária. Por volta de 1902, nos Estados Unidos já havia cerca de 50.000 secretárias mulheres e isso provocou uma série de alterações nos escritórios. Por todo país as mulheres invadiram os escritórios e fincaram seus pés nas posições conquistadas. É de se observar que um fato que influenciou o aumento numérico de secretárias foi o salário baixo. Os homens exigiam e recebiam US$ 50,00 a mais por semana. As mulheres trabalhavam por menos de um terço desse montante.

Entretanto, por volta de 1911, já havia mulheres suficientes no ramo, para se reunirem e reivindicarem salários mais altos, melhores condições de trabalho e outros benefícios. Graças aos esforços dessas pioneiras, os ordenados subiram para uma média de US$ 20,00 semanais e a maioria delas conseguiu obter de seus Executivos uma semana de férias (não remuneradas) por ano.

O que deu maior estímulo à integração da mulher nos escritórios foi a Primeira Guerra Mundial. Ela drenou a força de trabalho americana e a mulher apareceu para substituir o homem, trabalhando como secretária e às vezes até em atividades executivas, bem como em outras profissões. Havia procura e necessidade e as mulheres responderam ao desafio. Após a guerra, a mulher manteve sua posição tão arduamente conquistada. Por volta de 1920, já havia 1,2 milhões de mulheres desempenhando os cargos de secretárias e estenógrafas. Mudanças

drásticas sucediam-se, arrebanhando, cada vez, mais mulheres para a força trabalhadora. Construíram-se casas e apartamentos menores, que exigiam menos cuidados e trabalhos de manutenção. Alimentos enlatados, máquinas de lavar roupa, ferros de passar elétrico e roupas feitas, deixaram as mulheres com mais tempo livre à sua disposição. Os executivos, sem alternativas diante das dramáticas vitórias conseguidas pelo sufrágio feminino e pela crescente influência do Bureau Trabalhista Feminino, começaram a aceitar a secretária feminina como um fato cotidiano da vida.

No começo da década dos anos 30, havia três milhões de secretárias e os empregos continuavam a surgir, inclusive durante os anos de repressão.

A Segunda Guerra Mundial, tal qual a primeira, levou a sua cota de mão-de-obra e a procura por secretárias aumentou à medida que os negócios progrediram. A prosperidade continuou e, por volta de 1945, toda a força de trabalho feminino cresceu dos seus 14 milhões, em 1940, para o significante número de 20 milhões. A estatística para 1960 era de 22 milhões e para os dias de hoje, calcula-se que 42% da população economicamente ativa seja do sexo feminino.

No início dos anos 80, após longo processo de transformação, iniciou-se a luta pelos mesmos direitos no mundo do trabalho, até que, em 1985, com a Lei 7377, no dia 30 de setembro, transformou-se o que era cargo ou função em profissão.

De lá para cá, o mundo do trabalho não só mudou, mas vem sendo reconstruído sucessiva e continuamente, numa descoberta que parece eterna entre a aplicação do que às vezes é considerado antigo e o que é considerado novo em termos de busca de soluções para os seres humanos criarem condições de adaptabilidade, tanto às novas formas de administração empresarial, como às novas formas de produção e comércio.

A profissão continua seu processo de unir, transformar e trazer idéias para a realidade, por meio, agora, da digitação, da Internet e do mundo conectado em que se vive. Hoje a secretária, ou o secretário, devem ser polivalente, assessora, pró-ativa, flexível, responsável, com bom senso, iniciativa, competência, postura profissional, dinamismo, com etiqueta pessoal profissional e tantos outros predicativos, o que faz com que venha mesmo a tomar decisões, participando-as ao executivo com o qual atua.

2 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O mercado de trabalho necessita de secretários executivos com competência

para promover e participar do processo de gestão e desenvolvimento nas empresas públicas e privadas, visando a atingir metas de qualidade e produtividade.

A profissão engloba uma multiplicidade e diversidade de tarefas, levando o secretário executivo a trabalhar na organização e no planejamento de ações, e não apenas na função executiva. É necessário, dessa forma, utilizar-se de

novos conhecimentos para aprimorar o capital intelectual e atuar em um mercado altamente competitivo e em constantes transformações.

Para capacitar o profissional a atuar em mercados globalizados e em transformação, impõe-se o conhecimento de línguas estrangeiras, além do aperfeiçoamento na língua materna. Não se trata apenas de um conhecimento verificável na expressão escrita, mas, sobretudo, na influência oral, visando à melhoria das relações interpessoais, fundamental nas áreas de negócios, planejamento e assessoria.

Um secretário executivo competente é um executivo adjunto, e deve possuir inúmeras qualidades, sendo inovador, dinâmico, polivalente, negociador, culto, participativo, conhecedor de tecnologias, competente no uso da língua materna e de línguas estrangeiras, pesquisador, gestor de fluxo, informativo, conhecedor de gestão estratégica, administrador de conflitos, semeador de confiança, leitor de ambientes para fins de promoção de mudanças, competente nas relações interpessoais, grupais e organizacionais com internalização dos valores, responsabilidades sociais e ética profissional, interessado no desenvolvimento de áreas de atuação e pesquisa, multiespecialista, discreto, criativo, conhecedor de protocolo, cerimonial e etiqueta, bem humorado, cordial, etc.

Com as profundas transformações estruturais e tecnológicas provocadas pela globalização, o futuro desse profissional está estreitamente vinculado ao significado original da palavra latina - aquela que guarda segredo de outrem, conduzindo-a à uma assessoria executiva, com autoridade e responsabilidade para tomar decisões. A sua formação passa pelo curso superior de Secretariado Executivo, pela participação em eventos que reciclem seus conhecimentos e potencializem seu talento e pelo prazer da leitura, como forma eficaz de aprimorar o seu nível cultural. A habilidade na operação dos modernos meios de comunicação eletrônica, com seus processadores de textos, Internet, software dos mais sofisticados, Intranet e outros dispositivos, tem contribuído com o processo de melhoria contínua da qualidade e de aumento da produtividade, da empresa.

A busca incessante de redução de custos, por parte das empresas, está exigindo que um mesmo profissional atenda a várias Diretorias, desempenhando uma multiplicidade de ações, que têm sido facilitadas, graças à educação machista (modelo antigo), que exigiu da mulher o exercício da empregabilidade, mesmo quando o significado do termo não era usual, no mercado de trabalho. Saber, e aplicar os fundamentos de administração de empresas, estar em sintonia com o planejamento estratégico da organização, primar pelas relações interpessoais com os clientes internos e externos, caracterizar-se como empreendedor e, principalmente, saber lidar com a imprevisibilidade do executivo são requisitos de uma profissão que, cada vez mais, ganha contorno gerencial.

3 A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO DOCENTE QUE ATUA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Pelas razões anteriormente expostas, entende-se que o profissional docente do curso de Secretariado Executivo deve estar comprometido com sua formação pedagógica aliada a sua função secretarial. Para melhor analisar a premissa, investigou-se junto ao catálogo institucional de um curso de Secretariado Executivo, em Curitiba, qual a formação curricular dos profissionais que nele atuam como docentes. Verificou-se que a grande maioria não possui formação pedagógica, levando à constatação de que a questão didática e a atualização dos paradigmas educacionais, que são o alicerce para seu desempenho educacional frente ao discente, não fazem parte da formação desse docente.

Por outro lado, constatou-se, também pela análise do curriculum dos docentes, a falta de especialização específica na área de Secretariado. Partindo-se da premissa de que o mercado de trabalho se renova constantemente e passa a ser cada vez mais exigente e competitivo, impõe-se a necessidade de o docente num curso de graduação em Secretariado Executivo conhecer a realidade secretarial, o que refletirá positivamente na formação do discente, permitindo-lhe construir seu conhecimento em bases teórico-práticas (ensino com pesquisa frente à realidade da profissão), aprimorando o perfil desejável pelo mercado a que se destina esse profissional.

Em se tratando da formação pedagógica do professor do curso de Secretariado Executivo, faz-se necessário destacar uma das necessidades fundamentais do ensino em toda sua extensão: a formação continuada do professor.

Segundo Nóvoa (1995, p.10), não se pode falar de formação docente sem recair na questão fulcral de se buscar, infinitamente, a própria formação; o professor, profissional reflexivo, independente da área a que pertença, deverá buscar reciclar-se sempre. Tal ação é inerente à pesquisa, uma vez que é o meio facilitador da formação continuada.

O ensinar também ajuda o "formar-se", emprestando o termo de Nóvoa, se esse ensinar for realizado por meio do ensino com a pesquisa. Assim, o professor estará aprimorando-se com a pesquisa realizada por ocasião do preparo de suas aulas; fazendo com que os alunos pesquisem, estará, também, aprendendo.

É condição fundamental para o docente ter "no formar outrem" a sua própria formação. Não há receitas prontas ou respostas fechadas; daí a necessidade de se buscarem respostas novas a situações novas e particulares, respostas que só serão possíveis num trabalho conjunto, reflexivo, professor-aluno-professor.

Não se deve fazer com que o ensinar se torne um fazer estanque, engessado; só pela pesquisa é possível evitar-se que isso aconteça. Até por

força dos avanços tecnológicos, que o docente deverá trazer para dentro da sala de aula, é impossível proceder de outra forma que não a busca de atualização e entrosamento com novas formas do fazer pedagógico.

A essência desta proposta consiste em uma nova atitude metodológica, uma vez que o que se propõe é inovador no conjunto: o desafio consiste em se colocarem vários elementos atitudinais, pedagógicos e científicos, a favor de uma chamada nova prática pedagógica, buscando uma ação transformadora.

O desafio maior reside também no fato de esse professor tentar buscar por si só a transformação, pelo menos em um primeiro momento. No entanto, é necessário que se faça algo para contribuir, em pequena parcela que seja, deixando a reforma educacional de ser uma utopia: é preciso começar, não importa quão pequena aparente ser essa ação.

Naturalmente que para esse tipo de conduta é necessário que o professor busque deixar de lado toda e qualquer forma de repressão e tradicionalismos: deve receber as diferenças, de braços, coração e alma abertos.

O professor deverá oportunizar assuntos que sirvam como instrumento para dar condições ao aluno de trabalhar essa informação e constituí-la em conhecimento socializável. De acordo com Libâneo (1986, p.39), "não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados; é preciso que se liguem, de forma indissociável, à sua significação humana e social". O professor, ao trabalhar com determinado conteúdo, irá fazê-lo de forma objetiva, naturalmente, conforme a proposta do programa estabelecido. Porém, ao fazer a escolha do material a ser levado para seus alunos, irá cuidar para que propiciem um aprofundamento dialógico, que sirva como base para que esse aluno produza seu próprio saber. Será mais uma forma de clarificar para o aluno que aquilo que se vê na escola, é passível de atuação em sua vivência e, sendo assim, passível de mudança e de interferência em sua realidade social, humana ou profissional. Continua Libâneo:

> Ainda que a curto prazo se espere do professor maior conhecimento dos conteúdos de sua matéria e o domínio de formas de transmissão, a fim de garantir maior competência técnica, sua contribuição será tanto mais eficaz quanto mais seja capaz de compreender os vínculos de sua prática com a prática social global (LIBÂNEO, 1986, p.43).

O professor será o mediador entre o saber conhecido e passível de alteração e os alunos, motivando-os a buscarem o conhecimento necessário para si mesmos, ensinando-os a se expressarem de maneira fundamentada. Esse envolvimento deverá ser o máximo possível direcionado para a realidade do aluno, inovando no modo de teorização e cuidando-se para que não constitua apenas uma transferência de conhecimento.

Se existem áreas em que se acentuam as disciplinas técnicas, deve-se

pensar que o conhecimento teórico só é passível de progresso à medida que permitir resolver casos/problemas concretos, descrevendo e examinando criticamente todos os seus elementos. Assim sendo, presume-se que o corpo docente do curso de Secretariado Executivo tenha que adotar um posicionamento claro frente às disciplinas técnicas: deve basear-se num todo secretarial, aliando sua disciplina às pesquisas da área, às atividades secretariais (administrativa/gerencial), permeando problemas e objetivos da classe, para, a partir daí, prestar assessoramento e desenvolver novas técnicas na construção do conhecimento que pretende.

É fundamental que um profissional, tal como o de Secretariado Executivo, receba uma carga de conhecimentos que contribua não só para o seu desempenho como Secretário Executivo, mas que venha a contribuir igualmente para a sua formação científica. É sabido que um profissional de uma área tão abrangente, como é a do Secretariado Executivo, tem necessidade de coadunar profissionalismo, competência e cultura. Esse profissional terá acesso não só à parte burocrática e sistêmica de um processo organizacional de secretarias, como também atuará em marketing, área da saúde, relações exteriores, secretarias públicas etc. Sendo assim, é imprescindível que o docente formador do profissional em Secretariado Executivo esteja engajado nos aspectos específicos caracterizadores da área.

Assim, propõe-se uma nova ação docente, justificada pela necessidade de se reverter o quadro do ensino tecnicista/positivista, considerando que este não tem proporcionado ao aluno um bom desempenho humano e profissional em uma nova visão de mercado. Essa situação é decorrente da ausência de produção do conhecimento e da preparação e motivação para a pesquisa. O Secretário Executivo precisa de constante reciclagem e busca de conhecimentos, antes, por força da própria profissão e, agora, por força da necessidade de sobrevivência profissional, num contexto de grande concorrência. Na chamada Era do Conhecimento, só a pesquisa permitirá realizar o próprio aperfeiçoamento. Os egressos do curso de Secretariado Executivo e, conseqüentemente, os futuros professores desse curso, não estão sendo formados com base no ensino com pesquisa. Daí a necessidade de mudança: o ensino com pesquisa será um recurso que o docente irá aplicar, no sentido de contribuir para que o aluno possa desenvolver o seu próprio conhecimento.

Como proposta de trabalho, acredita-se que a melhoria se dará tanto na ação do professor como na ação do aluno. O professor, ao pesquisar, está em contínuo processo de aprendizagem e reciclagem de conhecimentos. Com isso, estará sempre pronto a enfrentar os desafios que surgem com as novas gerações de alunos do curso superior, que hoje são questionadores, porém, sem tradição de pesquisa. Encontrará resposta científica às suas dúvidas, à medida que também dará oportunidade aos alunos de vivenciarem a pesquisa em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática em estudo, como se pôde verificar, é muito mais abrangente do que se pensava inicialmente. Uma pesquisa de campo, com maior abrangência, permitiria aprofundar a relação entre o profissional docente e o discente no curso de Secretariado Executivo.

As medidas propostas buscaram manter-se próximas da realidade, tanto docente quanto discente, sem mesmo descartar o ensino tradicional. Procurou-se retratar a preocupação que o ensino fragmentado e distante das necessidades do profissional da área acarreta, quando se discute a formação do professor. Esse distanciamento ocorre tanto pela falta de conhecimento das disciplinas técnicas, como pelo desconhecimento da realidade secretarial, frente às exigências do mundo globalizado.

É certo que o professor deverá, acima de tudo, ter para si, de forma muito clara, sua intenção ao ensinar, e que isso é percebido pelo aluno e contribui para alterar todo o processo de aprendizagem. Ao desenvolver um trabalho voltado às necessidades pessoais ou profissionais do aluno, o professor acabará motivando-o à pesquisa e aprendendo muito mais, tanto com eles próprios como com o processo de aprendizagem em si.

REFERÊNCIAS

HISTÓRIA da profissão de secretariado. Disponível em:<www.fenassec.com.br>. Acesso em: 1 nov. 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.

NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

O PERFIL do secretario executivo. Disponível em: <www.pucpr.br>. Acesso em: 8 nov. 2002.

A FUNÇÃO GREGÁRIA NAS ORGANIZAÇÕES: UMA PROPOSTA PARA PROMOVER O PROGRESSO DA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA

LEONEL DE CASTRO FILHO
Graduado Oficial da PMPR. Licenciado em História (FAFI-UVA), Graduando em Relação Públicas (UFPR), Especialista em Pedagogia Empresarial (FAFI-UVA).
E-mail: face@face.br

RESUMO

O presente trabalho é uma breve introdução que pretende orientar o pensamento empresarial moderno para a gerência de recursos humanos e apresentar uma teoria para o conhecimento administrativo voltado para a prática da administração participativa com rizomas no Desenvolvimento Organizacional, na pedagogia gregária e em perfis de lideranças, com a vívida intenção de demonstrar que é possível à organização criar maior lucratividade com colaboradores motivados e comprometidos.

Palavras-chave: administração participativa, pedagogia empresarial, liderança.

ABSTRACT

The present study intends to guide the business modern thought to the management of human resources and present a new theory for the administrative knowledge turned to the practice of participative administration, with roots in the Organizational Development, in gregarious pedagogy, and in leadership profiles, with the clear intention of showing that it is possible for the organization to become more profitable with motivated and committed collaborators.

Key-words: participative administration, business pedagogy, leadership.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo estaremos abordando a convivência entre as pessoas, como forma de demonstrar que as funções gregárias, nas organizações, resultam em lucros de capitais humanos e materiais, indispensáveis para as empresas que almejam crescer de forma humanizada. Entendemos que o assunto é amplamente debatido no mundo das relações humanas e empresariais, de forma que, ante tall paradigma, passamos a proceder à integração de cultura organizacional que atue na gestão do conhecimento e administração participativa.

2 ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA E GESTÃO DO CONHECIMENTO: INDISPENSÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO GREGÁRIO

A nossa vivência em algumas organizações, aliada aos estudos que fizemos, demonstra que, para elaborar um trabalho que garanta desenvolvimento pleno da aprendizagem organizacional, é necessário entender que isso não se faz com apenas uma pessoa, mas envolve todos os atores da organização, ocorrendo uma partilha de experiências concretas e aprendizados teóricos que fomentam a educação de todos. Disso depreende-se que a organização deve fomentar a administração participativa[1] , por meio de profícuo trabalho que envolva equipes corporativas e lideranças eficazes.

Na organização em que há uma verdadeira prática de aprendizado comum a todos e interatividade, o empregado estará adquirindo um eficaz senso de responsabilidade e execução das suas atividades de forma tranqüila, longe da, às vezes, simples preocupação com o salário a ser recebido. Na verdade, como ensina o "espírito do capitalismo" (WEBER, 2001, p. 109-116), a finalidade do trabalho não está apenas no salário a ser recebido, ao seu término. Isso é apenas uma conseqüência, o fim do trabalho deve absolutizar-se em si mesmo, de forma vocacionada; o salário não é nem motivação, nem recompensa, é apenas pagamento, troca de valores, de forma que a vocação para o trabalho não encontra estímulo no vínculo salarial, mas faz parte de um processo de pedagogia empresarial, cuja atividade principal, entendemos, é criar uma situação dialógica, na gestão do conhecimento, a fim de motivar a vocação para o trabalho.

1 A administração participativa e um neologismo, sua função é motivar a integração dos interesses comuns entre empresa e empregados, na consecução das metas da organização (FREITAS, 1995, p.22).

> A gestão do conhecimento deriva-se do poder cumulativo dos aprendizados individuais a serviço dos grupos; é desta forma que se infere que os conhecimentos e habilidades mentais passam a ser a principal base da organização (CHIAVENATO,1999, p.212).

A arte do aprendizado nas organizações pauta-se, na sua essência, a partir da geminação de idéias que coabitam em seu interior, quando o indivíduo sabe que seu lugar na organização é o mesmo que ocupa um fio de rede, parte de uma teia, isto é, faz a ligação com os outros, está inserido num contexto em que ele é necessário, assim como os outros são para ele.

Arte do aprendizado e ação pela administração participativa, são, dessa maneira, passos iniciais importantes para um trabalho que gere consciência permanente, de que o ser humano, na empresa, é seu principal fiador e poderosa ferramenta de crescimento de capital financeiro.

3 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM GRUPO

Outro entendimento que asseveramos é que a pessoa constrói sua imagem e sua história mediante de sua vivência em comunidade, percebendo e repartindo a cultura cotidiana, ao mesmo tempo em que pensa e age de acordo com seus princípios, também cria diálogo com os outros, interagindo comunitariamente, haja vista que grande parte do tempo de trabalho ocorre concomitante ao contato que se faz com os colegas da empresa.

Não há como imaginar a vida sem outras pessoas por perto e, tampouco, sem os relacionamentos que se depreendem disto. Dois episódios recentes, um na TV e outro no cinema, servem de exemplo para tal afirmação. O primeiro fato ocorreu no programa BIG BROTHER Brasil 1, em que um dos participantes, já perto da final, do momento decisivo do reality show, sentindo-se sem amigos (embora houvesse outras pessoas na casa, não conseguia relacionar-se com elas), criou uma "boneca", com material reciclado, a qual ficou sendo sua amiga até a vitória final. Sem ter como interagir com as outras pessoas presentes na casa e sem contato com o mundo exterior, ainda assim, o moço não conseguiu ficar sozinho, criando a "amiga imaginária".

Semelhante fato foi protagonizado pela personagem de Tom Hanks, no filme O NÁUFRAGO (2001). Perdido em uma ilha, sem nenhuma pessoa por perto e já sentindo o peso da solidão, a personagem transforma uma bola de vôlei (que naufragou junto com ele) em um amigo, com o qual interage o tempo todo: briga, chora e, num momento que o chuta para longe, desespera-se, até encontrá-lo.

Desses fatos, não há o que contestar a respeito de uma verdade milenar: ninguém vive só. Assim, transferimos o problema para as empresas; em tal ambi-

ente, torna-se ainda mais insólita a solidão. Mais do que em outros tempos, o mundo globalizado exige, cada vez mais, uma visão holística nas organizações.

A construção do futuro pessoal e profissional depende do relacionamento com os outros (ROMÃO, 1999, p. 44), e essa não é uma verdade unilateral, ou seja, não se aplica somente para as pessoas, mas, também, para as organizações, a fim de que possam almejar a interação que resulte em consciência coletiva, para o crescimento da empresa.

O trabalho em grupo, bem dirigido e elaborado, reforça a concepção do "sucesso sistêmico" (O'DONNEL, 1997, p.28), em que o sucesso da organização serve para ela toda e não apenas para parte dela ou setores de trabalho. Daí que o trabalho em grupo deve ser valorizado e sustentado pelas empresas como o primeiro mandamento do seu sucesso, já que:

> Pertencer a um grupo não significa ter as mesmas idéias, mas participar da mesma vida. É preciso diferenciar o sentido duplo no qual sempre se realiza a comunicação: no plano das vivências. Isto supõe um espírito aberto às idéias dos outros e, sobretudo, uma grande aceitação das pessoas (FRITZEN, 1999, p.65).

Portanto, o Departamento de Recursos Humanos de uma empresa tem uma missão de retor[2] , muito importante: alicerçar seu desempenho e suas propostas na dinâmica dos grupos, suscitando lideranças e motivando empenho coletivo, dando ênfase ao fato de que a empresa é um grande grupo e as ações de cada membro refletem na sua imagem; pode-se dizer que esse é o paradigma militar do "espírito de corpo" ou a concepção bíblica de que somos membros de um só corpo ou, melhor exemplificando, é o centro do entendimento do corporativismo nas empresas.

4 PERFIS DE LIDERANÇAS

Quanto à formação de lideranças, podemos dizer que todo membro de grupo pode ser líder e há um revezamento de lideranças, conforme as necessidades, porque não há apenas um tipo de líder ou de grupo. Como todos os componentes do grupo sugerem idéias ou ações, até certo ponto cada membro tem possibilidade de, em diferentes situações, desempenhar o papel de líder, de forma natural e espontânea.

Mais um entendimento nosso é sobre a ação do líder na esfera grupal,

2 O retor empresarial é o profissional de comunicação. Aquele que se utiliza de argumentos em favor das causas estabelecidas, em prol da organização e das pessoas que nela atuam (HALLIDAY, 1998, p.32).

bem como de quem seja a liderança. A democracia na ação do líder é a chave para o sucesso do grupo na empresa. A principal manifestação democrática de um grupo é a submissão a diretrizes gerais e específicas, como um consenso de "vontade da maioria", mediante discussões e embasamentos, em que todos podem apresentar e questionar.

O líder também direciona perspectivas consoantes ao trabalho e esboça as partes relacionadas a cada fase de execução, mas deixa o grupo executar o trabalho propriamente dito. Quando há necessidade de fragmentar trabalhos, é facultado aos membros formarem entre si os subgrupos, com a iniciativa de distribuição de tarefas.

"O líder deve sempre ser objetivo em suas aprovações ou críticas, fundamentando-as em fatos e, como membro do grupo, também executa suas tarefas" (DORIN, 1981). Ele é um bastião para a organização, conquanto serve de importante apoio na ligação entre a chefia e os empregados; ao mesmo tempo, serve aos seus colegas como membro de informação de maior credibilidade, pois é um deles e, dessa forma, uma parte do corpo. Esse entendimento promove a comunicação constante entre a empresa e os empregados e um aprendizado eficaz da cultura organizacional.

5 DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Qualquer atividade em direção ao aprendizado enseja mudanças que nem sempre, são bem aceitas pelos empregados e, não raro, poucos atendem ao clamor de comprometimento que, geralmente, fica sob a responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos. É aí que entra o Desenvolvimento Organizacional. Trata-se da formulação de novas políticas e sua implementação pelos próprios funcionários. Possivelmente o Desenvolvimento Organizacional seja um parente muito próximo do termo inglês empowerment, que significa "dar poder" (CHIAVENATO,1999, p. 323).

De acordo com Chiavenato (1999, p. 324), o do apresenta as seguintes características:

a) É baseado na pesquisa e ação (ou "pesquisação"), que significa a coleta de dados por meio de pesquisa de opinião e de comportamentos, passando-se à tomada de ações sobre os fatos analisados, formulando hipóteses e soluções.

b) Estuda o comportamento humano do ponto de vista das ciências do comportamento, de forma a melhorar a eficácia dos projetos implantados e da própria organização.

c) Muda atitudes, valores e crenças dos funcionários, para que eles próprios possam identificar e implementar mudanças - sejam técnicas, procedimentais, estruturais ou outras necessárias para melhorar o funci-

onamento da empresa.

d) Muda a organização rumo a uma determinada direção, como a melhoria na solução de problemas, flexibilidade, reatividade, incremento da qualidade do trabalho e aumento da eficácia.

O planejamento de educação corporativa no DO está atrelado a todos os níveis e etapas descritos acima: formação gregária, assunção de lideranças e desenvolvimento organizacional, de forma a coalescer o entendimento entre patrões e empregados.

5 A PRÁTICA DO APRENDIZADO ORGANIZACIONAL

A empresa disposta a envolver gestão do conhecimento e administração participativa na gerência do capital humano é, sem dúvida, uma organização que será considerada "um ótimo lugar para se trabalhar" (LEVERING, 1997). A seguir, apresentamos o modelo desenvolvido pela SAMARCO MINERADORA , que envolve o processo pedagógico da organização, aliando motivação e conhecimento, em estreita comunicação com os acionistas.

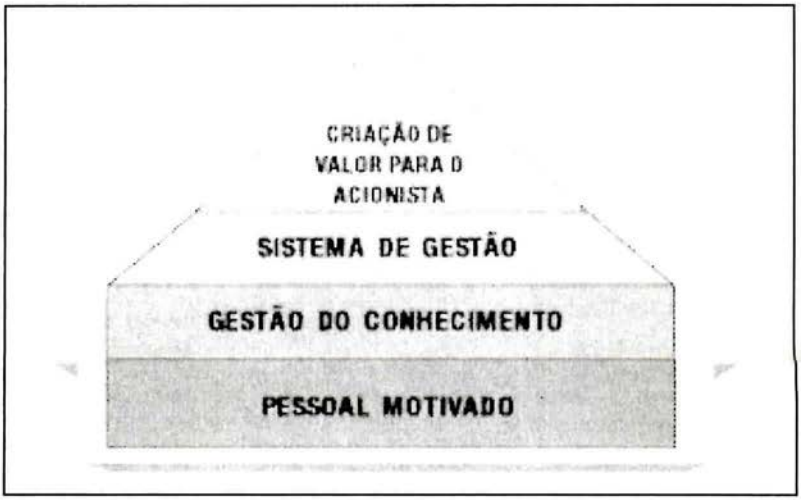

Figura 1 – Modelo de desenvolvimento pela Mineradora SAMARCO, em 2000.

Entende-se que o Departamento de Recursos Humanos deve otimizar, por meio de estratégias de comunicação (em parceria com a área de comunicação interna), as atividades a serem desenvolvidas no sentido de relacionar comunicação e linguagem gregária, na formação de pessoal estreitamente interessado na organização.

Para que a presente proposta de formação de grupos promova a eficácia da administração participativa, partimos do princípio de que a educação e o treinamento são atividades pertinentes ao Departamento de Recursos Humanos, mas que depende de uma integração com as lideranças entre os empregados e, pertinentemente, com o pessoal de comunicação, mais precisamente, de Relações Públicas[3].

O processo todo deve ser monitorado com um planejamento estratégico, com táticas e operações detalhadas, com a definição de critérios e atividades que possam prever e identificar os resultados alcançados, se estão em consonância com os resultados esperados, bem como elaborar as necessárias melhorias ou adequações.

Os verdadeiros profissionais de Recursos Humanos e Relações Públicas, além de outros envolvidos com a empresa, devem estar comprometidos com a integração humana, em seu interior, entendendo as manifestações culturais que se desenvolvem no labutar de cada empregado, sua maneira de agir, de expressar idéias e de cumprir tarefas. Essa compreensão permite uma inserção na realidade latente nos meandros burocráticos e técnicos da organização, surgindo, daí, uma comunidade bem ambientada, atuando para o bem comum.

É necessário, pois, para que haja uma atuação ética, que se perceba a importância das "atitudes sustentáveis, de forma que devemos, hoje, criar comunidades sustentáveis dentro das organizações (com soluções apropriadas e originais)" (CAPRA,1997, p.13), ambientes sociais e culturais (que se reflitam nos clientes e nos demais públicos da organização, mas que começam entre os empregados) em que as necessidades e aspirações sejam satisfeitas, sem diminuir as perspectivas econômicas da empresa e seu crescimento no mercado globalizado. Aliás, ressaltamos que tal ponto de vista não está centrado apenas no aspecto "humanização", mas é parte de um conjunto que integra psicologia institucional, lucratividade e gerenciamento de capitais (momento em que o capital humano recebe tratamento especial).

> Deve-se procurar envolver os trabalhadores nos objetivos da empresa como se fossem os seus próprios. Esse envolvimento mental cria condições para que o trabalhador seja alguém que produz motivado pela satisfação pessoal e predisposto à cooperação (PERUZZO, p.123, 1986).

O trabalhador deve sentir-se responsável pela própria história da empresa e por seu crescimento, bem como assim deve ser tratado. Nesse caso, é muito importante ressaltar que o aumento da produção e dos lucros está atrelado à

3 Nas empresas, "relações humanas" e Relações Públicas se complementam. É comum a existência de setores de relações industriais, desenvolvimento de pessoal, treinamento, serviço social, imprensa, comunicação social, relações públicas, etc., e, é claro, não sobrepondo uns aos outros, nem existindo todos esses setores numa mesma empresa (PERUZZO, 1986, p. 30).

"objetividade motivacional" (FREITAS, 1995, p.180), ou seja, deve-se estar bem entendido o que fazer do planejamento estratégico e quais as nuances de participação de todos os envolvidos no processo produtivo.

7 À GUISA DE CONCLUSÃO

De tudo o que aventamos no presente trabalho, podemos dizer que não se trata de mera repetição de idéias anteriormente formuladas, nem tampouco uma verdade compactada. Trata-se, sim, de uma proposta de responsabilidade e uma felpa na grande árvore frutífera empresarial, que está ao alcance de todos os interessados: o conhecimento.

Por derradeiro, não arvoramos para nós a intelectualidade do esboço ora apresentado, pois, nas palavras de Einstein (1981, p.135), "quem banca o original neste mundo da verdade, quem imagina ser um oráculo, fracassa lamentavelmente diante da gargalhada dos Deuses".

Dessa forma, entendemos que nas organizações mister se faz que os empregadores e empregados conscientizem-se, reciprocamente, de que o conhecimento individual não se torna "A Verdade", nem tampouco o coletivo, mas este aproxima-se mais dela. Também não existem gênios ilimitados na organização, nem ela própria é um oráculo a ser seguido cegamente, mas tudo se completa de acordo com as formações gregárias, em consonância com os métodos didáticos de administração participativa.

Como enfatizamos em todo o teor deste documento, esta conclusão na verdade é incompleta, pois só terá efeito, se for validada pela vontade da maioria que dela tomar conhecimento; acreditamos, no entanto, em sua viabilidade e aplicação possível nas organizações que buscam educar e aprender com seus membros e possam dar a conclusão real que se faz necessária para este pretenso artigo, voltado para o principal capital da empresa: o seu humano.

Importante finalizar dizendo que todas as idéias que se pensem e se façam em prol de humanizar a organização, serão para tornar os seus colaboradores mais compromissados e mais motivados; preocupados com a organização e motivados para cumprir suas tarefas. Os colaboradores, serão, sem embargo, importantes alavancas de lucratividade, que é o objetivo-fim da organização.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida - Uma nova compreensão dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas - O novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DORIN, Lannoy. **Psicologia aplicada à administração de empresas.** São Paulo: Iracema, 1981.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FREITAS, Fernando. **Parceiros na vitória**: administração participativa no mundo. 5.ed. São Paulo: Cultura, 1995.

FRITZEN, Sílvio José. **Relações humanas interpessoais nas convivências grupais e comunitárias.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALLIDAY, Tereza. A missão do retor. Separata de: **Revista Comunicação Empresarial**, São Paulo, n.29, p.32-35, 4.Trim. 1998.

LEVERING, Roberto. **Um excelente lugar para se trabalhar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997

PERUZZO, Cicília Krohling. **Relações Públicas no modo de produção capitalista.** 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.

ROMÃO, César. **O seu futuro depende de você.** Rio de Janeiro: Nova Era, 1999.

O'DONNELL, Ken. **Endoqualily:** as dimensões emocionais e espirituais do ser humano nas organizações. 2.ed. Salvador, : Casa da Qualidade,1997.

O NÁUFRAGO. Produção de Robert Ziemeckis. EUA : Fox/Dreamy Works , 2001. 1 DVD.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo : Martin Claret, 2001.

GRAMMAR IN SECOND LANGUAGE ACQUISITION

LUCIANE BABY SIEBENEICHER
Graduada em Letras - Inglês/ Português pela FAFI/UVA - PR; Especialista em Língua Inglesa pela FAFI/ UVA - PR; Professora de Língua Inglesa do Colégio Cosmos/ PU -SC.
E-mail: luciane@twin-net.com.br

ABSTRACT

The aim of the present research is to show a discussion about the role of teaching grammar in the Second Language Acquisition Process. This role has been discussed by language researchers since more radical periods, when the behaviorist theory dominated the subject. The results obtained from so many researches brought a new idea in the Language Acquisition Process. Since then, there has been given more importance to the learner active involvement, since his innate capacity to learn until his individual differences, such as age, personality, attitude and so on. To complement this discussion, it is important to mention that Chomsky's theories had a fundamental role to determine that the innate capacity of each speaker of a language can be called "universal grammar".

Key-words: grammar, acquisition, first language, learning, second language.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma discussão sobre o papel do ensino da gramática dentro do processo de aquisição de uma segunda língua.
Este papel vem sido discutido entre pesquisadores da área de línguas desde períodos mais radicais, onde a teoria behaviorista dominava a questão. Os resultados obtidos de tantas pesquisas trouxeram uma nova idéia dentro do processo de aprendizado de línguas. A partir de então, passou-se a destacar o envolvimento ativo do aprendiz, desde sua capacidade inata de aprender até suas diferenças individuais, como idade, personalidade, atitude, entre outras. Para complementar esta discussão, é importante mencionar que as pesquisas de Chomsky tiveram um papel fundamental para determinar que a capacidade inata de cada falante de uma língua pode ser chamada de "gramática universal".

Palavras-chave: gramática, aquisição, primeira língua, aprendizado, segunda língua

1 INTRODUCTION

The reason for discussing about the role of grammar in the language acquisition process is very wide. Since more radical periods, this subject has been treated with attention, and after many researches together with empirical knowledge, the concepts have been changing. The work of all these researches has been to answer questions, clarify doubts, and change concepts that are in some way out-of-date.

Until 1960, the behaviorist learning theory dominated discussion on L1 and L2 acquisition trying to explain why L2 learners still made errors, after imitating and being reinforced with totally correct models. After this period, the results of the researches started to compare formal grammar study to active use of language, showing the superiority of active involvement with the language. Other important concepts have also changed. The notion that interference between the first language and the target language could damage the acquisition process has not been accepted anymore.

One more important aspect to be considered is about a new view of the nonstandard variants of a language spoken by many people, and the real value that the researches should give to it. As any variant of a language can be considered appropriate if the communication is achieved, there should not be any bias against one variant or another. Any speaker of a first language uses the internalized rules he acquires, as everybody has this innate ability to deal with the first language naturally.

Therefore, there is a clear difference between the first and the second language acquisition process, since even the two processes do not develop in the same way. The notion of learning a second language has to be seen as a cognitive process, and studies have also tried to explain how individual aspects such as age, attitude, personality and aptitude influence the L2 acquisition.

Finally, it is of great importance to mention how the teacher´s role can contribute to a successful result, because the quality of instruction should help the learner in order to achieve the desired effect, by means of good opportunities to be in contact with the second language. If the teacher provides the students enough comprehensible input, it will become easier for them to overcome other difficulties from the coursebooks, or the short time of the classes, for example.

The following chapters try to show a brief idea about the subjects mentioned above, summarizing some important researches and theories, too. Examples of practice activities are included to illustrate the research ideas, and to present the readers the applicability of the theories.

2 GRAMMAR IN L1

> When we study human language, we are approaching what some might call the "human essence", the distinctive qualities of mind that are, so far as we know, unique to man. (CHOMSKY, apud FROMKIN, 1974, p.3)

According to this thought of Chomsky, it is clear to see that his contributions to language learning have been of great importance. In this chapter, Chomsky´s theory is referred to as how the language acquisition process takes place since a child is learning her first language and constructing her knowledge on it. It is an unconscious process of using a language creativily. Chomsky also refers to the set of natural rules acquired by any speaker as "universal grammar".

On the top of it comes the role of the Contrastive Analisys used as a learning strategy of comparison, and not as language transfer anymore. A new pedagogical view is that the first language can aid the Second Language Acquisition process. The Contrastive Analysis is part of another important point referred to in this chapter that is about the internalized rules in L1 and how they can also interfere on SLA.

This chapter tries to show a brief idea on it and also about the role of the languages in society. The dialects compared to a more "correct" variant and how communication is achieved anyway, as it is the main target of acquiring a language and using it.

Besides all these points is the importance of how learning grammar is also part of all this process in L1 and L2, as a single concept used to describe grammar is "the internalized system of rules that speakers of a language share". Grammar might be seen as one more tool to help on the speaker´s competence, and not only as the explicit theory constructed to describe it.

2.1 THE INTERNALIZED RULES IN L1 AND SECOND LANGUAGE ACQUISITION

According to common sense, if the L1 interferes with the acquisition of a second language system, how does Second Language Acquisition (SLA) research characterize the influence of the mother tongue? Researches reveal considerable disagreement about these influences. Researchers like Marton (1981, p.150 apud ELLIS, 1985, p.23) affirm that:

> Taking a psychological point of view, we can say that there is never a peaceful coexistence between two language systems in the learner but rather constant warfare, and that warfare is not limited to the moment of cognition, but continues during the period of storming newly learnt ideas in memory.

On the other hand, this belief is minimized by:

> ... our data on L2 acquisition of syntactic structures in a natural environment suggest that interference does not constitute a major strategy in this area. ... it seems necessary to me to abandon the notion of interference as a natural and inevitable phenomenon in L2 acquisition (FELIX, 1980, p.107 apud ELLIS, 1985, p.23).

There comes the role of interference in SLA that was called proactive inhibition (old habits getting in the way of learning new habits). Therefore, in order to develop new habits in the target language, the learner has to defeat this proactive inhibition. This process is not so difficult when the learner discovers similar devices in the two languages. As a consequence, this interference will not be negative, because the first and second language habits are similar. Few errors will occur and learning becomes easier.

Comparing first and second language in classroom practice can be a way of predicting future potential errors and avoid effects of first language transfer. This comparison has pedagogical origins and it is called Contrastive Analysis. This idea is defended by Lado (apud ELLIS, 1985, p.23).

> [...]The teacher who has made a comparison of the foreign language with the native language of the students will know better what the real problems are and can provide for teaching them[...]

The Contrastive Analysis has both a psychological and a linguistic aspect. According to Bloomfield (apud ELLIS, 1985, p.25) "The differences (among languages) are great enough to prevent our setting up any system of classification that would fit all languages". As *contrastive analysis* has to do with problems ranging from the psychological to the linguistic aspects, these studies should be based on surface structure characteristics, as describing the language, selecting and comparing, and predicting possible problems. By means of this, analysts realized that there were degrees of similarities and differences that could lead to psychological considerations, too.

The failure of the 1960s theories was not to pay attention to this point: "*Contrastive analysis* constituted a hypothesis, and like all hypothesis was open to empirical investigation". (ELLIS, 1985, p.27). There was a crisis in *Contrastive analysis* that led to three major types of criticism, one related to the ability to predict errors, the other regarding the possibility of comparing languages, and the last about how relevant it was to language teaching.

The empirical research had continued, and the really staunch supporters of the *contrastive analysis*, like Brooks (apud, ELLIS, 1985, p.28), still defended the existence of interference errors and also classified the causes:

a) structural pattern not well-known;
b) correct model insufficiently practiced;
c) distortion;

d) exceptions that are not applicable to general rules.

There are some other empirical researches that tried to identify the types of error and their frequency. Dulay and Burt (apud, ELLIS, 1973, p.28) concluded, after examining Spanish-speaking children learning English, that only 3% were interference errors due to L1 and L2 comparison. However, there were various studies since the early 1970s and the main percentage is more like 33%. Other difficulties also appeared concerning the validity of the Contrastive Analysis Hypothesis, as the difficulty to find a well-defined and broadly-accepted criterium in choosing which grammatical utterances are the result of language transfer. And the difficulty was mainly to find the prime cause of learner errors.

During this period of studies and discussion, Chomsky(1994) and others also argued attacking the principles of the behaviorist theory; asserting that animal behavior in laboratory conditions has nothing to do with language learning in natural conditions. The opposite idea of it is the creativity of each learner to use a language, instead of a simple "stimulus" and "response". New habits are not learnt by imitation and reinforcement. Then, a new question appeared: whether interference is a habit transfer or not. The problem was related to "difference" and "difficulty" or "difficulty" and "error". The former case gets the following consideration: "difference" is a linguistic concept, and "difficulty" is a psychological concept. The linguistic difference cannot interfere in the learning difficulty degree. However, the latter point brings the question that even empirical or theoretical arguments suggest that there is no necessary relationship between difficulty and error.

The last consideration is founded on linguistic bases related to translation equivalence. The general way of comparing translationally paired sentences and categories used for this comparison needed to be universal and equivalent (similar communicative functions as well as structural similarities). In this case, the pragmatic and linguistic aspects need to be compared.

The variability of the language used by the learner consists on context and situation, and a prediction of transfer errors is unreliable because they include non-linguistic and linguistic contexts.

Other practical criticisms showed that since many of the predictions made by Contrastive Analysis proved to be artificial, it has become of a very limited value.

There is a good question made by Ellis (1985, p.32) that is: "Why bother to carry out a Contrastive Analysis if every item, easy or difficult, needs to be presented and practiced?" Still according to Ellis, there are doubts about doing Contrastive Analysis if from a pedagogical view the attitudes to the role of error in language learning have changed. These doubts appeared after the conclusion that the major cause of learner error is not because of L1 and L2 interference. The importance of doing a formal Contrastive Analysis became less necessary, but considered useful only in the case of explaining why some errors occur, and not as a prediction anymore. Thus, many of the predictions made by Contrastive Analy-

ses proved to be superficial and less certain than how it was thought before.

A recent reappraisal of the role of the first language in SLA brought a notion of where exactly interference took place. Also, the L1 role was recast in a more cognitive framework, more acceptable by mentalists and called "strategy".

Schachter (apud, ELLIS, 1985, p.33) provided an important study about it, arguing that Contrastive Analysis might be a successful way of predicting comprehension and structural errors. Her research was based on adult L2 learners from different language backgrounds and the use of relative clauses. She found that learners whose first languages do not contain English-like relative clauses made few errors, while other learners, whose first languages resemble English in relative clause structure, made far more.

Researchers like Wode (apud ELLIS, 1985, p.34) agreed that when there are many differences between two languages, more errors will occur but not related to a greater difficulty. In general, transfer did not appear to be a major factor and the notion of interference had to be changed. Other important hypothesis says that interference becomes greatest when there is a particular degree of similarity, and becomes easier when the learning tasks have what has been called "neutral resemblance". In spite of everything, Traditional Contrastive Analysis never attempted to the task of specifying the crucial similarities.

Naturalness factors, such as how salient a feature of the L2 is to the learner or how clear the relationship between a given form and its meaning is, are explored by Hatch (apud ELLIS, 1985, p.35) as independent of the first language, but can cause learning difficulty anyway. In the case of syntax and discourse these factors may predominate. Naturalness factors can be noticed as a developmental feature of acquisition, even in the first language. When this feature is noticed to be similar between L2 and the mother tongue, it will take the learner some more time using a wrong utterance, until he acquires the right use of it. The learner can modify his initial rule by checking with his L1 background. Finally, he gets a more developed structure.

By this time, what was taken into account was the active contribution of the learner, using strategies that are in opposition to the behaviorist view of "interference". Corder (apud ELLIS, 1985, p.37) brings the idea that " interference" errors are not a result from negative transfer but from "borrowing". But Corder and Krashen (apud ELLIS, 1985, p.37) agree with the idea that the first language can be used as a source which learners can use, especially at the beginning, as a strategy of communication to overcome their limitations. A new notion of interference appeared. Now, the learner is an active contributor to SLA and "intercession" takes place.

Another point of research that has its origins in Lado´s (apud ELLIS, 1985, p.38) Linguistics Across Cultures, is the Contrastive Pragmatics, that tried to compare cultural differences between first and second language use.

Sajavaara (apud ELLIS, 1985, p.38), on the other hand, proposes that the basic idea of Contrastive Analysis can be good if carried out properly, i.e. with

reference to communicative approach, comparing the functions of the discourse structure in the two languages.

Even if some researchers have some opposite opinions about Contrastive Pragmatics, it is important to show how different languages express the same communicative functions with the existence of obvious differences. Therefore, it is useful to understand what the learners do when they transfer functions from their first language to their use in the second language. There has been little empirical research on this issue made by Schachter and Rutherford (apud ELLIS, 1985, p.39), who agreed that learners may transfer their L1 structure into English.This opinion is also reinforced by Ellis (1985, p. 40): "The L1 is a resource of knowledge which learners will use both consciously and subconsciously to help them sift the L2 data in the input and to perform as best as they can in the L2".

This includes other factors like linguistic factors compared to psychological and sociolinguistic factors, and the first language can be seen as a contributing factor to Second Language Acquisition, that will become less powerful in the course of time.

2.1 THE NONSTANDARD SPEAKERS IN SOCIETY

Some important researchers defend the idea that we are all implicit linguists and we also have, unconsciously, created grammar rules in the natural process of learning languages. Therefore, the internalized system of rules that any speaker has is enough to communicate. Any language speaker, independently of his cultural level, knows all the basic rules of a grammar system, without affecting the language with the possible variants of it. Any language system does not change because it predominates over the variants. The internalized system of grammar rules of a language is complete and perfect. All the speakers can dominate a language, their own language, mainly when it is acquired in an unconscious process, introduced in a social context, home and family for example. It is different from a formal learning at school, when the use of the language is based on structure and form.

Chomsky´s (apud FROMKIN; RODMAN, 1974, p.4-5), theory showed the fact that the language acquisition process which happens with children before going to school is something that is developed without explicit instruction. According to his theory, children deal with hypotheses: when the child tries to formulate a structure and makes it correctly, she files the information, the rule. When the child formulates a wrong structure, the hypothesis is failed and she tries another one, until she gets the confirmation of it. Thus, this process happens with all the grammar rules this child is exposed to.

Once the theory is formulated, the child knows exactly how to form simple or more complex sentences. This child knows all she needs to speak, without understanding the technical terms of what she is using. He also adds to his theory that children, even before they are three years old, are able to analyze the language

intuitively, since the moment they start understanding sentences. He calls this innate linguistic system "universal grammar". This concept comes in opposition to the behaviorist theory of controlled practice and the stimulus – response theory. Chomsky (1994) affirms that children can produce much more than what was taught to them. When the child reaches the age of six, she knows and uses all the necessary linguistic rules and is considered "grammatically adult". Thus, during all our life in society, the acts of communication become fundamentally real by means of a language.

The language of a child or of any speaker, and the linguistic variants used by them, will depend on linguistic circumstances, also called internal factors, such as creativity, ability to formulate hypotheses, etc, and non-linguistic circumstances, such as age, social class, etc.

The grammar used by low-social class people, however, is not very well accepted in society. There has been a strong bias against the language considered inferior, and the role of the teacher has been to correct the "wrong" forms to a more "correct" and appropriate one.

The school should not forget that the different dialects spoken by nonstandard speakers are also faces of the same language. Even non-literate people can communicate, not only with others from the same group, but with speakers from any other group level. Any form of a language can be considered "good" if the learner can use it easily to reach the target that is communication which means to get the desired effect the least level of difficulty for its user.

Luft (2000) calls the grammar we learn at school "artificial grammar", depending on the cultural development of the society in which it is inserted. This grammar is also very explicit because it tries to describe through rules everything that is unconscious in the speaker´s mind. The school, as a general rule, does not accept other variations of a language that are not considered correct. There is no place for individual creativity because the rules also worry about spelling and writing correctly.

The explicit grammar really tries to describe all the characteristics of a language without a real success. Any artificial rule is not complete because the natural grammar is necessarily more complete than everything. That is why Chomsky says that the linguist´s role is similar to the child´s role; both should discover the rules of a language through a natural and gradual linguistic evolution.

According to Krashen´s theory(1984), there is a clear distinction between acquisiton – the process by which children unconsciously acquire their native language – and learning, which he defines as "conscious knowledge of a second language, knowing the rules, being aware of them, and being able to talk about them". This knowledge (linguistic competence) is different from behavior (linguistic performance). This ability or competence underlies linguistic behavior.

Krashen (1984, P.20-23) also adds that providing more comprehensible input and attempting to lower the affective filter produce much better results than traditional grammar teaching and drill methods. Language teaching does really

help SLA when it is the major source of "comprehensible input".

The environmental setting and the input received by the second language learner are great determinants on how well the acquisition process can be developed or not. The situation in which second language learning takes place will have a great influence on one´s success. For example, when the learner is exposed to the language only in a formal situation but no more than a few hours a week.

Or the fact that adults also have a different behavior related to L2 learning because they are much more worried about how well they are acquiring the new language. Adults are more self-conscious about making mistakes.Therefore, they often find learning L2 more critical and difficult. While children, on the other hand, comprehend learning a second language naturally, without a strong self-charging feeling. It means that it is not a problem for children trying and making mistakes.

2.3 THE TARGET IS COMMUNICATION

> When a person knows a language, he can speak and be understood by others who know that language. (FROMKIN ; RODMAN, 1974, p.4)

If the aim of learning a language is communication, why does the traditional school change it into studying the grammar of the language, more than any other aspect of it?

Any act of communication is possible when the speaker uses the natural rules of a language. This innate linguistic system is what Chomsky calls "universal grammar". The rules of a language are determined by their use, and not the opposite. "Is the study of grammar essential to dominate a language? No, essential is to learn the language that contains the grammar. What is essential to be learnt is how to dominate the means of communication". (LUFT, 2000, p.19). Fromkin (1974 p.9) also says that "Knowing a language means being able to produce new sentences never spoken before and to understand sentences never heard before." Then, comes the talent of dealing with a language and its natural, internalized rules that were already acquired before.

Any speaker of a second language should know, for instance, that there are good ways to develop the ability to use the target language, like writing, *reading*, commenting, discussing, changing information, to activate the vocabulary and the linguistic creativity. The constant contact with good language improves the internalized rules of the grammar of every speaker. The idea of learning a language is misunderstood with the idea of studying the grammar of this language.

The real grammar of a language is something alive, flexible and dynamic. Reading in SLA can be a strategy that the learner can use to improve his knowledge, being in touch with the formal language taught at school. Learning a second language should be something pleasurable for the learner, especially the oral communication, when the learner should feel more secure to speak and to deal with words, not only with rules.

The fact to be mentioned again is that the formal instruction at school does not consider the real aspects of developing a second language, such as practicing, changing experiences, as more important than memorizing rules. The excessive worry about grammar rules does not allow the L2 learner to speak fluently and naturally, just because of an "obsessive" fear of making mistakes. Consequently, the creativity does not have place in this process. It is worthless forming a very complex sentence, regarding grammar rules and a difficult lexicon when it might not be well understood by everybody.

The linguistic rules taught in traditional ESL classes, many times, do not show the learners the clear target on why they have to be studied. There is an elitist view that elects the form or variant of a language used by a particular group in society as the correct one (usually the more affluent and those with political power). Learning the standard dialect of a second language may be better for the ones who intend to obtain a particular job, for example.

However, linguistically it is not a better form of the language than the other variants. There are, however, some differences like age, sex, state of health, size, personality, emotional state, and personal idiosyncrasies that are unique characteristics of the language of an individual speaker, called idiolect. Beyond these individual differences, speakers of a language may show regular variations and belong to a group that uses so, a dialect of the same language. Thus, the dominant one is called the standard dialect, in this case Standard English. Although considered by some language purists to be the only correct form of the language, it is surely not linguistically superior. Because the nonstandard dialects also show to be as logical, complete, rule-governed, and expressive as any other dialect of a language.

Practicing the grammar is what is missing at school. Reading, discussing, writing, listening to other people speaking are all means of practicing the grammar of a language in teaching grammar lessons of SLA courses, for example. Thus, the learner will be able to develop vocabulary and to speak more fluently; to develop spelling, punctuation and correction techniques and as a consequence, to write better. In this way, there will be the development of the capacity to use the language and all its potentialities.

It is impossible for anyone to know all the rules of a second language explicitly. This knowledge is constructed through live and real experiences together with formal instruction. For adults it is often difficult to learn a second language without being instructed, even when living for a period of time in a country where the target language is spoken.

The learner uses the language he already knows (first language), and compares with the grammar of the target language. This learning strategy (Contrastive Analysis) also happens when dealing with vocabulary and sounds. The learner, in this way, is aided to acquire a second language also through his own knowledge of his native language.

Another important point about the linguistic theories is that they present

the positive aspects, registering that any language has been changing constantly, and also the fact that any language is an interior and personal knowledge of the speaker, from where the learning process should start and be based on.

What is also important to mention is that many people think of the grammar of a language as referring only to the syntatic rules. According to Fromkin (1974, p.18), "the grammar includes everything speakers know about their language." This includes the sound system (phonology), the system of meanings (semantics), the rules of word formation (morphology), the rules of sentence formation (syntax) and vocabulary (lexicon).

A natural method of learning grammar would be much better for the learner, in order to provide him real situations to discover and use the rules freely, reflecting about and understanding them. It can be a conscious learning, however personal, free and responsible. The grammar rules should help the learner to solve problems, not to create a great fear of using a language and making mistakes.

REFERENCES

CHOMSKY, N. **The human language series**. New York: Equinox Films/Ways of Knowing, 1994.

ELLIS, R. **Understanding second language acquisition.** 11.ed. Oxford : Oxford University Press, 1985.

FROMKIN, V.; RODMAN R. **An introduction to language.** 6.ed. Orlando: arcourt Brace & Company, 1974.

KRASHEN S. D. **Writing:** research, theory and applications. 3.ed. Oxford: Pergamon Institute of English, 1984. p. 20-23.

LUFT, C.P. **Língua e liberdade:** por uma nova concepção da língua materna. 8.ed. São Paulo : Ática, 2000.

IMPINGEMENT SYNDROME - UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

ALYSSON FRANTZ
Graduado em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Fisioterapeuta responsável pela Clearance – Clínica de Fisioterapia. Professor do Curso de Educação Física na Faculdade da Cidade de União da Vitória – FACE.
E-mail: frantz@waw.com.br

CARLOS EDUARDO SCHADRACK
Graduado em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau – FURB

FERNANDO BROERING PAGLIOSA
Graduado em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau – FURB

GABRIEL OSVALDO OLIVEIRA
Graduado em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau – FURB

GUIONARDO FURLAN
Graduado em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau – FURB

SERGIO BAUMGARTNER JR
Graduado em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau – FURB

RESUMO

A *Impingement Syndrome*, a Tendinite do Bíceps Braquial e a Tendinite do Supra-espinhoso são afecções enquadradas em um grande grupo chamado de Lesões por Esforços Repetitivos, sendo descritas muitas vezes de maneira única, chamada apenas de *Impingement Syndrome* ou, na sua tradução para a língua portuguesa, Síndrome do Impacto. Essas três patologias acometem estruturas ósseas, musculares, tendíneas e nervosas do ombro, ocasionando a degeneração ou mesmo ruptura dos tendões dos músculos que compõem o Manguito Rotador. O diagnóstico geralmente é feito por meio de exames complementares e testes musculares específicos para cada patologia. O tratamento médico é realizado com a administração de antiinflamatórios e analgésicos, enquanto o tratamento fisioterapêutico objetiva a analgesia, cicatrização, relaxamento, alongamento e fortalecimento muscular, utilizando-se para isso de recurso como a crioterapia, termoterapia, eletroterapia e cinesioterapia, complementando com orientações gerais ao paciente.

Palavras-chave: síndrome do impacto; tendinite do bíceps braquial; tendinite do supra-espinhoso.

ABSTRACT

The *Impingement Syndrome*, the Brachial Biceps Tendonitis and the Supra Spinous Tendonitis are affections that fall under a bigger group called Repetitive Strain Injury, often described in a unique way, just called *Impingement Syndrome*, or in Portuguese, *Síndrome do Impacto.* These three pathologies attack bone, muscle, tendinous and nerve structures of the shoulder, provoking degeneration or even rupture of the tendons of the muscles that form the Rotator. The diagnosis is usually made through complementary exams and muscular tests, specific for each of the pathologies. The medical treatment is made with the administration of anti-inflammatory and analgesics, while the physical therapist treatment aims at analgesia, cicatrisation, relaxation, lengthening and strengthening of the muscle, using for this purpose, resources such as cryotherapy, thermo therapy, electrotherapy and kinesalgia, complemented by general advice to the patient.

Key-words: impingement Syndrome; brachial biceps tendonitis, supra spinous tendonitis.

1 INTRODUÇÃO

Entre as inúmeras doenças profissionais que acometem os trabalhadores de diversos setores, destaca-se um grupo de afecções denominadas Lesão por Esforço Repetitivo (LER), as quais chamam a atenção dos profissionais da saúde, por serem altamente incapacitantes. Nesse grupo destacamos a *Impingement Syndrome*, a Tendinite da cabeça longa do bíceps braquial e a Tendinite do supra-espinhoso (LAMAS, 2001).

O objetivo desta pesquisa é revisar as principais causas e o quadro clínico das patologias supracitadas, relatando algumas linhas de tratamento.

2 ANATOMIA

Para um melhor entendimento das patologias a serem revisadas, é necessário que se recordem alguns aspectos anatômicos, de maneira direcionada, abordando estruturas ósseas, musculares, nervosas e vasculares acometidas.

O complexo do ombro é composto pelos ossos clavícula, escápula e úmero. Cada osso apresenta acidentes ósseos de importância funcional, sendo na clavícula a superfície articular para o acrômio; na escápula, o acrômio, o processo coracóide e a cavidade glenóidea; e no úmero, os tubérculos maior e menor, o sulco intertubercular, o colo anatômico e a cabeça. Fazem parte, ainda, do complexo as articulações glenoumeral e acromioclavicular (D'ANGELO;FATTINI, 1998 ; GARDNER et al 1988 ; ROTHSTEIN et al, 1997 ; LIPPERT, 1996).

As estruturas musculares que compõem o complexo do ombro e que estão diretamente envolvidas nas patologias em estudo são os músculos bíceps braquial, redondo menor, supra-espinhoso, infra-espinhoso e subescapular.

O bíceps braquial localiza-se no braço e apresenta duas porções fixadas à escápula. A porção longa inicia-se no tubérculo supraglenóide e segue ao longo da cabeça do úmero, para fora da cápsula articular, descendo pelo sulco intertubercular ou biciptal para ligar-se à porção curta originada no processo coracóide. Após unirem-se, as duas porções cobrem a face anterior do braço, formando, na parte distal do músculo, um tendão que irá fixar-se à tuberosidade radial do osso rádio, no antebraço. Esse músculo é responsável pelos movimentos de flexão do cotovelo e supinação do antebraço, sendo inervado pelo nervo músculo-cutâneo (C5-C6). O músculo redondo menor parte da borda axilar da escápula e dirige-se obliquamente para cima e para lateral, fixando-se no tubérculo maior do úmero. Responsável pela rotação externa e abdução horizontal do ombro, é inervado pelo nervo axilar (C5). Como seu próprio nome indica, o músculo supra-espinhoso

repousa sobre a espinha, na fossa supra-espinhosa da escápula, passando sob o processo do acrômio, para fixar-se na tuberosidade maior do úmero. Inervado pelo nervo supra-escapular (C5), esse músculo realiza a abdução do ombro. Repousando sob a espinha, na fossa infra-espinhosa da escápula, está o músculo infra-espinhoso. Fixado distalmente no tubérculo maior do úmero, este músculo realiza a rotação externa e a abdução horizontal do ombro, sendo inervado pelo nervo supra-escapular (C5-C6). O músculo subescapular localiza-se na parte inferior da escápula, repousando próximo à caixa torácica, na superfície costal ou anterior da escápula, dirigindo-se lateralmente para cruzar a articulação do ombro, anteriormente, e fixar-se no tubérculo menor do úmero. Responsável pela rotação interna do ombro, é inervado pelos nervos subescapular superior e inferior (C5-C6).

Os quatro últimos músculos abordados formam o grupo denominado Manguito Rotador, responsável pela estabilização da cabeça do úmero junto da fossa glenóide da escápula. Auxiliando na estabilização do complexo do ombro e reforçando a cápsula articular estão os ligamentos coracoacromial, coracoclavicular, acromioclavicular, coracoumeral, umeral transverso e glenoumeral (D'ANGELO; FATTINI, 1998 ; GARDNER et al 1988 ; ROTHSTEIN et al, 1997 ; LIPPERT, 1996 ; THOMPSON; FLOYD, 1997).

Responsáveis pela irrigação, transporte de nutrientes e drenagem do complexo do ombro estão as artérias subclávias, axilares e braquiais, e as veias subclávias, axilares e braquiais, que se subdividem em ramos primários ou mesmo secundários, antes de irrigarem ou drenarem uma região específica (D'ANGELO; FATTINI, 1998 ; ROTHSTEIN et al, 1997)

3 IMPINGEMENT SYNDROME

A *Impingement Syndrome* descrita por Neer (1972), na qual o autor individualiza essa patologia, descrevendo sobre sua fisiopatologia, quadro clínico nos seus diferentes estágios e algumas propostas de tratamento, é largamente utilizada na tradução para o português como Síndrome do Impacto, responsável por freqüentes dores e impotência funcional do ombro (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; FERREIRA FILHO, et al., 1988).

A Síndrome do Impacto do ombro consiste no choque da grande tuberosidade do úmero, tendão do supra-espinhoso e cabeça longa do bíceps contra o arco coracoacromial (acrômio, ligamento coracoacromial e ponta do processo coracóide) durante os movimentos de elevação do braço. Embora existam controvérsias quanto à sua patogênese, e devido à grande variedade de fatores etiológicos, essa patologia é definida como uma síndrome dolorosa do ombro, de origem microtraumática ou degenerativa, acompanhada ou não da perda de força, sendo caracterizada pela tendinite do manguito rotador, o qual pode apresentar ruptura parcial ou total, tendo ainda como local de início, o tendão do músculo supra-espinhoso, segmento acometido em 85% dos casos (MOREIRA; CARVA-

LHO, 1996 ; FERREIRA FILHO et al., 1988 ; CHECCHIA; SANTOS, 1992).

Essa síndrome é um distúrbio cada vez mais freqüente na prática clínica, tanto do médico como do fisioterapeuta, sendo a queixa de dor no ombro, uma das mais comuns encontradas por tais profissionais da saúde (GIORDANO et al., 2000).

Em 50% dos casos, a etiologia traumática está ligada, enquanto a forma degenerativa corresponde a 42%, e ainda 8% encontrada na forma mista, havendo um predomínio dessa síndrome em mulheres, na quarta e quinta décadas de vida, sendo, eventualmente, bilateral (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; BARBIERI et al., 1995).

No Brasil, o aumento da expectativa média de vida e o conceito de que o adulto e o velho devem praticar esportes, exercícios, contribuíram para uma maior preocupação com o diagnóstico e tratamento da Síndrome do Impacto. Esportes que utilizam o membro superior, como vôlei, basquete, tênis, natação, predispõem à compressão do Manguito Rotador e o aparecimento dos sintomas, o que tem aumentado a incidência dessa síndrome, mesmo em indivíduos mais jovens. Junto da prática esportiva, estão as atividades profissionais que exigem o uso prolongado dos membros superiores em elevação, contribuindo para o surgimento dos sintomas dessa patologia. Uma zona hipovascular, ocupando em torno de um centímetro do tendão do supra-espinhoso, na sua inserção sobre a tuberosidade maior do úmero, foi evidenciada por Rathbun e Macnab, o qual, quando colocado em tensão aumenta o déficit vascular, sendo assim chamada zona crítica. Esse é o local mais predisposto para o início da doença, onde ocorre o atrito contra o arco rígido coracoacromial(MOREIRA; CARVALHO, 1996).

Na realização dos movimentos de abdução e flexão do ombro, a cabeça do úmero desliza, auxiliada pela bolsa serosa subacromial, sob o arco coracoacromial, formando um mecanismo perfeito mantido pela ação estabilizadora dos músculos do Manguito Rotador e da cabeça longa do Bíceps, o que impede o deslocamento cranial da cabeça do úmero. Com a fadiga e a hipotrofia desses músculos, ocorre uma instabilidade glenoumeral, tendo como conseqüência o impacto das estruturas tendíneas do manguito e das suas inserções contra o arco coracoacromial (FERREIRA FILHO et al., 1988). Esse impacto e o conseqüente atrito e degeneração do Manguito Rotador, como demonstrado por Neer, ocorre, fazendo uma compressão da parte final do tendão do músculo supra-espinhoso, entre a tuberosidade do úmero contra a superfície ântero-inferior do acrômio, durante a elevação anterior do membro superior, o que resulta no surgimento dos sintomas dessa patologia (CHECCHIA; SANTOS, 1992 ; SANTOS et al. 1995). Porém, outros locais de atrito como o ligamento coracoacromial, os esporões inferiores que se formam na articulação acrômio-clavicular, também estão relacionados ao surgimento dos sintomas (MOREIRA; CARVALHO, 1996).

Neer correlacionou o impacto com a forma do acrômio, outro fator que aumenta a chance de ocorrência da lesão do Manguito Rotador, sendo considerado quanto maior a curvatura maior a ocorrência. Morrison e Bigliani descreveram três tipos de acrômio: plano, curvo e ganchoso, de acordo com sua curvatura

anterior, sendo o do tipo ganchoso o mais nocivo (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; BARBIERI et al 1995).

A ocorrência do impacto pode também estar associada a uma instabilidade ou a alterações neurológicas, como nos acometimentos do nervo supra-escapular ou nas radiculopatias cervicais, em especial C5 e C6, o que leva a uma fraqueza dos músculos do Manguito Rotador, tendo como conseqüência o desequilíbrio biomecânico no ombro(MOREIRA; CARVALHO, 1996).

O efeito mecânico da compressão do Manguito Rotador contra o arco coracoacromial é considerado por Neer a principal causa de lesão desse. Porém há outros fatores que contribuem, como causas vasculares (área crítica do supra-espinhoso), degenerativas (envelhecimento biológico) e trauma, sendo os dois últimos considerados como coadjuvantes no desenvolvimento desta síndrome (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; SANTOS et al 1995).

A Síndrome do Impacto não possui uma causa isolada, tendo como principais causas à lesão do Manguito Rotador, alterações vasculares, degenerativas, rupturas tendíneas (supra-espinhoso é o mais acometido), sendo a mais freqüente o chamado esporão ântero-inferior do acrômio, que provavelmente surge por tração do ligamento coracoacromial ao longo do tempo (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; CHECCHIA; SANTOS, 1992).

A patologia pode desenvolver-se apenas como tendinite do Manguito Rotador ou evoluir para uma ruptura. Clinicamente, ela se caracteriza por ser evolutiva, sendo diferenciada, utilizando-se de testes clínicos que apresentam eficácia comprovada, identificando assim a integridade ou não dos tendões. Também clinicamente a Síndrome do Impacto é dividida por Neer em três fases: I – dor aguda e início súbito, caracterizada por edema e hemorragia tendínea e bursal, cuja dor aparece apenas durante a atividade física, sendo empregado tratamento exclusivamente conservador; II – dor crônica, tendinite do Manguito Rotador e bursite acromial, fibrose do tendão, sendo subdividida em A, sem ruptura do tendão e B, com ruptura parcial do tendão, com a dor manifestando-se durante e após a atividade física e persistindo à noite; III – ruptura completa de um ou mais tendões, sendo encontrada dor e disfunção progressiva, requerendo freqüentemente tratamento cirúrgico (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; FERREIRA FILHO et al 1988; CHECCHIA; SANTOS, 1992 ; GODINHO et al 1995).

Para o diagnóstico, as manobras ou testes propedêuticos que apresentam maior relevância são o Teste de queda do braço, o Teste de Apley e o Teste de Neer (SIPRIANO; JAHN, 1999 ; HOPPENFELD, 1999)

4 TENDINITE DO BÍCEPS BRAQUIAL (PORÇÃO LONGA)

A tendinite da porção longa do Bíceps Braquial caracteriza-se pela inflamação da bainha sinovial do tendão da porção longa do bíceps, freqüente, podendo

ou não estar acompanhada da ruptura do Manguito Rotador(CLINISERV, 2001). Entre as principais causas dessa patologia, encontram-se esforços repetitivos, degeneração, tendinites intra-articulares na entrada da goteira biciptal (pode ser causada por osteófito), tendinites dentro da goteira biciptal, podem ser causadas por artrites inflamatória e reumatóide, goteira biciptal rasa, contato excessivo com superfícies ósseas e fraturas, entorses graves e posturas viciosas, tarefas que exijam elevação, abdução do braço acima do ombro durante longos períodos (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; DOWNIE; CASH, 1987). Ocupacionalmente ocorre nas atividades em que o braço é mantido em elevação por longos períodos. As tendinites com ruptura do Manguito Rotador caracterizam-se por apresentarem lesões progressivas do ligamento coracoumeral, expondo assim o tendão do bíceps ao contato subacromial da Síndrome do Impacto (CLINISERV, 2001). Em alguns casos, pode haver luxação do tendão bicipital, podendo ou não estar associada à ruptura do Manguito Rotador ou laceração do ligamento umeral transverso, que fixa o tendão ao sulco intertubercular do úmero(MOREIRA; CARVALHO, 1996). Essas luxações devem ser analisadas, considerando as correções cirúrgicas, pois, se não forem corrigidas, a incapacidade irá permanecer. O principal sintoma produzido pela tendinite é a dor no sulco intertubercular, com movimentos de supinação e pronação do antebraço, podendo essa dor irradiar para a face anterior do braço. O diagnóstico pode ser feito por meio de radiografia, ultra-sonografia e pela realização de testes especiais, como o Teste de Yergason, o Teste de Speed e o Teste de Lippman (MOREIRA; CARVALHO, 1996 ; CIPRIANO; JAHN, 1999 ; DOWNIE; CASH, 1987 ; PRZYSIEZNY, 2001).

5 TENDINITE DO SUPRA-ESPINHOSO

O tendão do músculo supra-espinhoso passa sob a abóboda formada pelo acrômio, o processo coracóide e o ligamento que os une. A parte terminal do tendão do supra-espinhoso está recoberta por uma importante bolsa sinovial, que o separa da face inferior do acrômio e do músculo deltóide (D'ANGELO;FATTINI, 1998 ; PRZYSIEZNY, 2001).

A tendinite do supra-espinhoso é ocasionada pela compressão das fibras deste músculo pelo acrômio, ao realizar a abdução do ombro, acima de 45 graus. Muito freqüentemente é acompanhada de bursite subacromial, em decorrência do extravasamento de exsudato para o interior da bursa. São incidentes em adultos e podem não ser ocupacionais. O sedentarismo e a falta de estrutura muscular são fatores predisponentes (CLINISERV, 2001).

A tendinite do supra-espinhoso parece ser causada por relações anatômicas desfavoráveis, levando à isquemia local e degeneração. Exercício muscular excessivo, traumas e atividades repetitivas do braço podem levar ao quadro de tendinite (RUDGE, 2001). Caracteriza-se por ser uma lesão que ocorre geralmente perto da junção músculo-tendínea e que resulta em arco doloroso,

quando se tenta erguer as mãos acima da linha da cabeça. O portador desse tipo de tendinite refere dor ao ser submetido ao Teste de Compressão. Além deste, o Teste de Apley e o Teste de colisão de Hawkins-Kennedy também podem ser realizados para o diagnóstico (CIPRIANO; JAHN, 1999 ; HOPPENFELD, 1999). A dor se faz presente também à palpação do tendão, logo abaixo do canto posterior do acrômio, quando o paciente faz abdução e roda lateralmente o úmero (KISNER; COLBY, 1998)

O quadro clínico varia desde sensações de peso até dor local. A dor pode ser muito incômoda e é exacerbada por movimentos. Quadros álgicos violentos, associados à completa impotência funcional da articulação são observados. A dor está localizada no tubérculo menor do úmero e face anterior do braço, podendo, nos casos mais graves, irradiar-se para todo o membro superior (RUDGE, 2001).

6 TRATAMENTO

O tratamento para essas afecções pode ser dividido em tratamento médico e tratamento fisioterapêutico. O tratamento médico baseia-se na administração de antiinflamatório e analgésicos. No tratamento fisioterapêutico podem-se utilizar medidas como a crioterapia (analgesia), a termoterapia (estimulação da circulação, cicatrização e elasticidade tecidual), a eletroterapia (analgesia, fortalecimento muscular e cicatrização) e as técnicas manuais (fricções transversas, pompagens, alongamento para ganho de ADM, exercícios pendulares de Codman) (RUDGE,2001 ; KISNER; COLBY,1998 ; THOMSON et al 1994 ; KITCHEN; BAZIN,1998)

7 CONCLUSÃO

Com esta breve revisão, chama-se a atenção para algumas observações importantes a respeito das patologias abordadas, como o tempo de início da doença e o seu tratamento mais precoce possível, de grande valor na recuperação *total* do indivíduo, proporcionando melhores resultados. Um diagnóstico minucioso torna-se de extrema importância para o tratamento e a recuperação do indivíduo, tomando como base várias alternativas terapêuticas para analgesia e processo antiinflamatório da área lesada, como a administração de medicamentos analgésicos e antiinflamatórios; e a fisioterapia, fundamental em todas as fases da doença, para o restabelecimento dos movimentos, diminuição da dor e melhora da força muscular, possibilitando, com isso, o retorno mais rápido possível do paciente a suas atividades cotidianas, livre de qualquer impedimento.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, C. H.; MAZER, N.; CALIL, J. H. Síndrome do impacto do ombro: estudo comparativo dos resultados do tratamento cirúrgico pelas técnicas de Watson e de Neer. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 30, n. 10, p. 753-760, out. 1995.

CHECCHIA, S. L.; SANTOS, P. D.; Síndrome do impacto: tratamento cirúrgico. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 27, n. 1-2, p. 65-70, jan./fev. 1992.

CIPRIANO, J.; JAHN, W. **Manual fotográficos de testes ortopédicos e neurológicos**. 3. ed. São Paulo: Manole, 1999. 446p.

CLINISERV - Clínica de serviços médicos S/A, 2001. **LER**: lesão por esforço repetitivo. Disponível em: <http://www.cliniserv.com.br/dtrab.html> Acesso em: 20 nov. 2001.

DÂNGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1998. 671p.

DOWNIE, P. **CASH**, fisioterapia em ortopedia e reumatologia. São Paulo: Panamericana, 1987. 450p.

FERREIRA FILHO, A. A. et al. Tratamento conservador da síndrome do impacto – estudo baseado em 109 casos tratados no Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 167-169, jun. 1988.

GARDNER, E.; GRAY, D.; O'RAHILLY, R. **Anatomia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 815p.

GIORDANO, M. et al. Tratamento conservador da síndrome do impacto subacromial: estudo em 21 pacientes. **Acta Fisiatrica**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 13-19, abr. 2000.

GODINHO, G. G. et al. Artroscopia cirúrgica no tratamento da síndrome do impacto: nossa experiência em 100 casos cirúrgicos. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 30, n. 8, p. 540-546, ago. 1995.

HOPPENFELD, S. **Propedêutica ortopédica**: coluna e extremidades. São Paulo: Atheneu, 1999. 276 p.

KISNER, C.; COLBY, L. **Exercícios terapêuticos**: fundamento e técnicas. 3. ed.

São Paulo: Manole, 1998. 746 p.

KITCHEN, S.; BAZIN, S. **Eletroterapia de Clayton**. 10. ed. São Paulo: Manole, 1998. 350 p.

LAMAS, N. B. **Lesões por esforços repetitivos (LER)**: dossiê científico, 2001. Disponível em: <http://adm.if.usp.br/cipa/ler.htm> Acesso em: 20 nov. 2001.

LIPPERT, L. **Cinesiologia clínica para fisioterapeutas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. 301 p.

MOREIRA, C.; CARVALHO, M. A. **Noções práticas de reumatologia**. Belo Horizonte: Health, 1996. v.1.

PRZYSIEZNY, W. **Orto 3** – apostila da disciplina de fisioterapia em ortopedia e traumatologia da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2001.

ROTHSTEIN, J.; ROY, S.; WOLF, S. **Manual do especialista em reabilitação**. São Paulo: Manole, 1997. 928 p.

RUDGE, S. **L.E.R.** Disponível em: <http://www.callnet.com.br/ctorudge/ler.htm> Acesso em: 20 nov. 2001.

SANTOS, P. S. dos et al. Síndrome do impacto: resultados do tratamento cirúrgico. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 30, n. 9, p. 655-659, set. 1995.

THOMPSON, C.; FLOYD, R. **Manual de cinesiologia estrutural**. 12.ed. São Paulo: Manole, 1997. 232 p.

THOMSON, A.; SKINNER, A.; PIERCY, J. **Fisioterapia de Tidy**. 12. ed. São Paulo: Santos, 1994. 500 p.

A INFLUÊNCIA DO ESTADO NUTRICIONAL E DO CONSUMO DE FERRO DIETÉTICO NOS NÍVEIS DE HEMOGLOBINA DE IDOSOS ASSISTIDOS POR UMA UNIDADE DE SAÚDE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC

CARLA ANDREA RAMOS
Graduada em Nutrição pela Universidade do Vale do Itajaí – SC.
E-mail: cacandrea@bol.com.br

RESUMO

O envelhecimento, apesar de ser um processo natural, submete o organismo a diversas alterações anatômicas e funcionais, com repercussões nas condições de saúde e nutrição do idoso. Entre estas, pode estar a anemia ferropriva, carência nutricional de grande prevalência em todo o mundo, com maior incidência nos países em desenvolvimento. O presente estudo tem como objetivo avaliar a ocorrência de anemia ferropriva em idosos, bem como sua relação com o estado nutricional. A pesquisa foi realizada com 50 idosos, atendidos no Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) do município de Balneário Camboriú-SC. O estado nutricional foi avaliado por meio das variáveis peso e estatura, utilizando-se o Índice de Massa Corporal e a classificação de Lipschitz (1994). Além disso, foi avaliada a concentração de hemoglobina, pelo sistema HemoCue e aplicado um inquérito alimentar. Os resultados demonstraram que 64% dos idosos avaliados estavam com sobrepeso, 32% eutróficos e 4% desnutridos. O percentual de anemia ferropriva encontrado foi de 30% nos indivíduos estudados. Apesar de grande parte dos indivíduos apresentarem sobrepeso, o percentual de anemia ferropriva também foi elevado, o que aponta para a necessidade de maior investigação das doenças carenciais em idosos com distúrbios nutricionais. A implantação de programas de intervenção nutricional é essencial para a recuperação e/ou manutenção da saúde desses indivíduos.

Palavras-chave: idosos, anemia ferropriva, estado nutricional.

ABSTRACT

Aging, despite being a natural process, exposes the organism to several anatomic and functional alterations, which have repercussions in the health and nutritious conditions of the elderly. One of these repercussions might be the iron deficiency anemia, a common nutritious scarcity all over the world, mainly in developing countries. This study aims at evaluating the occurrence of iron deficiency anemia in elderly people, as well as its relation with the nutritional status. The research involved 50 aged people, who were observed at Núcleo de Atenção ao Idoso – NAI (Elderly Care Institute) in Balneário Camboriú – SC. The nutritional status was evaluated by measuring the variables weight and height, using the Body Mass Index and Lipschitz classification (1994). Besides this, the hemoglobin concentration was evaluated by the HemoCue system and a nutritional questionnaire. The results showed that 64% of the subjects were overweight, 32% were euthrophic and 4% presented malnutrition characteristics. The percentage of iron deficiency anemia was as high as 30%. Even though most of the subjects were overweight, the percentage of iron deficiency anemia was also high, what shows the need for more investigation on illnesses provoked by the lack of substances in the organism in elderly people with nutrition disturbances. The implementation of nutrition intervention programs is essential for the recuperation and/or maintenance of health in these people.

Key-words: elderly, iron deficiency anemia, nutritional status.

1 INTRODUÇÃO

A distribuição etária da população mundial tem apresentado visível alteração nas últimas décadas, em razão da expansão da expectativa de vida e do conseqüente aumento do número de idosos, o que representa novos desafios no campo da pesquisa nutricional (CAMPOS et al., 2000). O Brasil está passando por um processo de envelhecimento rápido e intenso, semelhante ao dos países desenvolvidos.

Em países em desenvolvimento, são considerados idosos indivíduos com 65 anos ou mais, e nos países desenvolvidos, aqueles com 60 anos ou mais. Porém o crescente número de pessoas ativas e sadias nesse grupo levou à necessidade de estratificações etárias mais específicas, criando grupos definidos entre a terceira idade: 65 a 75 anos são considerados "idosos jovens" e acima de 75 anos, "idosos velhos" (MAHAN ; ESCOTT-STUMP, 1995).

As modificações fisiológicas que ocorrem durante a vida e as influências ambientais são fatores significativos que contribuem para a deficiência dos micronutrientes, e esses fatores devem ser considerados, quando se definem as necessidades específicas do idoso.

A anemia por deficiência de ferro é tão comum no mundo que é encontrada, em todos os países, incluindo os industrializados. Os grupos populacionais mais vulneráveis a anemia ferropriva de qualquer natureza incluem, em ordem de prioridade: mulheres grávidas e lactentes, crianças (0-2 anos), crianças pré-escolares (2-6 anos), mulheres não grávidas em idade de procriação, idosos, adolescentes e homens adultos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Entre as carências nutricionais encontra-se a anemia ferropriva, causada principalmente pela deficiência de ferro. O ferro é um dos micronutrientes mais estudados e mais bem descritos na literatura, desempenhando importantes funções no metabolismo humano, tais como transporte e armazenamento de oxigênio, reações de liberação de energia na cadeia de transporte de elétrons, conversão de ribose e desoxirribose, co-fator de algumas reações enzimáticas e inúmeras outras reações metabólicas essenciais (COOK et al., 1992).

O reconhecimento do alto índice de anemia tem sensibilizado estudiosos dos problemas de saúde e nutrição, até então preocupados com nosologias mais ostensivas ou de efeitos mais notáveis, como a desnutrição energético-protéica, a deficiência de iodo e a hipovitaminose A. Mais recentemente, passou-se a valorizar a ocorrência das anemias nutricionais, como problema de importância epidemiológica relevante. Até então, devido à baixa eficácia do tratamento medicamentoso, o tema fora negligenciado, pois, pela pobreza de sintomas e elevada incidência de efeitos colaterais indesejáveis, houve pouca aderência às reco-

mendações terapêuticas (BATISTA FILHO ; FERREIRA, 1996).

São poucos os estudos que têm dado atenção às recomendações dietéticas de micronutrientes para pessoas idosas; quando eles existem, são extrapolados das recomendações diárias de adultos e jovens.

Desse modo, tornou-se necessário conhecer as necessidades nutricionais referentes ao grupo, para começar a avaliar sua problemática específica e enfrentar os desafios da pesquisa no campo de nutrição e envelhecimento, conforme as peculiaridades do país. Assim, o presente estudo teve como objetivo avaliar a anemia ferropriva e o estado nutricional da população idosa, atendida no Núcleo de Atenção ao Idoso de Balneário Camboriú/SC.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

As anemias nutricionais constituem um sério problema de saúde pública em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. Anemia nutricional é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como "um estado em que a concentração de hemoglobina do sangue é anormalmente baixa, em conseqüência da carência de um ou mais nutrientes essenciais, qualquer que seja a origem desta carência". Vários são os nutrientes cuja falta concorre para a instalação das anemias carenciais, porém o ferro é, entre eles, o mais importante, responsável por 90% delas (VANNUCHI et al., 1992).

O ferro é um nutriente essencial para todo o organismo vivo, sendo aproveitado em numerosas reações de óxido-redução, pois tem a propriedade de captar e perder elétrons de forma reversível. O ferro participa de processos vitais: no transporte de O2 do pulmão aos tecidos, na reserva muscular de oxigênio, nos sistemas que intervêm no metabolismo energético, nas sínteses de proteínas dos ácidos nucléicos e das mitoses celulares (SZARFARC et al., 1995).

A carência de ferro atinge, em maior ou menor grau, todas as células de um organismo vivo e se traduz por uma enfermidade sistêmica, com múltiplos sintomas, conforme os órgãos afetados (TABOADA, 1983). A regulação da absorção e a reciclagem eficiente das reservas corporais de ferro proporcionam o balanço desse mineral pelo organismo (MASSEY, 1992).

Quando a perda do mineral é maior que sua absorção, tem início o processo da deficiência de ferro. A deficiência sistêmica do ferro ocorre no organismo humano, de forma gradual e progressiva, resultando na anemia, que implica depleção grave dos estoques do mineral. A anemia é considerada a principal conseqüência da deficiência de ferro. Em sua fase mais avançada, está associada a sintomas clínicos como fraqueza, diminuição da capacidade respiratória e tontura. Mesmo na ausência de anemia, a deficiência de ferro pode acarretar distúrbios neurocognitivos (COOK et al., 1992 apud PAIVA et al., 2000).

O estágio final da carência de ferro está associado a um significativo

decréscimo na concentração de hemoglobina. Esse é, portanto, o parâmetro universalmente utilizado para definir anemia. Porém não possui boa especificidade e sensibilidade para avaliar o estado nutricional de ferro, uma vez que pode se encontrar alterado em condições de infecção e inflamação, hemorragia, hemoglobinopatias, desnutrição protéica-calórica, deficiência de folato e/ou vitamina B12, uso de medicamentos, desidratação, gestação e tabagismo. Além disso, a concentração de hemoglobina é limitada por uma ampla variabilidade de indivíduos, variando com o sexo, faixa etária e raça (PAIVA et al., 2000).

As principais causas das anemias ferroprivas são a ingestão reduzida de ferro e a sua baixa biodisponibilidade. Evidências demonstram que a quantidade de ferro potencialmente disponível nos alimentos depende não somente de quantidade de ferro presente, mas da natureza do ferro e da composição do alimento com a qual está sendo consumida (BAYNES ; BOTHWELL, 1987).

Os critérios indicados pela OMS para diagnosticar anemia baseiam-se na concentração de hemoglobina, considerando-se anêmicos homens, mulheres em idade fértil e gestantes com valores inferiores a 13 g/dL, 12 g/dL e 11 g/dL, respectivamente (PAIVA et al., 2000).

A World Health Organization (WHO), a anemia foi definida, como a concentração da hemoglobina abaixo de 7,5 mmol/l (120g/l) nas mulheres e abaixo de 8,1 mmol/l (130 g/l) em homens (IZAKS et al., 1999).

Em 1990, a Reunião de Cúpula de Nova York estabeleceu, pela primeira vez em instância internacional, o combate à anemia nutricional ferropriva, como uma das prioridades de nutrição na área de saúde (UNICEF, 1990 apud BATISTA FILHO ; FERREIRA, 1996).

Segundo Demaeyer; Adiels-tegman (1985), em uma meta-análise de 523 estudos relacionados a anemia, em diferentes grupos de idade, parece ter havido um maior interesse na análise do problema em crianças e mulheres, visto serem esses grupos mais vulneráveis a anemia. Nessa revisão sobre a prevalência da anemia no mundo, verificou-se que cerca de 30% dos indivíduos eram anêmicos, o que, em 1980, representava cerca de 1,3 bilhão de pessoas.

Segundo Viteri, et al. (apud BATISTA FILHO ; FERREIRA, 1996) as anemias nutricionais constituem o maior problema nutricional, estimando-se que 2 bilhões de pessoas, quase 40% da população mundial, apresentam carência de ferro ou níveis baixos de hemoglobina. Mesmo na Europa, 27 milhões de habitantes estariam nessa condição, estabelecendo uma situação de risco que inclui até famílias de renda média e elevada (BATISTA FILHO ; FERREIRA, 1996).

A anemia é um problema comum em idosos, mas sua história nessa faixa etária não é muito conhecida. Chernetsky, et al. (2002), realizaram estudo para determinar a prevalência de anemia em grande número de idosos hospitalizados, para diagnosticar a história e para analisar a correlação da anemia com o estado nutricional e funcional dos idosos.

A anemia em idosos se dá pela falta de recursos financeiros, solidão,

inapetência da alimentação, composta de café com leite, pão, sopas e normalmente sem ferro assimilável (BIASOLI, 2002).

Vários fatores limitam a efetividade das medidas propostas, tais como a pobreza do quadro sintomático das anemias, de forma que os pacientes se sentem pouco motivados a tratar de um problema do qual raramente se queixam e a longa duração do tratamento, por conseguinte, das queixas resultantes da própria terapia. Uma evidência nesse sentido seria o reconhecimento de que o uso de sais de ferro nas doses recomendadas resulta no aparecimento de efeitos colaterais em 15% a 20% dos pacientes. O resultado é uma baixa aderência dos usuários aos esquemas recomendados (BATISTA FILHO ; FERREIRA, 1996).

3 METODOLOGIA

A população envolvida na pesquisa foi os idosos atendidos no Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) do município de Balneário Camboriú/SC.

Os instrumentos utilizados para viabilizar o estudo foram os seguintes:

a) questionário fechado para coleta de dados antropométricos;

b) verificação de peso (kg): utilização da balança do local, com capacidade de 150kg. Os idosos foram avaliados com roupas leves e sem sapatos, na posição ortostática (em pé), no centro da plataforma da balança, procurando não se movimentar e mantendo-se ereto;

c) verificação da estatura (cm): foi utilizada a régua da balança de contrapeso marca Canaduva. Os idosos foram avaliados na posição ortostática, com os pés juntos, olhando para frente, sem fletir a cabeça e o topo da orelha, e com o ângulo externo do olho em uma linha paralela ao teto (plano de Frankfort);

d) índice de Massa Corporal (IMC): a partir dos dados coletados de peso e estatura foi determinado o IMC (kg/m2), o qual utiliza, como critérios diagnósticos, os pontos de corte proposto por Lipschtz (1994), que classifica em desnutrição (< 22), eutrofia (22-27) e obesidade (> 27);

e) verificação da circunferência abdominal (cm): utilização da fita métrica em centímetros, definida como a menor medida de uma circunferência no nível da cicatriz umbilical, no final do movimento expiratório; os idosos foram avaliados em posição ortostática.

f) verificação da circunferência do quadril (cm): utilização da fita métrica em centímetros, definida como o maior medida de uma circunferência no nível dos quadris e nádegas, os idosos foram avaliados em posição ortostática;

g) relação abdome/quadril (R A/Q): para o cálculo da relação R A/Q utilizam-se os valores obtidos dessas circunferências, e o resultado foi comparado com os valores propostos por OMS (1990), ou seja, menor que

0,9 para homens e menor que 0,8 para mulheres;
h) avaliação da concentração de hemoglobina: para diagnóstico da anemia foi utilizado hemoglobinômetro portátil (Sistema Hemo Cue), com o critério proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1991) (concentração de hemoglobina abaixo de 12 g/dl), mediante autorização dos pesquisados ou responsáveis;
i) Sistema HemoCue: o sistema para a dosagem de hemoglobina foi o sistema hemoCue, método no qual a hemoglobina é convertida em azino metahemoglobina, em uma curveta quimicamente preparada, e, então, medida fotometricamente a um comprimento de onda de 565 mm. Este tem sido utilizado em estudos populacionais devido a sua maior praticidade e menor característica invasiva, uma vez que a amostra de sangue necessária para a dosagem é pequena, obtida por meio de uma pequena incisão no dedo anular da mão esquerda, com agulha descartável de calibre fino. Além disso, o equipamento é leve, de fácil operacionalização, manuseio e transporte de campo.
j) inquérito alimentar 24 h: foi calculado pelo programa de apoio à nutrição desenvolvido pela Escola Paulista de Medicina, São Paulo (SP).
k) análise dos dados: os dados coletados na pesquisa foram analisados com auxílio dos programas Word 7.0 for Windows (na edição de texto), Excel 7.0 (na formatação de banco de dados e elaboração de gráficos).
l) a freqüência de idosos por classe de estado nutricional e adequação dos valores de hemoglobina e ferro foram analisadas por meio de tabelas de contingência, e a associação entre as classes testadas pelo teste do qui-quadrado. Foram verificadas as diferenças entre os valores médios de hemoglobina e ferro com relação ao estado nutricional, por meio da Análise de Variância, seguida pelo teste de Tukey, nos casos de significância. Em todas as análises foi adotado o nível de significância de 0.05.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta dos dados realizou-se no mês de junho de 2002, no NAI, com 50 pessoas de ambos os sexos, acima de 60 anos, dos quais, 62% do sexo feminino e 38% do sexo masculino.

Na figura 1 destaca-se o estado nutricional dos idosos em estudo; os resultados demonstraram que 64% dos idosos avaliados estavam com sobrepeso, 32% eutrofico e 4% desnutrido.

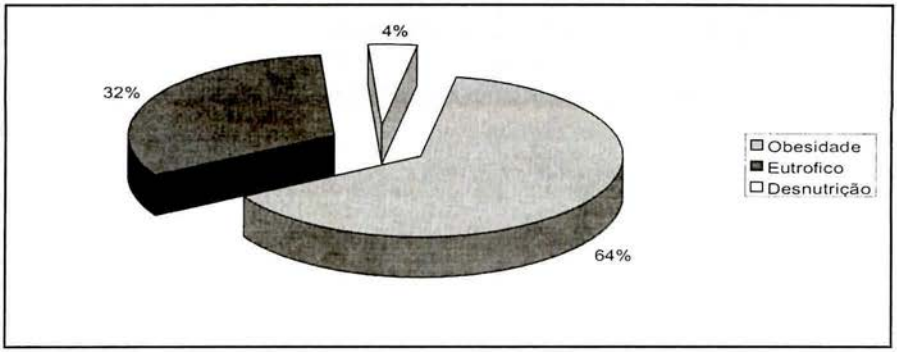

Figura 1 - Classificação do estado nutricional de idosos atendidos no Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) de Balneário Camboriú-SC, 2002.

A antropometria permite informações a respeito de armazenamento corporal de músculo e gordura. Ambos extremos, obesidade e emaciação estão relacionadas com os cuidados no idoso. Particularmente, a emaciação, quando associada a doenças e injúrias, aumenta o risco de morbidade e mortalidade (CHUMLEA et al., 1985).

Um estudo longitudinal do perfil antropométrico realizado no Rio de Janeiro, em 1989, demonstrou que a população rural e urbana apresentou prevalência de magreza em mulheres nas áreas rurais e sobrepeso mais freqüente em mulheres nas áreas urbanas, onde a renda é mais alta e há melhores condições de moradia. O resultado mostrou um problema nutricional maior em mulheres idosas (TAVARES; ANJOS, 1999).

Outro estudo avaliando os mesmos dados, em 152 idosos matriculados em ambulatórios de cardiogeriatria do InCor, demonstrou que 74 idosos apresentaram sobrepeso, 36 obesidade moderada, 39 eutrofia e 3 desnutrição. Concluindo que o alto índice de sobrepeso e obesidade constitui fator de risco para problemas cardiovasculares, entre outros, sendo de extrema importância o diagnóstico precoce, para a intervenção nutricional (REZENDE, 1997).

Em um estudo sobre o perfil dietético dos participantes do programa de prevenção e reabilitação de doenças crônicas degenerativas em Florianópolis, Santa Catarina, 61% encontravam-se com sobrepeso, e, entre as mulheres, isso foi predominante; também entre as mulheres foi significativa a relação cintura-quadril acima da média (45,45%) (DORNELLES et al., 1999).

Em relação ao percentual de anemia foi encontrado, em 30% da população estudada, como demonstra a figura 2. Não sendo encontrada associação significativa entre o estado nutricional e as classes de hemoglobina ($p=0.37$) ou ferro ($p=0.21$). Nos testes estatísticos foram eliminados os dois indivíduos classificados como desnutridos, tendo em vista sua baixa freqüência na amostra.

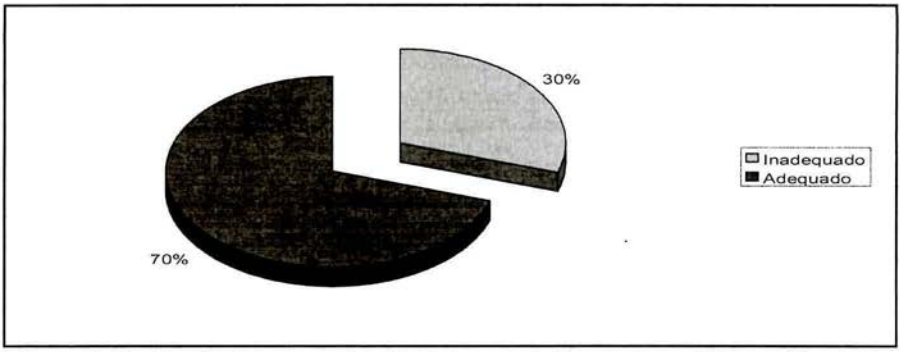

Figura 2 - Avaliação da concentração de hemoglobina entre os idosos atendidos no Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI) de Balneário Camboriú-SC, 2002.

No estudo realizado por Chernetsky et al. (2002), em idosos hospitalizados, 31,4% encontravam-se com anemia, na sua maioria anemia crônica (65,6%), não encontrando relação com o estado nutricional, sendo, na sua maioria, uma conseqüência de outras doenças crônicas.

Izaks et al. (1999) investigaram a associação entre a concentração de hemoglobina e a causa específica da mortalidade em idosos, durante um período de 10 anos (1986 a 1996). Constataram que o risco de mortalidade foi de 95% na mulheres com anemia e o mesmo índice para os homens. Em ambos os sexos, o número de mortalidade aumenta com mais baixa concentração de hemoglobina e ainda, a mortalidade por doenças malignas e infecciosas foi maior em idosos com anemia.

Com relação às diferenças entre os valores médios de hemoglobina e ferro nos estados nutricionais, a Análise de Variância (ANOVA) não encontrou diferença nas médias de hemoglobina ($p>0.15$). Os valores médios de ferro mostraram-se significativamente diferentes ($p<0.01$) entre idosos eutróficos e com sobrepeso.

Um estudo realizado sobre padrão dietético de pessoas acima de 80 anos, atendidos em ambulatório geriático de São Paulo, mostrou que a maioria dos idosos (60,4%) tinham algum tipo de restrição aos alimentos ingeridos durante o dia. Alegando motivos como "faz mal", "não tolera" e dificuldade para mastigar. Em relação ao ferro e ao selênio, alcançaram adequação de consumo superior a 100% em ambos os sexos (NOVAES et al., 1999).

No estudo de Dornelles et al. (1999), o consumo calórico e a contribuição dos macronutrientes na dieta estavam inadequados; 95% da amostra excedeu a cota de proteína recomendada. O trabalho vem reforçar a importância de uma alimentação orientada e balanceada para a manutenção de uma vida mais saudável, levando o idoso a adquirir uma melhor qualidade de vida.

5 CONCLUSÃO

Há algum tempo o envelhecimento populacional vem-se apresentando como questão relevante na realidade brasileira e tem preocupado estudiosos da área da saúde.

Considerando o crescente número de idosos, cada vez mais se tem despertado para a importância de estudos voltados para questão do envelhecimento, para definição de medidas que procurem minimizar problemas que incidem freqüentemente nessa população.

Por meio da avaliação dos resultados desse estudo, verificou-se hegemonia de sobrepeso entre mulheres e homens, fato que vem ao encontro de outros estudos de avaliação do estado nutricional no mesmo grupo etário.

Quanto ao processo de concentração de hemoglobina dos idosos, pôde-se avaliar um índice significativo de anemia na população em estudo, mas não se encontrou estatisticamente relação entre o estado nutricional, hemoglobina ou consumo de ferro da dieta.

Em relação às recomendações de ferro para idosos, quase não existem respostas, havendo uma necessidade de maiores estudos sobre a concentração de hemoglobina na senescência.

O envelhecimento é normal, progressivo e irreversível, mas pode ser atenuado pela escolha apropriada de alimentos, que auxilia no sentido de retardar as doenças da idade. A alimentação equilibrada é reconhecida como de fundamental importância para garantir boa saúde e qualidade de vida, principalmente para aqueles que ingressam na terceira idade.

REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, M.; FERREIRA, L. O. C. Prevenção e tratamento da anemia nutricional ferropriva: novos enfoques e perpesctivas**. Caderno Saúde Pública**, São Paulo, n.3, jul./set., 1996.

BAYNES, R. D.; BOTHWELL, T. H. Iron deficiency. **Annu. Rev. Nutr.**, v.37, n.9, 1987.

BIASOLI, I. A. Anemia ferropriva. Disponível em:<http://www.medstudents.com.br/artigo_conteu.asp?mnu=&esp=10regid> Acesso em: 15 de jun. de 2002.

CAMPOS, M. T. F. S.; MONTEIRO, J. B. R.; ORNELAS, A. P. R. C. Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. **Rev. Nutrição Campinas**, Campinas, v.93 n.13, set./dez., 2000.

COOK, J. D.; CBAYNES, R. D.; SKIKNE, B. S. Iron deficiency and the measuremente of iron status. **Nutr Res Rev**, v.5, 1992.

CHERNETSKY, A.; SOFER, O.; RAFAEL, C.; BEN-ISRAEL, J. Prevalence and etiology of anemia in an institutionalized geriatric population. **Harefuah**, v.141, n.7, p.591-594, jul. 2002.

CHUMLEA, W. C.; ROCHE, A. F.; STEINBAUGH, M. L. Estimating stature from knee height for persons 60 to 90 years of age. **J. Am. Geriatr. Soc**., v.33, p.116-120, 1985.

DEMAEYER, E.; ADIELS-TEGMAN, M. The prevalence of anemia in the word. **World Health Statistics Quartely**, v.38, 1985.

DORNELLES, C. A. S.; SALLES, R. K.; VIEIRA, A. M. Perfil dietético dos participantes do programa de prevenção e reabilitação de doenças crônicas degenerativas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO HUMANA,1., 1999, Gramado,RS. **Anais...**. Gramado,RS, 1999.

IZAKS, G. J.; WESTENDORP, R. G.; KNOOK, D. L. The definition of anemia in older persons. **JAMA**, v. 281, n.18, p.1714-1717, mar. 1999.

LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. **Nutrition in old age 21**, 1994.

MAHAN, L. K. ; ESCOTT-STUMP, S. **Alimentação, nutrição e dietoterapia**. 9.ed. São Paulo: Roca, 1995.

MASSEY, A. C. Microcytic anemia. Defferential diagnossis and management of iron deficiency anemia**. Med. Clin. North Am**, n.76, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Deficiência de ferro**. Disponível em: <www.saude.gov.br/programas/carrencias/epidemiologia/ferro.html> Acesso em: 25 maio 2002.

NOVAIS, V. L. S. S.; RONCADA, M. J.; ALENCAR, Y. M. G. PHILIPPI, S. T. Padrão Dietético de Idosos de 80 anos e mais, atendidos em ambulatório geriátrico. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO HUMANA,1., 1999, Gramado,RS. **Anais...**. Gramado,RS, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Lucha contra la anemia nutricional, especilamente contrra la carência de hierro.** Série de informes técnicos. Genebra, 1991.

PAIVA, A. A.; RONDÓ, P. H. C.; GUERRA-SHINOHARA. Parâmetros para avaliação do estado nutricional de ferro. **Revista Saúde Pública,** São Paulo, v.34, n.4, ago. 2000.

REZENDE, E. Avaliação antropométrica de idosos atendidos em ambulatórios de cardiogeriatria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO HUMANA E ENTERAL,12., 1997, São Paulo. **Anais....** São Paulo, 1997.

SZARFARC, S. C.; STEFANINI, M. L. R.; LERNER, B. R. Anemia nutricional no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v.9, 1995.

TABOADA, H. Rol Del hierro em la nutrición infantil – primeira parte. **Rev. Chil. Ped.**, v. 54, 1983.

TAVARES, E. L.; ANJOS, L. A. Antropometric profile of the elderly brazilian population: results of the national health and nutrition survey, 1989. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v.15, p.759 -768, 1999.

VANNUCCHI, H.; FREITAS, M. L. S.; SZARFARC, S. C. A prevalência de anemias nutricionais no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v.4, 1992.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Physical status**: the use and interpretation of antrhropometry. Genebra, 1995. (Report of a WHO Expert Committee).

OS MULTIPLICADORES DE RENDA E DE EMPREGO DO TURISMO PARA O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

MARIA SALETTE RODRIGUES DE MELLO
Graduada em Ciências Econômica, pela FACE – União da Vitória e Direito pela UEPG. Especialista em Economia Empresarial, pela UFSC e Gerência Contábil, pela FACEPAL. Mestre em Ciência Sociais Aplicadas, concentração em Economia. Professoria da FACE.
E-mail: salette@uvaol.com.br

RESUMO

Pode-se analisar o impacto econômico que o efeito de geração de renda e emprego provocará em toda a região de União da Vitória, com a implementação da atividade turística. Os mecanismos que geram os efeitos indiretos dos gastos turísticos são iniciados com os gastos efetuados pelos visitantes, que geram salários e renda para diversos setores envolvidos, de natureza bem diversificada, como hotéis, restaurantes, agências de viagens, empresas de transporte, empresas de entretenimento, comércio e uma série de outros ramos de produção de bens e serviços. O efeito multiplicador de renda de União da Vitória apresentou-se menor, se comparado com o de Brasil. Esse resultado é esperado, uma vez que a economia regional é muito mais aberta, ou seja, a propensão marginal a importar é muito elevada, tendo como conseqüência grande vazamento de renda para fora da região. O resultado da pesquisa de campo indica que, para maximizar e internalizar os efeitos multiplicadores de renda dos gastos de turismo, o município deverá adotar como estratégia a implantação de atividades complementares à atividade de turismo, evitando, dessa forma, que a demanda indireta seja ofertada por outras regiões. Pesquisou-se o potencial turístico de União da Vitória, na perspectiva da análise de seu inventário, avaliando-se os programas de turismo propostos e ainda analisando-se seu impacto na geração de emprego e renda da região. Portanto, o principal objetivo do presente trabalho é demonstrar a viabilidade da exploração do potencial turístico como meio de diversificar a economia regional, buscando, com isso aumento na geração de emprego e renda para União da Vitória.

Palavras-chave: turismo, emprego, renda

ABSTRACT

It is possible to analyze the economical impact that the effect of income and employment generation will provoke in União da Vitória, with the implementation of the tourist activity. The mechanisms that generate indirect effects of tourist expenses start with the expenses made by the visitors, who generate salaries and income for several different sectors, *like hotels*, restaurants, travel agencies, transport, entertainment, commerce, and many other lines of business. The income multiplying effect in União da Vitória is smaller when compared to Brazil as a whole. This result is expected, once the regional economy is much more open, that is, the marginal tendency to import is very high, having a great leak of income to other places. The result of the field research indicates that, in order to maximize and internalize the multiplying effects of the income of the touristy expenses, the town will have to adopt the strategy of implantation of complementary activities to the tourism activity, avoiding the offer of indirect demand by other regions. The touristy potential of União da Vitória was studied, in the perspective of the analysis of its inventory, evaluating the proposed tourism projects and also analyzing their impact in the generation of employment and income in the region. Therefore, the main aim of this paper is to show the feasibility of the exploration of the touristy potential as a means of diversifying the regional economy, trying to increase the volume of jobs and income in União da Vitória.

Key-words: tourism, employment, income.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo demonstra-se a aplicação do conceito de multiplicador do investimento da Teoria Geral de Keynes (RABAHY, 1990) ao setor de turismo do município de União da Vitória. Pretende-se, por meio da aplicação, quantificar os impactos sobre a geração de renda e emprego, para, a partir das informações obtidas, indicar os custos e benefícios a serem levados em conta na formulação de políticas públicas e na avaliação social de projetos.

Os multiplicadores de renda e de emprego foram selecionados por representarem os impactos direto e indireto do incremento do turismo sobre essas variáveis, que são cruciais do ponto de vista do desenvolvimento da cidade e da região.

2 O MULTIPLICADOR DE RENDA

Os efeitos do turismo sobre a renda não são apenas diretos, mas também indiretos. Esses efeitos são, ambos, englobados no valor do multiplicador. A equação que relaciona uma variação exógena nos gastos com turismo com a variação no nível de renda é:

$$\Delta Y = \frac{1}{1 - b + m + r} \Delta T = k.\Delta T$$

onde:
Y – nível de renda;
k - multiplicador;
b- propensão marginal a consumir;
m- propensão a importar;
r - propensão a arrecadar;
T- gastos dos turistas.

Dessa forma, uma vez estimadas as propensões marginais a consumir, a importar e a arrecadar de determinado município ou de certa região, é possível prever o efeito global, direto e indireto, sobre o nível de renda, D**Y**, devido a uma variação nas receitas do setor de turismo igual a D**T** .

A última equação pode ser modificada para representar a variação percentual do nível de renda, como segue:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = k\frac{\Delta T}{Y} = k\frac{\Delta T}{T}\frac{T}{Y} = k\left(\frac{T}{Y}\right)\frac{\Delta T}{T}$$

Como se pode observar, a variação percentual do nível de renda, devida a uma variação percentual nas receitas do setor de turismo de certo município ou de certa região, depende da magnitude do multiplicador e da importância relativa do setor turismo.

3 O MULTIPLICADOR DE EMPREGO

No Brasil, o setor turismo vem atraindo, de forma crescente, a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis pelo planejamento e pelas políticas públicas, principalmente por se tratar de um setor com grande vocação para a geração de empregos diretos e indiretos, o que, por si só, já constitui efeito relevante em termos de política econômica.

A indústria do turismo tem impacto direto sobre 52 segmentos da economia, sendo responsável pelo emprego de 1 trabalhador em cada 11 da População Economicamente Ativa – IPEA (MELLO, 1999).

Destaque-se, ainda, o fato de que, para cada US$ 15 mil investidos no setor turismo, gera-se, em média, um novo emprego, indicando, portanto, uma relação capital-trabalho muito inferior à observada para a grande maioria dos outros setores (SAAB, 1999).

A metodologia para a estimativa do multiplicador de emprego pressupõe uma classificação do emprego total em básico e não-básico, de acordo com a Teoria da Base Econômica. São considerados básicos os empregos gerados pelas atividades relativamente exportadoras, e não-básicos os advindos das atividades preponderantemente dedicadas a atender às necessidades internas.

De acordo com a Teoria da Base Econômica, as variações no nível de renda de certa região resultam de variações no nível das exportações, como segue:

$$\Delta Y = \frac{1}{1-w}\Delta X$$

onde **w** é a propensão marginal ao dispêndio (consumo e investimento) com produtos da própria região.

Uma vez identificadas as atividades relativamente exportadoras, geradoras dos empregos básicos, o multiplicador de emprego pode ser obtido por:

$$K_e = \frac{1}{1-\rho}$$

onde r representa a porcentagem do emprego não básico.

Dessa forma, a variação total do emprego pode ser estimada como:

$$\Delta E = \frac{1}{1-\rho}\Delta E_B = K_e \Delta E_B$$

Onde:
DE – variação total do emprego
$\mathbf{DE_B}$ – variação do emprego básico

4 METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES E LEVANTAMENTO DE DADOS

Em princípio, não existiriam justificativas fortes para se admitir diferenças pronunciadas entre as propensões marginais a consumir e a arrecadar do município de União da Vitória e do Brasil. Por outro lado, a propensão marginal a importar e a porcentagem do emprego no setor básico certamente diferem muito quando se considera, alternativamente, um município e a economia brasileira em conjunto.

Como conseqüência, para o cálculo dos multiplicadores de renda e emprego, tornou-se necessário obter estimativas da propensão marginal a importar e da porcentagem do emprego não básico para o município de União da Vitória.

Com esse objetivo, foram entrevistados 30 executivos de empresas de diversos setores, aos quais foram formuladas as seguintes perguntas:

1) Qual o percentual das despesas de consumo e de investimento da região de União da Vitória, o(a) senhor(a) estima que é atendido com produção da própria região?

2) Qual o percentual de trabalhadores da região de União da Vitória que o(a) senhor(a) estima que trabalhe para produzir produtos que são exportados?

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

As propensões marginais a consumir e a arrecadar para a economia brasileira foram estimadas com base em dados do PIB, do Consumo Agregado e da Arrecadação Total de Impostos, obtidos da Fundação Getúlio Vargas, para o período de 1991 a 1998, conforme o Quadro 1.

IDENTIFICAÇÃO	BRASIL	UNIÃO DA VITÓRIA
Propensão marginal a consumir (b)	0,860	0,860
Propensão marginal a importar (m)	-.-	0,552
Propensão marginal a arrecadar (r)	0,086	0,086

Quadro 1 – Propensões marginais para a economia brasileira e para a região de união da vitória. Fonte: FGV.

Além disso, considerando-se que a estimativa da parcela do emprego no setor não básico da economia de União da Vitória é 73%, tem-se a participação do emprego básico como 17%.

Utilizando-se, então, as fórmulas anteriormente apresentadas, puderam ser calculados os multiplicadores de renda e de emprego, como mostra o quadro 2.

ABRANGÊNCIA	MULTIPLICADOR DE RENDA	MULTIPLICADOR DE EMPREGO
Brasil	2,85	5,56
União da Vitória	1,29	3,70

Quadro 2 - Multiplicadores de renda e de emprego para a economia brasileira e para o município de união da vitória FONTE: Dados referentes ao Brasil: FIPE, 1984, p.56-57.

Esses resultados estão de acordo com o que se poderia esperar: o multiplicador de renda é muito menor do que o da economia brasileira, devido à simplicidade da estrutura produtiva do município e à sua relativamente elevada propensão marginal a importar; o multiplicador de emprego situa-se abaixo do nível nacional, em função da elevada proporção do emprego no setor não básico da economia do município.

Outra estimativa da geração de emprego pelo turismo, obtida a partir da adoção da matriz de *input-output*, também efetuada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) , que considerou apenas os setores de alojamento e de alimentação, revela resultados positivos. O turismo situa-se no primeiro quartil (entre os primeiros 25%), na escala dos principais geradores de emprego (RABAHY, 1990, p.62-63).

Esses resultados mostram a conveniência de políticas orientadas para o desenvolvimento de atividades complementares à atividade de turismo, no sentido de reter na economia do município a maior parcela possível do efeito gerado pela demanda ao setor de turismo, evitando, dessa forma, que a demanda indireta seja suprida por produtores de outras regiões.

Por outro lado, o multiplicador de emprego confirma o enorme potencial do setor e o caracteriza como prioritário do ponto de vista social.

REFERÊNCIAS

MELLO, Nilson. Aposta no turismo receptivo. **Revista do Turismo**, Curitiba, n.1, p.6-7, set. 1999. Edição Especial.

MULTIPLICADORES de renda e emprego para o Brasil. **FIPE**, São Paulo, p.56-57, 1984.

RABAHY, Wilson A. **Planejamento do turismo**: estudos econômicos e fundamentos econométricos. São Paulo : Loyola, 1990.

SAAB, Wilian G. Lopes. Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil. **BNDES**, n.10, p.285-312, set. 1999.

NÍVEIS DE APTIDÃO FÍSICA DOS ÁRBITROS DE ELITE DO PARANÁ CREDENCIADOS PELA CBF

ALBERTO INÁCIO DA SILVA
Graduado em Educação Física pela PUCPR. Especialista em Ciência do Esporte Medicina Desportiva, Treinamento Desportivo e Fisiologia pela UFPR. Mestre em Metodologia do Treinamento Desportivo pelo Instituto Superior de Cultura Física "Manuel Fajardo" CUBA. Professor do curso de Educação Física da FACE e UNIGUAÇU. Árbitro da Federação Paranaense de Futebol
E-mail: albertoinacio@bol.com.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo determinar o nível de aptidão física dos árbitros de elite da Federação Paranaense de Futebol (FPF) por meio da bateria de testes utilizados pela FIFA. A amostra deste estudo foi constituída por 16 árbitros da FPF, pertencentes ao quadro nacional, isto é, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que se apresentaram à Comissão de Avaliação da Aptidão Física da FPF, para submeter-se às provas de aptidão física da temporada de 2000. Todos eram do sexo masculino, apresentavam idade média de 34,5±4,8 anos, estatura de 177,8±7,4 cm, e massa corporal de 78,7±8,0 kg. A bateria padrão da FIFA era constituída de: 2 piques de 50 metros, 2 piques de 200 metros e uma corrida de 12 minutos (teste de COOPER). Em média, o árbitro paranaense leva 6,81±0,31 s para percorrer os 50 metros. O tempo médio dos árbitros paranaenses no pique de 200 metros foi de 28,85±1,57 s. Já a média obtida durante a corrida de 12 minutos foi de 2956 ± 90,69 metros.

Palavras-chave: árbitro de futebol, aptidão física, testes físicos.

ABSTRACT

The purpose of this study was to determine the fitness level of the elite referees of the Football Federation of Paraná (FPF), using the FIFA tests set. The sample of this study was composed by all referees of the FPF, that submitted themselves to the commission of Fitness Evaluation of the FPF, for submitting to the physical examinations of the 2000 season. All of them were males, presented an average of 34.5 ± 4.8 years of age, height of 177.8 ± 7.4 cm, and corporal mass of 78.7 ± 8.0 kg. The set pattern of FIFA is constituted by: two running of 50 m, two running of 200 m and one of 12 minutes (jogging). On average, Paraná's referees cover 50 m in 6,81 ± 0,31 s. The average time of Paraná's referees in the running of 200 m was 28,85 ± 1,57 s. The mean obtained during the race of 12 minutes was 2956 ± 90,69 m.

Key-words: football referee, fitness, physical tests.

1 INTRODUÇÃO

A Confederação Brasileira de Desportos(CBD) (1978), cita que, em 1868, em uma das várias modificações que sofreu o futebol até hoje, surge o árbitro. Mas só 1881 aparece, definitivamente, essa figura tão importante para o futebol, comenta Antunes (19--). Este dirigia as partidas de futebol sem uma regra que estipulasse quais eram seus direitos e deveres. O árbitro só intervinha em uma jogada, quando alguém de uma das equipes reclamava. Segundo Antunes (19--), em 1890 surge o árbitro por meio da regra, que regulamentava a sua função em campo; em 1891 houve uma revisão completa do código, dando ao árbitro dois assistentes, que, ao contrário do árbitro, já surgem com suas funções determinadas.

No início, o árbitro não utilizava apito para parar uma jogada, de acordo com a CBD (1978), ele apenas gritava para que os jogadores parassem, quando entendia ter sido cometida uma falta. Comenta Duarte (1997), que, somente em 1878, o apito começou a ser usado e isso aconteceu no Nottingham Forest Ground.

O árbitro é tão importante para o futebol, que sem ele não pode ocorrer uma partida (Internacional Football Association Board, 2002). Na realidade, para uma partida ser conduzida com eficiência, deverão estar presentes no campo de jogo, no mínimo, três árbitros, isso porque um atuará como árbitro principal (aquele que apita a partida) e os outros dois atuarão como árbitros assistentes, conhecidos popularmente como bandeirinhas.

Por muito tempo, o árbitro de futebol foi considerado uma figura secundária no futebol. Com o passar dos anos, observou-se que o árbitro é a pessoa que realmente pode decidir uma partida. O árbitro é tão importante para esse esporte, que uma decisão equivocada pode retirar de um campeonato uma equipe que investiu milhões de dólares na compra e preparo de jogadores, restando-lhe esta apenas lamentar.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Devido à importância do árbitro para o futebol, a comunidade cientifica passou a investigá-lo nos últimos anos e a publicar trabalhos que possam tanto fundamentar a razão de sua importância, como fornecer dados para melhor prepará-lo. Entre esses trabalhos, encontram-se os de Ekblom (1994), que descrevem as ações motoras desenvolvidas pelos árbitros durante a partida de futebol, sem determinar as distâncias percorridas em cada ação motora. Outros autores descreveram as ações motoras do árbitro de futebol durante a partida, dando as respec-

tivas distâncias percorridas em cada uma (CATTERALL et. al., 1993; JOHNSTON; MCNAUGHTON, 1994; SILVA; RODRIGUEZ-AÑEZ, 1999).

Rontoyannis et al. (1998) estudaram os parâmetros antropométricos e funcionais (acuidade visual, condicionamento físico e habilidades mentais) dos árbitros de futebol.

Rodrigues-Añez e Silva (2001) descreveram a freqüência cardíaca e a intensidade da atividade física do árbitro e do árbitro assistente durante o transcorrer de uma partida. Já Silva e Rodriguez-Añez, (2002) desenvolveram um trabalho sobre as ações motoras do árbitro assistente durante o transcorrer de uma partida de futebol.

Visando melhorar o rendimento dos árbitros, o treinamento físico deverá ser cada vez mais específico. Para isto, faz-se necessário conhecer o maior número de variáveis que possam auxiliar na elaboração do programa de treinamento, devido à crescente utilização de exercícios que transferem os seus efeitos para o esporte que se está treinando. Essas variáveis são investigadas avaliando-se os resultados de testes de aptidão física.

Para Kiss (1987, citado por FARINATTI ; MONTEIRO, 1992), a avaliação é um importante recurso que possibilita conhecer a situação e o desenvolvimento de determinado sistema energético, sendo a principal forma de retroalimentação do programa. Logo, conclui que a avaliação é um meio e não um fim em si mesma. Contudo, a avaliação de qualquer processo é uma tarefa muito difícil, pois requer conceitos bem definidos. Os testes de aptidão física diferenciam-se dos exames médicos, porque estes últimos servem para diagnosticar a condição de saúde ou doença de um indivíduo e para prever seu risco para desenvolver determinada patologia, enquanto as avaliações de aptidão física servem para classificar as pessoas segundo sua aptidão física (POLLOCK ; WILMORE, 1993). Segundo Astrand ; Rodahl (1980), o uso desses testes pelos profissionais de Educação Física pode ser justificado do ponto de vista pedagógico e psicológico, já que os resultados permitem a avaliação objetiva de qualquer progresso. Os resultados de uma bateria de testes servem para verificar o potencial e a debilidade do atleta, determinando assim a sua condição preliminar, durante e após o treinamento. Isso permite verificar se o programa está alcançando os objetivos traçados e, ao final, concluir quanto o atleta ganhou com o treinamento. Além de servir ao diagnóstico do nível de rendimento do atleta, esses dados podem ser empregados para estimular o seu interesse pelo treinamento (ASTRAND; RODAHL, 1980; POLLOCK; WILMORE, 1993; EISSMANN, 1996).

Assim como houve uma grande evolução no treinamento esportivo, ocorreu também uma grande evolução nas formas de medir os resultados obtidos durante um programa de treinamento. Para Farinatti ; Monteiro (1992 p.193) "a medida é uma determinação de grandeza que se constitui no primeiro instrumento para obter informação sobre algum dado pesquisado". Mathews (1980, citado por FARINATTI; MONTEIRO 1992), enfatizou que medidas objetivas como a força e a

velocidade são simples e diretas, produzindo freqüentemente resultados mais confiáveis do que aquelas que envolvem a personalidade, a inteligência e as atitudes.

O objetivo deste trabalho foi verificar os níveis de aptidão física do árbitro paranaense pertencente ao quadro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

3 MATERIAL E MÉTODOS

A população deste estudo foi constituída por árbitros da Federação Paranaense de Futebol (FPF) que pertencem ao quadro da Confederação Brasileira de futebol (CBF) que se apresentaram à Comissão de Avaliação da Aptidão Física da FPF, para submeter-se às provas de aptidão física da temporada de 2000. A amostra foi constituída de 16 árbitros, todos do sexo masculino, apresentavam idade média de 34,5±4,8 anos, estatura média de 177,8±7,4 cm, e massa corporal média de 78,7±8,0 kg. O número total de avaliados correspondeu a 100% da população dos árbitros credenciados pela CBF no Paraná. Os árbitros foram divididos em dois grupos, sendo oito em cada um, pois oito eram credenciados para atuar como árbitro e o restante como árbitro assistente.

As provas utilizadas são as recomendadas pela Federação Internacional de Futebol Association (FIFA) até a presente data, para avaliação da aptidão física de árbitros de futebol. A bateria era constituída de: 2 piques de 50 metros, 2 piques de 200 metros e uma corrida de 12 minutos (teste de COOPER). Estas provas foram aplicadas na seguinte ordem: primeiramente, 2 piques de 50 metros; depois, 2 piques de 200 metros, seguidos da corrida de 12 minutos. As provas foram realizadas em uma pista de atletismo, sendo utilizados cronômetros da marca Technos, modelo Cronus, para mensuração dos tempos em cada prova.

Cada prova foi considerada eliminatória, isto é, o árbitro reprovado em alguma prova não podia continuar a avaliação. O tempo máximo estabelecido pela FIFA para a corrida de 50 metros é de 7,50 s e para a de 200 metros, de 32 s. Já a distância mínima estabelecida para a corrida de 12 minutos é de 2700 metros. O árbitro que, por exemplo, não obtivesse o índice mínimo na primeira corrida de 50 metros, já era eliminado dos testes. As provas foram realizadas no período matutino.

Os resultados dos testes são reportados como valores médios com o respectivo desvio padrão e as diferenças nos valores médios foram avaliadas utilizando-se análise de variância (ANOVA) modelo inteiramente casualizado, seguido do teste de TUKEY para identificação das diferenças entre os pares de médias estatisticamente significantes. Os dados foram considerados estatisticamente para significante, quando a probabilidade da ocorrência de hipótese nula for menor que 0,05.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro teste ao qual o árbitro era submetido foi o da corrida de 50 metros. Para essa prova, o tempo máximo é de 7,50 s. O tempo médio dos árbitros foi de 6,81±0,31 s (n=16). Esse tempo está abaixo da média de 7,09 s obtida por 52 árbitros que participaram do concurso da União das Associações Européias de Futebol (Uefa) para novos árbitros da FIFA, em 1995 (EISSMANN, 1996). Em média, os árbitros da Uefa percorriam a primeira corrida de 50 metros em 7,12 s e a segunda em 7,07 s, e os árbitros paranaenses apresentaram um tempo médio de 6,81 ± 0,38 s na primeira corrida e de 6,86 ± 0,27 s na segunda. Quando se compara o tempo médio obtido durante o primeiro pique de 50 metros com o segundo não há diferença significativa (p>0,05).

Quando se analisa em separado, os tempos obtidos pelos árbitros e pelos árbitros assistentes da CBF, na prova de velocidade, constata-se que os árbitros apresentam um tempo melhor nessa prova. O tempo médio do árbitro na primeira corrida de 50m foi de 6,74 ± 0,40, contra 6,89 ± 0,32 obtido pelos árbitros assistentes, mas estatisticamente essa diferença não é significativa (p>0,05). Já o tempo médio da segunda corrida de 50m foi de 6,74 ± 0,33 obtida pelos árbitros, contra uma média de 6,86 ± 0,17 apresentada pelos árbitros assistentes. Quando se comparam estatisticamente essas duas médias, não existe uma diferença significativa (p>0,05). Esta melhor marca apresentada pelos árbitros colabora para que esse profissional esteja mais próximo da bola, no momento que tenha que analisar uma jogada. O árbitro percorre uma distância superior a 9 km (SILVA ; RODRIGUEZ-AÑEZ, 1999; CATTERALL et al. 1993; ASAMI ; TOGARI ; OHASHI, 1988; JOHNSTON ; MCNAUGHTON, 1994; KRUSTRUP ; BANGSBO, 2001) durante o jogo, em uma área média de 8.250 m2. Já o árbitro assistente desloca-se, em média, 6.900 metros durante uma partida (SILVA ; RODRIGUEZ-AÑEZ, 2002) em linha reta, por uma distância média de 60 metros. Como o desgaste físico do árbitro durante uma partida é superior ao do árbitro assistente maior, este deve apresentar melhores resultados durante os testes, pois de acordo com Eissmann (1996), Catagna ; D'ottavio (2001) e Silva (2002), um dos principais fatores para uma boa arbitragem é a preparação física.

A segunda prova aplicada da bateria de testes da FIFA foi a corrida de 200 metros. Essa prova só é realizada pelos árbitros da CBF, isto é, os árbitros que são indicados para atuar como árbitros assistentes não necessitam fazer essa prova. Essa prova possui características de uma prova anaeróbica láctica, isso porque durante a sua realização, há um aumento do nível do lactato sangüíneo, principalmente em pessoas que participaram de um programa de treinamento inespecífico.

O tempo médio gasto nos 200 metros foi de 28,85 ± 1,57 s, (n=8), tempo inferior ao dos árbitros que participaram do concurso da Uefa, os quais apresenta-

ram um tempo médio de 29,17 s. O tempo médio destes árbitros na prova de 200 metros foi de 29,08 s, para o primeiro pique e de 29,26 s para o segundo (EISSMANN, 1996). Já o primeiro pique dos árbitros paranaenses foi em média 28,10 ± 1,56 s, e o segundo em 29,59 ± 1,77 s. Ao contrário das corridas de 50 metros, a diferença de tempo entre a primeira e a segunda corrida de 200 metros aumentou. Essa redução no desempenho físico ocorre devido a um aumento na concentração de lactato sangüíneo durante a prova. O aumento dessa substância no organismo provoca uma redução na capacidade de realizar trabalho, gerando uma diminuição do pH. Isso leva a uma modificação na transmissão neuromuscular e na resposta do músculo à acetilcolina, e a uma redução da capacidade à tensão tetânica das fibras musculares tônicas e das atividades enzimáticas dos tecidos (FOX ; BOWERS ; FOSS 1991; MISHCHENTO ; MONOGAROV, 1995 ; RON MAUGHAN; GLEESON ; GREENHAFF, 2000).

O teste de Cooper é o último da bateria de testes da FIFA e consiste em correr ou andar ininterruptamente por 12 minutos. O deslocamento médio durante essa teste foi de 2.956,88 ± 90,69 metros (n=16). Eissmann (1996) observou que 80% dos árbitros que participaram do concurso da Uefa, em 1995, percorreram, durante o teste de Cooper, uma distância de 2.900 a 3.200 metros. Embora a média dos árbitros paranaenses tenha sido de 2.956 metros durante esse teste, apenas 56% dos árbitros paranaenses percorreram entre 2.900 e 3.200 metros, sendo essa uma freqüência muito inferior à obtida pelos árbitros da Uefa.

Os árbitros assistentes apresentaram possuir uma capacidade aeróbica maior que a dos árbitros. A distância média percorrida pelos árbitros assistentes durante o teste de Cooper, foi de 3.030,0 ± 90,69 metros, contra uma distância de 2.883,75 ± 138,29 metros dos árbitros. Essa diferença é estatisticamente significativa ($p<0,05$). Como comentado anteriormente, o árbitro se desloca mais que o árbitro assistente, então deveria apresentar uma capacidade cardiorespiratória maior que este, para poder apresentar-se melhor durante uma partida de futebol.

De acordo com Silva (2002), quando o árbitro paranaense termina de executar os testes de velocidade e resistência à velocidade, apresenta uma concentração de lactato na corrente sangüínea de 4,17 mmol/litro, em média. Isso colabora para um baixo rendimento no teste de Cooper. Para Farinatti ; Monteiro (1992) e Mazza (1997), normalmente, há uma concentração de lactato no sangue ao redor de 1 mmol/litro, o que equivale a 9 mg por 100 ml de sangue. De acordo com Sjodin; Jacobs (citados por MADER et al. ,1976, KINDERMANN ; SIMON ; KEUL, 1979 e BATTISTELLA, 1994), um limiar anaeróbico (umbral lactácido) corresponde a uma concentração de lactato no sangue de 4 mmol/litro. Nesse ponto, o sistema anaeróbico supera o aeróbico na produção de energia. Como a grande maioria dos árbitros se apresenta para realizar os testes físicos sem uma preparação física adequada, esse elevado nível de lactato acaba prejudicando-os durante o teste de Cooper. A má preparação física dos árbitros já foi observada por outros estudiosos. Em um estudo que houve com o objetivo de analisar as condi-

ções e fatores que podem causar reações de estresse psíquico nos árbitros de futebol, Samulski, Noce e Costa (1999) concluíram que a preparação física inadequada é o fator mais estressante para o árbitro de futebol.

5 CONCLUSÃO

O tempo médio dos árbitros do quadro da CBF pertencentes à FPF na prova de 50 metros foi melhor que os obtidos pelos árbitros da Uefa, em 1995. Os árbitros da CBF apresentaram um tempo melhor nessa prova que os árbitros assistentes dessa mesma entidade, o que colabora para uma melhor apresentação durante uma partida de futebol.

Quando os tempos do primeiro e segundo piques nos 200 metros são comparados aos obtidos pelos árbitros da Uefa, observa-se um desempenho melhor por parte dos árbitros brasileiros no primeiro pique. Mas uma queda menor entre os valores dos piques nos árbitros da Uefa, o que pode ser atribuído a uma melhor preparação física. O aumento acentuado no tempo do segundo pique de 200 metros dos árbitros brasileiros é um referencial da má preparação física destes, que não treinam para esse tipo de prova.

De acordo com Krustrup e Bangsbo (2001), a cada 4,3 segundos, o árbitro muda sua ação motora durante o jogo, realizando em média 1268 atividades diferentes no transcorrer da partida. Para Catterall et. al. (1993) essa mudança ocorreria a cada 6 segundos. Para uma atividade física dessa magnitude, realizada num período de 90 minutos, o árbitro deveria apresentar uma capacidade cardiorrespiratória maior que a apresentada neste estudo, devido a sua importância e responsabilidade na condução de uma partida de futebol.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. **Regras de futebol**. São Paulo: Cia Brasileira Editora, [19—].

ASAMI, T. ; TOGARI, H. ; OHASHI, J. Analysis of movement patterns of referees during soccer matches . In: REILLY, T. ; LEES, A. ; DAVIDS, K. ; MURPHY, W.J.(Eds). **Science and Football**. London : E& E N. Spon, 1988. p.341-345.

ASTRAND, P. ; RODAHL, K. **Tratado de fisiologia do exercício**. Rio de Janeiro: Interanericana, 1980.

BATTISTELLA, L. R., et al. Condicionamento físico do atleta ao transplantado. In: KOYAL, S. N. **Limiar anaeróbico**: revisão do atual conceito e troca láctica durante exercício. São Paulo : Sarvier, p.13 – 27, 1994.

CASTAGNA, C. ; D'OTTAVIO, S. Effect of maximal aerobic power on match performance in elite soccer referees. **J. Strength Cond. Res.** , Itália, v.15, n.4, p.420-425, 2001.

CATTERALL, C. ; REILLY, T. ; ATKINSON, G. ; COLDWELLS, A. Analysis of the work rates and heart rates of association football referees. **J. Sp. Med.**, Inglaterra, v.27, n.3, p.193-196, 1993.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS. **Regras do futebol**. Rio de Janeiro: Palestras Edições, 1978.

DUARTE, O. **Futebol**: história e regras. São Paulo: Makron Books, 1997.

EISSMANN, H. J. **El árbitro de fútbol**. Madrid: Editorial Gymnos, 1996.

EKBLOM, B. **Football (soccer)**. London: Blackwell Scientific, 1994.

FARINATTI, P. T. V. ; MONTEIRO, W. D. **Fisiologia e avaliação funcional**. Rio de Janeiro: Sprint, 1992.

FOX, E. L. ; BOWERS, R. W. ; FOSS, M. L. **Bases fisiológicas da educação física e dos desportos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

INTERNACIONAL FOOTBALL ASSOCIATION BOARD. **Regras do jogo**. Suíça: FIFA, 2003.

JOHNSTON, L. ; MCNAUGHTON, L. The physiological requirements of soccer refereeing. **J. Sci Med Sport**, Austrália, v.26, n.3/4, p.67-72, 1994.

KINDERMANN, W. ; SIMON, G. ; KEUL, J. The significanse of the aerobic-anaerobic transition for the determination of work load intensities during endurance training. **Europ J. Appl. Physiol.** n.42, p.25-34, 1979.

KRUSTRUP, P. ; BANGSBO, J. Physiological demands of top-class soccer refereeing in relation to physical capacity: effect of intense intermittent exercise training. **Journal of Sports Sciences**, n.19, p.881-891, 2001.

MADER, A. ; LIESEN, H. ; HECK, H.; PHILIPPI, H. ; ROST, R. ; SCHURCH, P. Zur beurteilung der sportart spezifischen ausdauerleistungsfahigkeit im labor. **Sportarzt Sportmed,** n.27, p.80-88,109-112, 1976.

MAZZA, J. C. Acido Láctico y ejercicio. I / Actualización en Ciência del Deporte. II **Journal of Actualization on Sports Sciences**, Argentina, v.5, n.14, 1997.

MISHCHENKO, V. S. ; MONOGAROV, V. D. **Fisiologia del deportista**. Barcelona: Paidotribo, 1995.

POLLOCK, M. L. ; WILMORE, J. H. **Exercício na saúde e na doença.** 2.ed. São Paulo: Medsi,1993.

RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R. ; SILVA, A. I. A freqüência cardíaca e a intensidade da atividade física do árbitro durante a partida de futebol. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 16., Foz do Iguaçu,PR, 2001. p.143 – 148.

_____;_____. A freqüência cardíaca e a intensidade da atividade física do árbitro assistente durante a partida de futebol. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTES DO SUL DO BRASIL, 13., Ponta Grossa,PR, 2001. p.154 – 159.

RON MAUGHAN, M. G. ; GLEESON, M. ; GREENHAFF, P.L. **Bioquímica do exercício e do treinamento**. São Paulo: Manole, 2000.

RONTOYANNIS, G. P. ; STALIKAS, A. ; SARROS, G. ; VLASTARIS, A. Medical morphological and functional aspects of greek football referees. **J. Sports Med. Phys. Fitness**, n.38, p.208-214, 1998.

SAMULSKI, D. M. ; NOCE, F. ; COSTA, E. G. Análise do estresse psicológico do árbitro: um estudo comparativo entre futebol e voleibol. **Revista da APEF**, Londrina, v.14, n. 1, p. 13-28, 1999.

SILVA, A. I. ; RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R. Ações motoras do árbitro assistente de futebol durante a partida. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v.10, n.1, p.29-34, 2002.

_____;_____. Ações motoras do árbitro de futebol durante a partida. **Treinamento Desportivo**, Londrina, v. 4, n.2, p. 5-11, 1999.

NOTÍCIAS, AGENDAMENTO E MERCADORIAS

DELBRAI AUGUSTO SÁ
Graduado em Administração, pela FACE. Especialista e Mestrando em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná. Coordenador do curso de Relações Públicas e professor do Departamento de Comunicação Social da FACE.
E-mail: delbrai@twin-net.com.br

RESUMO

O artigo em questão objetiva demonstrar, por meio do filme "A Montanha dos Sete Abutres" ("The Big Carnival"), como se manifesta e como se aplica, a hipótese do *agenda setting* na mídia impressa e as danosas conseqüências que tal teoria propicia à ética, ou melhor, ao seu negligenciamento.

Palavras-chave: agenda setting, mass media, ética

ABSTRACT

This paper aims at showing, through the film "The Big Carnival", how the agenda-setting hypothesis applies and reveals itself in printed media and the damaging consequences that such theory causes to ethics, or to its negligence.

Key-words: agenda setting, mass media, ethics.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se, além de observar o fenômeno do agendamento, demonstrar que, em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação o público toma conhecimento ou ignora, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. Observamos, ao longo desta exposição, que o público tem tendência a incluir ou excluir de seu conhecimento aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo.

2 *AGENDA SETTING* [1] NA MÍDIA

O filme "A Montanha dos Sete Abutres" (1951), será utilizado como norteador da presença e dos efeitos da teoria do *agenda setting* na mídia.

Ao discorrer sobre o filme procuraremos demonstrar que, com igual velocidade, a mídia pode criar imagens, conceitos e mitos, assim como destruí-los.

A teoria do *agenda setting* apareceu pela primeira vez, com esse nome, em 1972, formulada por Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, cujas pesquisas foram inspiradas por Walter Lippmann, que em 1922 publicou o livro *Public Opinion.* Lippmann foi o primeiro a enfatizar o papel desempenhado pelos *mass media,* dizendo na época, que dependemos dos meios de comunicação para nos informar sobre os assuntos, personalidades e situações; para que possamos experimentar sentimentos de apoio ou de repulsa, sobre tais assuntos. Foi ele também quem fez uma importante distinção entre o mundo que existe "realmente" e as nossas percepções privadas deste mundo. Em um capítulo de seu livro *"O mundo exterior e as imagens em nossas cabeças",* ele defendeu a teoria de que são os meios informativos que esboçam muitas dessas imagens em nossas mentes, o que foi citado por McCombs e Shaw, em 1972, ocasião da publicação do primeiro artigo em que os autores tentaram provar o que Lippmann já havia dito há 50 anos.

Mas, voltando à monumental obra, dirigida por Billy Wilder, seu título original é "The Big Carnival", "O Grande Carnaval", o que reflete com fina ironia o que muitas vezes reveste as abordagens jornalísticas de determinados assuntos, muitas vezes banais e como tais nem tão grandes como os jornais querem fazer parecer, mas tratados com matizes carnavalescos, numa inequívoca tentativa da

1 O *Agenda Setting* é uma das formas utilizadas pela mídia para influenciar o público através do que ela veicula. É uma hipótese que determina os assuntos de acordo com suas prioridades, hierarquiza acontecimentos, legitimiza e ordena os temas em discussão (SILVÉRIO, 5 set.2003).

imposição de uma linguagem grandiloqüente a um assunto menor.

No filme em questão, Kirk Douglas vive um jornalista inescrupuloso que quer voltar a viver a vida que tinha, ou seja, escrever em grandes jornais e portanto, viver em grandes cidades e para isso precisa de um furo jornalístico, no pequeno jornal da interiorana Albuquerque, cidade em que está vivendo.

Logo ao chegar na referida cidade, o personagem Charles Tatum magistralmente interpretado por Douglas, diz: "eu posso cuidar de grandes notícias e pequenas notícias e se não houver notícias, eu saio e mordo um cachorro" ("I can handle big news and little news. And if there's no news, i'll go out and bite a dog"), brincando com a clássica definição do que é notícia.

A história é basicamente a seguinte: jornalista, Tatum, descobre que um homem está soterrado em uma montanha e vê aí a chance de seu retorno triunfal aos grandes jornais, sem importar-se minimamente, com conceitos éticos, o que denota com clareza que a mídia tem uma forte tendência a criar um circo, ou um carnaval, como preferiu Wilder, em torno de nada, ou de quase nada.

Outro aspecto importante da antológica obra de Wilder é constantemente frisado por Tatum, e diz respeito ao interesse humano que as notícias suscitam, neste caso, a história de um homem comum, que vai sendo transformado em herói, para que surja daí o interesse, o que faz com que todos os veículos de comunicação noticiem essa mesma história. O jornalista em questão pouco se importa com a possibilidade de salvar o soterrado; para ele é importante a prorrogação da agonia do pobre coitado, o que aumentará o tamanho da notícia.

Nesse fato, percebe-se notoriamente o agendamento da mídia que, por meio de Tatum, procura desesperadamente construir um mártir, ou seja, um mito.

Há que se considerar que na relação entre a mídia e o público sobressaem três características:

a) acumulação, na qual a mídia é capaz de criar e manter a relevância de certos temas;

b) consonância, na qual existem traços comuns mais numerosos do que as diferenças nos comportamentos das diferentes mídias e finalmente ;

c) onipresença, que consiste na transformação de um conjunto quantitativo de informações de domínio apenas dos veículos e passado para o público como novidade.

A primeira e a terceira das características supracitadas são as mais visíveis no filme, uma vez que Tatum utiliza-se da *acumulação*, ao primeiro criar e, posteriormente, manter a relevância do tema, migrando para a característica da *onipresença*, uma vez que ele foi o primeiro a saber da notícia do soterramento e passou-a para o público, em absoluta primeira mão e, portanto, como novidade.

Aliado a tudo isso, há que se ressaltar ainda o aspecto de misticismo que reveste a história, uma vez que o próprio soterrado acreditava em uma maldição indígena, o que evidentemente é utilizado pelo jornalista que se apropria do mito para distorcer a realidade e aumentar ainda mais o interesse pela notícia,

manipulando os fatos, para que o público interaja, com o meio, ou seja, com jornal dizendo se acredita ou não na mitologia indígena, aumentando o interesse pela notícia, passando o público a ser uma fonte de informação e também de avaliação, outras inequívocas características da teoria do *agenda setting.*

Além de insistir no aspecto do interesse humano, o jornalista sustenta outra teoria bastante inerente a nossa abordagem e que é a de que uma má notícia é uma boa notícia, já que o público está muito mais interessado em desgraças do que em qualquer outra coisa.

O repórter consegue o que quer, quando ele finalmente se torna um herói, já que é por meio dele que o homem soterrado será salvo. Com esse status, transforma a sua opinião em opinião pública, criando daquilo um espetáculo completo, com todos os personagens: o inocente que sofre, ele próprio, o heróico jornalista, a desesperada mulher do soterrado e assim por diante.

O filósofo francês Guy Deboard, autor de " A Sociedade do Espetáculo", lançada na França, em 1967, e somente traduzida no Brasil, em 1997, foi um dos filósofos que melhor entendeu e interpretou a cultura de massa. Para ele, o "espetáculo" vai muito além da ubiqüidade dos meios de comunicação de massa, que representam somente o seu aspecto mais visível e mais superficial. Deboard, em mais de 200 teses aforísticas , explica que o espetáculo é uma forma de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária e os indivíduos são obrigados a contemplar e consumir passivamente as imagens de tudo que lhes falta em sua existência real. Têm de olhar para outros, como estrelas, políticos, etc, que vivem em seu lugar. Para ele a realidade torna-se uma imagem e as imagens tornam-se realidade. A unidade que falta à vida, recupera-se no plano da imagem. Enquanto a primeira fase do domínio da economia sobre a vida caracteriza-se pela degradação do ser em ter, no espetáculo chegou-se ao reinado soberano do aparecer. Diante de tal constatação observamos que as relações entre os homens já não são mediadas apenas pelas coisas, como no fetichismo da mercadoria, como ensinou Marx, mas diretamente pelas imagens.

Para Deboard (1997, p.18), "as imagens são uma abstração do real e o seu predomínio, o espetáculo, significa um tornar-se abstrato do mundo". Para ele o espetáculo é uma religião terrena e material, em que o homem se crê governado por algo que, na realidade ele próprio criou.

Outro fator abordado pelo filme e que igualmente requer uma análise mais acurada, é a influência da mídia na sociedade, e que, mediante a manipulação da imprensa, transformou a rotina e consequentemente a vida dos habitantes daquela pequena cidade.

Isso sem falar na questão ética, que preconiza que a mídia não deve influir na realidade, deve limitar-se a relatá-la, o que no filme não acontece, com o jornalista usando de toda sua influência para modificar o curso da história. A ética foi completamente posta de lado, o interesse único do jornalista era vender sua história, vender a informação, porque, acima de tudo, ela é mercadoria, é apenas um produto, o que aqui nos remete novamente a Marx.

Podemos observar, mais uma vez, a clara intervenção da hipótese do *agenda setting,* com o público agendando seus assuntos e suas conversas cotidianas em função do que a mídia veicula. O filme nos demonstra com clareza a incidência da mídia sobre o público.

"The Big Carnival" comprova ainda, a hipótese, de que a mídia, pela seleção, disposição, e incidência de suas notícias, determinará os temas sobre os quais o público falará e discutirá.

A mídia, como no filme, ao nos impor um menu seletivo de informações como sendo o que aconteceu, impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, comentados. Ao decretar seu desconhecimento pela sociedade, condena-os à inexistência social.

Também é oportuno lembrar que se os jornalistas que acorreram maciçamente ao evento, como no caso real do soterramento de Floyd Collins, em 1925 e que inspirou o filme, protestaram contra Tatum, não o fizeram pela manipulação da noticia , mas porque ele conseguiu o monopólio do acesso à vítima.

O filme deixa patenteado que, se os meios de comunicação de massa podem trazer alienação, se alterarmos os objetivos e conseqüentemente a forma de veiculação das notícias, podemos modificar esse estado de coisas.

Gramsci, em A Dialética da História fala do papel do líder, aquele que conhece os interesses e valores culturais do povo, mas também conhece as ideologias vigentes e decide-se a conduzir o povo a um grau além do patamar cultural em que se encontra, rompendo o já dito e, gradativamente, conduzindo-o para as situações novas, o que o povo por si não alcançaria fazer.

Se o final do filme falha por uma exacerbada dramaticidade, na qual emerge um certo fundo moralista e catártico, é exatamente deste otimismo que brota alguma esperança quanto a retomada da ética, não só no jornalismo, como em todas as mídias, o que a rigor acaba soando um tanto quanto utópico, uma vez que, cada vez mais, vemos a informação em adiantado estado de mercantilização, já não mais fazendo sentido, senão como produto de uma indústria cultural, criada não mais para informar, mas para ser consumida.

2 CONCLUSÃO

Se em 1951 Charles Tatum era talvez um caso único, hoje, infelizmente, ele seria a regra absoluta de um jornalismo que não é industrial, apenas por adotar modernos processos de produção, mas porque muito mais que produzir informações, produz mercadorias e como tal, na maioria das vezes negligencia o aspecto ético e, não raras vezes ignora-o por completo.

"The Big Carnival" deixa patenteado que a mídia exerce imensa influência, tanto no estabelecimento da agenda dos receptores, como no enquadramento dominante verificado nos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. 5.ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

DEBOARD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997

A MONTANHA dos Sete Abutres (The Big Carnival). Direção Billy Wilder. Produção: Paramount Pictures. Intérpretes: Kirk Douglas, Jan Sterling, Porter Hall e Bob Arthur e outros. Albuquerque, Novo México: Paramont, 1951. 1 bobina cinematográfica (106 min.) son., p&b.

SILVÉRIO, M.O. ; CRISTOVAM, O.B.P. Agenda setting. Disponível em: <http:// www.imira.com.br/história/resenhas/agendasetting.htm> Acesso em: 5 set. 2003.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO DA NATAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL MODERADA

SIMONE APARECIDA PALUDO RIBAS
Graduada em Educação Física e Especialista em Treinamento Desportivo, pela FACEPAL/ Palmas- PR; Mestre em Educação com área de concentração em Educação Física e Saúde, pela FACIPAL/ Palmas – PR. Professora da FACE.
E-mail: spaludoribas@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo comparar a aprendizagem do nado peito em crianças portadoras de necessidades especiais, do nível de deficiência mental moderada, utilizando os métodos global e parcial. Para que com isso melhore a qualidade do trabalho de profissionais de Educação Física que se interessam pela natação para deficientes.
Palavras-chave: natação, portadores de necessidades especiais, métodos.

ABSTRACT

This research aims mainly at comparing the learning of breaststroke swimming by children with special needs, at the level of moderate mental disability, using global and partial methods. The purpose of the study is to improve the work quality of physical education professionals who are interested in teaching swimming to disabled children.
Key-words: swimming, disabled people, methods

1 INTRODUÇÃO

> "De todos os julgamentos que fazemos nenhum é tão importante quanto o que fazemos de nós mesmos". Nathaniel Branden

Entre outros objetivos, a prática desportiva visa à saúde, portanto o desenvolvimento das atividades corporais deve ser previamente estudado e as atividades, adaptadas, para depois serem aplicadas ao ser humano.

Ao propormos investigar sobre a metodologia mais adequada a ser utilizada para se trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais, do nível deficiente mental moderado, na natação, pretendemos identificar qual a influência dos métodos global e parcial no aprendizado dos fundamentos do nado peito nessa população.

A aprendizagem é um assunto muito delicado a ser discutido, pois os fatores intrínsecos e extrínsecos que rodeiam a criança interferem, direta e indiretamente, na aprendizagem dela. Se em crianças ditas normais o meio influencia, acreditamos que em crianças portadoras de necessidades especiais, seres humanos, produto do que o meio lhes oferece, essa influência ainda seja maior.

O Deficiente Mental é a pessoa que apresenta desempenho intelectual abaixo da média, a ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais, no sentido de desenvolver suas potencialidades.

Indiferente é o caso da aprendizagem da natação pelos Deficientes Mentais Moderados, os quais exigem o máximo possível de um método adequado para *lhes* serem aplicados.

Para ocorrer o processo ensino – aprendizagem é necessário que seja utilizado um método de ensino que proporcione sistematicamente um aprendizado coerente e fácil.

O método global influencia no aprendizado de forma a promovê-lo, sendo vistos os objetivos num todo e assim estimulando o educando.

O método parcial promove um aprendizado em que os objetivos são vistos por partes; é pouco motivante, pois o aluno não sabe como será a atividade num todo.

Na natação, a aprendizagem é a fase em que as crianças aprendem a iniciação, fundamentação dos estilos. Sabemos que para chegar a essa fase a criança deve passar primeiro pela fase de adaptação ao meio líquido. Após essa fase de aprendizagem, acontece a fase do aperfeiçoamento da fundamentação e, enfim, a fase de treinamento.

Os deficientes mentais moderados encontram dificuldades ligadas às condições de execução ou de reprodução do ato motor. A fase inicial da aprendizagem é, particularmente, a mais longa para ele. A base da aprendizagem geralmente acontece na idade de 7 (sete) a 8 (oito) anos, em que, cronologicamente, dá-se após os 12 (doze) anos.

Nessa fase, os deficientes mentais moderados devem ser bastante motivados, bem como não é aconselhável utilizar o método parcial, visto que ainda não possuem a qualidade de assimilação por partes, então, quando aplicamos esse método, é desmotivante, e seus movimentos são descoordenados, sem ritmo; e resultados no nado peito, os movimentos são quase alternados, por isso é aconselhável que durante a realização de sua aprendizagem utilize-se o método global, pois o método parcial é mais utilizado na fase de aperfeiçoamento e treinamento.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os procedimentos de ensino utilizados na aprendizagem dos fundamentos do nado peito, vinculados à etapa de crescimento e ao desenvolvimento das crianças portadoras de deficiência mental moderada.

Os objetivos específicos são: executar movimentos de braços, pernas, respiração e coordenação de forma sincronizada, fazendo com que a criança desloque-se na água de maneira que, ao menos, caracterize o nado peito; verificar a influência dos métodos global e parcial na aprendizagem da fundamentação do nado peito em crianças portadoras de deficiência mental moderada, do sexo masculino; comparar os resultados em nível de aprendizagem da criança portadora de deficiência mental moderada; identificar quais as vantagens e desvantagens de cada método para a aprendizagem da fundamentação do nado peito.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo levantamento de cunho qualitativo e com metodologia em nível exploratório descritiva, e como área de abrangência a área educacional ligada à psicologia que envolve estudos dentro da Educação Física adaptada.

A população foi escolhida não aleatoriamente de forma intencional.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: uma ficha de observação inicial e final da 1ª e 2ª fases, e a ficha de avaliação por aula.

Por meio da observação sistemática, feita individualmente, foram avaliadas as crianças em cada método utilizado e tais dados foram descritos por meio de um texto.

A princípio, foi realizada uma observação, para verificar como estava o nível dos movimentos dos educandos e suas reações ao meio líquido; tais dados foram relatados na ficha de observação inicial, da 1ª fase; em seguida foram elaborado planos de aula para iniciação do trabalho de adaptação ao meio líquido, respiração, flutuação ventral, dorsal, vertical e propulsão. Ao término da 1ª fase de

nosso trabalho, foi realizada a observação final e os dados foram relatados na ficha de observação final, da 1ª fase. Então, por meio de um texto, foi descrito o desempenho dos educandos na 1ª fase.

Na segunda fase de nosso trabalho foi realizada uma observação inicial, na qual foram consideradas as fases da fundamentação do nado peito, e tais dados foram relatados na ficha de observação inicial da 2ª fase; em seguida, foi elaborado o planejamento das aulas, as quais foram todas observadas e relatadas no diário do observador, e, logo após, os dados foram passados para a ficha de avaliação das aulas do nado peito, ao término de cada aula.

Ao final do período das aulas referentes à 2ª fase, foi realizada uma última observação, e os dados obtidos foram relatados na ficha de observação final da 2ª fase, por meio de um texto.

Após todos os dados serem coletados, foi comparado por meio das fichas de observação inicial e final das 1ª e 2ª fases, e avaliação e relatório das aulas, a aprendizagem do movimento do educando em suas reações em cada método, sendo o resultado deste, relatado em um texto de conclusão final do trabalho realizado.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A Educação Física Adaptada tem como população-alvo todo indivíduo que por suas más condições de saúde física ou mental está impossibilitado de participar integralmente da atividade física proporcionada a pessoas ditas normais.

É da área de conhecimento da Educação Física destinada a discutir os problemas biopsicossociais da população considerada de baixo rendimento motor: portadores de deficiências sensoriais: deficiência mental; deficiência física e deficiências múltiplas. Para atender a essa população, o professor de Educação Física utiliza-se de adaptações técnicas que visam tornar os exercícios, regras, jogos e materiais mais acessíveis ao portador de deficiências.

As crianças portadoras de deficiência mental gostam de coisas parecidas com aquelas de que gostávamos quando tínhamos sua idade, como: brincar com bola, desenhar, pintar, ver televisão, ir a festas, comer coisas gostosas como doces, etc.

Porém há crianças com problemas mais profundos, que requerem atendimento multi-profissional intensivo e diversificado. Suas dificuldades são impostas pelo grau de deficiência, que vão desde dificuldade de marcha, de comunicação, de desempenho de atividades motoras, de atividades sociais e, até mesmo de atividades de sobrevivência, no dia-a-dia.

Mas, apesar de tudo, têm suas preferências parecidas com as de crianças ditas normais e precisam de educação, saúde, um lar e muito amor.

O problema da Deficiência Mental não se resolve nem com piedade e paternalismo, nem com medos e autopunições irracionais. A Deficiência Mental

não é uma doença, mas uma condição, que, em termos humanos, deve ser respeitada em todos os níveis.

Segundo Fonseca (1990, p.48) "em vários estudos de atitudes face à Deficiência Mental constatou-se que os comportamentos dos deficientes irritam, incomodam, perturbam a normalidade social."

Podemos classificar os deficientes mentais por níveis, sendo eles educáveis, treináveis e dependentes.

O educável tem dificuldade de compreensão, aprendizagem lenta, alterações de comportamento. Pode, porém, ter vida independente e ser encaminhado para o trabalho e atraso mínimo nos áreas sensório-motoras.

O treinável apresenta dificuldade de expressão e limitação acentuada de aprendizagem. Normalmente, o convívio com a família é satisfatório. Consegue trabalhar em locais com certas precauções e desenvolvimento motor satisfatório.

O dependente necessita de ajuda para alimentar-se, vestir-se, tem sérios prejuízos de comunicação, sendo muito limitado em sua capacidade de aprender e apresenta um desenvolvimento motor muito pobre.

Entre as classificações, temos também as classes como: deficiente mental leve, moderado, severo e profundo.

Deficiente Mental Leve tem QI entre 55 e 70, tem condições de educabilidade como característica principal, aprendizagem lenta, capacidade de dominar atividades acadêmicas básicas, capacidade de adaptação social e pessoal e capacidade de freqüentar escola, comum em classe especial ou regular.

O deficiente mental moderado apresenta QI entre 35 e 55, tem atraso significativo na aprendizagem, distúrbios psicomotores visíveis, adaptação a programas sistematizados, capacidade de formar hábitos higiênicos de rotina, capacidade de ajustamento satisfatório em relação à família, à escola e à comunidade.

O deficiente mental severo possui QI entre 20 e 35, tem acentuado prejuízo na comunicação e na mobilidade, alcance de resultados no trabalho condicionado e repetitivo, com supervisão e ajudas constantes.

O deficiente mental profundo tem QI abaixo de 20, possui dependência completa e limitações extremamente acentuadas na aprendizagem.

Gorla (1997, p.14) diz que: "[...] para ser considerado um portador de deficiência mental (D. M.) é necessário que o indivíduo obtenha um escore de quociente de inteligência (QI) de pelo menos dois desvios-padrão abaixo da média".

Quanto aos métodos de ensinamentos de padrões motores, podemos nos prender a 2 métodos distintos, sendo eles os métodos global e parcial.

No método global sugere-se, muito, deixar o educando realizar seus movimentos de acordo com sua natureza, isto é, necessidades.

Como estamos falando de natação, chegamos à conclusão de que o ato de nadar aprendido no método global se dá de forma natural. Dizemos então que só se aprende fazendo, pois a experiência do movimento, a vivência da situação é que proporciona a aprendizagem.

"Para os defensores da concepção global, aprender a nadar se resumia, em resolver uma sucessão de problemas ligados ao próprio instinto de sobrevivência e à necessidade de experiência"(MACHADO, 1978, p.3).

O método parcial refere-se a uma aprendizagem por partes, ou seja, das partes mais simples para mais complexas. Nesse método verifica-se uma distribuição dos conteúdos em partes. Exige muito tempo, pois requer o ensino de cada parte e depois a integração delas. Quando se pratica somente as partes isoladas, é quase impossível poder imitar o movimento exato, por outro lado, a motivação do conhecimento do progresso mantém os esforços do aluno na aprendizagem.

Para Hegedus (citado por XAVIER, 1986, p.19) "quando os exercícios forem de alta complexibilidade, é recomendável dividi-lo em diversas fases, muitas vezes é necessário, não pela dificuldade e complexidade de cada movimento, mas pelo seu tempo de duração".

Magill (1984, p.12) descreve: "a aprendizagem é uma mudança interna do indivíduo, deduzida de uma melhoria relativamente permanente de seu desempenho como resultado da prática".

Um dos mais poderosos e eficientes meios para que ocorra a aprendizagem é a motivação, e isso leva o indivíduo à auto-realização ou realização de alguma coisa. Os atos simples aprendidos por uma criança dependem bastante da motivação.

Se a pessoa que aprende pode regularmente buscar e encontrar recompensa para seus motivos de realização, então, a série de vivências, experiências, serão generalizadas em um sentimento de prazer bastante positivo em relação ao ato de aprender.

As técnicas de ensino organizam as condições externas da aprendizagem, a fim de conseguir mudanças no comportamento do educando.

Então a aprendizagem não é hereditária, pode ocorrer em qualquer idade, é um processo pessoal, gradual, cumulativo e interativo.

Para que a aprendizagem ocorra, é necessário que o educando esteja disposto a aprender. Então dará respostas aos estímulos oferecidos de acordo com sua maturidade.

Em crianças ditas normais, o desenvolvimento motor na faixa etária de 7 a 10 anos é a fase dos rápidos progressos na habilidade de aprendizagem motora, e na faixa etária de 10 aos 12 anos é a fase da melhor capacidade de aprendizagem motora.

Em crianças portadoras de deficiência mental, o desenvolvimento motor acontece mais lentamente, havendo uma disparidade na comparação das faixas etárias. O desenvolvimento motor acontece paralelamente ao desenvolvimento mental; quando o educando apresenta algum distúrbio mental, haverá uma déficit no desempenho motor, precisando esse aluno de uma reeducação ou reabilitação.

Geralmente as crianças que apresentam distúrbio de aprendizagem têm problemas nas áreas de percepção, atenção, memória, associação e fixação de informações. Essas crianças podem aprender, basta adotarmos metodologias ade-

quadas e estímulos conduzidos.

Na aprendizagem da natação para deficientes mentais, o primeiro fator a considerar é a eliminação da rigidez muscular produzida quase sempre pelo medo da água e o segundo e, mais importante, é o ensino correto da mecânica respiratória.

A didática recomenda dois procedimentos para se obter a integração da aprendizagem, que são: recapitulação e interação. A primeira permite que os alunos adquiram uma síntese retrospectiva, analítica, das etapas iniciais. A segunda consiste na exercitação regular e intensiva do conteúdo ministrado, até se atingir o grau de perfeição, segurança e rapidez.

A fixação da aprendizagem passa a ser um dos maiores motivos de cuidado do professor de Educação Física, quando a prática educativa começa a preocupar-se com informações e conhecimentos a desenvolver.

Os auxílios mais utilizados no aprendizado da natação para deficiente mental são: imitação, educativos, correções de movimentos, duplas, formas de jogos e exercícios. Alguns elementos materiais para auxiliar a flutuação também são utilizados, mas são considerados os "*apêndices psicológicos*" do aprendiz.

Para Velasco (1994, p.16):

> Na natação a meta é o corpo, a finalidade é a saúde e o objetivo da aprendizagem é o resultado do prazer obtido entre a meta e a finalidade. Nada é ensinado a alguém que não quer aprender. Na água as experiências corporais não se transplantam, se reinventam, sendo assim, ocorrerá um novo aprendizado.

Podemos dizer que o nado peito pode ter sido a primeira forma que o homem encontrou para deslocar-se na água (NADAR), com a possível imitação de uma rã, razão de aprendizado do homem, sendo essa imitação cansativa e ineficiente, sentiu-se a necessidade de movimentos mais eficazes, que possibilitassem uma posição estável. Houve também a necessidade de manter a cabeça fora da água.

Por ser um nado lento, o nado peito passou por várias experiências, para descobrir um meio de aumentar a velocidade.

Para Lotufo ([19—] , p.94) "o nado peito, como o nome indica, é um dos vários modos de nadar, que se conhece por esse nome (peito), e muito comumente por rã, devido à posição que o indivíduo toma e aos movimentos que ele faz quando nada".

4 RESULTADOS

Por meio da Representação gráfica, podemos demonstrar a disparidade na pontuação entre a avaliação inicial e final da 1ª fase, de acordo com o desempenho de cada educando.

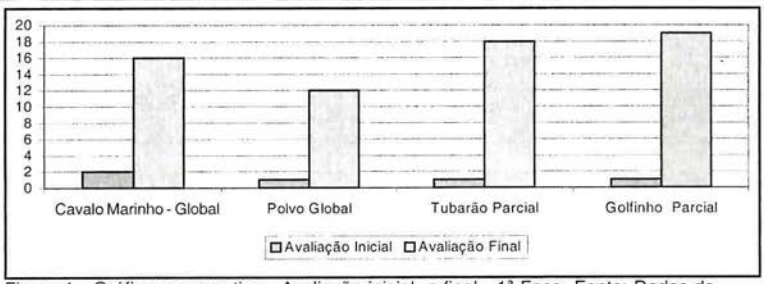

Figura 1 - Gráfico comparativo - Avaliação inicial e final - 1ª Fase. Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Com a representação gráfica, demonstramos visivelmente a diferença entre a avaliação inicial e final da 2ª fase, de acordo com o desempenho de cada educando.

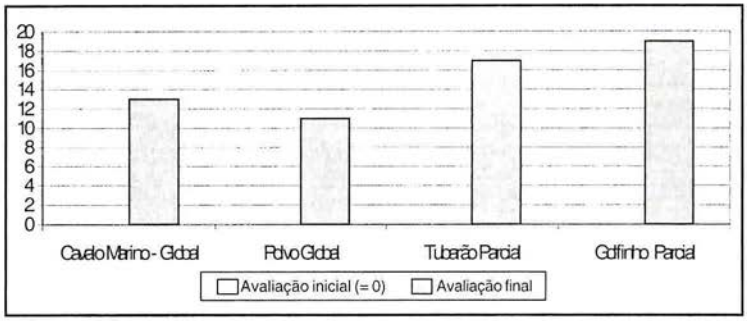

Figura 2 - Gráfico comparativo - Avaliação inicial e final - 2ª Fase. Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ao analisarmos os resultados dos alunos do método global e parcial e ao compará-los, constatamos que eles influenciaram na aprendizagem da fundamentação do nado peito em crianças portadoras de deficiência mental moderada do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 14 anos.

O método parcial obteve mais vantagens do que desvantagens, mostrando-se ineficiente e desaconselhável durante a aprendizagem da fundamentação na iniciação do nado peito.

Os alunos que aprenderam a nadar o estilo peito, pelo método global, executaram seus movimentos sem qualidade alguma e uma coordenação insatisfatória.

Os alunos que aprenderam a "nadar" o estilo peito pelo método parcial, executaram seus movimentos com boa qualidade, e uma coordenação satisfatória.

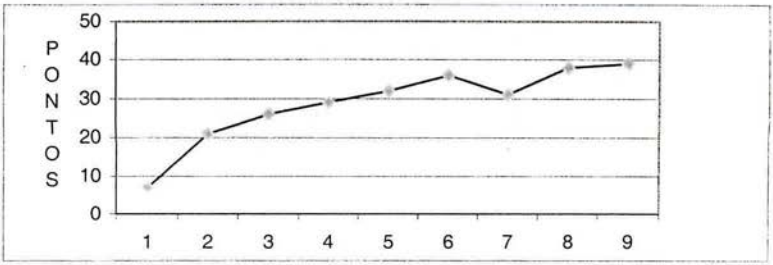

Figura 3 – Gráfico demonstrativo da aprendizagem Método Global – Aluno Cavalo Marinho.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A representação gráfica demonstrou que a aprendizagem do aluno cavalo-marinho, foi crescente e gradativa, sendo que ocilando numa linha decrescente e, logo após, mantevendo estável.

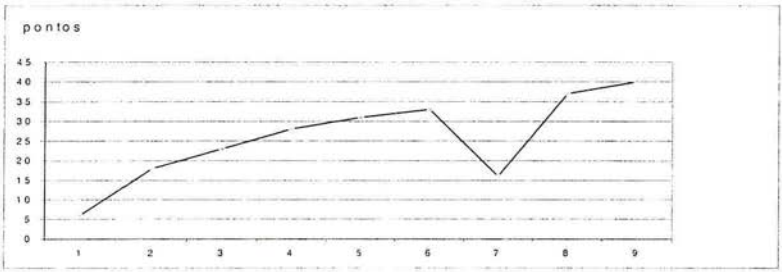

Figura 4 – Gráfico demonstrativo da aprendizagem Método Global – Aluno Polvo.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O gráfico demonstrou a aprendizagem do aluno Polvo foi crescendo lenta e gradativamente, com uma ocilação decrescente; terminou o trabalho com uma linha crescente.

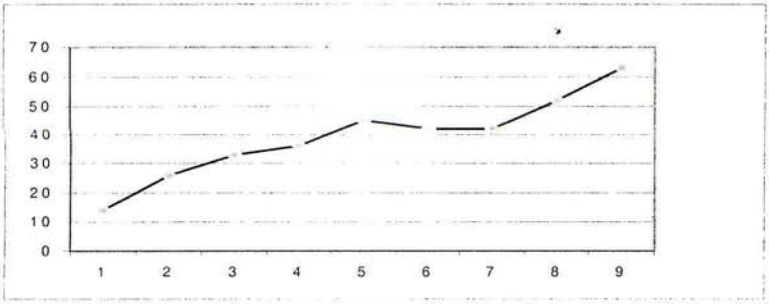

Figura 5 – Gráfico demonstrativo da aprendizagem do Método Parcial – Aluno Tubarão.
Fonte: Dados de pesquisa de campo.

A representação gráfica demonstrou que a aprendizagem do aluno Tubarão foi crescente e gradativa, e não teve oscilações decrescentes; manteve-se estável no meio do trabalho e terminou com uma linha crescente.

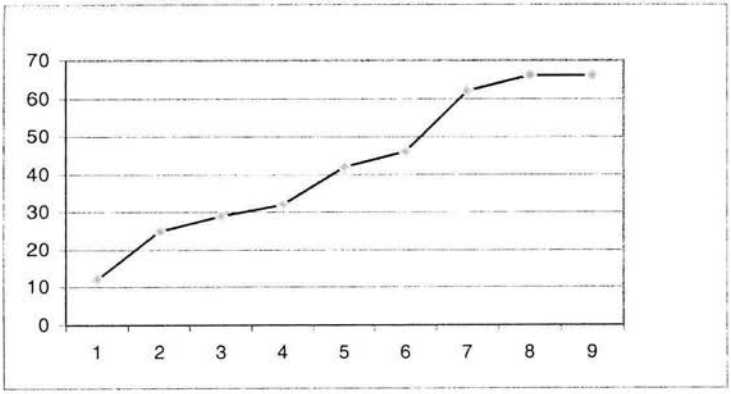

Figura 6 – Gráfico demonstrativo da aprendizagem Método Parcial – Aluno Golfinho.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A representação gráfica demonstrou que a aprendizagem ao aluno golfinho foi crescente e gradativa, mantendo-se estável ao final do trabalho.

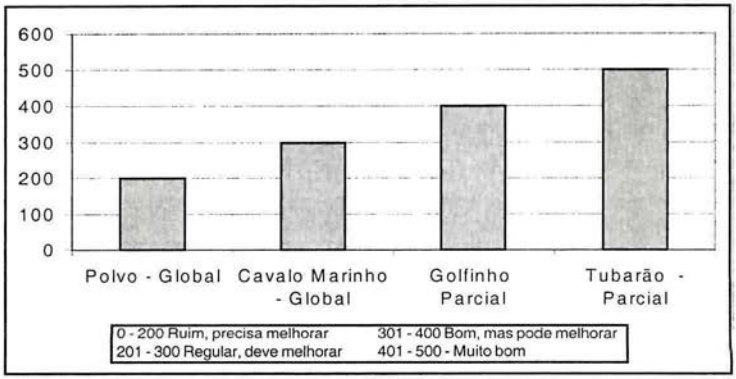

Figura 7 - Gráfico comparativo - Avaliação nos Métodos Global e Parcial.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pela representação gráfica, demonstramos visivelmente a diferença da aprendizagem das crianças com o método global ou com o método parcial.

5 CONCLUSÃO

Ao término desta pesquisa, chegamos à conclusão de que o estudo comparativo entre os métodos global e parcial nos revelou as vantagens e desvantagens de cada um.

As crianças que aprenderam a "nadar" o estilo peito, por meio do método global, tiveram um baixo rendimento, bem como a qualidade da coordenação geral e seus movimentos.

A limitação do desenvolvimento mental compromete tanto o entendimento quanto o movimento, ou seja, as informações verbais foram pouco aproveitadas e as demonstrações pouco entendidas. Tinham medo, pois de uma hora para outra precisaram deslocar-se na água, sem apoio e sem conhecer os movimentos, só por meio da imitação, para eles que não possuem grande propriocepção, ficou muito difícil.

Enquanto as crianças que aprenderam a "nadar" o estilo peito, por meio do método parcial, obtiveram um resultado muito bom, devido à automatização dos movimentos, que vistos por partes, e realizados por meio de educativos com várias repetições, conseguiram uma boa execução das crianças e uma boa coordenação entre si, com uma qualidade técnica muito boa.

Visto que os resultados foram distintos, então podemos afirmar que os métodos utilizados influenciaram na aprendizagem da criança P.D.M.M, pois foi possível constatar que o método parcial obteve mais vantagens que o método global. Sendo assim, podemos considerar o método parcial mais eficaz na aprendizagem de crianças P.D.M.M., do sexo masculino de 12 a 14 anos.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Vitor da. **Educação especial - Programa de Estimulação Precoce:** uma Introdução de Idéias de Fuerstein. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GAGNÉ, Robert M. **Como se realiza a aprendizagem.** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC/MEC, 1974. 169p.

GORLA, José Irineu. **Educação física especial:** testes. Rolândia: Physical-físio. 1997.

LOTUFO, João. **Ensinando a nadar.** 8.ed. São Paulo: Cia Brasil, [19—]. 208p.

MACHADO, David Camargo. **Metodologia da natação.** São Paulo: EPU, 1978. 209p.

VELASCO, Cacilda Gonçalves. **Natação segundo a psicomotricidade.** Rio de Janeiro: Sprint, 1994. 266p.

XAVIER, Telmo Pagona. **Métodos de ensino de educação física.** São Paulo: Manole, 1986. 90p.

UM PASSEIO HISTÓRICO PELO ENSINO DE LÍNGUAS

SIMONE SANTOS JUNGES
Técnica em Tradução e Interpretação pelo Colégio Americano Batista de Vitória – ES; Licenciada em Letras – Inglês, pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Especialista em Língua Inglesa, pela FAFI/UNESPAR; Professora de Língua Inglesa e Inglês Instrumental, nos cursos de Turismo, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Secretariado Executivo, Informática de Gestão, Licenciatura em Informática e Administração – Habilitação em Comércio Exterior, na FACE; Vice-coordenadora do curso de Turismo, na FACE, e membro do Conselho Editorial da FACE.
E-mail: simonejunges@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende situar o ensino de línguas, em especial a Língua Inglesa num contexto histórico, de forma que possa se compreender o porquê de sua escolha para servir de meio de comunicação internacional. Há quem prefira o termo língua franca, em detrimento de língua internacional, porque o termo, de origem latina, sugere que é aceitável misturar palavras de línguas diferentes, pois isso era o que acontecia com as línguas francas no passado, e, dessa forma, não deve ser considerado erro conservar algumas características da língua materna, tal como o sotaque. Uma outra vantagem de usar-se esse termo é o fato de ele, por ser de origem latina, passar a posse do inglês dos anglo-saxãos para o domínio de todos os povos. Em vista das mudanças ocorridas em relação a quem pertence o inglês, e principalmente em relação ao número de pessoas que usa o inglês como língua franca, é importante conhecer os fatos que influenciaram a ascensão da língua inglesa.

Palavras-chave: inglês como língua estrangeira, inglês como segunda língua, inglês como língua franca, história da língua inglesa, língua internacional.

ABSTRACT

This paper intends to tell the history of foreign language teaching, especially the English language, in order to show the reasons why English was chosen as the international language, used all over the world. Some prefer the expression Lingua franca, instead of international language, because the Latin origin of the term suggests that it is acceptable to mingle words from different languages, for that is what happened with the lingua franca in the past. Thus, it should not be considered a mistake to keep some characteristics of the mother tongue, such as the accent, when you speak English. Another advantage is the Latin origin of the expression: it transfers the ownership of the language from the Anglo-Saxons to all the peoples of the world. Having in view all these changes as to whom the English language belongs, and mainly as to the number of people who use it as a lingua franca, it is important to become aware of the facts that influenced the ascension of the English language.

Key-words: english as a foreign language (EFL), english as a second language (ESL), english as a lingua franca, english history, international language.

1 INTRODUÇÃO

Para compreender a importância do ensino/aprendizagem da língua inglesa, é preciso situar o seu crescimento num contexto histórico.

Desde os primórdios da história, o ensino-aprendizagem de línguas acompanha o ser humano, seja por questões culturais, comerciais ou científicas, seja por questões políticas ou econômicas. A primeira experiência de que se tem notícia ocorreu há cerca de cinqüenta séculos, com a civilização sumeriana, a primeira civilização conhecida no mundo. Essa civilização localizava-se na região onde atualmente situa-se o Iraque, próximo ao Golfo Pérsico. O ensino de uma língua estrangeira viva ocorreu, pela primeira vez, entre 3000 e 2350 a.C., quando os sumérios foram dominados pelos acadianos.

Ao contrário do que geralmente acontece, quando os povos conquistados aprendem a língua dos conquistadores, naquela época, os invasores reconheceram a superioridade cultural dos sumérios e decidiram aprender sua língua, especialmente a língua escrita, como nos informa Silveira (1999, p. 17).

Nessa época, o ensino de língua estrangeira era baseado no vocabulário, e dessa forma surgiram os primeiros dicionários do mundo. Esses dicionários eram compostos de listas de palavras: uma coluna com as palavras da língua sumeriana e, ao lado dela, uma outra coluna com as palavras correspondentes na língua acadiana, e já nesse período havia uma preocupação com a pronúncia, pois ao lado da tradução na língua acadiana eram colocados os signos fonéticos, para descrever a pronúncia daquelas palavras. Com o passar do tempo, esses glossários foram-se transformando em manuais de ensino.

Assim como os acadianos em relação aos sumérios, os egípcios também aprendiam as línguas dos povos que conquistavam, provavelmente por medida de segurança.

2 PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Segundo Mialaret et al (apud SILVEIRA, 1999, p. 21), não existem documentos que confirmem o ensino de línguas estrangeiras vivas nesse período. Entretanto, é sabido que os funcionários imperiais egípcios aprendiam-nas de alguma forma, ou em aulas particulares ou nos seus próprios ofícios administrativos, devido à necessidade de comunicação com países estrangeiros.

Já os gregos não demonstravam interesse pelas línguas vivas de sua época. Eles as consideravam línguas bárbaras, e por esse motivo não mereciam ser aprendidas. O termo bárbaro, usado para descrever as línguas estrangeiras,

significava o mesmo que 'ininteligível', o que acabava desencorajando o aprendizado de outras línguas (ROBINS, 1976 apud SILVEIRA, 1999, p. 21).

Entretanto, utilizava-se um procedimento típico do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, ou seja, glossários, na escola grega, para ensinar-se o grego clássico, pois os textos usados eram basicamente de autores clássicos. Os alunos também precisavam memorizar os textos estudados e recitá-los em voz alta. Esses textos, por usarem o grego clássico, eram tão diferentes do grego popular que pareciam estar escritos em uma língua estrangeira.

Nos primeiros séculos da era cristã, o latim figurou como a língua da cultura, da religião, da filosofia, do direito, do governo e das comunicações do ocidente. Mas, no fim do século V d.C., com as invasões germânicas, começa a ruir o Império Romano do Ocidente, conforme Silveira (1999, p. 23). Naquele período, o latim era uma língua viva, que acabou se dividindo em latim vulgar e latim clássico, devido à estratificação social. O latim vulgar ou popular acabou fundindo-se com outras línguas e dialetos e transformou-se nas línguas neolatinas que, mais tarde, tornaram-se línguas literárias das nações européias do mundo atual (Itália, Espanha, França, Portugal, e outras).

Com o passar dos anos, entre o século V e VIII d.C., o nível dos estudos caiu consideravelmente, mas o latim continuou a ser usado especialmente em textos escritos. Porém, o latim dessa época já não era o mesmo do período clássico. Ainda assim é importante ressaltar que não se trata de uma segunda língua, mas de uma variedade do latim.

Conforme Germain (apud SILVEIRA, 1999, p. 24), durante a Idade Média, o ensino de latim como segunda língua fortaleceu-se principalmente, em países europeus cuja cultura recebeu influência da cultura latina.

Ainda na Idade Média o latim também era ensinado como língua oral. Por ser uma língua estrangeira, a prática oral acontecia apenas no ambiente escolar; os alunos falavam em latim com seus professores e com seus colegas de classe. É sabido que na Inglaterra, muitas vezes, o material didático era apresentado nas duas línguas: latim e inglês.

3 A ASCENSÃO DA LÍNGUA INGLESA

Durante o reinado de Guilherme. o Conquistador, no século XI, ainda na Idade Média, a Inglaterra viveu uma experiência de bilingüismo. Nessa época o francês tornou-se o idioma oficial da corte inglesa, enquanto o inglês era a língua falada pelo povo. Somente no final da Idade Média, no século XIV, durante o reinado de Ricardo II, o inglês sobrepujou o francês. Antes do fim do reinado de Ricardo II, surgiu o primeiro manual para o ensino de francês na Inglaterra, que foi o primeiro de uma série de 'manières de langage', como eram comumente chamados. Consistiam de uma série de diálogos úteis para pessoas que tivessem inte-

resse em viajar para a França. Esses manuais foram os precursores dos manuais que surgiram durante a dinastia Tudor, quando a Inglaterra se tornou monolíngüe. Assim, o francês tornou-se a língua estrangeira de prestígio para os ingleses que almejassem posição importante na sociedade e também por questões culturais (HOWATT, 1984, p. 4).

Esse processo de mudança de uma comunidade feudal bilíngüe para uma nação monolíngüe foi lento, mas irreversível. O rompimento com o passado, representado pela usurpação do trono de Ricardo II pela Casa de Lancaster em 1399 (HOWATT, 1999, p. 3) expressou-se em termos lingüísticos evidentes. A ordem para a deposição de Ricardo II foi lida em inglês e Henrique IV escolheu usar a língua inglesa para exigir a coroa, e também para fazer o discurso quando a recebeu. Seu filho, Henrique V, deu continuidade à tradição, adotando o inglês como língua usada na correspondência real, no lugar do francês. Sua decisão de publicar seu testamento em inglês também provocou grande impacto.

No fim do século XV, até mesmo os estatutos do reino eram escritos em inglês e os negócios do estado realizados pelo secretariado real, também eram conduzidos em inglês.

De acordo com Baugh e Cable (apud HOWATT, 1984, p. 4), durante esse mesmo período, o dialeto de East-Central Midlands estabeleceu-se como a variante de pronúncia de prestígio usada pela nobreza e pelas pessoas associadas ao poder, que se reuniam com a nova dinastia Tudor. Para os Tudors, inglês era a língua da nação, falada por todos, desde o rei até os súditos. O francês era apenas um complemento necessário para quem quisesse aprofundar seus conhecimentos culturais ou conquistar posições mais altas, e o latim era a marca do homem ou da mulher bem-educados. Contudo, apenas no século seguinte foi feita uma descrição da língua inglesa. Os primeiros manuais de ensino de língua inglesa mais seriamente preparados só surgiram no fim do século XVI, com a chegada dos refugiados huguenotes, provenientes da França, embora ainda antes disso houvesse um crescente interesse pela língua inglesa, por parte dos mercadores que viviam do outro lado do canal, especialmente em Flanders, região que hoje em dia está dividida entre Holanda, França e Bélgica. Provavelmente achavam que saber comunicar-se na língua do cliente poderia favorecer os negócios, ou talvez achassem difícil entender o francês falado pelos ingleses, e tivessem decidido aprender inglês.

Havia ainda outros sinais do crescente interesse pela língua inglesa. Os dicionários poliglotas, que eram um meio popular de se adquirir um conhecimento básico de outras línguas, durante a Renascença, começaram a incluir o inglês ao lado de outras línguas mais conhecidas, como o espanhol, o italiano, o francês e outras línguas faladas pelos povos das nações européias emergentes, que acabaram por suplantar o latim, e passaram a ser estudadas em escolas. O ensino-aprendizagem dessas línguas era baseado no ensino de latim, durante a Idade Média, que era inspirado nas escolas romanas, por sua vez influenciadas pelos

gregos, que usavam a memorização como método de ensino.

Com o ensino escolarizado de línguas vivas, surgiram várias experiências de ensino nesse ramo. Eis alguns exemplos: o manual bilíngüe Right good lernyng for to lerne shortly frenssh and englyssh, de William Caxton, cujo propósito era ensinar francês a alunos ingleses e foi publicado por volta de 1483. A diferença entre o manual de Caxton e os manuais anteriores era que este era bilíngüe. Segundo Howatt (1984, p. 7), apesar de esse manual não conter muitas explicações sobre a gramática do francês, a organização das lições era muito semelhante à usada para o ensino do latim falado na Idade Média: diálogos, "formas de linguagem" e glossários. Meurier, que pode ser considerado o primeiro professor de inglês como língua estrangeira, uma vez que os outros manuais para o ensino de inglês foram escritos anonimamente, publicou, em 1553, um livro cujo título é "A Treatise for to Learn to Speak French and English". Esse livro prometia também ensinar a escrever cartas comerciais, preencher formulários, etc., demonstrando o claro interesse comercial de seus alunos. O último exemplo de manuais para o ensino de língua inglesa para estrangeiros, antes do trabalho mais sério realizado com os refugiados huguenotes, foi descoberto por Alston, na sua pesquisa bibliográfica, e era chamado A Very Profitable Book to Learn the Manner of Reading, Writing and Speaking English and Spanish, um manual inglês-espanhol de autoria anônima, publicado em 1554.

No século seguinte, três professores refugiados foram de suma importância para o ensino de língua inglesa, e seu trabalho deve ser mencionado. O primeiro, Jacques Bellot, é o que deu uma contribuição mais significativa para o ensino da língua inglesa aos imigrantes franceses, pois foi o que se dedicou mais intensamente a esse trabalho; o segundo foi Claudius Holyband, o mais conhecido dos três - embora se auto-intitulasse 'professor de língua inglesa', seu trabalho principal era ensinar francês a crianças inglesas; o terceiro, John Florio, era professor particular, e lecionava inglês para a aristocracia. Foi o único a permanecer na Inglaterra até a morte.

4 COMENIUS E A REVOLUÇÃO NA DIDÁTICA DE LÍNGUAS

Ainda no século XVII o ensino de línguas recebeu uma grande contribuição do escritor, teólogo e humanista tcheco Jan Amos Komensky (1592 - 1670), mais conhecido como João Amós Comenius, que é a versão em latim de seu nome. Além de ser considerado o fundador da Didática Geral, também é conhecido por ter dado início à Didática de Línguas. Concordando com Silveira (1999, p. 34), a "Didacta Magna", escrita por Comenius e publicada em 1638 apresenta o embasamento filosófico de sua visão de educação, que tem por base três princípios, ainda hoje muito usados na didática moderna:

> O princípio sensualista: segue a conhecida máxima do empirismo de que "nada existe no espírito que não tenha primeiro passado pelos sentidos." Especialmente o sentido da visão é muito valorizado, daí o apelo às ilustrações.
> O princípio da ordem: que deve ser considerada como a "ordem natural", ou seja, deve-se partir das coisas concretas até chegar-se à abstração. O ensino, portanto, deve partir de exemplos, depois devem ser apresentadas as regras, em seguida vêm os exercícios.
> O princípio do prazer: deve-se enfatizar o aspecto lúdico do ensino, tornando, portanto, toda atividade de educação e ensino tão agradável quanto o jogo, devendo-se evitar os castigos corporais (SILVEIRA, 1999, p. 34)

Esses princípios básicos, certamente, são fruto da longa experiência de Comenius como professor, e, ainda hoje, são aplicáveis ao ensino de qualquer disciplina.

Comenius produziu outras obras importantes para o ensino de línguas, como "Janua Linguarum Reserata" ("Porta Aberta das Línguas"), um manual de nível intermediário que foi usado em escolas, por várias gerações para o ensino de latim. Esse livro, por si só, já poderia tornar Comenius um autor notável. Mas, além desse manual, Comenius publicou uma série de livros didáticos, dessa forma revolucionando o ensino de línguas. Em Nuremberg, 1658, ele ainda publicou o "Orbis Pictus Sensualium", uma espécie de dicionário ilustrado para crianças, no qual enfatizava as vozes dos animais. As primeiras páginas do livro traziam o que hoje chamamos de 'phonics'. Comenius associava os sons das letras com os sons produzidos pelos animais.

Quanto à língua propriamente dita, Comenius a definia como um meio de designar as coisas e representar os pensamentos, e só depois um meio de comunicação. Para ele, existiam regras lingüísticas universais, ou seja, comuns a todas as línguas.

Apesar de seus livros mais importantes - Janua e Orbis Pictus - terem alcançado grande sucesso, outros autores não tentaram imitar suas técnicas ou métodos. Um dos motivos, embora não muito convincente, poderia ser o alto custo das ilustrações; mas acredita-se que a razão mais forte deva ser o fato de desenhos não serem considerados "sérios". As ilustrações poderiam ser usadas em livros infantis ou em livros para trabalhadores semi-analfabetos, mas nunca nas escolas. Apenas com a chegada do Método Audiovisual é que esse preconceito foi abandonado.

Enfim, deve-se reconhecer em Comenius o valor dado ao material didático na educação escolar. No seu modelo educacional, o material didático era tido como essencial ao ensino de línguas, e algumas inovações educacionais e pedagógicas com as quais ele sonhava acabaram chegando às escolas. Comenius morreu em 1670, aos setenta e oito anos, mas parte de sua obra ficou perdida até

a década de 1930, e, apenas em 1966, chegou a Praga.

Mas as idéias inovadoras de Comenius e de outros pensadores foram temporariamente deixadas de lado, com o retorno da tradicional escola de gramática, controlada pela igreja anglicana. Em 1662, no reinado de Charles II, foi fundada a Sociedade Real (Royal Society) - um fórum de atividades intelectuais - cujo interesse era promover uma língua universal que ocuparia o lugar do latim. Essa língua alternativa não seria uma língua artificial, mas o francês, a língua falada pelas pessoas cultas e pelos que detinham o poder na Europa. Houve, então, uma grande procura por professores de francês, e, alguns deles começaram a ensinar também o inglês, para os falantes de francês, especialmente nas décadas de 1670 e 1680, quando aumentou consideravelmente o número de refugiados. Entre os professores franceses que contribuíram para o ensino de língua inglesa, como língua estrangeira, destacam-se Paul Festeau e Guy Miège, cujo livro intitulado New Method of Learning English (Novo Método para se Aprender Inglês), publicado em 1685 (HOWATT, 1984, p. 53), fez com que o ensino de língua inglesa como língua estrangeira alcançasse um padrão de profissionalismo e excelência, que até então não havia conseguido atingir. Depois de Miège, poucos livros para o ensino de inglês como língua estrangeira foram publicados na Inglaterra, em parte porque as questões políticas e religiosas que levaram muitos estrangeiros a procurarem asilo na Inglaterra não ocorreram novamente, senão após a Revolução Francesa, ou seja, depois de 1790. Pode-se perceber, então, que até esse ponto da história, a ênfase era na oralidade, pois essa era a necessidade básica dos refugiados que aportavam na Inglaterra: a comunicação oral.

Mas isso não significa que fora da Inglaterra o interesse pela língua inglesa tenha diminuído. Pelo contrário, o interesse cresceu e espalhou-se pela Europa. Começou na Holanda, França, Alemanha e Dinamarca, que eram países próximos à Inglaterra, mais tarde estendendo-se para outras nações mais distantes.

Muitas pessoas tomavam conhecimento de autores ingleses por meio de traduções feitas para o francês, porém algumas achavam não ser essa a forma ideal de se estudar a filosofia e literatura inglesas, e assim propuseram-se a aprender a língua inglesa, para que, dessa forma, pudessem ler as publicações originais. Segundo Howatt (1984, p. 64), "Britain was in some respects a political maverick, even vaguely 'subversive' in a century of hierarchies and absolute monarchs". Por isso o grande interesse de outros países em conhecer a produção literária inglesa. O fantástico aumento no interesse pela língua inglesa ocorreu no fim do século XVIII, devido à dramaturgia inglesa, em especial, devido aos trabalhos de Shakespeare. Nesse ponto, então, além da oralidade, surge a necessidade de priorizar também a leitura, principalmente devido às obras literárias inglesas, que ganharam prestígio e popularidade com as conquistas do império britânico.

Mesmo assim, o ensino de língua inglesa no século XVIII não era tão difundido quanto o foi no século XVII, pois os conflitos religiosos e políticos que alavancaram o ensino no século XVII não voltaram a acontecer senão após a Revolução Francesa, por volta de 1790, ou seja, fim do século XVIII.

Entretanto, o interesse pela língua inglesa continuou a crescer nos países mais próximos, como Holanda, França, Dinamarca e Alemanha, mais tarde chegando até a Rússia (final do século XVIII). Muitos aprenderam inglês por intermédio do francês, na época, a língua falada pela mais poderosa nação do continente europeu (HOWATT, 1984, p. 64).

O interesse em aprender a língua inglesa cresceu rapidamente no fim do século, ganhando espaço, até mesmo, nas escolas regulares. Os autores alemães demonstravam um grande interesse também pela fonologia inglesa, além de produzirem muitas gramáticas, especialmente a partir de 1780. Todavia, a grande descoberta foi o livro The Tutor, publicado por John Miller, na Índia, em 1797, destinado ao ensino de língua inglesa. Assim como vários outros livros, ele também começava por ensinar o alfabeto da língua inglesa, mas o que o tornava especial era a forma incomum com que tratava o ensino de pronúncia. O autor citava listas de exemplos de minimal pairs, tais como: men, then, hen, ten, pen, etc. E algumas de suas listas deixam bastante claro que ele trabalhava foneticamente, e não ortograficamente, como a grande maioria dos autores da época.

5 A PADRONIZAÇÃO DA LÍNGUA POR MEIO DO MATERIAL DIDÁTICO

Com todo esse interesse em torno da língua inglesa, durante a Idade Média, sentiu-se que era necessário descrever de forma mais precisa como a língua funcionava. A ortografia deveria ser uniforme, estável, portanto o ponto de partida foi a padronização da escrita, considerado por muitos o maior obstáculo no aprendizado. O alfabeto herdado do latim não combinava com os sons da língua inglesa, por isso foram necessárias algumas adaptações, como dígrafos, letras mudas, e outras. Para piorar a situação, a chegada da imprensa, no século XV, rompeu com as poucas regras ortográficas que já se estavam cristalizando na corte inglesa. A falta de um padrão definido impedia a verificação de erros ortográficos, simplesmente porque não se sabia se o que estava escrito estava certo ou errado.

De forma geral, os manuais eram assim escritos porque eram dirigidos a um público que tinha uma necessidade prática da língua inglesa. Um estudo descritivo mais científico da língua só veio a acontecer no século XIX.

O ensino de língua inglesa, no século XIX, foi caracterizado pela transição do Método da Gramática e Tradução para uma abordagem mais racional e prática. O Método da Gramática e Tradução caracterizava-se pelo estudo extensivo das classes gramaticais, flexões da língua e tradução das palavras e textos, sem dar muita importância ao conteúdo e às idéias expressas no texto. Embora o ensino de língua inglesa tenha evoluído e passado por diversas mudanças nos séculos XIX e XX, o Método da Gramática e Tradução ainda é bastante usado atualmente, pois muitos acreditam que a primeira habilidade do aluno de língua estrangeira é traduzir, e para isso precisa conhecer as classes gramaticais e as

flexões da língua alvo.

Três fatores foram fundamentais para o desenvolvimento do ensino de língua inglesa no século XIX. O primeiro, foi a inclusão do ensino de língua estrangeira no currículo escolar; em 1800, quase nenhuma escola ensinava línguas estrangeiras, a não ser algumas línguas clássicas, como latim e grego. Cem anos depois, em 1900, a maioria das escolas já havia incluído pelo menos uma língua moderna em seus currículos. Não foi fácil substituir o latim, uma língua morta - mas clássica - por uma língua moderna, que segundo os mais conservadores, qualquer pessoa seria capaz de aprender.

O segundo fator é mais difícil de se descrever, pois não existem muitos dados ou registros sobre ele. Trata-se dos motivos por que as pessoas aprendiam inglês. Em meados do século XIX os países europeus firmaram muitos contatos comerciais entre si, e também com países de outros continentes. Assim, as pessoas precisavam aprender inglês por razões práticas - precisavam estabelecer comunicação com os comerciantes de diferentes nacionalidades. As escolas e universidades não demonstravam muito interesse, daí a falta de registros, mas o mercado para o ensino de língua inglesa, especialmente inglês para negócios existia, e crescia rapidamente.

O terceiro fator foi a reforma. Durante todo o século, estudiosos apresentavam novas idéias de como tornar o ensino/aprendizagem de inglês como língua estrangeira, mais fácil ou mais simples. Infelizmente, muitas dessas idéias não eram aproveitáveis, porque não tinham embasamento teórico adequado.

A reforma trouxe conseqüências para a profissão de professor de língua inglesa no século seguinte. Nesse século, o educador tornou-se um profissional liberal, autônomo, e isso graças a duas tradições que tiveram início no século XIX: a lingüística aplicada e o método direto de ensino de inglês, no qual não era permitido o uso de outra língua que não fosse o inglês. A diferença é que no século XIX o inglês era ensinado para os falantes não-nativos, nas colônias britânicas, da mesma forma que era ensinado para os falantes nativos; o objetivo principal do ensino era fazer com que os povos colonizados assimilassem a cultura britânica por meio da literatura. Não havia nenhum programa de ensino feito especialmente para os falantes não nativos de língua inglesa; o programa usado era o mesmo que havia sido escrito por J. C. Nesfield para preparar jovens ingleses para os exames de admissão das Universidades de Oxford e Cambridge. Porém, no século XX, na década de vinte, percebeu-se que o inglês era uma segunda língua, com uma função prática, a comunicação entre grupos de diferentes nacionalidades, e alguns anos depois, mais precisamente na década de cinqüenta, estabeleceu-se mais claramente a diferença entre English as a Foreign Language (EFL) - inglês como língua estrangeira, e English as a Second Language (ESL) - inglês como segunda língua.

A principal diferença entre ESL e EFL está no grau de exposição à língua fora do ambiente escolar. Países que têm o inglês como segunda língua são aqueles em que a língua inglesa é amplamente usada como meio de comunicação

em certas áreas, como educação e governo; países que consideram o inglês uma língua estrangeira não o usam como meio de comunicação na educação ou em outros setores governamentais, mas a língua é aprendida na escola, para ser usada para viabilizar a comunicação com falantes da língua ou para ler textos em inglês, como no Brasil (PHILLIPSON, 1992, p. 24).

6 A EVOLUÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

Assim como o ensino de língua inglesa evoluiu no século XX, a profissão 'professor de língua inglesa' também realizou alguns progressos. Segundo Howatt (1984, p. 213-215), os primeiros passos foram dados em 1906, por Daniel Jones. Quando voltou de seus estudos na França, Daniel Jones conseguiu a permissão da Universidade de Londres, para dar uma série de palestras sobre a fonética do francês. Esse ciclo de palestras foi tão bem sucedido que foi repetido no ano seguinte, com a inclusão de palestras sobre a fonética da língua inglesa. Em seguida, foram implantados cursos de inglês para alunos estrangeiros, e o programa passou a incluir cursos sobre gramática funcional da língua inglesa. Desses cursos e palestras resultaram várias publicações consideradas importantes até os dias de hoje: The Pronunciation of English (1909), The English Pronouncing Dictionary (1917), e Outline of English Phonetics (1918).

As décadas de vinte e trinta foram extremamente importantes para a pesquisa e desenvolvimento do ensino de língua inglesa. Nesse período alguns nomes se destacaram: Harold Palmer, que desenvolveu estudos sobre o Método Oral de ensino destinado a alunos japoneses, autor de vários trabalhos nessa área, alguns com a co-autoria de sua filha, Dorothée Palmer. Michael West também foi outro importante nome na área de pesquisa. Seu objeto de estudo era vocabulário, e sua conclusão foi que havia uma necessidade premente de textos simplificados, com controle do grau de dificuldade das palavras usadas. Palmer e West trabalharam juntos para produzir uma lista de palavras - o Carnegie Report - *em* 1936. A partir de então, várias publicações foram feitas, e a contribuição de Palmer para o novo método de West foi bastante importante. Vale ressaltar também o trabalho de Lawrence Faucett, que lecionava inglês em vários países. Foi ele quem publicou o primeiro curso de inglês como língua estrangeira, em larga escala, usando o Método Direto. Esse trabalho foi publicado em 1933, pela Oxford University Press. Seu modelo de package course foi amplamente copiado mais tarde. O pacote consistia em livros de estudo, livros de leitura e livros de leitura suplementares, sempre divididos em quatro níveis de dificuldade, avaliados de acordo com o número de palavras: 500, 1000, 1500 e 2000 palavras, mais um conjunto de cartões de leitura e um dicionário ilustrado, contendo duzentas palavras. Quando voltou para a Inglaterra, em 1932, criou o primeiro curso de treinamento para professores de inglês como língua estrangeira, no Instituto de Educação da Universidade de Londres (HOWATT, 1984, p. 215).

C. E. Eckersley também ficou bastante conhecido por seu trabalho intitulado Essential English for Foreign Students, publicado pela primeira vez em 1938. Essential English era uma série de quatro livros que foram escritos para facilitar o aprendizado de língua inglesa. Eckersley criou personagens - um grupo de alunos que discutia suas dificuldades para falar inglês em situações do dia-a-dia com seu professor. Assim, situações-problema eram apresentadas de forma, leve e prazerosa. Essa série fez sucesso por cerca de trinta anos, e de certa forma lembrava o estilo dos materiais produzidos nos séculos XVI e XVII, que usavam diálogos para ensinar a língua.

As mudanças e progressos continuaram na década de trinta. Nesse período foi fundado o British Council, que surgiu para dar apoio aos educadores. Além de ajudar a estruturar a profissão, o British Council, após a Segunda Guerra Mundial, lançou um periódico com artigos relevantes, para professores de língua inglesa, além de oferecer treinamentos e cursos para professores e alunos estrangeiros. O sucesso do British Council chamou a atenção dos Estados Unidos. O instituto de língua inglesa da Universidade de Michigan demonstrou um interesse especial, passando a investir mais nessa área.

Nesse mesmo período, os ventos da mudança voltaram a soprar na Inglaterra. Estudiosos chegaram à conclusão que alunos adultos que precisavam da língua inglesa, por razões específicas, beneficiariam-se de materiais escritos especialmente para eles. Assim nasceu a idéia de English for Specific Purposes (ESP). O processo de ensino tinha algo de semelhante ao ensino de inglês comercial, ensinado no século XIX, mas era mais completo; incluía o inglês técnico usado em várias áreas específicas, como o inglês usado por estudantes de informática, medicina ou engenharia.

A tecnologia também teve um importante papel no ensino de língua estrangeira. O uso de discos teve alguma influência positiva, mas era complicado fazer gravações. O problema foi superado quando surgiram as fitas cassete e os gravadores. Há registros de laboratórios montados para a marinha americana, durante a Segunda Guerra, e a Universidade de Michigan relata que, em 1949, desenvolveu um laboratório de línguas, em que grupos de seis alunos podiam trabalhar juntos, cada um com duas máquinas, uma para ouvir e uma para gravar sua própria voz, antes mesmo da Inglaterra, que só conseguiu realizar tal feito no fim da década de cinqüenta. O rádio também foi usado: durante a Segunda Guerra eram transmitidas, via rádio, aulas de inglês com duração de cinco minutos cada. Entre os equipamentos audiovisuais, os filmes é que eram realmente bons. A era da televisão ainda estava longe, e, quando surgiram os aparelhos, eram muito caros e sua instalação em escolas não era nada prática.

7 MÉTODOS E ABORDAGENS

Nos anos sessenta, outras mudanças, dessa vez políticas e econômicas, além das tecnológicas, afetaram as relações entre a Inglaterra e o resto do mundo. As colônias tornaram-se independentes e tiveram de escolher entre permanecer com o inglês como segunda língua ou estabelecer sua língua materna como língua nacional, levando em consideração suas aspirações e a realidade da comunicação global. Outra conseqüência da independência das colônias foi a emigração de grande número de habitantes das colônias britânicas, agora independentes. Isso desencadeou novas mudanças no ensino de inglês na Inglaterra. Projetos de ensino foram desenvolvidos e aplicados, e surgiram novas técnicas que, mais tarde, foram associadas à abordagem comunicativa.

A abordagem comunicativa surgiu na década de 70, em decorrência de uma série de eventos que tiveram início com as idéias de Chomsky, lingüista que revolucionou a lingüística geral e a lingüística aplicada com seus conceitos de competência e desempenho. Hymes aperfeiçoou o conceito de competência comunicativa, afirmando que é o conhecimento (prático e não necessariamente explicitado) das regras psicológicas culturais e sociais que comandam a utilização da fala num quadro social" (HYMES, apud SILVEIRA, 1999, p. 73). Esse conceito de forma alguma exclui a competência lingüística, que é o conhecimento gramatical, que sozinha não é suficiente para que a interação social ocorra. Pode-se dizer que essa abordagem nasceu da preocupação com o uso efetivo da língua e com a interação em situações reais, como o trabalho, viagens, escola, encontros sociais, etc. Assim, a abordagem comunicativa passou a atender às necessidades de aquisição de línguas das pessoas que precisassem aprender uma língua estrangeira para alguma finalidade específica. Em 1980, começaram a ser publicados materiais didáticos na abordagem comunicativa.

Segundo essa abordagem, além do conhecimento lexical e gramatical, para nos comunicarmos eficazmente, precisamos dominar as regras de uso da língua. Para haver interação lingüística, é preciso haver um contexto, participantes, um assunto e intenções expressas pelos atos de fala dos participantes.

A didática de línguas progrediu e diversificou-se bastante no século XX, e outras abordagens e métodos influenciaram o ensino de línguas, além da abordagem comunicativa. Entre outros, vale mencionar:

MÉTODO / ABORDAGEM	PERÍODO	LOCAL	IDEALIZADORES	CARACTERÍSTICAS
Método da Gramática e Tradução	Fim do século XVIII	Alemanha	Johann Valentin Meidinger (1756 - 1822), mas o primeiro curso para o ensino de língua inglesa foi escrito por Johann Christian Fick	- A aprendizagem ocorria pela memorização de regras e classes gramaticais; - Foi desenvolvida para uso em escolas; - O controle da aprendizagem era rígido, não era permitido errar; - A interação professor/aluno era praticamente inexistente; - Enfatizava a escrita e a leitura, negligenciando a oralidade; - Substituía os textos tradicionais por exemplos.
Método Direto	1940	Europa	François Gouin and Charles Berlitz	- A aprendizagem da língua deve se dar em contato direto com a língua alvo. - Ênfase na oralidade; - Não havia interação entre os alunos; - O professor era o centro do processo de ensino; - A linguagem do cotidiano devia ser enfatizada. - A transmissão do conhecimento devia acontecer por meio de gestos, figuras, dramatização, sem jamais recorrer à tradução.
Método Audiolingual	1940 1950	Estados Unidos	Leonard Bloomfield, Robert Lado, Charles Fries, Nelson Brooks e outros	- A gramática era ensinada por meio de modelos e exemplos; - Havia bastante prática oral; - Usavam-se muito fitas, laboratórios, e gravuras; - Estruturas eram ensinadas mediante exercícios de repetição; - Ênfase na oralidade; - O vocabulário era apresentado de forma contextualizada;

Método estrutural Situacional	1950 1960	Reino Unido	Harold Palmer e A. S. Hornby, nas décadas de 20 e 30, sendo legitimado apenas em 1950.	- Base estrutural e behaviorista; - A gramática era ensinada de forma indutiva; - Narrativas e diálogos contextualizados; - Exercícios de substituição; - A língua falada tinha prioridade; - O professor centralizava a comunicação; - Os exercícios gramaticais eram mecânicos; - Leitura e escrita só ocorriam mais tarde; - Elementos culturais da língua alvo eram apresentados nos temas das lições e nos diálogos;
Método Estruturo-Global Audiovisual	Anos 50 (primeiro curso desenvolvido em 1962)	França e Iugoslávia	Petar Guberina e Paul Rivenc	- Usava-se a língua como meio de interação social; - O professor era o orientador e conselheiro; - O aluno devia sentir-se responsável por seu aprendizado; - A aprendizagem era um ato coletivo;
Método comunitário de Curran	1960-1970		Charles A. Curran	- Era permitido o uso da língua materna; - O aluno devia reagir a um estímulo ou comando dado pelo professor; - Os alunos podiam trabalhar em grupos de dois ou três componentes; - Estimulava o entusiasmo dos alunos na sala de aula;
Método do Movimento (Total Physical esponse Method)	Por volta de 1965	Estados Unidos	James Asher	- A música é um recurso bastante usado para liberar os poderes mentais dos alunos, ajudando-os a serem mais receptivos à língua; - A dramatização também era usada, pois cada aluno tinha, assim, a oportunidade de viver novos papéis; - Utilizava-se a tradução para a compreensão dos textos; - Procurava-se destruir todas as barreiras psicológicas que bloqueiam a aprendizagem.

MÉTODO / ABORDAGEM	PERÍODO	LOCAL	IDEALIZADORES	CARACTERÍSTICAS
Método Sugestopédico	Por volta de 1965	Estados Unidos	Georgi Lozanov	- Os conteúdos - Os conteúdos eram apresentados em forma de atos de fala; - As funções eram apresentadas em português, seguidas das frases necessárias em inglês; - O grau de dificuldade aumentava à medida que as lições e os estágios fossem progredindo; - As quatro habilidades (ler, escrever, ouvir e falar) eram estudadas; - A gramática era mais cuidadosamente abordada nos exercícios escritos.
Método funcional - Nocional Abordagem Natural	Década de 70 Fim da década de 70	Bulgária	Tracy Terrel e Stephen Krashen	- Diferenciou *aquisição* de *aprendizagem;* - O aluno seguia uma ordem natural dos elementos gramaticais da língua alvo; - A produção oral e a escrita emergiam naturalmente depois que o indivíduo passasse por um processo de compreensão;
Método do Silêncio ou Silent Way	Fim da década de 80	Reino Unido	Caleb Gattegno	- Usava recursos da didática da matemática; - O silêncio servia para favorecer a concentração e a retenção da aprendizagem; - O ensino era feito por meio de regras, quadros e tabelas dos itens estudados; - A língua era considerada um meio de expressão, levando-se em conta a emoção e os sentimentos; - Não havia um programa preestabelecido;

8 CONCLUSÃO

Ao se analisarem os métodos e abordagens de ensino, percebe-se que todos enfatizam o estudo da língua. Ora valoriza-se um conjunto de palavras isoladas, ora as estruturas gramaticais, noções ou funções da língua. Alguns métodos, além do estudo da língua, levam em conta a psicologia da educação: o processo e as condições de aprendizagem. O professor é o modelo a ser seguido, exceto na abordagem comunicativa, pois nela o professor tem diversos papéis, mas não é visto como autoridade. Não se pode dizer que exista um método perfeito. Todos têm pontos positivos e negativos. Portanto, como observa Silveira (1999, p. 96), atualmente, defende-se uma abordagem eclética, usando-se técnicas de diferentes métodos, adaptando-as aos propósitos pedagógicos que se almeja alcançar. Assim, o aluno também passa a ter um papel mais ativo, desenvolvendo uma maior independência e autonomia, em relação a sua aprendizagem.

Por tudo que já foi mencionado sobre a história do ensino de línguas, em especial a língua inglesa, temos a trajetória educacional que leva à expansão do conhecimento do idioma

REFERÊNCIAS

CRYSTAL, D. **English as a global language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **The Cambridge encyclopaedia of the English language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FAERCH, C.; KASPER, G. **Strategies in interlanguage communication.** UK: Longman, 1983.

FROMKIN, V.; RODMAN, R. **An introduction to language**. 6th ed. United States of America: Harcourt Brace College Publishers, 1998.

HOWATT, A. P. R. **A history of English language teaching.** Oxford: Oxford University Press, 1984.

JOOS, M. **The five clocks**: a linguistic excursion into the five styles of English usage. United States of America: Harcourt Brace college Publishers, 1967.

LIGHTBOWN, P.; SPADA, N. **How languages are learned**. Oxford: Oxford University Press, 1993. (Oxford Handbooks for Language Teachers).

LOPES, L. P. da M. **Oficina de lingüística aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Brasil: Mercado de Letras, 1998.

NUNAN, D. **Language teaching methodology**: a textbook for teachers. UK: Prentice hall International, 1991. (English Language Teaching Series).

PHILLIPSON, R. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992. (Oxford Applied Linguistics).

SILVEIRA, M. I. M. **Línguas estrangeiras**: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino. Maceió: Edições Catavento, 1999.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction. Great Britain: Penguin Books, 1974.

TEORIA DA GESTÃO DA FUNÇÃO ORGANIZACIONAL POLÍTICA - ENFOQUE POLÍTICO NA IMPLANTAÇÃO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

TATIANE BÁNISKI KOÇAN
Graduada em Publicidade e Propaganda pela PUCPR. Especialista em Marketing Empresarial pela UFP. Mestranda de Comunicação Social da PUCRS, Coordenadora do Curso de Publicidade e Propaganda e Professora dos cursos de Comunicação Social - FACE.
E-mail: tattybkocan@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo buscou analisar e sintetizar a teoria proposta por Simões (1995, 2000), propondo-se a contribuir para a compreensão da atividade de Relações Públicas sob o enfoque da função organizacional política. À medida que as instituições de ensino superior se utilizam de práticas comunicacionais para projeção de sua imagem, bem como para qualificação das informações transmitidas à comunidade e sociedade em geral; constata-se a relevância de se estabelecer um canal eficiente e permanente entre a instituição e a comunidade. Nesse sentido, propomos a implantação de assessoria de comunicação integrada, para conduzir à integração dos interesses comuns entre a instituição e os públicos, no sentido de evitar os conflitos que possam vir a emergir, levando-os à cooperação e, conseqüentemente, consecução de sua missão.

Palavras-chave: relações públicas, função organizacional política, relações de poder, públicos, micropolítica.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing and synthesizing the theory that was proposed by Simões (1995, 2000), offering to contribute to the understanding of the job of Public Relations focusing on political organizational function. As higher education institutions make use of communication practices to project their image, as well as to qualify the information that is transmitted to the community and society, it is noticed the relevance of establishing an efficient and permanent link between the institution and the community. So we propose the implantation of an advisory body of communication, to integrate the common interests of the institution and the community, in order to avoid the conflicts that may emerge, promoting cooperation and, consequently, carrying out their mission.

Key-words:

1 INTRODUÇÃO

A Teoria da Gestão da Função Política constitui a rede teórica proposta por Simões (1995, 2000), e fundamenta-se num conjunto lógico de deduções, cujo objetivo principal é o estabelecimento de um sólido referencial teórico que se torne comum à atividade de Relações Públicas. Para o autor, na função organizacional política, as ações estão diretamente relacionadas ao processo de exercício de poder/comunicação interno e externo à organização.

O enfoque de organização como sistema político, proposto por Simões (1995), possibilitou verificar que o exercício do poder está diretamente relacionado à gestão da função organizacional política, operacionalizada pela atividade profissional de Relações Públicas. Uma vez que o objetivo da atividade é a consecução da missão organizacional, tendo como suporte ético à legitimação das decisões e das ações organizacionais, verificado em Simões (2001); concluímos que a atividade de Relações Públicas contribui para o processo legitimante das organizações.

2 CONTEXTO CIENTÍFICO

Na era em que a informação constitui fonte de poder, a universidade tornou-se o local de legitimação do saber, responsável pela produção e disseminação do conhecimento científico, como pela operacionalização da ciência.

De acordo com Simões (1995, p.25), a ciência constitui um "complexo orgânico e sistemático dos conhecimentos que se têm sobre uma determinada ordem de fenômenos da natureza e da sociedade". A comunidade científica objetiva prever e controlar esses fenômenos, naturais e sociais, contudo sua verificação e posterior entendimento somente é possível após sua ocorrência. Dessa maneira, constata-se que não existe ciência a priori do fenômeno.

A ciência produz teorias, que são compostas por conceitos, definições, princípios e leis. Quando logicamente interligados, esses elementos compõem uma rede teórica caracterizada por uma determinada área do conhecimento científico designada por disciplina.

Segundo Demo (2000), as teorias promovem a abertura de horizontes, nos quais a ciência é produtora de conhecimentos provisórios a partir de verdades contestáveis. Nessa perspectiva, emerge o paradigma popperiano, o qual apresenta a falibilidade do conhecimento da ciência. Todo conhecimento é reconstruído na produção de novas teorias, sob o critério da falsicabilidade da ciência. O conhecimento científico supera os limites existentes, pois cada descoberta implica a ampliação desses limites e horizontes. O saber é dinâmico, a cada momento surgem

novas descobertas, o que não quer dizer que uma teoria se esgotou ao surgir uma nova, mas que novos campos de visão foram descortinados. O fascínio exercido pelo conhecimento científico reside no fato de que as teorias são passíveis de refutação, ou seja, as teorias se tornam obsoletas, mas não inválidas, incorretas.

Conforme Simões (1995), constata-se a inexistência de uma ciência que teorize sobre a atividade de Relações Públicas, apresentando um conjunto de elementos que possibilitem a compreensão de certos fenômenos sociais interligados ao campo da atividade.

Paralelamente, evidencia-se a diversidade conceitual utilizada pela comunidade científica e de docentes de Relações Públicas[1] , em que conceitos básicos como definição, natureza, objetivos e terminologias, encontram-se obscuros confundindo ainda mais sua compreensão. Desse modo, constata-se a necessidade de construção de um referencial teórico consistente e comum ao ensino da teoria e da atividade de Relações Públicas.

Para Simões (2001), é mister a elaboração de um *rationale*[2] que permita tanto o diagnóstico quanto o ensino de terceiro grau. Sob essa perspectiva, o autor apresenta a construção de rede teórica para a atividade de Relações Públicas, sob o enfoque político; empenhando-se em evidenciar que a atividade não significa tão somente o emprego isolado de técnicas, uma prática característica dos tarefeiros, mas essencialmente uma função estratégica, fundamentada na teoria política. Os profissionais de Relações Públicas exercem a função de articuladores de políticas organizacionais, visando ao estabelecimento da sintonia com os públicos e a execução de ações legítimas para a consecução da missão organizacional.

3 REDE TEÓRICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

A rede teórica proposta por Simões fundamenta-se num conjunto lógico de deduções, que têm por objetivo a criação de um código que se torne comum à comunidade de Relações Públicas. A rede teórica seria facilitadora do processo de ensino-aprendizagem da atividade, posicionando o conhecimento científico em nível científico-tecnológico.

Nesse sentido, o autor propõe a existência da função política, que como as demais funções gerenciais[3] , necessita ser gerenciada. Considere a existência

1 *Relações Públicas* constitui um termo de vários significados, o que ocasiona seu uso equivocado. Usado para designar o processo, função, atividade, profissional, cargo, profissão; além disso, é um termo que só existe no plural, que no âmbito do idioma castelhano, intitula-se *pluralia tantum*. Nesse sentido, Simões (2001) propõe, mais por convenção do que seguindo as normas da língua portuguesa, a utilização da abreviatura RRPP.

2 Para o autor, *rationale* é um termo latino usado cientificamente, significando *razão lógica, base lógica de qualquer coisa*.

3 Simões (1995,2000) referencia as funções organizacionais como apresentando seis funções: de marketing, produção, recursos humanos, financeira, pesquisa e desenvolvimento e de administração geral; propondo a existência de uma sétima função: a função política.

intrínseca da função política no ambiente das organizações, a partir de Simões que afirma: "Por tal, entendam-se a filosofia, as políticas e as ações inter-relacionadas que, sob o enfoque de relação de poder/comunicação, visam à consecução da missão organizacional" (SIMÕES, 2001,p.51). Ou seja, as relações de poder se referem às interações dos comportamentos dos atores, em que as relações sociais constituem um jogo complexo, no qual emergem os conflitos. Ou, ainda, com que se estabelece uma relação de poder, ocorre a possibilidade de aparecimento de força contrária ou de resistência e de conflito, em contrapartida à cooperação.

Assim, a premissa inicial da rede teórica proposta pelo autor constitui a causa da existência da atividade profissional. Ora, as organizações são pressionadas tanto interna quanto externamente pelos agentes de influência[4] , que procuram influenciar ou mesmo impor suas necessidades e decisões, caracterizando, dessa forma, a iminência do conflito, que se constitui num impasse no processo decisório.

Nesse sentido, o objetivo da atividade de Relações Públicas é a busca da cooperação mútua no sistema social e de organização pública, em detrimento dos conflitos, visando à consecução da missão organizacional[5] . O objeto material da rede teórica é constituído pelo sistema social organização-públicos e a díade cooperação/conflito compõe seu objeto formal.

Para contribuir para o esclarecimento da atividade de Relações Públicas, Simões apresenta a seguinte definição conceitual:

> Como ciência, Relações Públicas abarca o conhecimento científico que explica, prevê e controla o exercício de poder no sistema organização-públicos. Como atividade, Relações Públicas é o exercício da administração (subsistema) política organizacional, enfocado através do processo de comunicação da organização com seus públicos (SIMÕES, 1995,p.42)

Contudo, em Simões (2000, p.51), verifica-se como definição conceitual, "a atividade (profissional) de Relações Públicas é a Gestão da Função Organizacional Política".

Observamos que a atividade de Relações Públicas é operacionalizada

4 O termo *agentes de influência* e não públicos, citado por Simões (2001), da teoria de Minztberg, evidencia a relação de poder que esses agentes exercem nas organizações, uma vez que são influenciados e influenciam esse ambiente, caracterizando o enfoque político no sistema organização-públicos. Paralelamente, a comunidade científica de RRPP discute e propõe uma nova conceituação de públicos, ressaltando que a classificação atual, conforme o grau de proximidade (público interno, externo e misto), não contempla as mudanças organizacionais que vêm ocorrendo, sendo, portanto, insatisfatória.

5 Pode-se verificar que Simões (1995), apresenta como objetivo da atividade de RRPP a legitimação das ações organizacionais. Contudo, ao realizar revisão da rede teórica, em sua nova obra Simões (2000) propõe ,como novo objetivo, a busca da cooperação no sistema organização-públicos.

por meio de quatro funções básicas:

a) diagnóstico do sistema organização-públicos;
b) prognóstico do sistema;
c) assessoramento das chefias sobre as políticas organizacionais; e
d) implementação de programas de comunicação. Esse conjunto de funções também pode ser designado como programa da atividade.

O processo de Relações Públicas desenvolve-se a partir da intervenção de variáveis independentes, como a ação e a comunicação, ou pela ação e discurso[6]. Essas variáveis ou bases de poder caracterizam-se como instrumentos para o exercício do poder no sistema.

O elemento que se faz comum a essas bases de poder, ativador e organizador do processo, é a informação, que se apresenta como matéria-prima da atividade de Relações Públicas. A informação proporciona a redução das incertezas no sistema organização-públicos.

À luz dessas questões, com referência ao aspecto político, constata-se que as relações de poder permeiam as relações sociais, pois o poder se exerce nas relações humanas.

Nesse sentido, Simões (2000) apresenta a disciplina da Micropolítica, num esforço para esclarecer a relação existente entre a atividade de Relações Públicas e as relações de poder nas organizações. O autor justifica que as disciplinas de Relações Públicas e da Micropolítica, são construídas pelos mesmos objetos, objetivos e princípios, justificando e explicando sua equivalência.

4 INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO

O conhecimento, produzido e disseminado, encontra na instituição de ensino superior local ideal para seu desenvolvimento e aprimoramento. Dessa maneira, constatamos a relevância das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio do compromisso e responsabilidade social que exercem perante a sociedade e comunidade.

De acordo com Simões (1995, p.23), "[...] a universidade é uma instituição cujo objetivo é desenvolver e divulgar o conhecimento para trazer benefícios à sociedade, fazendo-o por meio de atividades de pesquisa, de ensino, de graduação e pós-graduação e de extensão".

Semelhante visão é compartilhada por Rego (1986), para quem o compromisso social de uma instituição, seja ela pública ou privada, se dá por meio da

6 Constata-se que o processo de legitimação organizacional está construído na articulação entre o *discurso* e a ação. Não é suficiente que as organizações adotem, executem ações consideradas justas ou em conformidade com os interesses de seus públicos, é relevante mantê-los informados, divulgando essas ações.

relação que estabelece com a comunidade, num esforço para administrar conflitos e pressões sociais.

Nota-se o enfoque político que envolve as instituições de ensino superior e a comunidade, em consonância com a teoria de Simões. Desse modo, as instituições de ensino superior visam resgatar sua função social, pela participação no processo de desenvolvimento local e regional.

As IES utilizam práticas comunicacionais para projeção de sua imagem, bem como na qualificação das informações transmitidas à comunidade e sociedade em geral; num processo intitulado de legitimação social. Portanto, constata-se a relevância de se estabelecer um canal eficiente e permanente entre a instituição e a comunidade.

Nessa perspectiva, as assessorias de comunicação cumprem eficazmente seu papel de diminuir o distanciamento existente entre a instituição e seus públicos; contribuindo na construção e consolidação desse relacionamento.

5 FUNDAÇÃO MUNICIPAL FACULDADE DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA (FACE)[7]

A FACE, localizada no município de União da Vitória e fundada em 19 de setembro de 1974, obteve, em de 30 de novembro de 1979, pelo MEC, o reconhecimento, tornando-se, a partir de então, um dos maiores pólos universitários da região do médio Iguaçu.

A instituição iniciou suas atividades com os cursos de Administração e Ciências Econômicas, ampliando o seu perfil na área de Ciências Empresariais em 1994, com a implantação do curso de Ciências Contábeis. Em 1996, passou a atuar, também, no Ensino Médio, criando o Colégio Técnico de União da Vitória (Coltec), voltado à formação técnico-profissionalizante, com o curso de Processamento de Dados.

No ano de 1999, ocorreu a implantação da Habilitação em Comércio Exterior no Curso de Administração e do Curso de Comunicação Social, Habilitação em Relações Públicas. No ano seguinte foi a vez do curso de Turismo, que forma sua primeira turma este ano.

Contudo, o aumento de oferta de cursos oferecidos pela FACE, fez com que a denominação da Instituição mantenedora e mantida ficasse ultrapassada. A mudança da denominação de Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, para Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória, sancionada pelo prefeito municipal, possibilitou a ampliação dos novos cursos. No ano de 2001, foram implantados mais dois novos cursos, Secretariado Executivo e Licenciatura em Informática. Conforme o planejamento

7 Dados fornecidos pela Assessoria de Planejamento da FACE.

de expansão da Instituição, ano de 2002, os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda foram implantados; Neste ano de 2003, atendendo a uma demanda regional, Educação Física, Engenharia Industrial da Madeira e Informática de Gestão completaram o número de 13 cursos, em funcionamento na FACE.

Atualmente, o quadro educacional da instituição é composto por cerca de 1.700 alunos, distribuídos entre os diversos níveis de ensino; e seu corpo docente, entre efetivos e contratados, é constituído por 81 professores, distribuídos no ensino médio, graduação, e pós-graduação.

6 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

As instituições de ensino superior, por sua função social, e pela relação que estabelecem com diversos públicos, necessitam de um planejamento específico de suas políticas de comunicação. Dessa maneira, ressaltamos a ineficiência de ações parciais e isoladas de comunicação. A construção de uma política global para a FACE, não implica apenas a elaboração de jornais, boletins, releases ou espaços nos veículos de comunicação; a função de uma assessoria de comunicação possibilita uma ampla gama de ações.

Rego (1986, p.9-10) afirma que:

> [...]a implantação de sistemas de comunicação em organizações, públicas ou privadas, exige um minucioso planejamento, voltado para a multiplicidade dos atos comunicativos". [...] a visão de comunicação como estratégia de desenvolvimento é o que a torna eficaz, "[...] como uma ação integrada de meios, formas, recursos, canais e intenções, [...] como forma de impulsionar e assessorar a administração na conquista de melhores resultados.

Vale lembrar que o exercício da comunicação entre a FACE, e seus públicos (alunos, docentes, funcionários, fornecedores, órgãos públicos e privados, comunidade, sociedade, demais instituições de ensino superior, etc), pode ser mais bem refletida e operacionalizada.

Essa atribuição poderia ser repassada ao Curso de Comunicação Social, que busca, a partir da aplicação de práticas pedagógicas, formar estrategistas da comunicação. Instituímos, como função didático-pedagógica, instigar o crescimento intelectual dos acadêmicos das habilitações de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Jornalismo. É mister utilizar o potencial criativo dos acadêmicos, levando-os a pensar e debater, para que possam propor novas práticas comunicativas, promovendo, assim, a diminuição da distância entre a teoria ensinada e a prática estabelecida pelo mercado.

Kunsch (1992), propõe um sistema de comunicação integrado, caracterizado pela ação e planejamento conjunto de três tipos de comunicação:

a) administrativa (comunicação interna): que ocorre dentro da organiza-

ção ou instituição, envolvendo as redes, os fluxos e os canais/veículos de comunicação;

b) mercadológica: envolvendo o composto de comunicação e objetivando a projeção dos produtos e serviços da instituição; e

c) institucional: projeta a imagem institucional e todas as ações realizadas têm como objetivo a obtenção de credibilidade e aceitação, garantindo a cooperação dos públicos e mantendo a boa imagem da instituição.

Nessa perspectiva, propomos a criação de uma Assessoria de Comunicação Integrada para a FACE, operacionalizada pelos acadêmicos dos cursos de Comunicação Social da instituição, por meio da Agência Experimental de Comunicação Integrada.

A comunicação integrada que se propõe aqui utiliza todas as ferramentas da comunicação institucional e mercadológica, visando ao estabelecimento de práticas de comunicação realmente eficientes com todos os seus públicos. Nessa visão, percebe-se que o responsável pela assessoria de comunicação necessita manter contato direto com o centro decisório da instituição, facilitando o planejamento das políticas de comunicação, de acordo com o planejamento estratégico da instituição.

Para efetivação da Agência Experimental de Comunicação Integrada e definição de suas atribuições específicas a cada habilitação, buscamos as obras de Rego (1986), Kunsch (1992), Kopplin (1993), FENAJ (1994) e Simões (1995,2001).

A seguir, listamos as atribuições básicas de cada habilitação dos Cursos de Comunicação:

a) **Publicidade e Propaganda**

Kopplin (1993, p.17) define as atividades de Publicidade e Propaganda, na assessoria de comunicação, como:

> [...] criar e executar as peças publicitárias e de propaganda, escolhendo os veículos mais adequados para sua difusão e as agências para intermediação; planejar, coordenar e administrar a publicidade, propaganda, publicidade legal, campanhas promocionais e estudos mercadológicos; e participar na definição das estratégias de comunicação.

Rego (1986) afirma que o publicitário é responsável pelo estabelecimento da imagem e consolidação da reputação. O autor aponta, como função do publicitário, a divulgação de informações, levando os produtos e serviços ao conhecimento dos públicos-alvo.

É função específica do publicitário o planejamento, execução e administração de campanhas de comunicação com o mercado, por meio da publicidade e da propaganda, assim como a utilização de várias formas de comunicação, como a promoção de vendas, o merchandising, o marketing direto, entre outras.

Como o produto de uma instituição de ensino superior é o saber, cabe ao setor de publicidade e propaganda contribuir na divulgação da produção técnico-científica da instituição.

b) **Relações Públicas**

As ações de Relações Públicas, planejadas em conjunto com os demais setores, gerarão retornos significativos a médio e longo prazo, visando à construção de uma identidade para a instituição. Para a Federação Nacional dos Jornalistas(FENAJ ,1994), a área de Relações Públicas tem como função a identificação dos problemas da empresa ou instituição e apresentação das soluções, a fim de melhorar o relacionamento dos assessorados com seus vários públicos.

A função do profissional de Relações Públicas, segundo Kopplin (1993), é a de criar, planejar e executar programas de integração interna e externa. A esses profissionais cabe ainda a realização de pesquisas para se diagnosticar as atitudes, hábitos e expectativas dos públicos relevantes à instituição.

Para Kunsch (1992), que nessa obra desenvolve trabalho voltado às universidades, as tarefas de Relações Públicas específicas a esse tipo de instituição são, entre outras, a organização de eventos culturais e científicos; planos de visitas; programas de comunicação interna (boletins, relatórios, jornais, murais, vídeos); banco de dados dos públicos que interessam a instituição (direção, funcionários, docentes, poderes públicos, comunidade local, associações de classe, entidades científicas, etc.); projetos especiais desenvolvidos especificamente para esses públicos, conforme a necessidade. Também é responsabilidade do profissional de Relações Públicas à coordenação de campanhas institucionais, pesquisas de opinião e o que envolver a identidade corporativa da instituição (criação e uso de elementos visuais como, nome, simbologia, cores, etc.). Pode-se incluir trabalhos de produção cultural (promoção de concursos, premiações, homenagens, exposições, etc). Enfim, cabe ao profissional de Relações Públicas todas as atividades que envolvam a comunicação institucional, que visem estabelecer relações de confiança entre a instituição e seus públicos.

c) **Jornalismo** (Assessoria de Imprensa)

Para a FENAJ (1994), assessoria de imprensa envolve a administração recíproca de informações jornalísticas e do fluxo das fontes aos veículos de comunicação. As atividades de uma assessoria de imprensa, segundo Kopplin (1993), podem ser definidas como:

- relacionamento com veículos de comunicação (por meio de releases, press-kits, sugestões de pauta, etc.);
- controle e arquivo de informações divulgadas sobre o assessorado;

- organização e atualização de mailing-list;
- edição de periódicos destinados aos públicos interno e externo (boletins, revistas, jornais);
- participação na elaboração de fotografias, vídeos, programas de rádio e televisão; e
- participação na definição de estratégias de comunicação, em conjunto com os setores de propaganda e relações públicas.

Kunsch (1992) complementa essas atividades, incluindo ainda a seleção e o clipping de notícias e a organização de material informativo para a imprensa, em eventos especiais.

A Assessoria de Comunicação Integrada se faz por meio da associação de ações de publicitários, relações públicas e jornalistas. A utilização de instrumentos de comunicação isolados como a divulgação de mensagem publicitária, de release, ou a organização de evento, são insatisfatórios para a construção e solidificação de uma imagem positiva da instituição. Essas ações tornam-se realmente eficazes, se as mensagens forem destinadas ao público certo, na hora e forma apropriadas, e constituídas por meio de linguagem unificada.

7 FUNÇÃO ORGANIZACIONAL POLÍTICA: APLICAÇÃO DA TEORIA

A criação de Agência Experimental Integrada possibilitaria aos acadêmicos do Curso de Comunicação Social da FACE, o desenvolvimento e aprimoramento de suas competências e habilidades; por meio do exercício das funções específicas de cada habilitação, citadas anteriormente.

No entanto, toda a responsabilidade pelo gerenciamento da função organizacional política, que se refere às relações de poder entre a instituição e os agentes de influência, seria da Assessoria de Comunicação Integrada da FACE, composta por docentes/profissionais da área. De acordo com Simões, "essa função contém as ações relacionadas com o processo de exercício de poder/comunicação interno e externo à organização" (SIMÕES, 1995, p.51).

A função organizacional política, por meio de um conjunto de programas de ações que envolvem políticas, normas, procedimentos, atividades, serviços e produtos; conduz à integração dos interesses comuns entre a instituição e os públicos, no sentido de evitar os conflitos que possam vir a emergir, levando-os à cooperação e, à conseqüentemente consecução de sua missão.

A Assessoria de Comunicação, gerenciada por profissional de Relações Públicas, com auxílio de publicitários e jornalistas, coordenaria as quatro funções operacionais básicas da atividade de Relações Públicas, de acordo com Simões (1995), a seguir:

Diagnóstico: elaboração do briefing; pesquisa e análise da instituição

(histórico, objetivos, estrutura, filosofia, políticas, produtos e serviços, etc.); pesquisa e análise do contexto cultural, econômico, político e ideológico no qual a instituição está inserida; pesquisar, relacionar e caracterizar os públicos; pesquisa e análise dos interesses, atitudes, opiniões e expectativas desses públicos e pesquisa e análise dos canais e meios de comunicação existentes entre a instituição e os públicos de interesse.

Prognóstico: prognosticar o futuro do sistema social organização-públicos, em face do diagnóstico realizado; por meio de relatórios qualitativos e quantitativos, evidenciando os aspectos positivos e possíveis conflitos no sistema.

Assessoramento: assessorar a direção da instituição nas decisões, apresentando sugestões de políticas e procedimentos que visem à manutenção ou modificação das ações organizacionais.

Implementação: execução de programas comunicacionais, de acordo com as metas e objetivos da instituição, objetivando manter ou modificar as atitudes dos públicos, visando à consecução da missão.

A FACE, ao estabelecer relações com seus públicos, visa à obtenção da cooperação deles na consolidação da imagem de instituição. Contudo, se as ações adotadas pela instituição não forem cumpridas ou forem consideradas injustas, situações conflitantes podem emergir. Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação Integrada da FACE seria criada com o objetivo de gerenciar a função organizacional política da instituição.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento científico supera os limites existentes, pois cada descoberta implica ampliação desses limites e horizontes. O fascínio exercido pelo conhecimento científico reside no fato de que as teorias são passíveis de refutação, ou seja, as teorias se tornam obsoletas, mas não inválidas, incorretas.

Nessa perspectiva, estabelecemos aqui a tentativa de esclarecer como a função organizacional política está relacionada ao exercício de poder. Ou seja, as relações de poder se referem às interações dos comportamentos dos indivíduos, em que as relações sociais constituem um jogo complexo, do qual emergem os conflitos. Ou, ainda, em que se estabelece uma relação de poder, ocorre a possibilidade de aparecimento de força contrária ou de resistência e de conflito, em contrapartida à cooperação.

O enfoque de organização como sistema político, proposto por Simões (1995), possibilitou verificar que o exercício do poder está diretamente relacionado à gestão da função organizacional política, operacionalizada pela atividade profis-

sional de Relações Públicas. Uma vez que o objetivo da atividade é a consecução da missão organizacional, tendo como suporte ético a legitimação das decisões e das ações organizacionais, verificado em Simões (2001), concluímos que a atividade de Relações Públicas contribui para o processo legitimante das organizações.

O sistema social organização-públicos relaciona-se por meio da comunicação, e o objetivo organizacional é a busca da cooperação desses públicos em torno de com seus interesses. Quando os interesses são divergentes, surgem os conflitos e, nesse caso, as organizações utilizam mecanismos como a comunicação para controlá-los.

Dessa maneira, acreditamos que a teoria da gestão da função organizacional política proposta por Simões (1995, 2001) cumpre seu objetivo, ao apresentar a construção de um referencial teórico consistente e comum ao ensino da teoria e da atividade de Relações Públicas; evidenciando que a atividade é essencialmente uma função estratégica, fundamentada na teoria política.

Conforme citamos anteriormente, as instituições de ensino superior visam resgatar sua função social pela participação no processo de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, utilizam-se de práticas comunicacionais, para projeção e consolidação de sua imagem, bem como em qualificar as informações que forem transmitidas à comunidade e à sociedade em geral, dando início ao processo de legitimação social. A imagem institucional será o resultado da difusão estratégica e qualificada de informações, como identidade, valores, cultura, missão e objetivos, repassados à opinião pública. Com isso, o objetivo das organizações é que a imagem percebida pelos públicos esteja de acordo com a imagem projetada, consolidando-a interna e externamente.

Nessa perspectiva, enfatizamos que a FACE, assim como as demais instituições de ensino superior, pela relação que estabelecem com seus diversos públicos, necessitam da implantação de canais eficientes de comunicação.

Desse modo, acreditamos que a implementação de uma Assessoria de Comunicação Integrada, por meio da gestão da função organizacional política proposta por Simões (1995, 2001), utilizar-se-ia de ferramentas de comunicação institucional e mercadológica, com o objetivo de se estabelecerem práticas de comunicação eficientes com os seus públicos.

A Assessoria de Comunicação, gestora da função organizacional política da instituição, coordenaria as quatro funções operacionais básicas da atividade de Relações Públicas e a Agência Experimental Integrada possibilitaria aos acadêmicos do Curso de Comunicação Social da FACE, o desenvolvimento e aprimoramento de suas competências e habilidades, num esforço da instituição em diminuir a distância entre a teoria e a prática, capacitando os acadêmicos ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Manual para assessoria de imprensa.** Rio de Janeiro: CONJAI/FENAJ, 1994.

KOPPLIN, Elisa ; FERRARETO, Luiz Artur. **Assessoria de imprensa**: teoria e prática. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1993.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

____. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.

REGO, Francisco G. **Comunicação empresarial, comunicação institucional**: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, 1986.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas**: função política. São Paulo: Summus, 1995.

____. **Relações públicas e micropolítca**. São Paulo: Summus, 2000.

O TEXTO DISSERTATIVO: UMA INTRODUÇÃO

MAURÍCIO SILVA
Doutor em Letras Clássica e Venáculas, pela USP – São Paulo. Membro da American Association of Teachers of Sapanhish and Portuguese. Pesquisador do Instituto de Pesquisas Lingüísticas Sedes Sapientiae para Estudos de Português – PUC-SP. Professor de Língua Portuguesa e Comunicação Empresarial, no Centro Universitário FMU – São Paulo, Centro Universitário Nove de Julho – São Paulo e outras faculdades.
E-mail: maurisil@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo trata do texto dissertativo, procurando esclarecer aspectos de sua constituição lingüística, principalmente relacionados à estrutura textual (coesão e coerência). Buscando compreender melhor o processo de produção textual, o presente artigo aborda a ocorrência, na confecção de uma dissertação, de vários fatores distintos que, interligados, dão à escrita um sentido de textualidade.

Palavras-chave: língua portuguesa, dissertação, coesão, coerência, textualidade.

ABSTRACT

The present study deals with the dissertative text, searching to explain some aspects of its linguistic constitution, mainly related to the textual structure (cohesion and coherence). Trying to improve the understanding of the text composition process, this paper approaches the occurrence, in the dissertation writing process, of several distinct factors, which, connected, give the writing a sense of textuality.

Key-words: portuguese language, dissertation, cohesion, coherence, textuality.

1 INTRODUÇÃO

Ao contrário do que poderíamos pensar, o texto é um enunciado mais complexo do que aparenta, tanto quanto o exercício de sua produção, da *produção textual*. Por isso, neste artigo, exporemos alguns elementos que dizem respeito à estrutura básica do texto, a fim de compreendermos melhor o seu processo de realização.

Quando nos deparamos com um texto escrito ou enfrentamos o trabalho de produção textual, não nos damos conta de que um texto é, no fundo, a conjunção de vários fatores distintos que, interligados, dão à escrita um sentido de globalidade, de *textualidade*. Assim, a partir de palavras independentes, formamos frases diversas, que, unidas, dão origem a orações, que por sua vez formam períodos, os quais engendram os parágrafos e estes, finalmente, o que chamamos de texto. Daí podermos concluir ser o texto um conjunto de estruturas verbais e/ou frásicas intrinsecamente concatenadas, isto é, estruturas lingüísticas que se entrelaçam, como se fossem fios de uma única teia. Aliás, a própria etimologia do vocábulo *texto* já nos sugere esse fato, uma vez que provém do substantivo latino *textum*, que significa, ao mesmo tempo, *tecido* e, por extensão, *trama* e *entrelaçamento* (CUNHA, 1982; TORRINHA, 1983). Palavras, frases, orações, períodos, tudo contribui de modo inestimável para a formação do tecido textual, da *tessitura verbal*.

Assim, não há como pensar nos pressupostos da textualidade, se não pensarmos antes na substancial relação que esta estabelece com a noção de *unidade*, como sugerem alguns teóricos:

> O principal atributo de um texto - para ele ser considerado como tal - é a *unidade*. A unidade de um texto se define, em princípio, pela sua completude - sem o que o texto não poderá ser reconhecido em sua totalidade, nem por suas parte (SAYEG-SIQUEIRA, 1990, p.12)

Evidentemente, a denominação *texto* abrange modalidades de escrita muito mais diferenciadas e singulares do que pode parecer, já que não é novidade alguma o fato de existirem espécies diversas de textos (relatório, fichamento, resenha, sinopse, resumo etc), as quais se devem adequar ao tipo e ao objetivo da mensagem a ser veiculada por meio da escrita.

Embora o trabalho de produção de um texto esteja mais ou menos interiorizado pelos indivíduos que tiveram uma alfabetização formal, o exercício da escrita possui uma estrutura subjacente responsável pela coordenação das idéias que contém o texto e da linguagem que o conforma. Entender essa estrutura é

compreender quais são as características principais de um texto, isto é, como ele se organiza, quais os seus tipos básicos e, principalmente, qual a lógica que o fundamenta. É exatamente isso que tentaremos mostrar aqui, já que nossa intenção principal é, sobretudo, procurar entender melhor a estrutura da comunicação escrita, ou seja, do texto.

Isso tudo não pode ser feito sem que, antes, deixemos claras algumas questões a respeito do trabalho de produção textual, como a necessidade de nos conscientizarmos de que a escrita de um texto realiza-se, plenamente, a partir de três ações fundamentais e interligadas: primeiro, escrever significa *planejar*, já que sem um plano previamente estabelecido, dificilmente o texto alcança a organização de que necessita para ser compreendido (sem o plano, poderíamos dizer, as idéias acabam por se repetir ou, simplesmente, por se dispersar, tornando mais difícil a tarefa de execução do texto); segundo, escrever significa *redigir*, a ação principal, por meio da qual o texto se concretiza (trata-se necessariamente de uma segunda etapa, realizando-se após o planejamento, mas, nem por ser o ato principal da escrita, deve ser considerado o único); terceiro, escrever significa *rever* o texto escrito, como que fechando o ato da escrita (sem revisão, que é uma das mais importantes etapas da produção textual, o texto acaba por reter desde simples erros gráficos até problemas relativos à lógica das idéias, como as redundâncias, os lapsos, as contradições).

Assim sendo, pode-se concluir que escrever é mais do que um mero ato inconsciente e mecânico de redigir: trata-se, antes, de um trabalho consciente e criativo de *planejamento*, *redação* e *revisão* do texto, sem o que dificilmente um trabalho escrito poderá desempenhar a função básica do texto: a comunicação. Não havendo uma fórmula mágica para se escrever bem, deve-se seguir, na medida do possível, o caminho aqui sugerido, sem nos esquecermos de que, além desse trabalho da escrita, somente a leitura freqüente e atenciosa poderá nos auxiliar nessa difícil, mas recompensadora tarefa de produção textual: ler e escrever, no final das contas, acabam sendo os dois limites entre os quais todo aquele que quer obter êxito nessa tarefa deve-se colocar definitivamente.

2 PRINCÍPIOS GERAIS DO TEXTO DISSERTATIVO

Antes de tratarmos especificamente das técnicas de produção textual, há algumas distinções que dizem respeito a essas técnicas e que, portanto, necessitam de um esclarecimento preliminar, sobretudo se nos lembrarmos de que, afinal de contas, nossa atenção volta-se, principalmente, para um tipo determinado de texto: a dissertação.

Em primeiro lugar, é interessante estar consciente de que existem diferenças substanciais entre o que se pode entender por linguagem falada e linguagem escrita, e a conscientização desse fato é, de resto, o primeiro passo para que se possa estabelecer uma relação mais cordial com o texto e com o

seu processo de produção. Com efeito, o emprego da linguagem falada e da escrita não é o mesmo em todas as situações: se aquela nasce muito mais espontânea, transgride as regras gramaticais com mais facilidade (ou, pelo menos, de forma mais inconsciente), depende em grande parte de uma série de fatores extra-lingüísticos e prosódicos, recebe a imponderável contribuição de outros modos de comunicação humana (como os gestos ou a entonação) esta, ao contrário, emerge de um esforço de criação que oscila entre a competência lingüística e a originalidade pessoal, vê-se continuamente atada de modo mais ou menos rígido às normas gramaticais, estabelece uma relação de dependência principalmente com fatores lingüísticos próprios da comunicação textual (fatores que, por sua vez, dependem de processos como os da coesão e coerência lingüísticas), restringe-se à contribuição relativamente limitada de sinais gráficos formais.

Outra distinção que vale a pena ser ressaltada e que, evidentemente, tem uma relação necessária com a que acabamos de citar é a que podemos chamar, adaptando tais conceitos às nossas necessidades, de *norma* e *uso* lingüísticos: por ser uma produção voltada a um tipo específico de comunicação, o texto - e, particularmente, a dissertação - procura espelhar-se em normas lingüísticas rigidamente estabelecidas, que vão das regras gramaticais à formatação textual, da articulação frásica às técnicas bibliográficas; nesSe sentido, a dissertação - diferentemente de outros tipos de manifestação comunicativa - apresenta regras definidas de composição. De qualquer maneira, essa idéia de norma opõe-se principalmente à de uso lingüístico, sobretudo se considerarmos essa última noção como correlata da linguagem falada.

Uma última consideração que caberia aqui é aquela que trata da distinção entre idéias explícitas e implícitas no texto: de fato, a dissertação tem como matéria-prima uma ou mais idéias, que perfazem a temática do texto; por trabalhar com idéias, requer uma série de procedimentos argumentativos e operacionais; além disso, pelo próprio fato de ser uma forma textual diferente da narração e da descrição, necessita ater-se a modos de conduta particulares que regem a exposição dessas mesmas idéias (como a impessoalidade, a denotação, a comprovação etc). Tudo isso leva-nos à inferência de que a dissertação deve, acima de tudo, tornar suas idéias o máximo possível explícitas, isto é, claras e precisas.

Da união das três distinções acima realizadas, pode-se chegar a uma dedução e a uma conclusão. Pode-se deduzir que a dissertação pressupõe um *texto materializado*, vazado em *linguagem específica* e contendo *idéias determinadas*. E pode-se concluir que este texto apóia-se necessariamente na noção de *norma lingüística* (em oposição à de uso lingüístico); sua linguagem baseia-se em categorias prescritas pelo emprego da *comunicação escrita* (em oposição ao da comunicação falada) e suas idéias devem apresentar-se ao interlocutor/leitor de *forma explícita* (em oposição à implícita).

2.1 O TRABALHO COM AS IDÉIAS

Se fôssemos destacar, do conjunto de princípios acima expostos, aquele que mais, de perto ou de forma mais imediata, interessa a quem pretende escrever uma dissertação, certamente procuraríamos chamar a atenção para a questão relacionada às idéias. É que, não custa dizer, um texto dissertativo requer, antes de mais nada, o domínio de um cabedal de idéias que serão, posteriormente, reproduzidas por meio de uma linguagem escrita, logicamente organizada. Assim, pode-se dizer que, efetivamente, o primeiro passo a ser dado num trabalho de produção textual é a manipulação adequada das idéias que comporão o texto.

Diante desse fato, podemos propor um modelo do que se deve considerar as etapas do desenvolvimento de idéias, relembrando que tal modelo só tem sentido se elaborado junto a um planejamento mais amplo do texto a ser escrito.

Uma *primeira etapa* seria a tentativa de definição do tema central, o qual pode ser elaborado a partir, por exemplo, da escolha de um vocábulo que represente a idéia principal do texto. Aproveitemos a oportunidade para lembrar que tema e título não são um único e mesmo elemento da composição textual: enquanto o primeiro é mais abrangente e genérico, o segundo é mais restrito e específico. Assim, poderíamos - a título de exemplo - escolher como tema de uma dissertação hipotética a *violência urbana*.

Uma *segunda etapa* seria a tentativa de definir temas paralelos ao central, motivos diversos que, com ele, mantivessem uma relação necessária e evidente, os quais poderiam ser definidos a partir da escolha de vários vocábulos que contivessem, como dissemos, idéias paralelas à central. Para nossa dissertação hipotética, poderíamos elencar os seguintes vocábulos: *assaltos*, *polícia*, *cidadão*, *armas*, *empregos* e *educação*, entre outros.

Na *terceira etapa*, faz-se necessário expandir ainda mais esse processo, novamente tratando de enriquecer nosso conjunto de idéias: note-se que, por enquanto, estamos lidando apenas com vocábulos, embora não seja descartada a possibilidade de se trabalhar - já nessa fase do projeto - com pequenas expressões ou até mesmo com frases curtas. Mais uma vez, essa etapa requer um elenco de vocábulos, agora relacionados direta ou indiretamente com os temas paralelos. Para nossa dissertação hipotética, poderíamos propor: bandidos, aumento, violência (para o *tema assaltos*); salário, formação, condições de trabalho (para *polícia*); medo, reação, não-reação (para *cidadão*); lei, uso, despreparo, quantidade, facilidade de aquisição (para *armas*); desemprego, baixos salários (para *empregos*); falta de estudos, escolas precárias, infância (para *educação*).

A *quarta etapa* é uma das mais importantes, pois é nela que devemos começar a organizar nossas idéias, que ainda se encontram num estágio relativamente primário: trata-se da etapa que vai se preocupar com a estruturação dos parágrafos, a qual pode ser de vários tipos (SERAFINI, 1997; GARCIA, 1983). Assim, as idéias e temas elencados anteriormente devem ser subdivididos de acordo com alguns modelos de estruturação de parágrafos, como os seguintes: estruturação por exemplos

(exemplificação), estruturação por contraste (oposição), estruturação por enquadramento (divisões e subdivisões), estruturação por causalidade (causa e conseqüência), estruturação graduada (do genérico para o particular ou vice-versa), estruturação por equacionamento (problema e solução). Poderíamos, para a nossa dissertação hipotética, escolher uma mistura entre a estruturação por causalidade e a por equacionamento, com o que teríamos o seguinte resultado: *causas* da violência urbana: *empregos* (desemprego, baixos salários) e *educação* (falta de estudos, escolas precárias, infância); *conseqüências* da violência urbana: *assaltos* (bandidos, aumento, violência) e *cidadão* (medo, reação, não-reação); *soluções* para a violência urbana: *armas* (lei, uso, despreparo, quantidade, facilidade de aquisição), *polícia* (salário, formação, condições de trabalho), novamente *educação* (falta de estudos, escolas precárias, infância). As três partes em que aqui estruturamos as nossas idéias, requerem, ainda, as seguintes perguntas, as quais certamente nos auxiliarão no momento da redação do texto: para as causas, poder-se-ia perguntar: "por que e como a violência urbana ocorre?"; para as conseqüências: "qual o resultado para a sociedade dessa violência?"; e para as soluções: "o que fazer diante desse problema?".

Assim, temos uma espécie de esquema, por meio do qual podemos dar mais um passo no sentido de produzir uma dissertação de forma conscienciosa. A partir daí, fica mais fácil trilhar os outros caminhos do trabalho de produção textual, uma vez que temos em mãos um bom conjunto de idéias relativas ao tema sobre o qual falaremos durante a escrita do texto.

2.2 A ESCRITA DO TEXTO

Há duas maneiras básicas de se encarar um texto: primeiro, na sua confecção, na constituição de um tecido verbal que ainda não se realizou e deve ser construído; segundo, na sua compreensão, no entendimento de um complexo verbal já existente e que carece - para se afirmar como texto - de um interlocutor. A este último processo, damos o nome de *interpretação*; e àquele, o nome de *redação*.

Interpretar um texto é tentar entendê-lo na sua essência, isto é, naquilo que ele possui de mais fundamental. Não se trata, evidentemente, de entendê-lo apenas na sua estrutura formal ou no seu conteúdo temático. É preciso, acima de tudo, compreendê-lo na sua globalidade, exatamente na conjunção necessária entre forma e fundo, a fim de que se possa abarcar toda sua significação. De certa maneira, interpretar um texto é tentar reestabelecer o plano hipotético, a partir do qual o autor o construiu. Processo inverso deve ser considerado na redação: aqui, não se trata mais de partir de um texto real e atingir um plano hipotético, mas, contrariamente, partir de um plano concreto que encontra sua realização em um suposto texto. Redigir, nesse sentido, não é senão um processo de exposição lógica de idéias previamente determinadas.

Enquanto a interpretação diz respeito à *redução* do texto, a redação refere-se à sua *expansão*. Ora, não nos interessa tratar aqui do processo de interpretação, mas antes do processo de realização concreta do texto, isto é, de sua redação. E se, como acabamos de afirmar, esse processo caracteriza-se por ser a

exposição lógica de idéias preestabelecidas, é importante destacar alguns elementos que se referem particularmente a essa mesma lógica.

Quando nos referimos à lógica textual, estamos querendo salientar, pelo menos, dois fenômenos imprescindíveis para a perfeita realização de um texto: a coesão e a coerência. Todo texto necessita, para ser considerado como tal, de uma lógica interna, que ordene seus componentes e, assim, possibilite sua mensagem. A articulação lógica das idéias de um texto é conhecida pelo nome de coerência, o que nos leva a concluir que um texto coerente é aquele que apresenta uma racionalidade temática, uma lógica significativa. Assim, as relações de coerência de um texto promovem não apenas a expansão do texto, mas também a sua fixação, por meio da redundância da informação ali presente (GUIMARÃES, 1990). Como complemento necessário à coerência, que diz respeito à organização das idéias do texto, temos a coesão, articulação lógica de sua linguagem. Um texto será tanto mais coeso, quanto maior for a sua organização lingüística, quanto mais racional for a sua estrutura. Nesse sentido, pode-se dizer que a coesão apresenta três níveis distintos: o fonológico (que diz respeito aos fonemas do texto), o sintático (que diz respeito à gramática do texto) e o semântico (que diz respeito a alguns recursos léxicos específicos). Desses três, os mais importantes são, sem dúvida alguma, os níveis sintáticos e semânticos, já que é por meio de alguns fenômenos essencialmente gramaticais que o texto adquire, com mais relevância, a coesão necessária ao seu entendimento, que, por sua vez, deve também seguir uma inerente logicidade. Poder-se-ia pensar, assim, no papel fundamental desempenhado pelas conjunções, pelos advérbios, pelas locuções prepositivas etc., em um texto, sem os quais seria praticamente impossível fazer o encadeamento lógico de suas partes estruturais. Daí a importância de se dominar, minimamente, o significado e a aplicação das expressões acima aludidas. Vejamos o significado de algumas delas:

Expressões de relevância	em primeiro lugar, antes de tudo, acima de tudo, antes de mais nada, primeiramente, principalmente, sobretudo
Expressões de conformidade	igualmente, da mesma forma, identicamente, por analogia, de acordo com, segundo
Expressões de adição	além disso, ademais, por outro lado, outrossim, também
Expressões de conseqüência	por conseqüência, por isso, por causa de, em virtude de, por conseguinte, conseqüentemente
Expressões de esclarecimento	isto é, por exemplo, a saber, qual seja, quer dizer, ou seja, em outras palavras
Expressões de oposição	pelo contrário, contudo, entretanto, mas, no entanto, porém

Figura 1 - Expressões - Significados e aplicações

Eis aí algumas expressões, do infinito universo que a língua possui, que atuam de modo imprescindível na constituição do texto. São elas, como dissemos, as responsáveis diretas pela coesão do texto. Comparemos dois textos semelhantes, um que dispensa, inadvertidamente, esses conectivos e outro que procura empregá-los, a fim de constatarmos sua importância:

> O homem é o ser mais nocivo que existe na Terra. É nocivo porque agride a natureza e os seus próprios companheiros. É nocivo porque destrói tudo o que encontra à sua frente. E acaba maltratando a si mesmo. O homem sofre as conseqüências de seus próprios atos. Há ainda uma chance para o homem se salvar. A chance é tornar-se amigo da natureza e protegê-la.

> **Sem dúvida**, o homem é o ser mais nocivo que existe na Terra. **Em primeiro lugar**, é nocivo porque agride a natureza e, **além disso**, os seus próprios companheiros. **Depois**, é nocivo porque destrói tudo o que encontra à sua frente, maltratando, **por conseguinte**, a si mesmo. **Por isso** o homem sofre as conseqüências de seus próprios atos. **Contudo**, há ainda uma chance para o homem se salvar, **a saber**: tornar-se amigo da natureza e protegê-la.

Não há dúvida de que enquanto o primeiro texto se revela muito mais entrecortado, desconexo, repetitivo e primário, o segundo mostra-se mais corrente, entrelaçado, diversificado e original. A diferença entre ambos é, simplesmente, o uso adequado dos conectivos que concedem ao texto a propriedade da coesão.

Mas há conectivos de natureza diversa, e não apenas conjunções e advérbios. Há, por exemplo, os pronomes, extremamente importantes para se atingir a coesão a que acabamos de aludir:

Pronomes demonstrativos	este, esse, aquele, esta, essa, aquela, isto, isso, aquilo
Pronomes relativos	que, qual, cujo, onde, quanto

Figura 2 - Pronomes

Vejamos mais algumas utilizações desses conectivos pronominais, comparando os dois textos abaixo transcritos:

> Ontem, li uma notícia no jornal; a notícia dizia o seguinte: um empresário saía de seu trabalho e foi raptado por uma quadrilha. Os componentes dessa quadrilha eram antigos funcionários do empresário. Depois de alguns dias, o empresário fez amizade com um dos bandidos. Este bandi-

do acabou ajudando-o a fugir. Mas algumas horas depois, a polícia encontrou o empresário e o seqüestrador numa estrada próxima ao cativeiro. A polícia já tinha sido avisada antes pela família. A polícia levou o seqüestrador para a cadeia e o empresário partiu para sua residência.

Ontem, li uma notícia no jornal *que* dizia o seguinte: um empresário, **o qual** saía de seu trabalho, foi raptado por uma quadrilha, **cujos** componentes eram antigos funcionários do empresário. Depois de alguns dias, *este* fez amizade com um dos bandidos, **que** acabou ajudando-o a fugir. Mas algumas horas depois, a polícia, **a quem** a família já tinha avisado antes, encontrou o empresário e o seqüestrador numa estrada próxima ao cativeiro: **este** foi levado para a cadeia e **aquele** partiu para sua residência.

Parecem evidentes as vantagens que o segundo texto possui em relação ao primeiro: a economia de vocábulos, a clareza expressiva, melhor articulação frásica, maior organização das idéias, de tal forma que elas se relacionam de um modo quase natural.

Enfim, numa acepção estritamente lingüística, pode-se dizer que o texto consiste numa unidade de sentido intimamente ligada à nossa atividade comunicativa:

> O discurso é manifestado, lingüisticamente, por meio de textos. Neste sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza pela coerência e pela coesão, conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto (FÁVERO; KOCH, 1983, p.25).

Se seguirmos algumas idéias aqui esboçadas e agirmos, no momento da escrita, com a consciência devida a um trabalho minucioso – que requer, sobretudo, organização e lógica –, certamente teremos êxito na tarefa gratificante da produção textual.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FÁVERO, Leonor ; KOCH, Ingedore. **Lingüistica textual**: introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

GARCIA, Othon Maria. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1990.

SAYEG-SIQUEIRA, João Hilton. **O Texto - Movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação**. São Paulo: Seliunte, 1990.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. Porto Alegre: Globo, 1997.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino português**. Porto: Gráficos Reunidos, 1983.

O USO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

SÉRGIO LUIS GUILL
Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela UnC - Caçador-SC. Especialista em Qualidade de Sistemas pela FURB - Blumenau-SC. Mestrando em Ciências da Computação - UFSC - Florianópolis-SC. Professor da FACE e COLTEC.
E-mail: gsergio.unc@net-uniao.com.br

ELISÂNGELA APARECIDA PEREIMA
Acadêmica da 8ª fase do curso de Bacharelado em Informática da UnC – Porto União – SC

RESUMO

O aspecto paradoxal é que, ao mesmo tempo em que existem países que já entraram na era da informação, impulsionados pela "indústria do conhecimento", há mais de 100 milhões de crianças e adultos que não conseguem ter acesso às informações, aos conhecimentos mínimos indispensáveis para enfrentar a vida. No momento em que estamos interessados em discutir as novas tendências para o uso das tecnologias na educação, atendendo aos apelos dos novos tempos, esses cenários necessitam ser visualizados, sem perder a consciência das disparidades, cada vez mais intensas, existentes em nosso planeta e suas possíveis conseqüências em relação à segurança econômica, política e social dos países.

Palavras-chave: tecnologia educacional, educação, informação, informática.

ABSTRACT

The paradox is that, at the same time that there are countries which have already entered the information age, urged by the "knowledge industry", there are more than 100 million children and adults who do not have any access to the minimum information and knowledge necessary to live. In the moment that we are interested in discussing the new trends for the use of technology in education, answering the appeal of modern times, these sceneries need to be seen, without losing sight of the more and more intense disparities that exist in our planet and their possible consequences as far as economical, political and social security of the countries is concerned.

Key-words: public relations, political organizational function, power relations, public, micro politics.

1 INTRODUÇÃO

Costuma-se afirmar que as transformações que estão ocorrendo no mundo, em ritmo bastante acelerado, trazem consigo novas formas de trabalho, novas maneiras de viver e de conviver e estão influenciando a economia, a política, as formas como as sociedades se organizam, o que vem exigindo respostas mais ágeis, flexíveis e mecanismos cada vez mais interativos e participativos. É um mundo cada vez mais interdependente, condicionado pelos avanços técnico-científicos impulsionados pela indústria eletrônica e pelo desenvolvimento das telecomunicações. Há uma interconectividade cada vez maior, na sociedade atual, e que está sendo multiplicada de forma sem precedentes, na história da humanidade.

Conseqüentemente, temos uma mobilidade acelerada e perigosa do capital, a multinacionalização das empresas, a fragmentação das diversas fases do processo produtivo, o que vem agravando as disparidades existentes entre os países ricos e pobres, sendo eles ainda estrangulados por dívidas, por processos equivocados de modernização, pela miséria, pela fome e pela pobreza.

O mesmo processo de globalização que vem gerando novos espaços de convivência, o uso e a partilha de diferentes instrumentos, continua provocando o acirramento das diversidades, das desigualdades e das contradições em escala nacional e mundial. É um mundo que se vem tornando grande e pequeno, mediante o uso de recursos de voz, dados, imagens e textos, cada vez mais interativos. Em decorrência, novos modelos socioculturais e econômicos estão surgindo, em função das novas tecnologias de produção, das novas relações de trabalho e da reorganização territorial.

Os fios da teia global são as redes de computadores, as máquinas de fax, os satélites, interligando pessoas, empresas, países, centros decisórios por todo o mundo, e que constituem a razão de ser do desenvolvimento.

E, dessa forma, o que significa educar para uma sociedade em transformação? O que significa educar para uma nova organização econômica e social, para uma nova distribuição do trabalho, para uma Era da Informação? Como preparar os indivíduos para responderem aos desafios das novas instrumentações técnicas, para dialogar com a vida, com o seu mundo, com a sua realidade? Como familiarizar os alunos com o uso de modelos científicos nas tarefas escolares, com recursos que colaboram para a expansão da cognição humana, para produção de conhecimentos e seu manejo de forma criativa e crítica?

Todos esses aspectos dependem de como evoluirão as relações entre o Estado e a Sociedade e os esforços que serão dispendidos para o desenvolvimento de uma sociedade mais instruída, mais bem capacitada, em função da criação de novos espaços educacionais, da valorização do indivíduo, da primazia do ser

individual expressa na afirmação de sua cidadania como um direito fundamental, além do incentivo à autonomia, à criatividade, à solidariedade, ao respeito, à liberdade, à iniciativa, à participação e à cooperação, condições fundamentais para que os indivíduos possam sobreviver no século XXI.

2 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E OS ASPECTOS FINALÍSTICOS DA EDUCAÇÃO

Diante de todo esse referencial, qual é o papel das novas tecnologias da informação e da comunicação junto ao sistema educacional?

Esses instrumentos, com suas características e peculiaridades, podem colaborar para promover mudanças significativas na educação. Pesquisas realizadas no Brasil, por (VALENTE 1993, 1996; FAGUNDES, 1993; SANTAROSA et al. 1995), entre outros, afirmam que os computadores são ferramentas capazes de promover diferentes níveis de reflexão, de aumentar a motivação, a atuação autônoma e a concentração do educando, permitindo que cada aluno descubra que pode manipular a própria representação do conhecimento e aprenda a fazê-lo. São instrumentos capazes de provocar mudanças de atitudes diante do 'erro', percebido como parte integrante do processo humano de descobrir, compreender e conhecer. Isso pressupõe a criação de novos ambientes de aprendizagem, geradores de novas formas e oportunidades de aprender, usando os recursos informáticos e telemáticos.

Como educadores, sabemos que é possível caminhar em direção a uma mudança no paradigma educacional vigente, usando determinadas linguagens de programação que colaboram para o desenvolvimento de processos metacognitivos (BUSTAMANTE,1992; VALENTE,1996; FAGUNDES, 1993). Isso supõe mudanças nas práticas pedagógicas mediante a construção de ambientes de aprendizagem informatizados, em que o computador estabelece um diálogo horizontal, que permite o estabelecimento de trocas simbólicas com o sujeito. A partir das interações professor-computador-aluno é possível testar, verificar e manipular a própria representação do conhecimento e a organização do raciocínio, o que leva o aluno a pensar e a aprender a aprender.

3 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Se a ênfase do processo educacional está no indivíduo, no sujeito coletivo, na aprendizagem, na construção do conhecimento, no desenvolvimento da compreensão, na necessidade de construção e reconstrução do homem e do mundo, então a educação, usando ou não as novas instrumentações eletrônicas, deverá estar voltada para o desenvolvimento humano, como fator mais importante neste

momento de transição, como recurso principal de um processo de transformação que não significa apenas uma grande mudança, mas, uma transformação radical, que afetará cada um de nós e as próximas gerações. Isso porque sabemos que as nossas decisões pessoais, as nossas escolhas, nossos pensamentos e ações, afetam, não apenas o comportamento de cada um, mas, também, o comportamento dos indivíduos que interagem conosco. E a curto, médio e longo prazos, nossos padrões comportamentais poderão também interferir nos ambientes em que vivemos, na evolução da espécie humana e da própria vida no planeta.

> O desenvolvimento humano depende de nossa capacidade de reflexão, do aprimoramento das habilidades de pensar e saber, o que significaria saber que se sabe. É aquele ser que pensa, que sabe o que quer, que escolhe e decide a sua experiência diante das possibilidades que se apresentam. É o ser que constrói a sua própria identidade, a partir de sua liberdade e autonomia para tornar-se sujeito (CHARDIN, 1989).

Uma nova educação requer que a inteligência, a consciência e o pensamento, assim como o conhecimento, sejam vistos como um processo, em continuidade, e que o produto resultante de cada uma dessas atividades nunca esteja completamente pronto e acabado.

Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior, de acordo com Valente (1996) e Fagundes (1993), informam que as novas tecnologias poderão colaborar para a ocorrência de processos reflexivos na prática pedagógica, já que o computador é uma ferramenta que propicia o 'pensar com' e o 'pensar sobre o pensar'.

A atividade reflexiva do sujeito favorece a evolução do pensamento, o desenvolvimento das inteligências e a evolução da consciência.

4 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Uma educação de boa qualidade continua sendo a condição mais relevante para a evolução social. É um requisito mínimo de decência social. Tanto no Brasil como em qualquer parte do mundo, as condições educacionais da população têm sérias implicações nas taxas de produtividade, no desenvolvimento econômico, na melhoria das condições de vida, na construção de uma cidadania mais participativa.

Para tanto, a educação, usando ou não computador, deverá estar voltada para a diminuição da seletividade dos sistemas educacionais, oferecendo uma sólida educação básica universalizada, melhoria na qualidade do ensino e diminuição das taxas de repetência e evasão, condição fundamental para a redução das desigualdades sociais, ocasionadas pelas elevadas taxas de repetência, de evasão e analfabetismo, associadas às dificuldades de aprendizagem nas diferentes áreas do saber.

E até que ponto o uso dessas novas ferramentas poderá contribuir para o encaminhamento de soluções para esses problemas?

Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior (CARRAHER,1996; SPAUDING ; LAKE,1992 ; SANTAROSA, 1995) entre outros, informam que escolas que utilizam computadores no processo de ensino-aprendizagem apresentam melhorias nas condições de estruturação do pensamento do aluno com dificuldades de aprendizagem, compreensão e retenção. Colaboram, também, para melhor aprendizagem de conceitos matemáticos, já que o computador pode constituir-se num bom gerenciador de atividades intelectuais, desenvolver a compreensão de conceitos matemáticos.

5 AUTONOMIA, COOPERAÇÃO E CRITICIDADE

Na realidade, um mundo em permanente evolução requer que o indivíduo aprenda a conviver com as incertezas, com os desafios, com a transitoriedade, com o incerto, com o imprevisto e com o novo. Como preparar o indivíduo para viver na mudança e não querer apenas controlá-la? Isso requer ambientes de aprendizagem que desenvolvam a autonomia, a cooperação, a criticidade, além de muita criatividade e capacidade inovadora.

Autonomia pressupõe uma metodologia do aprender a aprender, do aprender a pensar, a partir das construções do sujeito que descobre, por si mesmo, que inventa sem ajuda de terceiros, que se auto-organiza, reestrutura, reequilibra suas atividades, incorporando o novo em suas estruturas mentais, auto-organizando suas atividades motoras, verbais e mentais.

Para tanto, o aprendiz necessita aprender a pesquisar, a dominar as diferentes formas de acesso às informações, a desenvolver capacidade crítica de avaliar, de reunir e organizar informações mais relevantes.

Pesquisas realizadas no Brasil, em 1991 e 1992, pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, durante a gestão do professor Paulo Freire, indicaram que as escolas que utilizavam o computador nas atividades curriculares apresentavam melhoria nas condições de estruturação do pensamento do aluno com dificuldades de aprendizagem, de compreensão e retenção, bem como um melhor desempenho na comunicação entre alunos e professores, e maior interação nas aulas e estimulação da fala, da audição e da linguagem. Os alunos tornaram-se mais assíduos, ativos, participantes, independentes, entusiasmados, interagindo melhor em grupo, promovendo, inclusive, maior envolvimento da comunidade escolar (FREIRE,1992).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução da ciência e da tecnologia requer que os indivíduos aprendam melhor e de forma continuada. Assim, o seu foco principal passa a ser a gestão pedagógica, o processo de aprendizagem, oferecendo, ao mesmo tempo, a instrumentação técnica necessária, capaz de colaborar nesse sentido. Uma política voltada para o desenvolvimento da aprendizagem, da construção de conhecimentos, de acordo com os novos tempos.

> [...] alfabetizar em tecnologia é ajudar o sujeito a aprender a usar, descrever, refletir e explicar o funcionamento desses objetos. É pesquisar e transformar objetos informáticos e desenvolver novos sistemas com esses objetos. É usar a tecnologia para compreender o funcionamento da mecânica, da química, da matemática, da biologia, da escrita, e não mais a história do computador, rudimento de lógica simbólica, sistemas numéricos binários e elementos de BASIC (FAGUNDES, 1993, p.89).

Portanto, educar para o progresso e para a expansão do conhecimento é o que caracteriza a competição entre diferentes realidades produtivas, requerendo, além do desenvolvimento das competências cognitivas, maior intuição, criatividade e agilidade de raciocínio, associado ao manejo da tecnologia e maior conhecimento técnico. Essa interação ocorre mediante adequada articulação entre educação, ciência e tecnologia, voltadas para a produção do conhecimento, o que poderá facilitar a emancipação individual e coletiva, a eliminação da pobreza e a redução de desigualdades sociais.A FACE, por meio de trabalhos de extensão juntamente com o curso de Licenciatura em Informática, em que há parcerias com empresas PORMADE e NOVACKI, convênio com colégios São Cristóvão, Oscar Gaia, Hilda de Melo, Túlio de França e entidades assistenciais, Clube Formiguinha, APAE, entre outros, tem levado a informática ao alcance de um número cada vez maior de pessoas. É um desenvolvimento técnico e, sobretudo, humano, em que as tecnologias são recursos que colaboram para a instrumentação do indivíduo e, ao mesmo tempo, para sua humanização, ao favorecer a ocorrência de processos reflexivos, de interações interpessoais e a compreensão das diferenças culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E.T.M.P. **Informática e educação**: diretrizes para uma formação reflexiva de professores.1996. Dissertação(Mestrado em Educação) - PUC-SP, São Paulo, 1996.

BUSTAMANTE, S.B.V. **Cibernética, inteligência e criatividade**: uma análise do pensamento em ambientes computacionais de aprendizagem. 1992. Dissertação (Livre Docência) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1992.

CARRAHER, D.W. A aprendizagem de conceitos matemáticos com o auxílio do computador. In: ALENCAR, E.M.S.(org). **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino-aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 1996

CHARDIN, T. **O fenômeno humano**. São Paulo: Cultrix, 1989.

FAGUNDES, L. Informática e o processo de aprendizagem. **Revista Psicologia**: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SANTAROSA, L.M.C., et al. Ambiente hipermídia: multimídia no desenvolvimento cognitivo e construção da leitura e escrita, In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 6., 1995, Florianópolis. **Anais...,** Florianópolis: SBC/UFSC/EDUGRAF, 1995.

ENSAIO

ATUALIDADE DE SANTA JOANA D'ARC: MENSAGENS PARA A HUMANIDADE DO TERCEIRO MILÊNIO

PADRE EMÍLIO BORTOLINI NETO
Graduado em Filosofia e Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Santo Alberto Magno; Pároco da Paróquia Sant'Ana – Paulo Frontin; Compositor e Guitarrista do TRINITATI.
E-mail: bortolini@net-uniao.com.br

1INTRODUÇÃO

No dia 26 de junho de 2001, fui a uma vídeolocadora. Num daqueles momentos em que a Divina Providência se disfarça sob o manto do acaso, peguei um filme que contava a história de Joana d'Arc. Ao assistir a ele, fiquei dividido: a história pareceu-me fascinante, mas o modo como foi apresentado era, no mínimo, questionável. Fui, então, buscar fontes mais confiáveis.Encontrei vários livros e, o mais importante, um site na Internet, organizado por Virginia Fronlick[1], contendo, além de outros materiais muito interessantes, as atas dos Processos de Condenação (que levou Joana d' Arc à fogueira, em 30/05/1431), e de Reabilitação (1456, com depoimentos de mais de cem pessoas que a conheceram pessoalmente e testemunharam sua santidade e heroísmo). Demorei sete meses para traduzir 225 páginas do inglês para o português (nunca imaginei que as aulas com a professora Luci Gohl, no Túlio de França e na Oxon, seriam tão úteis), mas valeu a pena, descobri quem realmente é Santa Joana d'Arc. Twain (2000, p.472), que pesquisou sua vida por 12 anos e considerava seu livro sobre ela sua obra-prima, afirmou:

Se levarmos em consideração as circunstâncias de sua vida - sua origem e juventude, seu sexo, o fato de não ser letrada, o ambiente em que cresceu, os obstáculos que precisou superar, contando apenas com seus dons, para ter as vitórias que teve nos campos de batalha e nas guerras diante da justiça - Joana d'Arc se nos apresenta, de longe, como a pessoa mais extraordinária que a espécie humana já produziu em todos os tempos.

Por mais que ele tenha exagerado, não estava longe da verdade. Afinal, o que dizer de alguém que foi, ao mesmo tempo, mística e guerreira, entrando em contato com o mundo sobrenatural e tendo uma forte ação política, sendo escolhida por DEUS e julgada pelos homens?

1 www..saintjoan-center.com

Muita tinta já correu para falar de Joana d'Arc, em 1906, 14 anos antes de sua canonização, havia 1500 títulos a seu respeito. Sua história fascinou alguns dos mais brilhantes cérebros da humanidade, no campo da literatura (Mark Twain, Schiller, Paul Claudel, Érico Veríssimo), dramaturgia (Shakespeare, Bernard Shaw, Charles Péguy), filosofia (Bergson, Jean Guitton), música (Verdi, Tchaikovsky, Honegger), cinema (Carl Dreyer, Victor Fleming, Otto Preminger, Robert Bresson), história (Michelet, Quicherat, Pernoud).

Depois de uma lista dessas, sou tentado a terminar este artigo por aqui mesmo, mas estou acostumado a vencer tentações, e, por isso, continuo. Meu objetivo é apresentar a verdade histórica sobre Joana d'Arc, baseado nos documentos da época, para, a partir disso, mostrar como, embora estivesse inserida no contexto histórico de sua época, Joana d'Arc, por ter feito uma verdadeira experiência de DEUS, por ter entrado na Pneumatosfera (termo cunhado pelo filósofo Jean Guitton para se referir ao "domínio do espírito", aquelas realidades que não deixam de ser reais por não estarem ao alcance dos nossos sentidos) tem uma mensagem muito importante para a humanidade do Terceiro Milênio. Tentarei mostrar, também, como vários conceitos que consideramos próprios de nossa época, têm sua origem ou, ao menos, uma grande ligação com a vida de Joana d'Arc.

Para isso, seguirei o seguinte programa: o primeiro capítulo tratará do contexto histórico, principalmente sobre a Guerra dos Cem Anos e a situação da França na época do surgimento de Joana d'Arc. Os capítulos seguintes tratarão das principais fases de sua vida, tendo por título o local onde aconteceram, e, por subtítulo, a influência que exerceu e a atualidade de sua mensagem.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO

Sendo Joana d'Arc uma pessoa profundamente inserida na vida e na história de seu povo, apresentaremos agora algumas idéias sobre o contexto histórico em que ela estava envolvida. No entanto, devido ao contraste entre a grande complexidade em que se encontrava a França no século XV e ao curto espaço que podemos dedicar a ela, deter-nos-emos aos aspectos mais importantes para a compreensão da vida e da mensagem de Joana d' Arc[2] (ROLLAND, 1972).

Tudo começou, na verdade, no século XI, quando o francês Guilherme, o Conquistador, invadiu a Inglaterra, vencendo a Batalha de Hastings (1066). Mais tarde, um de seus netos torna-se rei da Inglaterra, com o nome de Henrique II. Por herança de família e por seu casamento com Leonor da Aquitânia, tornou-se senhor de várias regiões na França. Seu reinado, porém, foi pacífico, ao contrário do de seus filhos, Ricardo Coração de Leão e João-Sem-Terra, que causaram muito

2 Como sugestão de leitura mais aprofundada ver Rolland(1972)

desgosto à população e aos nobres franceses. Por isso, os reis franceses Filipe Augusto e Luís IX (São Luís) reconquistaram várias dessas regiões. Em 1259, São Luís e Henrique III assinaram o Tratado de Paris, pelo qual o rei inglês desistia de todas as províncias francesas, exceto a Aquitânia.

Durante quase 70 anos, a situação permaneceu tranqüila, até que, em 1328, o rei francês Carlos IV, filho de Filipe IV, o Belo, morre sem deixar herdeiros (encerrando, assim, a Dinastia dos Capetos, iniciada por Hugo Capeto em 987). Em situação normal, o trono passaria para Filipe de Valois, mas a ganância e o impulso imperialista que, por muitos séculos, caracterizaria os ingleses, mais do que o seu espírito fleumático, levou Eduardo III, rei da Inglaterra, a reivindicar a coroa, por ser filho de Isabel, que era filha de Filipe IV, o Belo, e, portanto, sobrinho de Carlos IV. Some-se a isso a situação de Flandres, região no norte da França, que era a mais rica da Europa na época, e produzia tecidos com lã vinda da Inglaterra. Tudo isso levou Filipe VI a confiscar a Aquitânia. Em resposta, Eduardo III acusou-o de ser um usurpador. Assim, em 1337, começou a Guerra dos Cem Anos. Embora a França fosse mais rica e tivesse o triplo da população, a organização do exército inglês fez com que ele conseguisse importantes vitórias, em Ecluse (1340) e Crecy (1346). Nessa época, explode a peste Negra, que matou 25 milhões de pessoas (1/3 da população da Europa). Com a morte de Filipe VI, seu filho, João, o Bom, sobe ao trono. O papa Inocêncio VI intervém, tentando uma solução pacífica. Conseguiu, mas algum tempo depois, João, o Bom voltou atrás e enfrentou os ingleses na Batalha de Poitiers, quando seus 15000 homens foram massacrados por 6000 ingleses, e ele mesmo foi preso. Em 1360, o Tratado de Bretigny cede à Inglaterra várias províncias francesas, mas garante a renúncia do monarca inglês às pretensões de ser rei da França.

Com a morte de João, o Bom, o trono da França passa para seu filho, Carlos V, o Sábio, que entregou o cargo de Comandante do Exército (Condestável) para Bertrand Duguesclin. Em vez de grandes batalhas, Duguesclin preferia pequenos ataques de surpresa, reconquistando, com isso, quase todos os territórios em poder da Inglaterra. Quando a situação da França parecia melhorar, o país perde, no mesmo ano (1380) o rei Carlos V e Duguesclin. Carlos VI ainda tinha 12 anos, o que fez com que a cobiça de muitos nobres se atiçasse, para ser seu regente. Mesmo depois de coroado, Carlos VI viveu sob uma pressão muito grande, sempre temendo traições, enxergando conspirações em todos os lugares. A pressão foi tão grande que ele enlouqueceu. Para complicar a situação, a França se viu dividida entre as duas famílias nobres mais poderosas, a Casa de Orleans e a Casa de Borgonha. Como Orleans apoiava Carlos VI, Borgonha aliou-se ao rei inglês, Ricardo III. Seu sucessor, Henrique V, desembarcou na Normandia em 1415, onde aconteceu uma das batalhas mais sangrentas da Idade Média: o Massacre de Azincourt, quando 6000 ingleses dizimaram 40000 franceses, sendo 10000 nobres. O rei da França pede ajuda a Sigismundo, rei da Hungria, mas este toma o partido dos ingleses, e ele, em 1418, é expulso de Paris, refugiando-se em Chinon.

Em 21 de maio de 1420, foi assinado o "atestado de óbito da nação francesa", o Tratado de Troyes, pelo qual Henrique V casar-se-ia com Catarina, filha de Carlos VI, e, após a morte deste, tornar-se-ia Rei da França e da Inglaterra. O tratado também dizia que não se deveria dar nenhuma atenção ao assim-chamado Delfim Carlos. Como a fidelidade não era uma das poucas virtudes da rainha Isabel, esposa de Carlos VI, muitos acharam que o Delfim era filho bastardo. Aconteceu, porém, o que ninguém esperava: Henrique V morreu antes de Carlos VI, e seu filho, Henrique VI estava com nove meses de idade. O Delfim Carlos aproveitou-se da situação e, com o apoio da Casa de Orleans (conhecidos como "Armagnacs"), autoproclamou-se rei, com o nome de Carlos VII, mas sua insegurança e frivolidade afastaram muitos possíveis aliados. Se a França já estava no fundo do poço, o que dizer quando a última grande cidade em seu poder e símbolo da resistência aos ingleses, Orleans, foi sitiada? Com dois reis, mas na verdade sem nenhum (Henrique VI era inglês, Carlos VII era o primeiro a não acreditar na sua auto-proclamação, e todos, ao menos nisso, concordavam com ele), sem exército (dizimado por uma série de derrotas monumentais), sem recursos financeiros, com uma população dividida entre Borgonheses e Armagnacs, flagelada pela Peste Negra, deixando apagar a última chama de esperança que restava, a França poderia ser comparada a um homem cego, surdo, mudo, aleijado, sem cordas, no fundo de um poço cujas paredes começam a desmoronar.

A noite francesa nunca havia sido tão escura, mas o sol da esperança nunca deixou de brilhar e, no momento exato, nem antes nem depois, ele volta a ilumina-los com seus raios e aquece-los com seu calor. E o nascente estava onde ninguém esperava: nem Paris, nem Orleans, nem Borgonha, o sol da esperança nasceu na pequena vila de Domremy.

3 DOMREMY: ENTRANDO NA PNEUMATOSFERA

Na noite de 6 de janeiro de 1412 (solenidade da Epifania do Senhor, isto é, da visita dos Reis Magos ao Menino Jesus), a pequena vila de Domremy viu sua população aumentar. Quantitativamente, de forma insignificante, mas qualitativamente, de forma gigantesca, pois aquela menina colocaria sua vila nos *mapas e* nos livros de História. Este, com certeza, seria o último pensamento que poderia passar pela cabeça de Jacques d'Arc e Isabel Romée, quando viram a frágil menina em seus braços, mas foi o que aconteceu. Os depoimentos do Processo de Reabilitação afirmam que: "Joaninha", como a chamavam, era "uma boa menina", filha de pais "fiéis católicos, bons trabalhadores, de boa reputação e prosa honesta", que "trabalhava de boa vontade cuidando dos animais de seu pai, fiando e fazendo trabalhos domésticos", "era de boa conduta, devota e paciente; gostava de ir à Igreja e de confessar-se; dava esmolas aos pobres sempre que podia". "*Esperava-se ouvir* deles a evocação de alguns traços que permitissem pressentir

a prodigiosa vocação de Joana. Ela era batalhadora? Um 'falso rapaz'? De uma vivacidade inquietante? Decepção. Para os moradores de Domremy, 'Joaninha' era 'como as outras'". [...] Se existia algo que a distinguisse, talvez fosse o fato de que, se não podia fazer tudo de que gostava, ela gostava de tudo o que fazia. Gostava de rezar, gostava de brincar, gostava de cuidar dos rebanhos, gostava de fiar, gostava de ajudar os pobres. "Disso tudo, resulta um dinamismo e transparece uma alegria que parecem ter caracterizado Joana por toda a sua existência". (PERNOUD, 2001, p. 13, 15).

No entanto, quando ela tinha cerca de 13 anos, aconteceu algo que mudou sua vida e a história da Europa: ela viu um clarão de luz e ouviu uma voz. No início, a voz só dizia que ela devia rezar, ajudar os outros e ser uma boa menina. Com o passar do tempo, a voz identificou-se: era São Miguel Arcanjo, que passou a ser acompanhado por Santa Catarina de Alexandria e Santa Margarida de Antioquia. O conteúdo das vozes passou a ser mais específico: ela devia ir até o Delfim e convencê-lo a agir, libertando o seu povo do domínio inglês. Como todos os verdadeiros místicos, ela teve dúvidas e, por isso, não comentava o assunto com ninguém. Quando, porém, teve certeza da origem divina dessas vozes, fez de tudo para obedecer a elas, fiel a seu princípio de que "DEUS é o primeiro a ser servido", e lançou-se a uma missão muito maior do que ela, indo a Vaucouleurs, onde havia uma guarnição do exército francês, chefiada por Robert de Baudricourt.

Mas o que isso tem a ver conosco? Será que visões medievais de anjos e santos têm algo a dizer a um mundo informatizado e tecnológico? Antes de responder a essa pergunta, analisemos o fenômeno das vozes.

A explicação dada pela própria Joana d'Arc é simples: as vozes eram uma comunicação com o sobrenatural, com a Pneumatosfera, vindas de DEUS, por meio de seus embaixadores ad hoc: São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida. No entanto, o Princípio de Economia Causal afirma que não se deve explicar, pelo mais, aquilo que pode ser explicado, pelo menos, é por isso que a Igreja só aceita como milagre aqueles fatos que a ciência não pode explicar. Assim sendo, antes de aceitarmos a origem sobrenatural das vozes, consideremos que elas poderiam vir de:

a) Distúrbios psicológicos: não existe dúvida de que pessoas com distúrbios psicológicos "ouvem vozes". O caso mais comum é o de esquizofrenia. Embora não possua Sinal Patognomônico (sintoma indispensável para um diagnóstico), a esquizofrenia tem alguns sintomas característicos, como: alucinações auditivas e visuais, dificuldade para reconhecer pessoas, idéias fixas que afetam a realização de tarefas normais, confusão nas idéias e nos objetivos, perda de identidade, perda de habilidades, depressão, ansiedade, distração. Pode-se até imaginar que Joana d'Arc tenha tido "alucinações visuais e auditivas" e a idéia fixa da libertação da França, mas essa idéia não só não afetou a sua realização de tarefas, como as iluminou; ela nunca teve dificuldade em reconhecer pessoas (pelo contrário, reconheceu o rei em Chinon, como veremos depois), suas idéias e seus objetivos, bem como os meios para alcançá-los eram muito claros, da mesma

forma que a sua identidade e missão; após as vozes, ela não perdeu, mas ganhou habilidades, pois os próprios capitães franceses (e os ingleses muito mais) admiravam-se com as táticas de guerra que ela elaborava, sem nunca ter estudado artes bélicas; os depoimentos já citados nunca se referiam a ela como uma pessoa ansiosa, depressiva e distraída, mas exatamente o contrário: alegre, serena, otimista, confiante e atenta. Portanto, Joana d'Arc não sofre de esquizofrenia. No entanto, a esquizofrenia não é o único distúrbio psicológico que pode levar alguém a ouvir vozes. Complexos de culpa, stress podem produzir o mesmo resultado. Muitas mulheres que cometeram aborto acordam no meio da noite ouvindo choro de crianças. Nesses casos, porém, as vozes são vagas, confusas. Tal explicação não pode nem ser cogitada para Joana d'Arc. Que culpa ela poderia ter se o seu país estava sob domínio estrangeiro? Se Carlos VII tivesse ouvido essas vozes, a explicação, até seria cabível, mas não para Joana d'Arc. Stress? Com certeza uma Clinica de Recuperação de Stress em Domremy iria à falência no primeiro mês.

Existem outros casos em que a pessoa quer ouvir vozes, seja pelo desejo de ser igual a pessoas que passaram por essa experiência, seja para ganhar status num grupo. Quanto ao primeiro caso, durante a Primeira Guerra Mundial, uma jovem francesa, chamada Claire Ferchaud, disse ter tido uma visão de que os aliados não venceriam a Guerra se a imagem do Sagrado Coração não fosse acrescentada à bandeira francesa (SACKVILLE-WEST, 1994, p. 311). Uma equipe de especialistas analisou-a e concluiu que ela era mentalmente perturbada e psicologicamente desequilibrada. Com certeza, ela conheceu a história de Joana d'Arc e, por estar num momento histórico semelhante, quis ser igual a ela, com a diferença que Joana d'Arc fora escolhida por DEUS, e Claire Ferchaud, por si mesma.

Quanto ao segundo caso, é comum acontecer em grupos de oração, quando alguém, por vaidade e orgulho, afirma ter ouvido ou visto coisas sobrenaturais, para ser considerado pelo grupo como um "iluminado", um "espírito superior". Nesses casos, a mensagem transmitida costuma ser repleta de chavões, de lugares-comuns. Será que DEUS precisa ficar aparecendo para tantas pessoas para dizer: "Rezem"? Será que isso não está bem claro na Bíblia, na Tradição e no Magistério da Igreja? É verdade que, no início, as vozes usavam muitos chavões, mas com uma função propedêutica: preparar Joana d'Arc para a revelação de sua grandiosa missão, que estava muito longe de ser um lugar-comum, pois só tem paralelo com a história de Moisés, também escolhido por DEUS para libertar o seu povo de uma dominação estrangeira (cf. Ex 3, 7-10). Tal missão está baseada num principio teológico: DEUS nos ama, quer nosso bem, não só na outra vida, mas já nessa, pois Ele não aceita maldades nem injustiças. Como pobre menina analfabeta que era, Joana d'Arc nunca poderia ter elaborado tal argumento, nem mesmo desejá-lo. Ela admitiu que, no início, não quis assumir tal missão, e só o fez por causa da promessa de que DEUS a ajudaria (qualquer semelhança com a conversa entre Nossa Senhora e o Arcanjo São Gabriel não é mera coincidência), e, depois, por várias vezes, ela desobedeceu às vozes.

É fácil ver como nenhum dos argumentos explica as vozes de Joana d'Arc. Os depoimentos do Processo de Reabilitação sempre falam dela como uma pessoa equilibrada, bem-humorada, de bem com a vida, ou seja, de um perfil totalmente diferente das pessoas que sofrem de distúrbios psicológicos. Além disso, uma pessoa com tais distúrbios jamais seria capaz de manter a serenidade e a calma e usar de tanta perspicácia e sabedoria com ela o fez no Processo de Condenação.

b) Distúrbios fisiológicos: existem vários distúrbios fisiológicos que podem causar no paciente a sensação de ouvir vozes e ver luzes, como:

- Desordem Bipolar : faz a pessoa ouvir vozes e causa confusão no raciocínio. A clareza e perspicácia das respostas de Joana d'Arc, no Processo de Condenação afastam totalmente essa hipótese;
- Epilepsia do Lóbulo Temporal : além de ouvir vozes e ter alucinações, faz com que a pessoa veja as coisas maiores ou menores do que realmente são, deixa-a pálida, causa dores no estômago e, em estado avançado, leva a perder o senso de espaço e a habilidade mental, sintomas completamente ausentes no comportamento de Joana d'Arc;
- Descargas Occipito-Corticais e Tuberculose Bovina : fazem o paciente ver luzes suaves, formas geométricas e objetos que se mexem; são manifestações bastante primitivas, bem diferentes das vozes de Joana d'Arc, que tinham rostos, formas reais e palavras;
- Alucinações Pedunculares : causam visões mais elaboradas, com rostos, formas reais e, às vezes, até palavras, mas as pessoas que sofrem desse mal costumam ser muito apáticas e sem iniciativa, exatamente o oposto de Joana d'Arc.

Podemos concluir, portanto que as vozes de santa Joana d'Arc não tinham origem em distúrbios fisiológicos.

c) Influência do meio: é verdade que, na Idade Média, as pessoas acreditavam muito em visões e vozes, pois não viam porque as duas esferas da criação de DEUS, natural e sobrenatural, não pudessem se comunicar. É verdade que havia também uma profecia, atribuída tanto ao Venerável São Beda quanto ao lendário Merlin, mago da corte do rei Arthur, que dizia que um país seria jogado no abismo por uma mulher e seria salvo por uma Virgem. (na verdade, a origem dessa idéia está em Santo Irineu, morto em 202, que dizia que o mal feito pela desobediência de Eva foi consertado pela obediência da Virgem Maria). Mas isso não explica as vozes de Joana d'Arc. Se a mentalidade medieval aceitava visões e vozes sobrenaturais, essas costumavam referir-se a assuntos puramente espirituais, sem interferência na esfera "mundana", temporal. Se essa hipótese fosse verdadeira, teriam surgido muitas outras "joanas d'arcs". Concordo que muitas aparições da Idade Média podem ser explicadas por isso (aliado ao desejo de vê-las), mas o caso de Joana d'Arc é diferente, devido ao conteúdo das revelações. Além disso, os depoimen-

tos das pessoas que a conheceram afastam totalmente essa hipótese. Quanto à profecia, a própria Joana d'Arc disse não acreditar nela.

d) Elemento X: uso essa expressão para me referir à incógnita, a um elemento que pode resolver um problema, mas que ainda não foi descoberto. Pode ser que, no futuro a Psicologia e a Medicina descubram novos distúrbios, que combinem com os elementos das vozes de Joana d'Arc, e, por isso, a questão nunca vai ser encerrada. Mas, sempre haverá um problema: os fatos. Será possível que uma pessoa com distúrbios psicológicos ou fisiológicos, sejam eles quais forem, consiga unir um povo até então dividido? Consiga devolver a esperança a uma nação desesperada, consiga responder com tanta sabedoria a perguntas profundamente maliciosas? Consiga manter a serenidade e a coragem no meio das maiores provações?

Muitos autores dizem que Joana d'Arc é um grande enigma. Discordo. Para mim, é muito fácil entendê-la, não vejo mistério algum. Ela era uma menina que amava muito a DEUS e, ao conhecer a Sua Vontade, fez de tudo para cumpri-la, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades e pagando o preço de sua própria vida. Embora de forma diferente, esse princípio se realiza na vida de milhares de santos. Para quem tem fé e está acostumado com as intervenções de DEUS na história humana, tudo fica mais fácil. "Sob esse ponto de vista, um católico, ao estudar Joana é mais livre que um racionalista. Pois a filosofia do Ateísmo obriga aquele que a professa a negar, de antemão e antes de qualquer exame crítico, o caráter sobrenatural de certos fatos de Joana". (GUITTON, 1961, p. 20). Portanto, quem nega a existência de DEUS e das realidades sobrenaturais (Pneumatosfera), está atolado no preconceito, pois nega tal hipótese antes de julgá-la. O contrário, porém, não é verdade: quem acredita em DEUS e na Pneumatosfera não se sente obrigado a aceitar como verdadeiras todas as visões e aparições, pessoalmente, acredito em pouquíssimas. Uma pessoa de fé conclui sobre o caráter sobrenatural de um acontecimento no final, depois de uma investigação séria e honesta, e nunca no início, de uma forma precipitada. É preciso separar o joio do trigo. O principio é simples: - DEUS existe e pode comunicar-se com os homens, fazendo-os entrar na Pneumatosfera. Resta saber a que casos isso se aplica.

O inigualável Santo Tomás de Aquino afirma que "em todas as épocas, jamais faltaram homens dotados de espírito profético, não para apresentar e desenvolver nova doutrina de fé, porém, para guiar as atividades humanas". (S.Th. II-II, q. 174, a. 6, ad. 3). Foi exatamente o que aconteceu com Joana d'Arc, pois suas revelações não tratavam de doutrinas de fé, mas guiavam as atividades humanas, como manifestações de um DEUS solícito com a nossa caminhada nesse mundo e incapaz de concordar com a injustiça e a opressão. Não podemos esquecer, porém, o aviso de São Paulo, de que "o demônio, às vezes, se disfarça em anjo de luz", ou seja, nem tudo o que é sobrenatural vem de DEUS.

A CONFERÊNCIA...(1990), publicou, em 1990, um documento sobre

aparições e revelações particulares, que apresenta alguns critérios para se verificar a origem divina de tais fenômenos, o estado psicológico do vidente, a sua conduta moral, o conteúdo da mensagem e os frutos concretos. Já demonstramos a sanidade mental e psicológica de Joana d'Arc: quanto à sua conduta moral, não há dúvidas; seu amor pelos pobres e sofredores, sua compaixão, era comum vê-la, após as batalhas, confortar soldados agonizantes, mesmo que fossem ingleses; sua castidade, apresentava-se como Joana, a virgem, fato comprovado por um exame feito em Poitiers; seu desapego das riquezas, quando o rei lhe ofereceu recompensa pela libertação de Orleans, ela não quis nada, perante a insistência do monarca em dar-lhe bens materiais, ela só pediu que ele isentasse a sua aldeia dos impostos; seu amor à verdade, com poucas mentiras, ela teria se livrado da fogueira; sua coragem, nos campos de batalha e nos tribunais, sua serenidade perante a morte, tudo isso testemunha a sua retidão moral. Quanto ao conteúdo da mensagem, embora entrasse na perigosa esfera da política, estava baseada em princípios indubitáveis: o amor de DEUS pelo seu povo e a ilegitimidade da dominação de um país por outro. Quanto aos frutos concretos, pode-se notar nela a retidão moral acima explicitada e, no povo, a volta da esperança, a união em torno de uma causa justa, a liberdade.

Podemos concluir, portanto, que realmente Joana d'Arc conversou com DEUS, por meio de seus anjos e santos, entrou na Pneumatosfera e, a partir dessa experiência, inspirou e guiou seu povo na luta pela liberdade. Ela foi, portanto, uma verdadeira e autêntica mística. Mas, o que isso pode dizer para nós? Qual a importância de sua experiência mística para o homem do Terceiro Milênio? Hoje em dia, a palavra "mística" está na moda. Lojas com "artigos místicos" ganham cada vez mais espaço; livros e filmes com essa palavra no título vendem mais. Mas, o que é mesmo mística? Usar pirâmides e cristais para atrair "bons fluidos" é superstição, um verdadeiro atentado terrorista a nossa capacidade racional; refugiar-se num mundo cheio de duendes e fadas, para fugir da realidade dura de um mundo cheio de crimes e injustiças é alienação no pior sentido que essa palavra pode ter. Mística é ter um conhecimento profundo e existencial do sentido da vida, transcendendo a ordem puramente material e entrando na Pneumatosfera, sem deixar a vida cotidiana, mas, muito pelo contrário, dando-lhe novo ardor, encarando com mais coragem e otimismo os desafios da vida, não se deixando abater pelas dificuldades, vivendo com a paz e a alegria que só os verdadeiros místicos experimentam.

Foi isso o que aconteceu com Joana d'Arc e, por isso, ela oferece um exemplo valioso a ser seguido. Considere-se aqui, porém, a distinção entre Letra e Espírito; seguir a letra é copiar ipsis litteris virgulisque as ações de alguém, enquanto seguir o Espírito é deixar-se inspirar pela forma, pela motivação que levou algumas pessoas a viver. Seguir Joana d'Arc na Letra seria algo ridículo, um verdadeiro atentado à individualidade, à personalidade irrepetível com que o Criador nos brindou, fazendo surgir pessoas pretensiosas, psicologicamente desequilibradas, agitadoras sociais, movidas, acima de tudo, pela vaidade de serem grandes como

Joana d'Arc. Segui-la no Espírito, porém, é adaptar sua mística às características pessoais de cada um e às circunstâncias históricas que nos envolvem, fazendo surgir pessoas corajosas sem serem arrogantes, lutadoras sem serem insensíveis, conquistando seus direitos sem desrespeitar os dos outros, confiantes em seu valor sem serem soberbas, tementes a DEUS sem serem fanáticas, religiosas sem serem alienadas. Podemos não ver nem ouvir coisas sobrenaturais, mas se ouvimos a voz de DEUS que nos convida a louvá-lo na beleza da natureza, a servi-lo no clamor dos pobres e sofredores, a crer nos ensinamentos da Bíblia Sagrada, a amá-lo na pessoa do próximo, estamos sendo iluminados, e seguimos o espírito de Joana d'Arc. Os fenômenos sobrenaturais, "não garantem que a pessoa seja mais santa ou faça experiência de DEUS mais profunda e verdadeira. Pode ser um apelo à conversão. O primeiro e decisivo critério legitimador da experiência de DEUS é a caridade, o amor solidário. Como anuncia São João, DEUS é amor, e quem ama conhece a DEUS (cf. 1 Jo 4, 7.16). No nosso país, tão marcado pelo empobrecimento e marginalidade que tem claras causas estruturais, o amor se manifesta de uma forma radiante, mas não única, na busca da justiça e da construção de novas relações fraternas (MURAD, 1997, p. 183).

Entrar na Pneumatosfera, ultrapassar as realidades puramente materiais para fazer uma autêntica experiência de DEUS para, a partir dela, lutarmos contra a injustiça e a opressão e unir o povo na busca pela liberdade e por condições de vida digna para todos: eis a lição de Domremy.

4 VAUCOULEURS: O VERDADEIRO VALOR DO SER HUMANO

Certa de sua missão, escolhida por DEUS e comunicada por São Miguel, santa Catarina e santa Margarida, Joana d'Arc deixa a sua querida vila e sua amável família para ir a Vaucouleurs, convencer o chefe da guarnição, sir Robert de Baudricourt, a enviá-la até o Delfim, em Chinon. Chegando lá, ela fala de sua missão a sir Robert, que manda-a de volta para casa, dizendo que ela precisava levar uma boa surra de seu pai. Afinal, se os homens mais fortes e cultos da França não conseguiam resolver a situação caótica de seu país, o que poderia fazer uma menina analfabeta, dos confins da Lorena? Mas a esperança não desiste, essa é sua essência. Joana voltou a Vaucouleurs e convenceu sir Robert a dar-lhe uma escolta, que a levou por 275 km, a maior parte em território inimigo, durante 11 dias, até Chinon.

Onde está o valor do ser humano? Para sir Robert, estava no fato de ser homem, nobre, rico, culto e, de preferência, morando em uma cidade. Valorizando a condição sexual, política, econômica, cultural e social, era difícil ver algum valor naquela menina, de classe popular, pobre, analfabeta e camponesa. A História, porém, mostrou como estava errado. Com seu caráter e seus feitos, Joana d'Arc prova que o valor do ser humano está na sua capacidade de conhecer a verdade e guiar sua vida de acordo com ela, em doar-se por uma causa justa, em lutar por

liberdade e condições de vida digna. Mas, não vamos crucificar sir Robert, afinal, ele fez o que Joana d'Arc pediu, pois ele era apenas um filho de seu tempo, daqueles que não sabem ou não conseguem censurar os maus hábitos dos pais. A mentalidade geral dessa época era machista e desprezava os pequenos, seja no campo político, não-nobres; econômico, pobres; cultural, analfabetos; e social camponeses. É verdade que muitos desses preconceitos ainda existem, mas não são tão fortes quanto nessa época. Basta ver o espaço conquistado pelas mulheres. Não gosto do termo "feminismo"(parece-me ser o outro lado do "machismo" e, como tal, igualmente errado, pois o relacionamento entre homem e mulher nunca deve ser visto em termos de conflito, mas de comunhão) mas não há como negar a importância de sua luta, que tem em Joana d' Arc uma inspiradora e grande expoente. Não para se vangloriar de que "o maior homem da história da França é uma mulher", mas para ver e mostrar a importância da feminilidade.

Um ponto muito polêmico das atitudes de Joana d'Arc era o modo como ela se vestia: usava roupas masculinas e tinha cabelos curtos, só por isso, seu nome poderia figurar entre os mais influentes do mundo da moda. Esse foi um dos "bodes expiatórios", que seus juízes usaram para condená-la por heresia, afirmando que ela ia contra a Bíblia, que diz: "a mulher que se vestir como homem será abominável aos olhos do Senhor" (Dt 22,5). Estamos diante de um caso típico de INEGESE, um dos maiores erros no estudo Bíblico, que a teoria protestante da livre interpretação veio ampliar e acentuar. No estudo Bíblico, chama-se EXEGESE ao esforço de se buscar o sentido real dos textos, descobrir a mensagem que o autor quis passar ao escrevê-los. No lado oposto, está INEGESE, que é manipular o texto, forçando-o a dizer o que se quer que ele diga. É uma característica marcante de todos os fundamentalistas e fanáticos religiosos. Foi o que fizeram os juízes de Joana d'Arc, que leram o texto na letra e não no espírito, e distorceram seu sentido para servir a seus propósitos. Uma exegese séria, sincera e honesta mostra que o espírito do texto é afirmar que a mulher não deve perder a sua feminilidade, que não deve invejar o homem, mas ser quem ela realmente é. Muitas religiões antigas (e outras nem tanto) diziam que a mulher é a porta do inferno, e que DEUS criou somente o homem, e que a mulher fora criada pelo demônio para, com sua feminilidade, levar o homem à perdição. Vendo como tal idéia é absurda, o próprio DEUS vem nos revelar, por meio da Bíblia, que Ele criou tanto o homem quanto a mulher à Sua imagem e semelhança (cf.Gn1,27) e que, portanto, a feminilidade é um valor positivo, que deve ser respeitado e desenvolvido. A mulher não precisa se masculinizar para ser respeitada, pois ela tem valores próprios, dignos de tanto respeito quanto os masculinos. A mulher que não desenvolve as potencialidades de seu coração e de sua alma feminina, que se masculiniza e nega sua feminilidade, essa, sim, é abominável aos olhos do Senhor, independentemente das roupas que veste ou do comprimento do cabelo.

A própria Joana d'Arc afirmou que se vestia com roupas masculinas, não para negar a sua feminilidade, mas para preservar a sua castidade, pois estando no meio de soldados, seria, no mínimo, imprudente ficar exibindo seus dotes físi-

cos. Com isso, Joana d'Arc se diferenciava de muitas outras heroínas: de Cleópatra a Mata Hari, muitas mulheres "contribuíram" para o bem da humanidade, ao exercer seu poder de sedução com fins políticos, e depois reclamavam por serem tratadas da forma como se apresentavam: objetos sexuais. Depoimentos da época afirmam que Joana d'Arc era "bela e bem formada", mas ela nunca usou disso, nunca se apresentou como uma bela dama disposta a ceder seu corpo aos que apoiassem sua causa. Seu argumento era a Justiça, sua sedução era moral, seu valor estava na alma. Parece-me ver nela a realização da mulher ideal de que fala a Bíblia, cujos "adornos não consistem em jóias, mas nas boas obras, cuja beleza não está nos vestidos, mas numa alma pura" (cf. 1Pd 3,3). O que faz com que uma mulher seja mulher está no íntimo de sua alma, no modo mais terno, sentimental, subjetivo, compassivo e intuitivo de ser, tão importante para temperar e abrandar a aridez, rigidez, racionalismo, e insensibilidade masculinas. A ternura e a docilidade femininas são muito mais úteis e importantes para a humanidade do que os silicones e as plásticas. É nessas virtudes que está o valor da mulher, e Joana d'Arc tem o grande mérito de propor que a mulher seja respeitada e valorizada, mais de que por seus dotes físicos, pela beleza de sua alma, pela força de seu espírito, pela grandeza de seu coração, que a tornam capaz de fazer grandes coisas, com espírito de simplicidade, e de fazer coisas simples, com espírito magnânimo.

Olhar além das aparências, não julgar pela casca, mas enxergar o verdadeiro valor do ser humano no fundo de sua alma: eis a lição de Vaucouleurs.

5 CHINON: SEJA QUEM VOCÊ É

Ao chegar em Chinon, Joana d'Arc teve que esperar três dias até ser atendida pela Delfim, que ainda quis pregar-lhe uma peça: escondeu-se entre os membros da corte e colocou outro no trono, se fosse um atentado, mataria a pessoa errada. Lembre-se de que na época pouquíssimas pessoas conheciam pessoalmente o rei a ponto de reconhecê-lo. A própria Joana d'Arc nunca o tinha visto, mas guiada pelas vozes, encontrou o verdadeiro Delfim, e anunciou-lhe que DEUS queria que ele fosse o rei da França, e que socorresse o bom povo francês. A sós, ela contou-lhe um segredo, que muitos pensam ser a comprovação de que ele era filho legítimo de Carlos VI, mas que permanecerá para sempre envolto nas brumas daqueles mistérios que nem o tempo dissolvem. Para certificar-se de sua origem divina, o Delfim mandou que ela fosse examinada em Poitiers.

Quando o Delfim mandou que outra pessoa se sentasse no seu trono, pensava estar pregando uma peça na pobre camponesa, mas, na verdade, estava revelando um aspecto muito importante de sua personalidade: ele não queria ser rei. Talvez o motivo fosse a suspeita de não ser filho legítimo do rei, ou a situação caótica de seu país, ou o medo de que as pressões internas e externas levassem-no ao mesmo fim do seu pai: à loucura, ou, talvez, fosse tudo isso junto e mais um pouco. Especulações à parte, o fato é que ele não queria ser rei, mas era rei, ou

seja, estava com medo de ser quem realmente era. A psicologia contemporânea insiste na importância de que cada pessoa deve ser quem realmente é, sem máscaras. Joana d'Arc fez isso com o Delfim, mostrando-lhe que, se DEUS queria que ele fosse rei, não iria deixar de dar-lhe a sabedoria e a força necessárias para cumprir bem a sua missão. Bastava que ele acreditasse em si mesmo, que olhasse no fundo de sua alma e descobrisse os seus valores, adormecidos por uma vida frívola e apática. Esse era o motivo pelo qual Joana d'Arc chamava-o de Delfim e não de rei, pois Delfim é o legitimo herdeiro do trono, que só passa a ser rei quando é coroado e ungido. Chamando-o de Delfim, Joana d'Arc mostra-lhe que ele realmente é o herdeiro legítimo do trono, mas que ainda não é o rei, porque lhe faltam elementos subjetivos, acreditar que é o rei, assumir sua missão, "vestir essa camisa", e objetivos, a bênção de DEUS que seria dada na unção em Reims, e o apoio do povo. Ela sabia, por experiência própria, que para cumprir bem uma missão é preciso confiar em DEUS que, em Sua Providência, acompanha os nossos passos, confiar em si mesmo, nos dons, talentos e carismas que recebemos da bondade do Criador e contar com o apoio dos outros, pois nada se faz sozinho, isolado.

Ser quem realmente somos, descobrir nossos dons e carismas e colocá-los a serviço de DEUS e do próximo: eis a lição de Chinon.

6 POITIERS: O CONHECIMENTO DO FUTURO

Quando Joana d'Arc falou ao Delfim das suas vozes e de como elas afirmavam que ele era o legítimo rei, com certeza ele deve ter ficado muito animado. Mas, com certeza, algum de seus conselheiros deve ter levantado a hipótese de que essas vozes poderiam vir do demônio e não de DEUS e, que, portanto, poderia ser uma armadilha para destruí-lo. Para tirar essa dúvida, o Delfim mandou Joana d'Arc ser examinada na cidade de Poitiers, de duas formas: um grupo de mulheres certificou-se de sua virgindade, na época achava-se que o demônio não teria poder sobre uma virgem, e um grupo de teólogos certificou-se da ortodoxia de suas mensagens. Infelizmente, as atas desse processo se perderam, ou "foram perdidas" na época de seu processo de condenação, mas o frei Seguin, presente em Poitiers, testemunharia no processo de reabilitação que Joana d'Arc "disse que os ingleses logo seriam derrotados, que o cerco da cidade de Orleans seria levantado [...] que o rei seria sagrado em Reims [...] que a cidade de Paris retornaria ao domínio do rei e, por fim, que o duque de Orleans retornaria da Inglaterra. Tudo isso eu vi acontecer (PERNOUD, 2001, p. 49). Quando pediram que fizesse um milagre, desse um sinal de ser realmente enviada de DEUS, ela respondeu: "eu não vim para mostrar sinais, levem-me a Orleans e eu mostrarei os sinais para os quais fui enviada" (SACKVILLE-WEST, 1994, p. 119). Depois de muitas perguntas e respostas corajosas, algumas irônicas e até sarcásticas, o Tribunal conclui que não havia nada de mal nela, mas somente virtudes, e que o rei podia confiar nela.

Assim ela se tornou a mais jovem Comandante Suprema do Exército de uma nação em toda a História da Humanidade.

Não há quem não queira conhecer o futuro, enxergar dentro dessa nuvem espessa e misteriosa que, fatalmente, se tornará presente. A leitura de horóscopos, consultas a búzios e tarôs e até as análises dos economistas sobre as tendências do mercado financeiro são uma prova disso; o que muda é a forma e a motivação da busca desse conhecimento. Santo Agostinho faz a esse respeito considerações muito interessantes: "[...] qualquer que seja a natureza dessa misteriosa previsão do futuro, não podemos ver senão o que existe. Mas o que existe não é futuro, e sim presente. Por conseguinte, quando dizemos que vemos o futuro, não se vêem os próprios acontecimentos ainda inexistentes, isto é, o futuro - mas sim as causas e os sinais precursores que já existem" (AGOSTINHO, 2002, p. 343). Olhando a aurora, prevemos que logo o sol vai nascer, conhecendo a semente, prevemos a árvore que virá.

O caso de Joana d'Arc, porém, é bem diferente. Quando ela surgiu, a situação da França era desesperadora. Uma previsão desse tipo diria: levando-se em consideração a divisão interna da França, as derrotas militares, a falta de comando político e, do outro lado, as vitórias e a organização inglesa, o futuro apontaria para uma vitória anglo-saxã. Se Joana d'Arc tivesse falado isso, não seria nada estranho, pois milhares de pessoas faziam essas previsões. No entanto, ela surge afirmando que Orleans seria libertada, o delfim coroado rei, que Paris voltaria para o domínio francês, que o duque de Orleans seria libertado e que, por fim, os ingleses seriam expulsos da França. Era como se alguém dissesse que um time perdendo de 6X0, até os quarenta minutos do segundo tempo, viraria o placar e ganharia de goleada. Não é de estranhar que muitos a chamassem de louca. Mas o incrível é que as suas profecias se cumpriram, o time ganhou de 13X6. Considere-se o fato de que as profecias de Joana d'Arc foram registradas antes de acontecerem, o que descarta a possibilidade de terem sido inventadas depois, para fortalecer o seu mito, como acontece em outros casos. Como explicar tal fato? Há quem diga que pelo fato de Joana d'Arc acreditar profundamente naquilo que falava, fez com que os soldados se animassem e lutassem com mais fervor. Em parte, é verdade, pois nada anima e inspira tanto as pessoas quanto um líder otimista e confiante, que acredita naquilo que diz. Mas, como explicar essa confiança e otimismo dela? Entramos aqui num território de altitude tão grande que a razão tem dificuldades de continuar sua caminhada, e pede ajuda à Fé. A comunicação pessoal com DEUS. Eis a única resposta. Se DEUS está falando que os franceses vão ser libertados, então os franceses vão ser libertados, pois DEUS não mente, não se engana nem nos engana. A lógica de Joana d'Arc é tão simples quanto profunda. Ela fez aquela experiência tão extraordinária quanto rara, de transcender a esfera temporal, composta pela sucessão de momentos, e entrar no eterno, em que o passado e o futuro são um eterno presente. Nessa experiência, ela viu a vitória da Liberdade e da Justiça, pois estas só sofrem derrotas no domínio temporal, quando a sucessão de eventos nem sempre lhes é favorável;

mas, na perspectiva eterna, elas são sempre vitoriosas. Não é de admirar que ela não tenha deixado abater pela situação adversa inicial, nem pelos reveses que sofrera depois.

> Ora, ela havia conversado pessoalmente com os Príncipes do Paraíso, membros da corte de DEUS, e vira seu séqüito de anjos a perder de vista pelo céu adentro, miríades e mais miríades, com uma luz de intensidade absoluta a brilhar como o sol em toda a sua glória a lhes sair da cabeça e ocupar todo o espaço com uma luminosidade extrema. Não, Joana não se deixaria impressionar por qualquer outra coisa (TWAIN, 2001, p. 122).

De fato, quem fez uma verdadeira experiência de DEUS, quem entrou na Pneumatosfera, vê o mundo com outros olhos, e vive cheio de alegria, esperança e otimismo, não se deixando abater pelas dificuldades e sofrimentos. É de gente assim que o mundo de hoje precisa. A Humanidade precisa de pessoas que desenvolvam sua espiritualidade, que entrem na Penumatosfera (ou, ao menos, que olhem pelo buraco da fechadura), que façam uma experiência de DEUS, para, a partir dessa experiência, lutar por um mundo melhor, mais justo e fraterno, com condições de vida digna para todos. Existindo pessoas assim, pode-se prever que o Terceiro Milênio trará muita prosperidade, paz e felicidade para todos: eis a lição de Poitiers.

7 ORLEANS: A GUERRA JUSTA E O PECADO DOS BONS

Passando pelo teste de Poitiers, Joana d'Arc foi colocada à frente do exército francês e marchou rumo a Orleans. Esta era a última grande cidade da França que ainda estava em poder dos franceses e, se caísse, seria o fim da Guerra dos Cem Anos. Ao chegar lá, Joana d'Arc enviou uma mensagem aos ingleses, dizendo que eles deveriam sair por bem, e voltar para o seu país, que nenhum mal lhes aconteceria, mas se insistissem em ficar, sofreriam uma derrota que seria lembrada por muitos séculos. É claro que, devido às circunstâncias, os comandantes ingleses acharam isso uma piada, uma brincadeira de mau gosto. Quem aquela mocinha pensava que era para falar daquele jeito? A situação da França era exatamente o oposto daquela altivez que ela demonstrava. Assim sendo, Joana d'Arc cumpriu a promessa, e infligiu aos ingleses uma derrota que até hoje é lembrada, e que mudou a direção da Guerra dos Cem Anos num giro de 180 graus. Logo no início da batalha, porém, Joana d'Arc fora transpassada por uma flecha perto do ombro direito. Um ferimento daqueles, naquela época, era letal, e os ingleses começaram a comemorar a morte da "bruxa francesa". Contrariando todos os conselhos dos comandantes, ela pediu que arrancassem a flecha, pois suas vozes tinham garantido que ela não morreria, e algumas horas depois, ela estava de volta no campo de batalha. Isso encheu os ingleses de terror, na mesma

proporção que encheu os franceses de ânimo e alegria.

> Era a vitória. Talbot, o comandante inglês reconheceu que a situação era desesperadora, e nada mais havia a fazer se não empreender a retirada. Antes, porém, resolveu, de acordo com os costumes da época desafiar os franceses para um combate corpo a corpo em campo aberto. Joana concordou com a proposta, dizendo, porém, que, antes do combate, desejava ouvir missa. Enquanto se encontravam todos, orando, no interior do templo, os ingleses começaram a partir, abandonando qualquer idéia de luta. Os franceses pensaram em persegui-los, mas Joana os dissuadiu da idéia, pedindo-lhes que os deixassem ir em paz (MACEDO, 1961, p. 53).

Após essa memorável vitória, Joana d'Arc preferiu, em vez de continuar as batalhas, coroar o rei em Reims, capital religiosa da França.

Os primeiros princípios da moral afirmam que devemos escolher sempre o bem e rejeitar o mal. O problema é que, na prática, a maioria das nossas escolhas são feitas não entre um bem e um mal, mas entre um bem maior e um bem menor, ou um mal maior e um mal menor. Nunca hesitei entre comprar um CD de rock ou de techno, mas muitas vezes, vi meu espírito dividido ao ter que escolher entre Bob Dylan e Eric Clapton, Rolling Stones ou Jethro Tull. Santa Joana d'Arc enfrentou dois grandes conflitos desse tipo, um entre Justiça e Força, outro entre Vocação e Instituição. Analisaremos agora o primeiro, deixando o segundo para o último capítulo.

Todos nós cremos na paz, mas quando ela só é possível pela força, o que fazer? Desistir da força e aceitar a dominação ou usar a força para conseguir a paz? Perante problema tão complexo passo a palavra para um dos maiores filósofos do século XX, Jean Guitton (1963, p.12):

Quando acreditamos resolver um problema moral, é a custo do sacrifício de uma exigência a outra. Somos pela autoridade contra a liberdade, pela Letra contra o espírito, pela Justiça contra a força, ou inversamente. O que particularmente surpreende em Joana é que ela achou seu caminho sem sacrificar nenhuma das extremidades, mas num processo ascensional, para definir uma solução mais elevada. A esse respeito, eu diria de bom grado que ela foi uma dialética viva.

Esses conflitos são relativizados pela sua entrada na Pneumatosfera, pela sua experiência do Absoluto. Dessa forma, o conflito Justiça X Força é relativizado pela Paz. É verdade que ela usou da força, mas relativizando-a, só depois que suas mensagens de paz foram desprezadas e só até onde era estritamente necessário. Já vimos como, após a vitória em Orleans, ela convenceu seus soldados a não irem atrás dos ingleses, pois seu objetivo não era massacrá-los, mas libertar o seu povo. Afastado o perigo, a força perde a sua legitimidade. Na verdade, o que ela fez foi aplicar o Princípio de Legítima Defesa em relação a seu país. Muitos podem se escandalizar ao ver uma santa guerreira, mas, se uma pessoa visse alguém espancando sua mãe, esposa (o), filhos, permaneceria contra o uso da força? Quem respondesse que sim, seria o pior dos covardes; se

conseguisse dominar o agressor e, depois, continuasse batendo nele, estaria abusando do direito, mas, se mandasse o agressor parar, e ele continuasse batendo, e corresse em socorro do agredido, parando no momento em que o agressor estivesse dominado, teria agido corretamente, como Joana d'Arc fez. É de se ressaltar o fato que Joana d'Arc nunca teve pretensões de invadir a Inglaterra, para se vingar. Seu objetivo era libertar o seu povo, e não fundar um império, ao contrário dos ingleses, que, após a França, queriam estender seus domínios a outras regiões da Europa. É por isso que, existe Guerra Justa. Hoje em dia, após as arbitrariedades americanas no Oriente Médio, esses termos nos parecem tão contraditórios quanto "fogo frio" ou "água seca". Mas o desprezo e a reprovação que o mundo dirigiu a essas intervenções americanas se devem ao fato de elas não serem justas. O Catecismo da Igreja Católica apresenta as condições morais para que uma guerra seja justa (1993, 2309):

a) que o dano infligido pelo agressor à nação ou à comunidade de nações seja durável, grave e certo;
b) que todos os outros meios de pôr fim a tal dano se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes;
c) que estejam reunidas as condições sérias de êxito;
d) que o emprego das armas não acarrete males e desordens mais graves do que o mal a eliminar.

Conforme Cantu (1969, p. 78), isso se comprova no caso de Joana d'Arc, pois:

a) o dano era grave, durável e certo, pois o povo francês estava na miséria, sendo injustamente explorado, privado de sua liberdade;
b) antes de atacar, Joana d'Arc mandava mensagens de paz, sem, porém, aceitar negociações, pois ela via no povo alguém que merece ser respeitado e que tem o direito de viver em paz, e não um brinquedo a ser manipulado, uma mercadoria a ser trocada pelos poderosos. Sua posição era clara: os ingleses não tinham nenhum direito sobre a França, e quem não tem direito, não pode exigir nada;
c) as condições de êxito estavam fundadas na palavra de DEUS, que não se engana nem nos engana;
d) sem dúvida, Joana d'Arc escolheu o mal menor. Se ela não tivesse atacado, os ingleses atacariam, e os franceses que não morressem pela espada, morreriam pela fome, ou seriam privados de sua liberdade e de seus direitos. Afinal de contas, não foi isso que os ingleses fizeram na Irlanda?

Dizia um sábio que existe muito mal no mundo porque os bons não lutam contra ele. Freqüentemente confundimos bondade com covardia, e não temos coragem de levantar nossa voz contra as injustiças reinantes. A apatia dos bons abre caminho para o domínio dos maus. Muitas vezes a própria religião é

usada neste sentido. Nosso comodismo se disfarça de confiança em DEUS, para que Ele combata o mal. Conta-se que um santo um dia perguntou a DEUS: - Senhor existe tanto mal no mundo, porque o Senhor não faz algo para acabar com isso?. E Ele teria respondido: - eu já fiz, eu criei você. Outro santo que fez a mesma pergunta, recebeu outra resposta: - engraçado, eu ia lhe perguntar a mesma coisa! No primeiro interrogatório em que foi submetida, em Poitiers, Joana d'Arc afirmou que era vontade de DEUS que o povo francês fosse libertado. Um dos examinadores disse que, se DEUS quisesse assim, ele não precisaria de soldados, ao que a santa Joana respondeu: - os soldados lutarão e DEUS nos dará a vitória(SACKVILLE-WEST, 1994, p. 119). O examinador estava pressupondo que o que DEUS quer fazer, faz sozinho, diretamente. Joana d'Arc, imbuída da mentalidade cristã, iluminada pela Revelação, afirma que DEUS pode agir diretamente, é claro, e às vezes faz mesmo, mas em geral, Ele age indiretamente, por meio de pessoas humanas. Não que Ele precise, mas Ele gosta de valorizar-nos, confia em nós e nas nossas capacidades (normalmente, mais que nós mesmos confiamos). Ele poderia ter salvo Israel dos Egípcios diretamente, mas o fez por meio de Moisés; poderia ter vindo ao mundo diretamente, mas o fez por meio de Maria de Nazaré; poderia fazer com que todos os povos conhecessem o Evangelho por uma iluminação direta, mas preferiu escolher os Apóstolos para isso. Por isso, vê-se que a resposta de Joana d'Arc está em plena consonância com o agir de DEUS, quando aparece a Moisés e diz: - "eu vi a miséria do meu povo, eu ouvi o seu clamor, eu conheço seus sofrimentos, e desci do céu para libertá-los" (Ex. 3,7-8), DEUS mostra que não aceita injustiças, não compactua com explorações, mas quer que todos os seus filhos tenham vida, e vida em plenitude (cf.Jo 10,10), não só na outra vida, mas já nessa. Infelizmente, essa verdade foi, por motivos óbvios, escondida por muito tempo, nas gavetas dos poderosos, que preferem um DEUS insensível ao sofrimento dos pobres ou, pior ainda, um DEUS que nos mantenha resignados e submissos, aceitando toda exploração para poderem ir para o céu. Joana d'Arc não aceita isso. O seu DEUS, o DEUS da Bíblia, o DEUS que se revelou em Jesus Cristo, não quer ver injustiças, e nos concede Sua Luz, para enxergarmos tal erro, e Sua força, para combatê-lo. Iluminada e fortalecida por DEUS, Joana d'Arc lutou contra o mal e a injustiça para construir um mundo melhor.

Mais de cinco séculos depois, o Concílio Vaticano II afirmaria que: "É específico dos leigos, pela sua própria vocação, procurar o reino de DEUS, exercendo funções temporais e ordenando-as segundo DEUS"(L.G. 31), e o Catecismo da Igreja Católica(899), na mesma linha, diz que: "A iniciativa dos cristãos leigos é particularmente necessária, quando se trata de descobrir, de inventar novos meios para impregnar as realidades sociais, políticas, econômicas, com as exigências da doutrina e da vida cristãs". Assim, a Igreja mostra que o leigo não é um acessório, mas alguém muito importante, que possui uma missão específica. Lembramos que Joana d'Arc era leiga, não era freira nem monja, e viveu plenamente essa vocação tão bela quanto menosprezada, de encarar de frente as realidades

temporais, mundanas, para iluminá-las com a luz do Evangelho.

Vencer a insegurança e o medo e lutar contra o mal, transformando estruturas injustas para a maior glória de DEUS e o bem do povo: eis a lição de Orleans.

8 REIMS: O ESPÍRITO DE UNIDADE

Após a avassaladora vitória em Orleans, qualquer estrategista militar continuaria com os ataques, aproveitando-se do estado psicológico dos ingleses e dos franceses. Mas Joana d'Arc só admitia o uso da força quando era estritamente necessário e preferiu uma manobra política: a coroação do rei em Reims. Com um rei legitimamente coroado, a França deixava de ser uma "sede vacante" aos olhos dos ingleses, e isso, aliado às conquistas recentes e o efeito psicológico produzido pela figura de Joana d'Arc, poderia levar os ingleses a se retirarem da França, sem necessidade de mais batalhas e mortes. No entanto, para se ir de Chinon a Reims é preciso passar pela Borgonha, região aliada dos ingleses. Isso não parece ter causado qualquer preocupação a Joana d'Arc, que aproveitava o caminho para ir aumentando o número de aliados. Ao chegar perto de uma cidade, ela enviava cartas com mensagens do seguinte teor:

> Franceses leais, comparecei diante do rei Carlos, e que ninguém falte nem tema por sua vida, seus bens ou suas realizações, pois prometo e garanto que entraremos, com a ajuda de DEUS, em todas as cidades, que devem pertencer ao Santo Reino, e aí estabeleceremos uma paz duradoura, contra a qual ninguém se interporá (PERNOUD, 2001, p. 94).

Algumas cidades se aliaram a Carlos VII, mas outras não, o que provocou batalhas como as de Meung, Beaugency e Patay, com vitórias estrondosas dos franceses, nessa última, houve três mortos do lado dos franceses e dois mil dos ingleses. Por fim, a comitiva chega a Reims, e o Delfim, coroado e ungido, passa a ser Rei.

Hoje, a noção de Estado, como uma nação formada por um povo, com uma identidade cultural e governada por representantes legitimamente constituídos é algo tão comum que é difícil para nós, no Terceiro Milênio, aceitarmos outras formas. O feudalismo, que fazia do senhor feudal uma espécie de semideus, dispondo da vida de seus vassalos de acordo com o seu bel-prazer parece-nos, no mínimo, um abuso de autoridade. O imperialismo, que pretende dominar povos diferentes, destruindo sua cultura e submetendo-o a um domínio econômico, político e militar, desprezando toda soberania nacional, causa-nos até uma certa revolta, basta ver as manifestações contra o imperialismo americano.

Pois bem, na origem da noção do Estado Moderno percebemos a influência de Joana d'Arc. Antes dela, a França, como toda a Europa, vivia no regime

feudal. Embora houvesse rei, ele não tinha muitos poderes, pois os senhores feudais mandavam e desmandavam. As sucessivas derrotas sofridas pela França na Guerra dos Cem Anos (Ecluse, Crecy, Poitiers, Azincourt) fizeram com que o espírito de unidade praticamente desaparecesse. Ninguém se dizia "Francês". A filosofia reinante era o "cada um por si", sem espírito de colaboração, da unidade. Mas, "como pode subsistir um reino dividido?" (Lc 11,17). Os antigos romanos já diziam: "divide et impera", ou seja, para dominar um povo, basta dividi-lo. Era isso o que estava acontecendo com a França: por estar dividida, estava perdendo sua soberania política, sua tradição cultural e, o pior de tudo, sua liberdade.

A situação foi se agravando cada vez mais, até que Joana d'Arc surge, propondo que todos os franceses se unam, pelo bem da França, não ao redor dela, mas do rei. Muitos franceses aliaram-se aos ingleses, ou, ao menos, desistiram de lutar contra eles, por acharem que Carlos VII não era filho legítimo de Carlos VI. Há quem diga que, em sua primeira conversa com Carlos VII, Joana d'Arc teria dito que os seus santos garantiram que ele era filho legítimo. Se é verdade, não sei, mas não acredito muito nessa hipótese. Parece-me que, para Joana d'Arc não interessava tanto o fato da legitimidade do nascimento de Carlo VII quanto o fato de que ele era francês, enquanto que o outro pretendente ao trono, Henrique VI, era inglês. Será que um inglês legítimo seria melhor para a França do que um francês, mesmo que fosse bastardo? Com tal mentalidade, Joana d'Arc prenuncia a mentalidade que vê num bom rei, não a descendência de "sangue azul", mas a identidade e a solicitude com o seu povo. É ao redor desse rei que ela quer unificar o seu povo.

Aqui, Joana d'Arc toca num ponto delicado, pois ela afirma claramente o direito divino dos reis, proclamando que DEUS, o Rei dos Céus, quer que Carlos VII seja o Rei da França. É verdade que, no decorrer dos séculos, esse princípio foi muitas vezes manipulado, para manter um povo explorado quieto e resignado e para dar aos soberanos o direito de fazer o que quisessem sem serem questionados por isso. Joana d'Arc, porém, propõe-no de outra forma, para unir um povo explorado na luta pela liberdade, e para fazer com que o rei visse que ele tem o dever de exercer o poder da melhor maneira possível, pois será julgado por isso pelo próprio DEUS, cujas "Leis de Responsabilidade Fiscal" são muito mais justas e severas do que as humanas. Assim, ela mostra que o povo deve lutar por seu rei, superando todas as divisões, e que o rei deve exercer sua autoridade, não a seu bel-prazer, mas em vista do Bem-Comum, sabendo que terá que prestar contas de sua administração ao Rei dos Céus. No fundo, ela propõe na prática aquilo que seu compatriota Alexandre Dumas apresentará, séculos mais tarde, como o lema dos Três Mosqueteiros: "Um por todos e todos por um", ou seja, entre indivíduos e o Estado não deve haver conflito e oposição, mas colaboração: cada indivíduo colabora com o Bem-Comum, e o Estado, que o representa, cria condições para o crescimento de cada indivíduo.

É nesse contexto que podemos falar de Patriotismo. Esse conceito, outrora tão falado e ensinado e, hoje, reduzido a camisetas e bandeiras em época de Copa do Mundo e Olimpíadas, tem um sentido muito mais profundo para Joana

d'Arc. Seu patriotismo provém de sua fé. Ela ama a França porque ama a DEUS, e DEUS ama a França. Esse Patriotismo é, em primeiro lugar, conseqüência da fé num DEUS que não despreza o tempo e o espaço, as dimensões desse mundo, mas os assume como lugares de Sua Revelação. Ao contrário de várias religiões orientais, que pregam que as dimensões do tempo e do espaço afastam a alma de DEUS, o Cristianismo mostra que, quando DEUS se fez homem, em Jesus Cristo, Ele entrou na nossa História, e fez de nosso tempo e espaço as categorias nas quais se revelou. É por isso que Joana d'Arc, mesmo tendo uma aura mística e transcendente, é uma personagem profundamente inserida no seu tempo e atuante no seu espaço. Brotando da fé em DEUS, seu patriotismo se dirige ao rei e ao povo na modalidade de que falamos: o espírito de Unidade. Seu amor a DEUS, à Pátria, ao rei e ao povo não são quatro amores, mas um único amor, que surgindo de sua experiência de DEUS, estende-se a tudo e a todos.

Essa, aliás, é uma das grandes características dos místicos. "Quem entrou na Pneumatosfera consegue ver que todas as coisas foram criadas para a união, que a união é a chave para entender o universo. Não é à toa que o último estágio da vida espiritual é a Via Unitiva" (TANQUEREY, 1961, p.611). Ao transcender a esfera dos sentidos, o espírito humano entra em contato com o mais profundo de cada ser e, se naquilo que nossos sentidos captam estão as diferenças e divisões, na esfera superior está a íntima união e comunhão de todas as coisas, entre si e com o Criador. É fácil ver como tal experiência não aliena, não tira da realidade, mas, muito pelo contrário, impulsiona-nos na luta pelo Bem-Comum.

É com muita alegria e satisfação que vemos aumentar a cada dia a consciência da importância da unidade e da comunhão. Já falamos da noção de Estado Moderno, mas, além da esfera política, podemos notar o progresso também na área social, cultural e até econômica. A Care tem por lema: "somando forças até o fim da pobreza", o presidente Lula pede que todos se unam no Fome Zero, e todos os movimentos sociais começam a perceber que ninguém faz nada sozinho, e que é preciso unir-se, para conseguir avanços positivos para toda a sociedade. No campo artístico, os grupos de rock fizeram surgir um novo modo de compor. Antes, a composição era algo solitário, feito por um artista que se isolava de tudo e de todos para criar. Sem renegar esse elemento, o rock apresentou ao mundo obras-primas feitas em parcerias, não só quando um faz a letra e outro a música, mas quando várias pessoas somam seus talentos para, comporem uma letra e uma música. Basta ver os resultados obtidos por Page/Plant/Jones/Bonham/ Led Zeppelin/ Berry/Buck/Mills/Stipe/(R.E.M) e, acima de tudo, ao menos para o meu gosto, Harrison/Dylan/Petty/Orbison/Lynne. Traveling Wylburys, uma das maiores reuniões de gênios musicais da história. Até no campo econômico vemos a fusão de várias empresas que percebem que, com isso, aumentam seus lucros.

Seja qual for o campo, quando a causa é justa e útil ao Bem-Comum, todos devem-se unir e lutar por ela, mesmo que tenham antipatia ou desavença com alguns dos líderes, pois "quem semeia divisão caminha na contramão da história": eis a lição de Reims.

9 ROUEN: CORAGEM E PERSEVERANÇA

Após a coroação em Reims (17/07/1429) seguiu-se um certo hiato, mais semelhante, porém, ao silêncio que precede as grandes tempestades. Até maio de 1430 o único acontecimeno digno de nota foi o ataque mal-sucedido a Paris (08/09/29), que, mais tarde, Joana d'Arc confessaria ter feito sem a aprovação das vozes, mas pelo conselho dos comandantes franceses. Por fim, no dia 23 de maio de 1430, quando defendia a cidade de Compiegne, ela foi a última a recuar (como sempre), e, por isso, encontrou os portões da cidade fechados. Foi capturada por João de Luxemburgo, chefe das tropas borgonhesas, e vendida aos ingleses, sem que Carlos VII fizesse qualquer tentativa de resgate. Teria sido muito fácil simplesmente matá-la, mas os ingleses sabiam que isso aumentaria a animonidade dos franceses, que combateriam ainda com mais fúria e vigor, não tanto por sua liberdade quanto para vingar a morte da sua santa. Para evitar isso, os ingleses pediram a um de seus aliados, o bispo Pierre Cauchon, que a condenasse como herege. Tal condenação acabaria com sua fama de santidade e faria os franceses verem que o seu ideal de libertação fora inspirado não por DEUS, mas pelo demônio, e que, portanto, eles deveriam aceitar a dominação inglesa. Parecia muito fácil para um bispo, um Chefe da Inquisição e mais de cinqüenta teólogos condenarem uma pobre camponesa analfabeta. Lembremo-nos de que esses homens eram exímios "caçadores de heresias", capazes de encontrar chifre em cabeça de cavalo.Usando um método de Inegese aliado a interesses econômicos e políticos, eles seriam capazes de acusar até Nosso Senhor Jesus Cristo de heresia. Esse processo, portanto, parecia ser dos mais fáceis. Era só intimidar a menina, deixá-la nervosa e confusa e, quando falasse alguma palavra duvidosa, condená-la por heresia. Mas o que se viu foi exatamente o contrário. Longe de se intimidar com todas aquelas autoridades, Joana d'Arc, seguindo o conselho das vozes, respondia com coragem, firmeza, ousadia e até senso de humor. Quando lhe perguntaram se São Miguel aparecia nu, ela respondeu: "Achais que Nosso Senhor não tem com o que vesti-lo?". Nem mesmo armadilhas cuidadosamente preparadas deram certas. Certa vez, perguntaram-lhe se ela estava em estado de graça. Se ela respondesse que sim, eles a acusariam de presunção, se respondesse que não, diriam que as suas vozes vinham do demônio, pois DEUS não se comunica com quem não está em estado de Graça. Sua resposta foi: "Se não estou, peço que DEUS me coloque nele, se estou, peço que DEUS me conserve". Qualquer semelhança com as armadilhas montadas pelos fariseus e as respostas geniais de Jesus não é mera coincidência (cf.Lc 20, 20-26). O Processo se estendeu durante cinco meses, durante os quais os ingleses usaram e abusaram do que hoje chamamos de "tortura psicológica", perturbando freqüentemente seu sono, para diminuir a rapidez e habilidade de seu raciocínio. O pior de tudo era a "tortura religiosa": sabendo do amor que Joana d'Arc tinha pelos Sacramentos, não atendiam ao seu insistente pedido de se confessar e comungar. No caminho de sua cela até a sala de julgamento havia uma capela, e ela sempre pedia ao guarda que a acompanhava, para que esperasse por alguns minutos enquanto ela rezava. Ao

saber disso, Pierre Cauchon ameaçou o guarda, dizendo que, se ele permitisse que ela rezasse mais uma vez, seu corpo, o do guarda, apareceria boiando no rio. Se, por um lado, poucas vezes na História um ser humano enfrentou tanto sofrimento com tanta serenidade e coragem, como Joana d'Arc, por outro lado, raríssimas vezes o ser humano foi tão vil, cruel e desprezível quanto os seus juízes. Por fim, depois de toda essa tortura física, moral, psicológica e espiritual, Joana d'Arc fraquejou e assinou uma retratação, motivada, segundo suas próprias palavras, "pelo medo do fogo". Mas um espírito tão nobre, sincero e verdadeiro pode cair, mas nunca permanece prostrado. Alguns dias depois, Joana d'Arc volta atrás, renega sua retratação e é condenada a ser queimada viva.

Toda a cidade de Rouen compareceu à Praça do mercado Velho, naquela manhã de trinta de maio de mil quatrocentos e trinta e um, esperando ver uma heroína decadente, lastimando um passado tão glorioso quanto distante e vociferando imprecações não só contra seus juízes, que, longe de personificarem a Justiça, cometeram um dos maiores atentados que essa virtude tão preciosa já sofreu, mas também contra seu rei e seu povo, que a abandonaram, no momento em que ela mais precisava de apoio. Mas, que decepção..., nada disso aconteceu. Lá estava uma santa, tranqüila, calma, serena, olhando esperançosa para o futuro, ouvindo o delicado som das chaves da porta da Pneumatosfera começarem a girar para abrir-se e acolhê-la na felicidade sem fim da vida eterna. Seu último pedido foi que alguém segurasse uma cruz na altura de seus olhos, e suas últimas palavras foram uma união de pedido de socorro com profissão de fé e declaração de amor: "JESUS, JESUS, JESUS". Viveu unida a Ele, morreu unida a Ele. Certo de que "o homem se revela na hora da morte", quando todas as máscaras caem e a hipocrisia finalmente entrega à verdade o seu lugar, um inglês comentou: "estamos perdidos, queimamos uma santa". Afinal, quem mais poderia morrer daquela forma? Uma bruxa, uma feiticeira, uma invocadora de demônios, uma herege, uma desequilibrada psicológica jamais teria tanta magnanimidade. Mais tarde, seu coração foi encontrado intacto e como, por mais que tentassem não conseguiram queimá-lo, jogaram-no no rio Sena. Afinal de contas, um coração tão grande e forte que nem o fogo consegue devorar não pode ter outro fim senão desaguar no grande oceano.

Durante o Processo, Joana d'Arc fez mais uma de suas profecias: "em menos de 7 anos os ingleses sofreriam uma grande perda, e logo seriam definitivamente expulsos da França". Quatro anos depois, em 1435, o Duque da Borgonha passou para o lado francês, devolvendo a Carlos VII sua amada capital, Paris. Aos poucos, os outros territórios foram retomados pela França, até que sua vitória na Batalha de Castillon e a tomada de Bordeaux pôs fim à guerra (1453). Depois de perder a França, os ingleses ainda sofreram um terrível conflito interno, com a Guerra das Duas Rosas, que arruinou a aristocracia inglesa. Realmente, eles queimaram uma santa, e pagaram caro por isso.

Por fim, em 1456, o Processo de Condenação foi revisto e os depoimentos de 115 testemunhas oficializaram aquilo que todas as pessoas de bom-senso

já sabiam: Joana d'Arc era uma santa, uma pessoa tocada pela graça de DEUS, que havia entrado na Pneumatosfera e, a partir de tal experiência, levou seu povo a lutar por liberdade e a não aceitar uma dominação estrangeira, injusta e cruel. Mais tarde, a Igreja aumentou a lista dos admiradores de Joana d'Arc, proclamando-a Venerável (1904), Bem-aventurada (1909) e, finalmente, Santa (1920).

Que mensagem podemos tirar dos fatos de Rouen? Em primeiro lugar, é digno de nota a sua prisão em Compiegne, por ter sido a última a recuar. Ela, que havia sido a primeira a começar, foi a última a voltar. Não era de seu feitio fazer tal coisa. Ela atacava com tanta confiança que nem pensava em recuar, e não o fez, senão quando percebeu que todos já o haviam feito. A maioria dos comandantes costumava acompanhar as batalhas de longe, no alto de uma colina, para traçar as estratégias. Num dos mais profundos e corajosos hinos pacifistas (Masters of War), o grande Bob Dylan critica aqueles que "colocam uma arma em minhas mãos, e se escondem de meus olhos; e viram as costas e fogem quando as balas começam a voar (...) vocês se escondem em suas mansões enquanto o sangue dos jovens jorra de seus corpos e é enterrado na lama" (DYLAN, 1963, faixa 3). Daí, a inspiração de Renato Russo para compor "Canção do Senhor da Guerra"?. Não é sem motivo que Dylan critica tais pessoas, e o sentimento em sua voz é até mais forte do que suas palavras, que começam guerras por motivos egoístas e condenam inocentes à morte, mas o caso de Joana d'Arc é exatamente o oposto, pois não foi ela quem começou a guerra, ela só defendia o seu povo; ela ia na linha de frente, sem medo de ser ferida (como de fato foi, por duas vezes). Ela mostra, assim, que o líder acredita naquilo que propõe, e dá o exemplo.

E o que dizer da coragem de Joana d'Arc durante o Processo de Condenação? Quantas pessoas boas começam trabalhos pelo bem do povo e desanimam por causa das dificuldades encontradas? Quantos líderes que se vendem, abandonando seus ideais pelo medo de perseguições ou se deixam corromper por promessas de vantagens pessoais? A Humanidade precisa de pessoas boas, mas que também sejam corajosas, que não se deixem intimidar pelos maus, mas que, unindo-se, somem suas forças. É preciso acreditar no Bem, na Verdade, na Justiça.

Alguns autores afirmam que, durante o Processo, Joana perdeu a fé na Igreja, pois se recusava a submeter-se à sua autoridade. Mais uma vez, Joana d'Arc é injustiçada. Aqui ela se deparou, mais uma vez, com aquele conflito ético, de que falamos no capítulo seis, agora porém, sob a modalidade Vocação X Instituição. Quando sentimos um chamado interior, e a instituição a que pertencemos não o aprova, o que fazer? Trair a instituição para cumprir a vocação? Abandonar a vocação para obedecer à Instituição? Mais uma vez, Joana d'Arc resolve o problema sem anular os extremos. Ela se recusava a abandonar suas vozes, mas também jamais abandonou a Igreja. Mais uma vez, a sua entrada na Pneumatosfera, sua experiência do Absoluto, faz com que ela relativizasse esse conflito, pela referência à Unidade. O mesmo DEUS que lhe fala pelas vozes é o DEUS que age na Igreja, e Ele não pode se contradizer. Por isso, ela foi uma das filhas mais obedientes que a Igreja já teve. "Ninguém poderia ser mais ingenuamente devoto,

mais fiel à Igreja, mais avesso a toda heresia"(VALENTIN, 1974, p. 131). Ela amava profundamente a DEUS e, por isso, amava a Igreja, com um amor puro, uma confiança filial, uma fé inquebrantável. O único problema é que ela não conseguia identificar a Santa Mãe Igreja com aquela alcatéia de lobos injustos, cruéis, vis e desprezíveis, que, haviam colocado o seu veredito no início do julgamento, e não no final. A Igreja em que ela cria era a Igreja dos Apóstolos, dos Mártires, dos Missionários, das Virgens, dos Doutores, dos Confessores, enfim, a Igreja de Cristo. Aquela multidão incontável de homens e mulheres, crianças e velhos, ricos e pobres, vindos de todas as nações que, unida pelo sangue espiritual, que é a Fé, fortalecida pelo alimento espiritual, que é Graça Divina, tendo a Cristo por cabeça, forma um único corpo, jamais poderia ser confundida com uma corja de traidores, unidos pelo amor ao dinheiro, fortalecidos pelo desejo de poder, tendo por cabeça uma das maiores vergonhas do gênero humano, Pierre Cauchon. Não havia como confundir. Joana d'Arc submetia-se a DEUS e, para ela, "DEUS e a Igreja são uma coisa só". Vendo que seus juízes já a haviam condenado antes de começar o Processo, ela apelou ao Papa, pedindo que fosse levada até ele, para ser julgada por alguém que não estivesse comprado pelos ingleses. A resposta de Pierre Cauchon? "É muito longe, continuemos o processo...". Conheço pessoas que não acreditam em DEUS e têm grande antipatia pela Igreja Católica. Talvez falte a elas esse bom-senso que sobrava a Joana d'Arc, para perceberem que talvez a idéia que eles têm, ou que lhes foi apresentada, de DEUS e da Igreja não corresponda à verdade, e que podem rejeitar os falsos conceitos, ficando com os verdadeiros. É verdade que a Igreja Católica cometeu muitos erros em sua História, mas "quem estiver sem pecado atire a primeira pedra" (Jo 8,7). A inquisição pode não ter sido uma inspiração divina, mas e o resto? Hoje todos falam de dignidade humana, de socorrer os necessitados,e se escandalizam ao ver pessoas jogadas nas sarjetas da vida, totalmente desamparadas, mas poucos lembram que foi a Igreja Católica quem apontou esse caminho.

Joana d'Arc amava a Igreja porque amava a DEUS, e DEUS ama tanto a Igreja que lhe confiou os Sacramentos, como meios infalíveis para a comunicação de sua Graça. Assim, ela via na Confissão o encontro com esse DEUS de Amor, sempre disposto a perdoar; na Eucaristia, ela via o encontro com esse DEUS de Amor, que não só nos permite entrar em seus domínios, Pneumatosfera, mas chega até a vir ao nosso encontro, oferecendo-se como nosso alimento espiritual; na Unção dos Enfermos ela via o último encontro com DEUS nessa vida, que prepara para o Encontro Definitivo, não é à toa que ela mandava seus soldados se confessarem antes das batalhas, e chorava ao ver tantos ingleses mortos sem os Sacramentos. Joana d'Arc mostra-nos o que é a verdadeira Igreja, o que deve ser rejeitado e o que deve ser respeitado.

Um outro ponto interessante, polêmico e fértil é a Retratação. Por medo do fogo, Joana d'Arc retratou-se. É verdade que testemunhas disseram que o texto que foi lido para ela não era o mesmo que ela assinou, lembrem que ela era analfabeta, mas o fato é que ela fraquejou. É nesse momento, porém, que ela se torna,

ao mesmo tempo, mais humana e mais divina, por mais paradoxal que possa parecer. É o momento em que ela se torna mais humana, por causa de sua fragilidade. Sim, aquela muralha de coragem tinha uma brecha... Ela se torna assim parecida conosco, afinal, quem nunca vacilou ou nunca voltou atrás num bom propósito por medo das conseqüências? Quem nunca vacilou ou nunca se retratou? Aquela Joana que parecia sobre-humana, dotada de forças e poderes muito além de nossas possibilidades, transforma-se na Joaninha, humana como nós, com um "tendão de Aquiles", derrotada por inimigos mais fortes do que ela. Mas, é nesse momento que ela se torna mais divina, que a sua experiência mística se torna mais profunda. Para Guitton (1961, pp. 117-8):

> [...] no início, Joana respondia aos juizes com bravura e violência. E, como um jogador, ou um esportista devia gozar dessas respostas ao pé da letra, que deixavam, na assistência, um silencio espantoso, cortado pela pena do escrivão no pergaminho. Pode-se supor que, nesse momento, essa alma juvenil tirava parte de sua força dela própria, não estava ainda totalmente unida a DEUS, pois que DEUS nela não era tudo. Mas, após a experiência de sua fraqueza, quando da abjuração, sobe um degrau mais alto da vida quando Joana vê desaparecer a última esperança que tinha de ser salva (e que recolhia do que as Vozes tinham dito), quando interpreta a salvação prometida de maneira celeste, sem esperança de sobrevivência; enfim, quando vê a morte certa, passa sem transição ao abandono totalmente puro. Então, na verdade, faz a experiência de que sua vontade santa, de maneira a constituir com ela a e para sempre uma unidade. Só tem a dizer uma palavra, que é carregada de significações: JESUS .

Essa experiência do abandono foi feita por são Paulo Apóstolo, que disse" quando me sinto fraco, é então que sou forte"(2 Cor 12,10), e pelo próprio Jesus que disse na cruz: "Meu DEUS, meu DEUS, porque me abandonaste?"(Mt 27, 46), para então completar:" Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito "(Lc. 23,46) e" Tudo está consumado "(Jo 19,30).

Manter a coragem e a paciência nos momentos de dificuldade, sabendo que eles são degraus, necessários para chegarmos a um nível superior: eis a lição de Rouen.

10 CONCLUSÃO

Vimos no presente artigo a incrível e fascinante história de santa Joana d'Arc, a menina camponesa e analfabeta que, ouvindo a voz de Deus e obedecendo a ela, fez o povo francês vencer o pessimismo e derrotismo em que estava atolado e lutar por sua liberdade, contra a dominação injusta dos ingleses, mudando, assim, o curso da Guerra dos Cem Anos e, portanto, de toda a história da Europa. Acompanhamos o seu itinerário, saindo da pequena vila de Domremy, pas-

sando por Vau Couleurs, Poltiers indo até o delfim em Chinon, libertando Orleans, coroando o rei em Reims, até chegar ao supremo sacrifício de Rouen.

Esse caminho nos fez refletir sobre muitos aspectos importantes para a vida humana de hoje, no campo da Ética (legitimidade da Guerra Justa, conflito instituição X vocação), Psicologia (construção da personalidade), política (origem divina do poder e modo de exercê-lo), mas acima de tudo, ela suscita uma questão que o mundo de hoje parece preferir esquecer: a existência das realidades sobrenaturais, a Pneumatosfera. A filosofia iluminista, com todos os seus filhos, quis provar a inutilidade da metafísica; Kant afirmava que a mente humana não é capaz de conhecer a realidade mais profunda de todas as coisas (Número), tendo que contentar-se com as aparências (Fenômeno); o positivismo e outras correntes semelhantes proclamam dogmaticamente que o homem só pode conhecer aquilo que está ao alcance dos seus sentidos. A convergência dessas idéias fez surgir uma mentalidade superficial, que se contenta com pouco, e não tem coragem de buscar o verdadeiro sentido da vida e de toda a realidade, abandonando o transcendente, o metafísico, a Pneumatosfera, as coisas que não deixam de ser reais só porque não estão ao alcance dos nossos sentidos. Afinal, os nossos sentidos, embora sejam utilíssimos, não conseguem captar nem toda a realidade material, pois existem sons que o ouvido humano não capta, como os apitos de cachorro; existem coisas que o olho humano não vê. (em qualquer lugar em que estamos, estamos rodeados de sinais de satélites, de ondas magnéticas, que não conseguimos enxergar, mas será que alguém vai querer negar a existência de tais coisas?).

Por isso, a maior mensagem, o grande direcionamento que Joana d'Arc aponta para a Humanidade do Terceiro Milênio é o de superar essa mentalidade puramente material e pessimista, que desvaloriza nossas capacidades, e a levarmos os olhos para realidades mais elevadas, para, com uma visão mais profunda da realidade, melhorarmos nossa vida neste mundo. Fazer uma autêntica experiência de DEUS, entrar na Pneumatosfera não aliena, não é uma fuga, pelo contrário, é um lançar-se na direção da verdade última que constitui todas as coisas, e, a partir disso, trabalhar, lutar para que essa ordem seja respeitada na nossa vida prática, é não cruzar os braços perante os desafios de hoje, mas arregaçar as mangas e construir um mundo mais justo, humano e fraterno. A perda dos valores espirituais, o esquecimentos do Transcendente, o abandono da metafísica, fez surgir uma humanidade confusa, angustiada, cheia de dúvidas e incertezas, e, o pior de tudo, incapazes de acreditar em suas capacidades. Não é difícil entender o recurso a alcoolismo, drogas e outras fugas a que a juventude se joga, com medo de encarar a vida, por sentir-se muito frágil, privada da força do espírito, incapaz de entender o sentido da vida. E a saída não está nas leis, nem na tecnologia. Não as desprezo, reconheço seu grande valor para a Humanidade, mas só uma mentalidade que leve em consideração os valores espirituais, ou seja, capaz de transcender o puramente material (não para desprezá-lo, mas para ver o seu verdadeiro valor, nem mais nem menos), que não tenha medo de entrar na Pneumatosfera e de buscar o sentido mais profundo da existência, é capaz de trazer melhorias realmente signi-

ficativas para o ser humano.

Espero que este artigo possa suscitar o debate sobre essas e outras questões, para apresentar outras mensagens úteis a nossa vida, a partir da vida desta que, se não é a "pessoa mais extraordinária que a espécie humana já produziu em todos os tempos", com certeza, não está longe disso.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **As confissões**. 15.ed. São Paulo: Paulus, 2002.

AQUINO, Santo Thomas de. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2003.

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1992.

CANTU, Cesare. **História universal**. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 1993.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL(CNBB) Aparições e revelações particulares. São Paulo, Paulinas, 1990.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Petrópolis: Vozes, 1986.

DURANT, Will. *História da civilização*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

DYLAN, Bob. **The freewheelin**. Rio de Janeiro: CBS, 1963. 1 CD. Faixa 3.

GONZAGA, João Bernardino. **A Inquisição em seu mundo**. São Paulo: Saraiva, 1993.

GRUNDY, J. Joan of Arc Considered. Disponível em: <http:///stjoan-cenetr.com/topics>. Acesso em: 10 jun. 2001.

GUITTON, Jean. **Problema e mistério de Joana d'Arc**. São Paulo: Dominus, 1961.

MACEDO, Sérgio D. T. **A Guerra dos Cem Anos**. Rio de Janeiro: Record, 1961.

MURAD, Ir. Afonso. **Visões e aparições**: DEUS continua falando? Petrópolis: Vozes, 1997.

PERNOUD. Regine. **Joana d'Arc - A mulher forte**. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

ROLLAND, Jacques-Francis. **Historama, a grande aventura do homem**. São Paulo: Codex, 1972. v.4

SACKVILLE-WEST. **Santa Joana d'Arc**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SAINT JOAN OF ARC'S TRIAL OF CONDEMNATION. Disponível em: <http://www.stjoan-center.com/trials>. Acesso em: 3 jul. 2001.

SAINT JOAN OF ARC'S TRIAL OF NULLIFICATION. Disponível em: <http://www.stjoan-center.com/trials>. Acesso em: 10 jul. 2001.

SHAW, Bernard. **Saint Joan.** London: Penguin Books, 2001.

TWAIN, Mark. **Joana d'Arc**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VALENTIN, Veit. **História Universal**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

RESENHA

KELEN DOS SANTOS JUNGES
Graduada em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar e especialista em Pré-Escola e Séries Iniciais pela FAFI de União da Vitória/PR. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. Supervisora Escolar do Colégio Estadual São Cristóvão de União da Vitória/PR. Delegada Estadual no Paraná do CEITEC (Centro de Estudos e Informações Técnicas Educacionais e Culturais) de Florianópolis/SC. Professora da FACE
E-mail: junges@waw.com.br

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Paulo Freire, grande "pensador" brasileiro, nascido em Recife, no ano de 1921, tendo falecido em 1997, é considerado um dos maiores educadores deste século. Todos os seus estudos abordam a temática da conscientização, da leitura, da compreensão crítica da alfabetização, da educação popular. Entre suas inúmeras obras, destaca-se *Pedagogia do oprimido*, escrita enquanto ainda estava exilado no Chile (1968), após o golpe militar de 1964, no Brasil. Do exílio podia observar e analisar com mais clareza e, se posso dizer "liberdade", a situação sociopolítica e educacional brasileira. Essa obra foi traduzida até hoje em 18 línguas.

A *Pedagogia do oprimido*, em seus quatro capítulos, com clareza e simplicidade (estilo que é próprio do autor), evidencia contradições existentes na sociedade entre opressores e oprimidos e aponta caminhos para sua superação. Para tanto, Freire recorre a obras e idéias de outros autores como, por exemplo, a de seu colega de exílio, o educador Álvaro Vieira Pinto, ao expoente do escolanovismo John Dewey e ao crítico da sociedade capitalista Karl Marx.

No capítulo I, caracteriza os opressores como homens "desumanizados", dominadores, que exercem uma educação "bancária", disciplinadora e alienante; e os oprimidos, como homens operários, a massa popular cuja consciência encontra-se "imersa" na realidade opressora, na educação bancária, necessitando de libertação.

A partir desse enfoque, Paulo Freire insiste na necessidade da superação da opressão pelos oprimidos, pois a opressão proíbe o homem de "ser mais". Nos capítulos II e III, aponta a educação "problematizadora", a relação "dialógica" como o meio para anular as contradições citadas anteriormente e para conquistar a liberdade.

Na educação bancária, a única opção de ação que se oportuniza aos

educandos é a de receberem os "depósitos", ou seja, os conteúdos, e memorizá-los. O saber é dado numa relação vertical, em que o educador é a autoridade que detém o conhecimento, que define os conteúdos, os temas a serem trabalhados, "ensinados" em sala de aula. Tem por finalidade manter a divisão entre os que sabem e os que não sabem, entre oprimidos e opressores. Nega a dialogicidade, e negando-a, recusa uma aprendizagem consciente e crítica na e da realidade.

A educação problematizadora é totalmente o inverso. Nela, "educador e educando (liderança e massas), co-intencionados à realidade, encontram-se numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento", como escreve Freire (p. 56). O educador deixa de ser um simples narrador de conteúdos e passa a problematizar a realidade, conscientizando seus educandos dos fatos que permeiam o mundo em que vivem e de seu poder de transformá-lo por meio de uma ação revolucionária coletiva. A relação é horizontal: educador e educando são os sujeitos do processo. Funda-se na relação dialógica entre educador e educandos, em que ambos aprendem em comunhão. A esse respeito, Freire afirma que "... o educador problematizador re-faz constantemente seu ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos" (p. 69).

Ainda no capítulo III, salienta claramente que o educador deve ser um sujeito comprometido com a sociedade, problematizador, pesquisador, reflexivo, dialógico e como aquele que acredita no que faz e para quem o faz. Um é requisito para o outro.

Com muita propriedade, propõe que o professor organize os conteúdos em torno de "temas geradores" que tenham significado para os educandos, que partam de seu cotidiano e que, por conseqüência, ganhem uma autonomia intelectual, que tenham disposição e condições de melhorar seu mundo, de superar a situação de "oprimidos", mas, com consciência, para não se tornarem opressores. Para tanto, sugere a utilização de recursos didáticos adequados, que chamem o interesse dos educandos e favoreçam a construção do conhecimento, da consciência crítica.

No capítulo IV, destaca as seguintes características em sua análise da teoria da ação dialógica:

- a colaboração: é a adesão de todos os homens à causa da liberdade;
- a união: é o trabalho coletivo de lideranças e oprimidos para a libertação;
- organização: sem ordem, sem disciplina, sem objetivos, sem decisão não há ação revolucionária para libertação;
- síntese cultural: a partir do conhecimento de seu "mundo", a ação cultural dialógica supera qualquer aspecto induzido, negando as diferenças entre liderança e povo.

Então, para Freire, o diálogo é uma exigência existencial, é a relação entre os homens, mediatizados pelo mundo, não se esgotando, na relação eu-tu, é a essência da educação como prática da liberdade. Acredita veemente que a

superação das desigualdades só acontecerá, se houver a ação crítica e coletiva do homem *em sua própria* realidade.

O diálogo é, portanto, que permite a verdadeira comunicação entre os homens.

Percebe-se, durante a leitura de todo o livro, que o autor confia no trabalho do educador, para "pronunciar a palavra", isto é, viabilizar a conscientização das massas, a modificação do antagonismo opressor-oprimido. A formação docente era uma preocupação constante do escritor pernambucano. Acreditava que o educador deve-se comportar como um desafiador de situações, um animador cultural, num ambiente em que todos aprendam juntos.

Não esconde, em nenhum momento, sua fé nos homens, nos educadores; sua crença de que a transformação da realidade se dá pela educação. Para ele, a educação não é neutra, é um ato político e que se deve posicionar a favor das classes desfavorecidas socialmente, sem fazer exclusões.

Revelou-nos brilhantemente que o processo de humanização requer uma proposta continuada de conscientização, emergida da reflexão co-laborada do próprio contexto de vida humana, num movimento dinâmico.

Embora tenha sido escrita há três décadas, é simples entender porque essa é a obra de Paulo Freire mais conhecida no mundo e que continua a ser editada. *Pedagogia do oprimido* é um livro que incansavelmente poderíamos ler e reler, pois, a cada leitura, descobrimos dados ainda latentes, observamos que ainda não conseguimos "humanizar" o mundo que nos rodeia (opressores - oprimidos), como ele propunha, e constatamos que suas preocupações são atuais.

Esta obra é indicada a todos aqueles que acreditam num mundo mais humano, que se desenvolve na coletividade, na igualdade, especialmente a educadores que pretendam exercer uma prática pedagógica consciente e transformadora.

Infelizmente, é uma leitura que faz falta ainda a muitos homens.

INTERCÂMBIO CULTURAL

Patrícia Luana Schwartz
Graduada em Letras(Português/Inglês), pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória. Especializanda em Língua Estrangeira Moderna(Inglês)pela Universidade Federal do Paraná, PR. Professora de Inglês do COLTEC e FACE.
E-mail: patriciaschartz102@hotmail.com

'The real voyage of discovery consists not in seeking new landscapes, but in having new eyes.'by Marcel Proust

Recentemente tive a oportunidade de me ausentar para realizar um sonho que há muito me perseguia: passar algum tempo fora do país, vivendo em outra cultura. Trabalhando como professora da disciplina de inglês há doze longos e muito prazerosos anos, nada mais justo do que ter eleito os Estados Unidos como meu destino.

Longe de perseguir o sonho encantado da América do Norte, dezembro passado parti triunfalmente, buscando aperfeiçoamento na Língua Inglesa, imersão na cultura daquele povo mas, ainda mais do que isso, uma experiência de vida um pouco mais ousada.

Embora tenha sido a minha segunda experiência naquelas terras, essa foi, certamente, a mais valiosa, porque, ainda hoje, após ter retornado, degusto os frutos que a coragem de ir e conviver com o diferente me proporcionou.

Mesmo vivendo numa era em que a informação é tão rápida, em que distâncias são diminuídas pela força da globalização, nada consegue, ainda, substituir a riqueza da vivência, do ouvir, do falar, do tocar, do experimentar, do ver, questionar e criticar.

Aberta a todas essas possibilidades, me despi de pré-conceitos para que pudesse realmente absorver tudo aquilo que pudesse, no espaço de tempo em que lá estivesse. Então, constatei que , ainda que seja maravilhoso e impossível negar a presença de Deus, manifestando-se por meio da natureza, ao ver os flocos de neve caindo e transformando-se em um lindo tapete branco sob os nossos pés, o frio é cruel. E ele mata as poucas pessoas desabrigadas que adormecem nas ruas, ao relento, contrariando a idéia de que não há pobreza naquele país. Se são perdedores, se é falta de oportunidade ou falta de interesse de fazer parte do grande grupo de americanos bem-sucedidos, isso não compete a mim definir. O que fica por minha conta é questionar por que nós, brasileiros, vendemos, ou melhor, entregamos sem nenhum pudor uma imagem subdesenvolvida a um mundo que não perdoa perdedores; quando eles fazem questão de omitir tais fatos. É

claro que os números não são os mesmos, mas o fato existe.

Constatei também que, ainda que a expressão 'dar de comer aos olhos' tenha seu fundamento, principalmente nas artes gastronômicas; que seja realmente de agradar aos olhos ver uma maçã muito vermelha, ou uma alface tão verde quanto a nossa bandeira, é de muita importância valorizarmos produtos naturais e ecológicos como os encontrados nas feirinhas em Porto União, onde encontramos produtos, dos quais temos a certeza de serem saudáveis e saborosos. Também aqui não me compete criticar o uso excessivo de agrotóxicos, que prolonga por dias, muitas vezes semanas, a aparência dos vegetais que lá consumi, sem mencionar a popularidade dos refrigerantes e sanduíches – que me renderam alguns quilos a mais - mas compete a mim apreciar e até mesmo valorizar, ainda mais, a mimosa, o morango, a laranja *com sementes* que considero importante mencionar, ou até mesmo o tomate do quintal de meus pais.

Quando se trata de facilidades, a estrutura é notória. Há muito respeito pelos deficientes físicos, o que os incentiva a participar da vida social diária, seja nas ruas, lojas, trabalho, atividades culturais, etc. Facilidades de transporte, ruas bem conservadas, auto-estradas nem se fala. Facilidade de recursos de saúde, medicina desenvolvida, hospitais equipados, pessoal preparado. Facilidade de vida. Trabalha-se muito, há pessoas que trabalham em dois, por vezes três lugares diferentes, nos mais variados cargos, em longas jornadas diárias, mas que, assim, garantem seu lugar no poder do consumismo. Facilidade na educação. Escolas espaçosas, bem equipadas, com vasto material didático e de suporte, com pessoal especializado ministrando as aulas, bem como incentivo à continuidade na educação.

A alta expectativa de vida é outro fato a ser mencionado. Pessoas de idade avançada continuam trabalhando, para manterem-se ocupadas, bem como para complementar sua renda, o que, por outro lado, mostra-nos que o sistema previdenciário, como em outros lugares, também pode ter suas falhas. Mas que, de qualquer forma, força-os a continuarem produzindo. E acredite, os maiores beneficiados são eles mesmos, ao agirem naturalmente diante de um computador, ao dirigirem, ao fazerem parte da vida social e cultural, de modo geral, ao freqüentarem salões de beleza para arrumar seus finos cabelinhos, tão brancos quanto a neve, no auge de sua idade, quase centenários, ou até mesmo mantendo-se vivos, lúcidos e dispostos, em idade tão avançada.

A paixão pelos animais, em especial, gatos e cachorros, é tão forte que explica a popularidade de figuras como o gato *Garfield* e o cão *Snoopy*. Mas a paixão ainda estende-se, como é sabido, ao futebol americano e ao *baseball*. E, ainda que o nosso futebol seja por lá conhecido, e esteja popularizando-se a passos não muito largos, por meio de times tanto masculinos quanto femininos, por uma seleção bastante contemporânea, que os representa em grandes campeonatos, e por figuras internacionalmente conhecidas como Pelé e Ronaldinho, por vezes *me pergunto*, por que terá sido a Copa de 1998 sediada lá, uma vez que esse esporte ainda não chega a ser uma paixão nacional, como em países tais

como Brasil, Inglaterra ou Alemanha?

Constatei que a vida em cidades como Nova York é cosmopolitana e extremamente cara; que esquiar pode ser muito divertido, se a pessoa não se importar muito em cair; que as Quedas de Niágara são tão belas quanto as Quedas do Iguaçu; e que a única diferença é que as Quedas de Niágara estão na divisa dos E.U.A e do Canadá e as do Iguaçu localizam-se na América do Sul, entenda-se continente subdesenvolvido; que ao contrário do que se pensa, o povo pode ser acolhedor, prestativo e amigável. E ainda que não tenha encontrado o mesmo calor humano brasileiro, sou orgulhosa de ter tocado alguns corações americanos, com o jeitinho brasileiro, e de hoje estar em casa, redigindo este texto e ter lembranças de um povo que muito bem me recebeu, que me possibilitou trabalho, casa e escola. De um povo que, por ter como língua materna a língua inglesa e ser esta tão forte no mundo, garante-me o sustento como professora de inglês. De um povo que, apesar de proporcionar condições de vida melhores que as nossas, enfrenta, ainda que em menores proporções, a violência, o desabrigo ou até mesmo o que nós não enfrentamos, a guerra.

De um povo que é controlado por seu governo mediante os meios de comunicação, mas que tem orgulho de ser o povo que é e orgulha-se de sua bandeira, e que, de certo modo talvez seja daí a sua força. Tomemos para nós esse exemplo, talvez seja isso que esteja nos faltando, orgulharmo-nos mais do verde e amarelo de nossa bandeira e do feijão com arroz nosso de cada dia. Esse é um povo que, em tempos de guerra por pura ambição de poder, e que infelizmente orgulha-se dela - e idolatra os filhos da Pátria que morrem nos campos de batalhas passadas ou atuais tanto quanto o povo do Oriente, apenas de uma maneira mais burguesa, é claro; acolheu e ajudou o estrangeiro. Ou melhor, os estrangeiros, pois eu dividi meu espaço, meus medos e minhas alegrias com três outros brasileiros e três pessoas da Tailândia, bem como minha sala de aula com pessoas do mundo inteiro: Japão, Coréia, China, França, Itália, Nicarágua, Líbano, Alemanha, Polônia, Colômbia, entre outros. Para eles e para todos os que pude conhecer um pouco mais a fundo, eu pude contar um pouco da minha cultura, que ao contrário do que se pensa, é muito mais que carnaval, cerveja e mulher. Mas esta é outra história, e eu conto na próxima, ok?

Por hora, despeço-me por aqui reforçando a abertura do texto:

"A real viagem das descobertas não consiste em procurar novas paisagens, mas em adquirir novos olhos". *Marcel Proust*

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

FACE EM REVISTA publica artigos científicos, análises e resenhas. A revista dá preferência a artigos que não excedam 25 laudas, análises e resenhas, até 10 laudas.

A contribuições podem ser encaminhadas em disquete ou por correio eletrônico (siqueirae@bol.com.br), preferencialmente em formato .doc; gráficos e tabelas devem ser enviados em formato que permita a edição.

O arquivo deve conter folha de rosto com o nome do autor ou autores, filiação institucional, endereço para correspondência, telefone, fax e endereço eletrônico.

No caso dos artigos, é imprescindível incluir resumo em português e em inglês (máximo de 250 palavras), bem como lista de até cinco palavras-chave.

O texto deve estar, devidamente subdividido: introdução, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas.

Gráficos, tabelas (ambos com título e fonte), equações e notas de rodapé devem ser limitados às necessidades do texto, sempre em preto e branco ou escala de cinza.

As referências bibliográficas completas devem ser apresentadas no final do trabalho e não nas notas de rodapé, conforme o modelo (ABNT, NBR 6023):

Para livros:
SHINYASHIKI, R. **A revolução dos campeões.** São Paulo: Gente, 1995.

Para livros sem autoria:
ADMINISTRAÇÃO de pequenos grupos. São Paulo: IMAM, 1996

Para livros com organizador, compilador, coordenador, etc.:
ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Para livros com dois autores:
STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração.** Rio de Janeiro: Afiliana, 1992.

Livro com edição:
ANDERSON, A. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Artigos de periódicos:
NÉLO, A. M. Os aspectos da mensuração da empresa numa visão sistêmica. **Revista Brasileira de Contabilidade,** Brasília, v.8, n.7, p.48-60, jun. 1994.

Meio eletrônico:
RECEITA federal. Disponível em:<http://www.receita.fazenda.gov.br / legislação // RIR /> Acesso em: 25 ago. 2002.

LINDBERG, A. Data warehause. Disponível em: < http://www.geocities.com/ siliconvalley port /5072/.> Acesso em: 13 maio 2002.

As citações diretas, com mais de 3 linhas, devem aparecer com recuo de texto, de 4 cm, fonte 10, entre linhas simples, indicando, no final, entre parênteses, o sobrenome do autor, em caixa alta, seguido do ano e número da página:

Ex.:

> Essas novas pequenas e médias empresas, embora juridicamente independentes, constituem-se na realidade em extensões dependentes das grandes organizações produtivas, só sobrevivem assumindo o papel de subordinadas às grandes empresas, num sistema de subcontratação, fornecimento de insumos, compra e uso de tecnologia, assistência técnica e controle de qualidade (RATNER, 1985, p.49).

As citações diretas, com menos de 3 linhas, devem aparecer no texto, entre aspas, indicando a autoria no início, ou no final do texto, conforme modelo que segue:

Ex.1:

Para Weil (1982, p.33), "é importante que as pessoas se encontrem, que se reúnam para jogar futebol, estudar insetos, construir uma ponte, ou simplesmente, conversas".

Ex. 2:

"É importante que as pessoas se encontrem, que se reúnam para jogar futebol, estudar insetos, construir uma ponte, ou simplesmente, conversas" (WEIL, 1982, p.33).

O envio do texto autoriza sua publicação e implica compromisso de que o mesmo material não esteja sendo submetido a outro veículo; em casos excepcionais, pode-se analisar a possibilidade de publicação simultânea em outro idioma. O original é considerado definitivo. A revista não paga direitos autorais.

Todas as contribuições são submetidas ao Conselho Científico, do qual fazem parte membros desta e de outras instituições, passando pelas seguintes etapas:

a) apreciação do tema do trabalho pelo Editor;

b) encaminhamento do trabalho para o(s) respectivo(s) membro(s) do Conselho Científico, para análise e aceitação; aceitação condicionada ou rejeição;

c) em caso de aceitação ou aceitação condicionada, encaminhamento para o Conselho Editorial, para avaliação metodológica;

d) em caso de aceitação condicionada, retorno do trabalho ao autor, para correções indicadas.

O Editor se reserva o direito de introduzir eventuais alterações nos originais, de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com o fim de manter a homogeneidade e qualidade da publicação, respeitados o estilo e as opiniões dos autores, sem que sejam necessárias submeter essas alterações à aprovação dos autores.

Os autores e co-autores recebem, cada um, três exemplares do fascículo que contém o seu artigo.

Conselho Editorial

PROPOSTA DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: ____

CEP: _____ Fone: _____

E-mail: _____

Profissão: _____

_____/_____/_____ _____

Assinatura

( ) Estou enviando cheque nominal, cruzado, para Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória - FACE.

( ) Estou enviando, junto com esta proposta, via fax, comprovante de pagamento no BANESTADO, agência 066, c/c 1518-3.

QUANT.	REVISTA	VALOR	SUB-TOTAL	TOTAL
	1/1998	R$ 10,00		
	2/1999	R$ 10,00		
	3/2000	R$ 10,00		
	4/2001	R$ 10,00		
	5/2002	R$ 10,00		

UNIPORTO
Formulários Contínuos Ltda.

Impressão e Acabamento:
Uniporto Gráfica e Editora Ltda.
Tel.: (42) 522-2844
E-mail:uniporto@uvaol.com.br